

Rayane Stefany Rodrigues Menezes Alves
Thayanna Rafaela Lins Tavares Ribeiro
Tiago Edvaldo Santos Silva (Orgs.)

A Extensão Rural e suas múltiplas faces

Contribuições ao Desenvolvimento Rural Sustentável



Editora
IIDV

Rayane Stefany Rodrigues Menezes Alves
Thayanna Rafaela Lins Tavares Ribeiro
Tiago Edvaldo Santos Silva (Orgs.)

A Extensão Rural e suas múltiplas faces

Contribuições ao Desenvolvimento Rural Sustentável

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

A Extensão rural e suas múltiplas faces [livro eletrônico] : contribuições ao desenvolvimento rural sustentável / Rayane Stefany Rodrigues Menezes Alves, Thayanna Rafaela Lins Tavares Ribeiro, Tiago Edvaldo Santos Silva (orgs.). – Recife, PE : Instituto Internacional Despertando Vocações, 2025.
PDF

Vários autores.
Bibliografia.

ISBN: 978-65-88970-55-3

DOI: doi.org/10.31692/978-65-88970-55-3

1. Agricultura - Aspectos ambientais
2. Agricultura - Aspectos econômicos
3. Agricultura - Aspectos sociais 4. Educação superior 5. Pesquisa científica I. Alves, Rayane Stefany Rodrigues Menezes. II. Ribeiro, Thayanna Rafaela Lins Tavares. III. Silva, Tiago Edvaldo Santos.

25-277148

CDD-630.7

Índices para catálogo sistemático:

1. Desenvolvimento rural sustentável : Pesquisa
630.7

Eliete Marques da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9380

A Extensão Rural e suas múltiplas faces:

contribuições ao Desenvolvimento Rural Sustentável

Organizadores

Rayane Stefany Rodrigues Menezes Alves
Thayanna Rafaela Lins Tavares Ribeiro
Tiago Edvaldo Santos Silva

Editoração e diagramação

Mariana Almeida Ferreira Lima
Caio Victor Barros Gonçalves da Silva

Revisão

Mariana Almeida Ferreira Lima

ISBN

978-65-88970-55-3

DOI

doi.org/10.31692/978-65-88970-55-3

Editora

Instituto Internacional Despertando Vocações

Sumário

10 Contexto escolar no município de Sento Sé: ensino das crianças com deficiência e Tecnologia Assistiva na Educação Infantil

Maiara Rodrigues Gama dos Santos Vasconcelos
Paulo José Pereira
Mônica Aparecida Tomé Pereira

32 A educação quilombola: resiliência cultural de uma territorialidade da “Negra Mirandiba”

Angela Maria dos Santos Schepp
Nilton de Almeida Araújo
Cristiane Moraes Marinho

51 Um olhar aos caminhos e descaminhos dos estudantes advindos de comunidades rurais: Política de Assistência Estudantil na UNIVASF e suas singularidades

Rayane Stefany Rodrigues Menezes Alves

75 Mulheres do Rio: qualidade de vida de mulheres de uma comunidade ribeirinha do São Francisco

Thayanna Rafaela Lins Tavares Ribeiro
Michelle Christini Araújo Vieira
Kedma Magalhães Lima

96 Mulheres rurais: o despertar a partir das Cadernetas Agroecológicas

Dulce Naiara Carvalho Ferreira
Cristiane Moraes Marinho

114

Fatores de risco na Agricultura Familiar: um desafio ao cumprimento da Norma Regulamentadora - 31 e melhoria da saúde no campo

Gilberto Ednaldo dos Santos Braga
Isaac Farias Cansanção

130

Política Nacional de Saúde das Pessoas com Deficiência e a rede de cuidados: um estudo avaliativo de sua aplicabilidade no contexto rural

Sicília Pimentel Dantas Marreiros Cavalcanti
Michelle Christini Araújo Vieira
Kedma Magalhães Lima

154

A terra do bode: da alimentação à economia, uma análise das repercussões da caprino-ovinocultura para o município de Uauá-Bahia

Antonio Junior Ribeiro Cardoso
René Geraldo Cordeiro da Silva Junior

172

Competências específicas requeridas aos trabalhadores no atendimento à pessoa do campo

Katiane Amorim Coelho
Michelle Christini Araújo Vieira
Kedma Magalhães Lima

192

Um olhar das famílias agricultoras sobre a feira agroecológica de Gravatá

Tiago Edvaldo Santos Silva
Denes Dantas Vieira
Diana Farias Pessoas
Elisângela de Freitas Mariano
Gizélia Barbosa Ferreira

Prefácio

Para nossa felicidade e para o bem da caatinga, desde a criação do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural (PPGExR) da UNIVASF – Universidade Federal do Vale do São Francisco, muitos jovens vêm se engajando na defesa das ruralidades como uma política de bem-estar social e ambiental. Essa luta se contrapõe à agricultura convencional, que adota o uso intensivo de insumos químicos e variedades geneticamente modificadas em nome do aumento da produção e produtividade, mas que traz como consequências a degradação e escassez dos recursos naturais, a contaminação dos alimentos, o aumento da pobreza entre os agricultores familiares e impactos negativos significativos na saúde dos solos e das pessoas.

Esse movimento de defesa da vida no planeta, que ultrapassa os profissionais das Ciências da Terra, vem conquistando adeptos de diversas áreas do conhecimento, além de muitos agricultores que têm constatado os benefícios dessa nova forma de produzir – sem queda na produtividade – adotando padrões tecnológicos e de organização produtiva compatíveis com a sustentabilidade, o desenvolvimento e o equilíbrio entre os aspectos sociais, econômicos e ambientais. Tudo isso com o cuidado de não modificar de forma agressiva a natureza, considerando que a agricultura, embora gere a curto e médio prazo produtos de valor comercial, empregos diretos e indiretos, contenção do fluxo migratório para as cidades e, principalmente, alimentos para garantir a segurança alimentar e nutricional da população, é, por sua natureza, uma atividade que causa impactos ambientais decorrentes da substituição da vegetação natural por outra que permita maior produtividade. Daí a importância dessa nova agricultura, que concilia processos biológicos e físicos aos processos produtivos, buscando na ancestralidade a base para essa complexidade.

Nesta coletânea, são apresentadas importantes reflexões sobre temas como ruralidades, agroecologia, território, desenvolvimento, economia solidária e outros, com enfoque na manutenção da produção e produtividade agrícola, acompanhada de retornos sociais, econômicos, financeiros e na redução da pobreza, minimizando os impactos ambientais. Propõe caminhos capazes de enfrentar os desafios da agroecologia como instrumento de mudança cultural, onde a VIDA é a grande bandeira de LUTA. Boa leitura!

Lucia Marisy Souza Ribeiro de Oliveira

Vice-reitora da Universidade Federal do Vale do São Francisco

Capítulo 1

Contexto escolar no município de Sento-Sé: ensino das crianças com deficiência e Tecnologia Assistiva na educação infantil

Maiara Rodrigues Gama dos Santos Vasconcelos

maiaragv72@gmail.com | lattes.cnpq.br/3137546541956191 | orcid.org/0009-0004-5166-6280

Paulo José Pereira

paulo.pereira@univasf.edu.br | lattes.cnpq.br/5712507711911104 | orcid.org/0000-0002-4436-8304

Mônica Aparecida Tomé Pereira

monica.tome@univast.edu.br | lattes.cnpq.br/6184198554095269 | orcid.org/0000-0001-6565-6762

Introdução

O contexto educacional promove aprendizagens diferenciadas em momentos de interação, intencionais, planejados e objetivos. Abrangendo a educação em diferentes processos que promovem a aprendizagem do sujeito em seus diferentes espaços, como instituições de ensino, organizações sociais e no ambiente familiar (Brasil, 2017). Assim, a educação faz parte do processo histórico da formação humana e provoca inquietude para a transformação em busca da liberdade. Na educação, é preciso superar o método bancário, no qual o papel de educador é de depositante e educando é de receptor, para que seja libertadora, com a participação simultânea de educador e educando (Freire, 1987).

A Educação Infantil passou a fazer parte da educação básica com a atual Lei de Diretrizes e Base - LDB 9.394/96 (2017, p. 22), que define Educação Infantil, no Art. 29 como: “primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade”. A Base Nacional Comum Curricular - BNCC (2017) considera a Educação Infantil como a base do processo educacional. É nesse nível de ensino que primeiro se trabalha de forma sistematizada e intencional o desenvolvimento intelectual, cognitivo, social, físico e psicológico do estudante, fortalecendo o conhecimento da identidade própria e a percepção do outro; potencializando a valorização da família, da escola e das demais instituições, bem como a autonomia do estudante (Brasil, 2017a; 2017b).

A história apresenta a Educação Infantil como uma etapa da educação que precisou resistir e vive até hoje em uma luta pela inclusão. Entre as lutas por inclusão, está a luta pela promoção da Educação Especial na perspectiva inclusiva, para garantir a todos o acesso à educação de qualidade. Para a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, os valores indissociáveis da igualdade e da diferença fundamentam a Educação Inclusiva, promovendo a equidade na educação formal e combatendo a exclusão dentro e fora da escola. Essa, objetiva o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem dos estudantes com deficiência nas escolas, para garantir o direito à aprendizagem e a qualidade do ensino (Brasil, 2007).

A Educação Inclusiva é um desafio para o sistema educacional, já que objetiva a qualidade na oferta à educação para todos, ao invés do simples

ato de incluir o estudante com deficiência em sala de aula por meio de uma matrícula (Breitenba; Honnef; Costa, 2016). Trata-se da promoção do acesso às aprendizagens de forma sistematizada, mediadas pelo convívio com outros estudantes e professores; do direito de ir e vir no ambiente escolar e; da promoção de metodologias diferenciadas para atender às necessidades/limitações da pessoa com deficiência com os recursos necessários (Conte; Liane; Basegio, 2017).

A Tecnologia Assistiva constitui elemento crucial para a promoção de estratégias para o desenvolvimento integral da pessoa com deficiência. Essa é uma área de conhecimento interdisciplinar que abrange produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que promovem e/ou auxiliam na autonomia e independência de pessoa com deficiência, com o objetivo de promover a inclusão social e ampliar a sua participação ativa e efetiva em sociedade (Brasil, 2007).

É importante que o professor desenvolva uma concepção sobre a TA, buscando conhecê-la, utilizá-la e promover o seu uso. Isso deve ser feito com o objetivo de facilitar a aprendizagem do estudante, de modo que o estudante possa continuar evoluindo nos seus processos e aprendizagens, independente das possíveis limitações do cotidiano escolar. A percepção esclarecida e o entendimento do professor sobre essa área de conhecimento fazem toda a diferença no processo de inclusão do estudante com deficiência.

Esta pesquisa foi desenvolvida em Sento-Sé, um município de grande proporção em extensão territorial, com 11.980,172 km², cuja administração apresenta desafios devido à sua organização cultural e econômica, que o caracterizam como município rural. Na educação, as distâncias entre as 62 escolas do município – sendo 52 escolas da zona rural, e 10 na zona urbana – constituem um grande desafio (Sento-Sé, 2020).

Mediante essa complexidade territorial, foram contempladas pela pesquisa as quatro escolas da zona rural que no momento atendiam à Educação Infantil Inclusiva e a escola de referência em Educação Infantil da zona urbana.

A temática surgiu a partir do questionamento: como é utilizada a TA em prol da aprendizagem no ensino das crianças com deficiência na Educação Infantil em Sento-Sé Bahia?

Nesse contexto, o objetivo geral da pesquisa foi: analisar a aplicação da TA em prol da aprendizagem no ensino das crianças com deficiência na Educação Infantil em Sento-Sé Bahia. E os objetivos específicos foram: apresentar as características das escolas que atendem Educação Infantil da zona rural e da zona urbana do município de Sento-Sé Bahia; identificar a concepção dos professores sobre TA; descrever como a TA é ofertada ao

estudante com deficiência na prática docente; verificar se o Projeto Político Pedagógico das Unidades Escolares contempla a oferta à TA; ofertar palestras para pais e funcionários das unidades escolares, ofertar oficina para os professores e produzir um vídeo sobre a TA no contexto escolar.

Este capítulo está dividido em três seções, a primeira delas é a Introdução, seguida pela seção Material e métodos, referenciada pelos autores: Fazenda (2009); Gil (2002; 2008); e Silva (2023), e que apresenta o local e tipo da pesquisa, a amostra do estudo, a coleta de dados e a análise interpretativa. O capítulo segue apresentando os Resultados e discussão, que traz a apresentação dos dados do questionário e da observação participante, os dados da Proposta Política Pedagógica Municipal e dos Projetos Políticos Pedagógicos das escolas, a comparação dos dados do questionário e da observação participante. Que foram referenciados por: Amaral et al (2017); Bersch (2017); Costa e Colares (2017); Dorigon e Romanowski (2008); Galvão Filho (2009), Marin e Giovanni (2016); e Proposta Política Municipal de Sento-Sé (2020).

Materiais e métodos

A metodologia do estudo foi interdisciplinar, pois foram utilizados diferentes métodos e instrumentos de pesquisas, articulando-os para que houvesse uma melhor compreensão do todo. Essa estratégia vem do entendimento de que, a interdisciplinaridade é uma recíproca troca entre as áreas do conhecimento, promovendo o melhor aproveitamento das ciências (Fazenda, 2009). Considerando-se que cada área de conhecimento tem uma contribuição importante para o estudo e se torna mais eficiente quando associada a outras.

Em suma, por utilizar diferentes métodos durante o percurso do estudo, foi possível uma melhor compreensão do contexto educacional estudado. Nesse sentido, as práticas interdisciplinares cooperam significativamente com as práticas pedagógicas necessárias à educação, pois possibilitam adotar múltiplos caminhos durante um estudo, (Fazenda, 2009). Caminhos esses que permitem vislumbrar o contexto por diferentes ângulos a serem triangulados.

O campo da pesquisa, município de Sento-Sé – situado no Semiárido baiano, no Norte do Estado da Bahia, no território do Sertão do São Francisco, na borda do Lago de Sobradinho no Semiárido brasileiro –, possui, segundo o censo de 2022 do IBGE, uma população de 38.158 habitantes. A cidade está localizada ao norte do estado e possui uma extensão territorial de aproximadamente 11.980,172 km².

A pesquisa é um estudo do tipo descritivo que, para Gil (2002) objetiva apresentar, de forma descritiva, características de um grupo populacional ou um fenômeno, correlacionando as variáveis do estudo, tendo como característica forte o uso de questionário e a observação sistemática para a coleta de dados (Gil, 2002). Esse tipo de pesquisa possibilita descrever como o fenômeno acontece em seu ambiente natural.

Enquanto a abordagem para o desenvolvimento da pesquisa foi de natureza qualiquantitativa. Quantitativa porque utiliza de métodos estatísticos para quantificar os dados mensurados na pesquisa, possibilita a análise dos dados humanos de maneira simplificada. As pesquisas quantitativas fazem referência ao uso de um instrumento que seja capaz de medir as variáveis propostas e após o uso estatístico dos dados é comum a utilização de tabelas que podem ser feitas de forma manual ou computadorizada (Gil, 2002; 2008).

Qualitativa, porque propôs compreender e interpretar os dados de opiniões dos professores pesquisados sobre o uso da TA, suas concepções e habilidades no desenvolvimento da prática docente. Para Gil (2002) os estudos de natureza qualitativa, dependem dos fatores pressupostos (sequências de atividades com vista em preenchimento de relatório, a natureza dos dados coletados, a extensão da amostra, os instrumentos de pesquisa e os pressupostos teóricos) e dos que surgem e podendo ser modificado após nova análise com o objetivo de contemplar uma maior significância (Gil, 2002).

O estudo foi limitado às professoras da Educação Infantil que atendem os estudantes com deficiência, observando o uso da TA. A população da pesquisa foram professoras de quatro escolas da zona rural do município: Escola Dr. Demostenes Nunes Sento Sé; Escola Núcleo V, Vereador Luís Antônio dos Reis; Sala Avançada Jorge José de Castro; Sala Avançada Santa Catarina - nas comunidades de Piçarrão, Pirí, Riacho dos Paes e Bazuá -; e professoras de duas escolas da zona urbana do município: escola referência em Educação Infantil da zona urbana do município de Sento-Sé, Centro Educacional Deputado Theódulo Albuquerque, essas escolas atendem turmas da Educação Infantil nos turnos matutino e vespertino.

Como instrumentos de coleta de dados foram utilizados um questionário, observação participante, revisão bibliográfica e análise documental. O questionário teve como objetivo identificar a concepção dos professores sobre TA, adotado por ser um meio simples, rápido e barato de obter informações, além disso, garante o anonimato, mas precisa conter questões abertas para possibilitar a argumentação e conseqüentemente uma melhor compreensão e interpretação dos dados (Gil, 2002).

Já a observação participante foi utilizada para descrever como o acesso

à TA é ofertado e constatar na prática docente o atendimento do estudante com deficiência com a TA, pois, a observação participante permite ao pesquisador participar ativamente do cotidiano do grupo ou comunidade a ser pesquisado, permitindo-lhe colher informações do interior e compreender melhor o contexto estudado (Gil, 2002).

A revisão bibliográfica, por sua vez, serviu ao propósito de buscar apoio e conhecimento científico no que já foi escrito e publicado nos mais diversos meios de imprensa e/ou audiovisual sobre a temática em estudo, visando o aprofundamento e a disseminação do conhecimento (Silva, 2023).

Durante o desenvolvimento da pesquisa foi feito uso de análise documental através do levantamento de informações em documentos de cada escola, como Projeto Político Pedagógico e Matriz Formativa, para identificar se contemplam o acesso à TA. A pesquisa documental se vale de materiais que ainda não foram analisados ou que podem ser reelaborados conforme os objetos da pesquisa, são mais diversos como: cartas pessoais, diários, fotografias, gravações, memorandos, regulamentos, ofícios, boletins, etc., e podem ser encontrados nos mais variados espaços, a saber, associações científicas, igrejas, sindicatos, partidos políticos etc. Essas especificidades são o que difere a pesquisa documental da pesquisa bibliográfica, uma vez que também segue os mesmos passos de pesquisa (Gil, 2002).

A análise dos dados coletados por meio dos questionários aplicados foi realizada com ferramentas da Estatística Descritiva, de forma que os resultados encontrados nas diversas variáveis investigadas foram representados por meio de gráficos com o intuito de uma melhor compreensão e leitura das informações coletadas. No caso dos dados coletados na observação participante, foi utilizada a técnica descritiva para mensurar os fenômenos relevantes. Apresentou-se cruzamento das fontes, fazendo uma triangulação entre os dados coletados na observação participante com os dados do questionário semiestruturado e a literatura que fundamenta a pesquisa. Desse modo, dispõe-se a seguir os resultados e discussões da pesquisa.

Resultados e discussões

Para o desenvolvimento da pesquisa, após aprovação do Comitê de Ética e Pesquisa - CEP, foi realizado o agendamento com gestores das unidades escolares participantes da pesquisa, para montar um cronograma de visitação às escolas e turmas de Educação Infantil que atendem à Educação Especial. Em seguida, as visitas foram realizadas com o intuito de compreender como a TA é aplicada nas unidades escolares, enquanto ferramenta de promoção de aprendizagem no ensino das crianças com deficiência, inclusive

como é contemplada no Projeto Político Pedagógico e na Matriz Formativa.

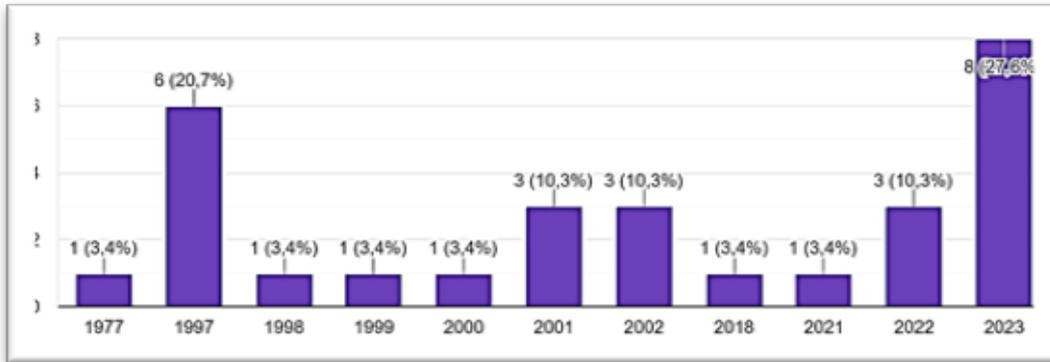
Foram realizadas, durante as visitas às escolas, observação participante e aplicações de questionários junto às professoras que atendem ao perfil delimitado na pesquisa. Isso foi feito com o intuito de colher dados sobre o histórico profissional e formação acadêmica das professoras; as características das escolas que atendem a Educação Infantil; a concepção das professoras sobre a TA; e como a TA é ofertada pela unidade escolar na prática docente. A seguir será apresentada a análise dos resultados obtidos durante a investigação.

Apresentação dos dados do questionário

O questionário foi aplicado às professoras da Educação Infantil que atendem a estudantes com deficiência. Esse questionário teve como objetivos principais: conhecer as características das escolas que atendem Educação Infantil da zona rural e da zona urbana do município de Santo-Sé Bahia; perceber a concepção dos professores sobre a TA; saber como a TA é ofertada ao estudante com deficiência na prática docente; e conhecer as possíveis dificuldades no desenvolvimento na aprendizagem de crianças com deficiência.

Responderam ao questionário 29 (vinte e nove) professoras, o que evidencia a forte participação do gênero feminino atuando na Educação Infantil, uma vez que 100% das respostas são de mulheres. É muito comum a presença da mulher na Educação Infantil, hoje não mais com o papel de cuidadora, que organiza o ambiente e mantém a criança segura, e sim como protagonista nos processos de aprendizagem e com formação na área, a participação masculina na Educação Infantil é quase inexistente (Costa; Colares, 2017).

Sobre o histórico profissional das professoras, obteve-se que quanto ao tempo de experiência como docente, há uma diversidade em períodos que vão desde uma semana até quarenta e seis anos de experiência, uma professora (3,4%) com o ingresso mais antigo na carreira em 1977 e oito professoras (27,6%) com o ingresso mais recente, em 2023. Essa variação no período de experiência é comum tanto na zona rural quanto na zona urbana. Variação de período representada no gráfico 1.

Gráfico 1 - Ano de ingresso na rede pública municipal.

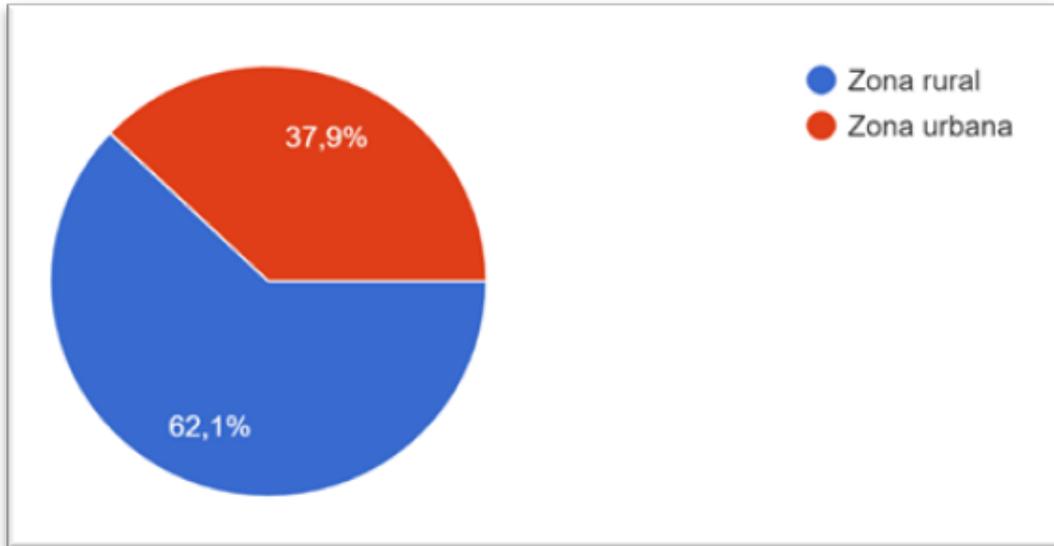
Fonte: dados da pesquisa (2024).

As professoras contratadas no ano de 2023, são responsáveis pelo acompanhamento das crianças com deficiência. O que pode justificar o fato de um maior número de contratações neste ano, como apresentado no gráfico, é o fato de que, a cada ano aumenta o número de estudantes com deficiências matriculados na rede municipal. Os dados do censo 2023, ano de desenvolvimento da pesquisa, ainda não haviam sido divulgados no momento da realização do estudo, mas, segundo o censo nacional, comparando os anos de 2021 e 2022, já é possível perceber o aumento de 20 estudantes matriculados na modalidade de Educação Especial no ano de 2022 com relação ao ano de 2021.

Destaca-se que as professoras com menos experiência são as de vínculo empregatício contratado, tanto na zona rural quanto na zona urbana do município. Em sua maioria, são professoras cuidadoras, contratadas para dar assistência especial aos estudantes com deficiência. Essa relação apresenta uma semelhança com uma representada por Costa e Colares (2017), a função de monitora, que surgiu como uma alternativa de baixo custo para atender a um grande número de crianças, sem especialização em sua função, sob orientação aproximada com a de professora (Costa e Colares, 2017).

Sobre as características das escolas que atendem Educação Infantil da zona rural e da zona urbana do município de Sento-Sé Bahia

Entre as professoras que responderam ao questionário, a maioria atua na zona rural do município, correspondendo a dezoito delas (62,1%), e onze (37,9%) atuam na zona urbana. O gráfico 2 indica que a maioria das escolas participantes da pesquisa é de zona rural, um total de quatro (80%), e apenas uma (20%) escola na zona urbana do município de Sento-Sé.

Gráfico 2 - A Unidade de Ensino que você atua na Educação Infantil está situada em qual área?

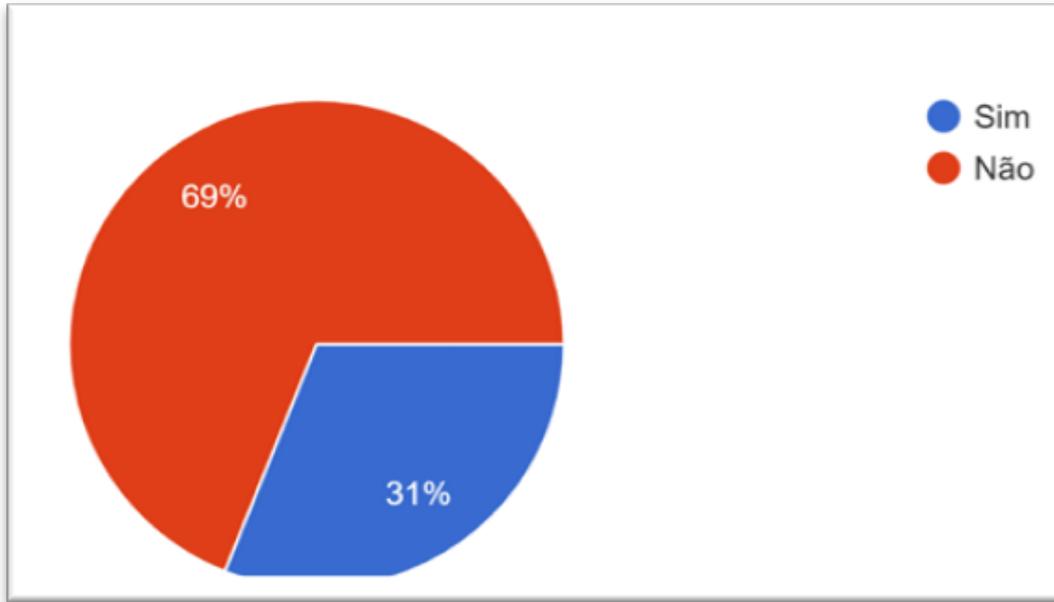
Fonte: dados da pesquisa (2024).

Devido à grande extensão territorial do município de Sento-Sé há um grande desafio em atender as escolas situadas da zona rural, pelos seguintes motivos: a distância da sede do município; a distância entre as comunidades; e comunidades pequenas com pouco número de estudantes de séries diferentes. Dessa forma, foi adotado pelo município, como estratégia para atender melhor às demandas educacionais, o sistema de nucleação. O Decreto de Nº 04/2003 de 1º de abril de 2003, estabelece estratégias de descentralização, visando a qualidade da educação no município. No sistema de Nucleação, os núcleos se caracterizam por uma comunidade composta por conjunto povoados e localidades situados na mesma região, esse sistema permite uma melhor dinâmica nas organizações administrativas e pedagógicas pensadas para as comunidades, além de permitir um melhor compartilhamento das experiências vivenciadas por cada uma delas (Sento Sé, 2020).

Todas as professoras moram na mesma área onde atuam, o que permite conhecer melhor o contexto da comunidade escolar. Quando o professor vive na comunidade em que trabalha, são grandes as possibilidades de conhecer as dimensões sociais as quais seus alunos estão inseridos, o que lhe permite estreitar as relações entre professor e aluno, para propor os conhecimentos formais para a aquisição da aprendizagem (Amaral et al, 2017).

Ao questionar se a unidade escolar em que as professoras atuam na Educação Infantil, atende turmas de multisseriados, nove (31%) afirmaram que sim e vinte (69%) afirmaram que não. Entre as cinco escolas pesquisadas, duas possuem turmas de multisseriado, sendo que uma delas atende essa realidade na Educação Infantil, conforme apresentado no gráfico 3:

Gráfico 3 - A Unidade Escolar que você atua na Educação Infantil, atende turmas de multisseriado?



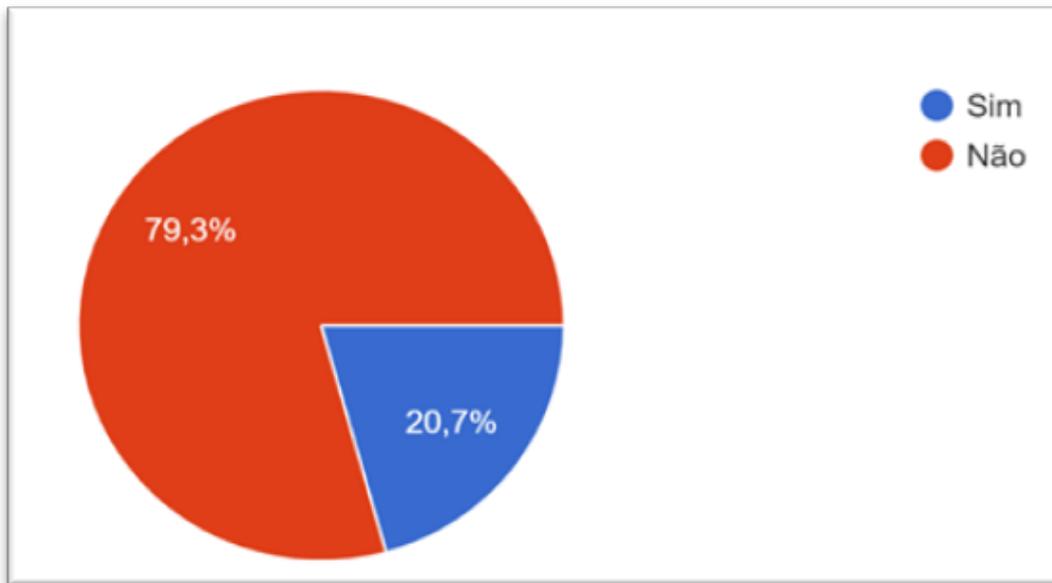
Fonte: dados da pesquisa (2024).

A Proposta Política Pedagógica do Município de Sento-Sé aponta as turmas multisseriadas como uma estratégia necessária para atender os estudantes da Educação Infantil ao Ensino Fundamental Anos Iniciais.

O Município de Sento-Sé, através da sua Proposta Política Pedagógica (2020, p. 658) reconhece a necessidade de definir caminhos para trabalhar com a especificidade do multisseriado, “torna-se fundamental, então, definir os caminhos do trabalho das classes multisseriadas no âmbito municipal, garantindo que as diretrizes da organização curricular aqui expressas, possam contribuir com esta especificidade [...]”.

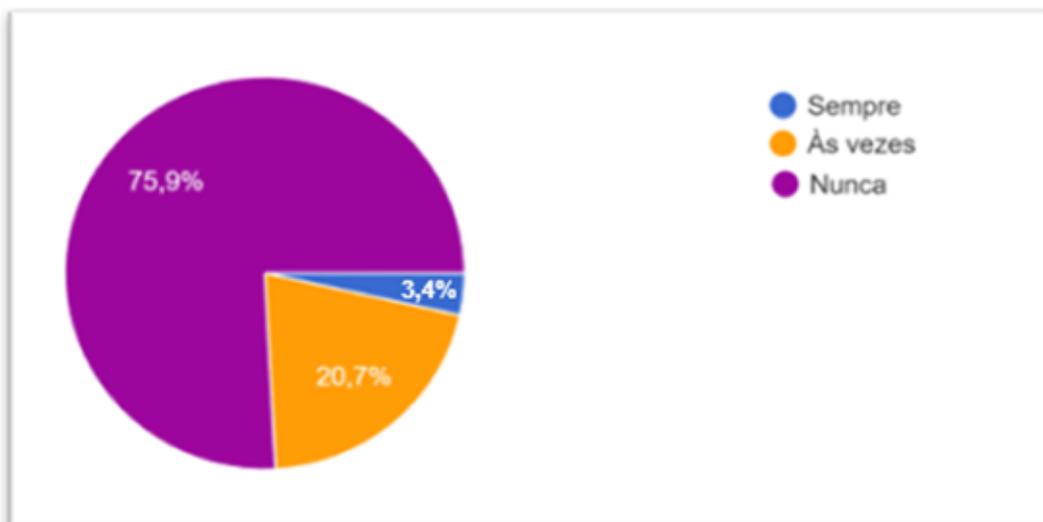
Sobre a concepção dos professores sobre Tecnologia Assistiva

Quando questionadas se conhecem a Tecnologia Assistiva, a maioria, vinte e três (79,3%), declarou não conhecer, e a minoria, seis (20,7%), afirma conhecer. Como apresenta o gráfico 4:

Gráfico 4 - Você conhece a Tecnologia Assistiva?

Fonte: dados da pesquisa (2024).

Do percentual de professoras que afirmou conhecer a TA, uma (3,4%) informou usar sempre na prática de sala de aula, seis (20,7%) informaram usar às vezes, e vinte e duas (75,9%) afirmaram nunca usar a TA. Dados apresentados no gráfico 5:

Gráfico 5 - Com que frequência utiliza a Tecnologia assistiva na sua prática docente?

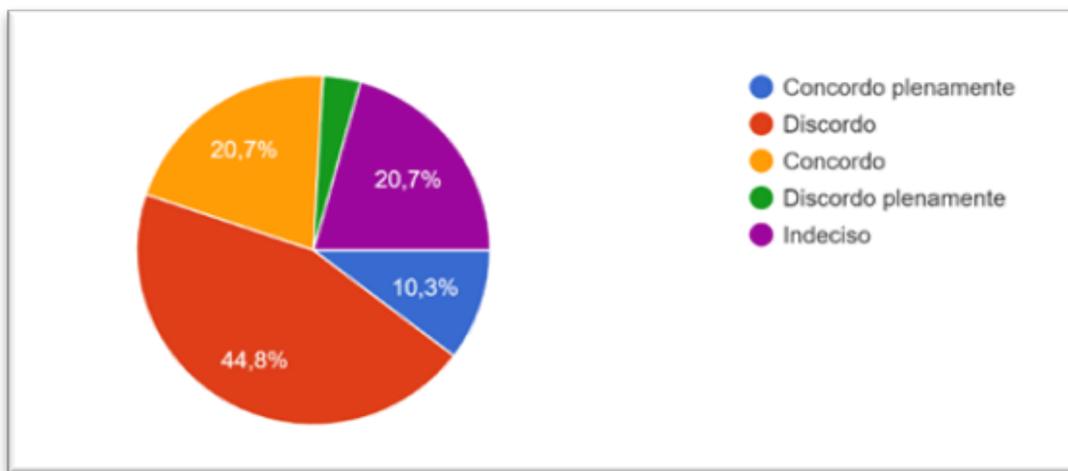
Fonte: dados da pesquisa (2024).

A TA amplia as possibilidades de participação do estudante nas diversas atividades desenvolvidas no contexto escolar, podendo contribuir para o desenvolvimento de algumas habilidades da pessoa com deficiência e promover e/ou ampliar a comunicação, a autonomia e a independência, viabilizando o processo de inclusão (Amaral et al, 2017). O uso da TA de modo intencional é crucial no processo de inclusão.

Sobre como a Tecnologia Assistiva é ofertada ao estudante com deficiência na prática docente

Quando foi perguntado às professoras se a TA é ofertada na unidade escolar que elas atuam, houve uma diversidade de respostas, três (10,3%) responderam “concordo plenamente”, treze (44,8%) responderam “discordo”, seis (20,7%) das professoras responderam “concordo” e uma (3,4%) das professoras responderam “discordo plenamente”. Dados apresentados no gráfico 6:

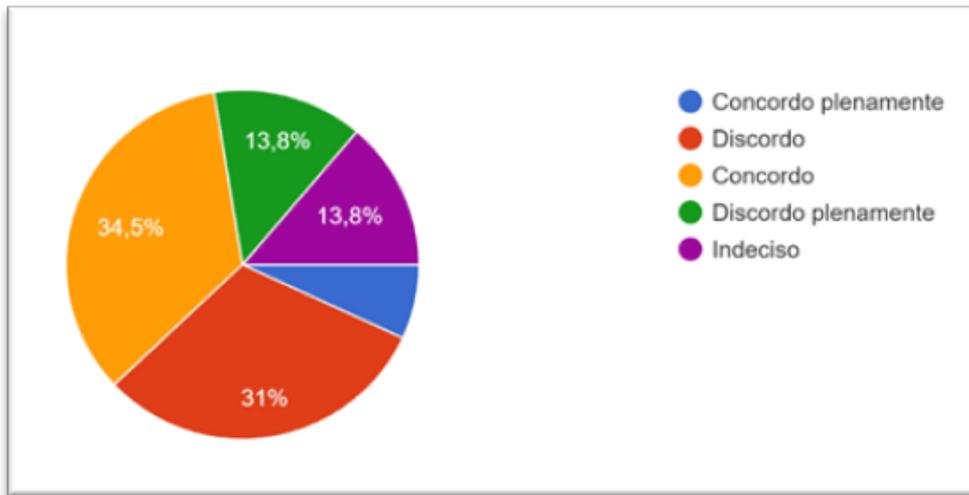
Gráfico 6 - A Tecnologia Assistiva é ofertada na Unidade Escolar em que você trabalha?



Fonte: dados da pesquisa (2024).

Amaral et al (2017) reforçam a importância de fazer uso de diferentes métodos e recursos, acompanhando as mudanças sociais, para as especificidades de cada estudante, objetivando a sua participação plena nos processos de aprendizagens. Aponta ainda a TA como ferramenta importante a ser utilizada na educação para vencer as situações de exclusão (Amaral et al, 2017).

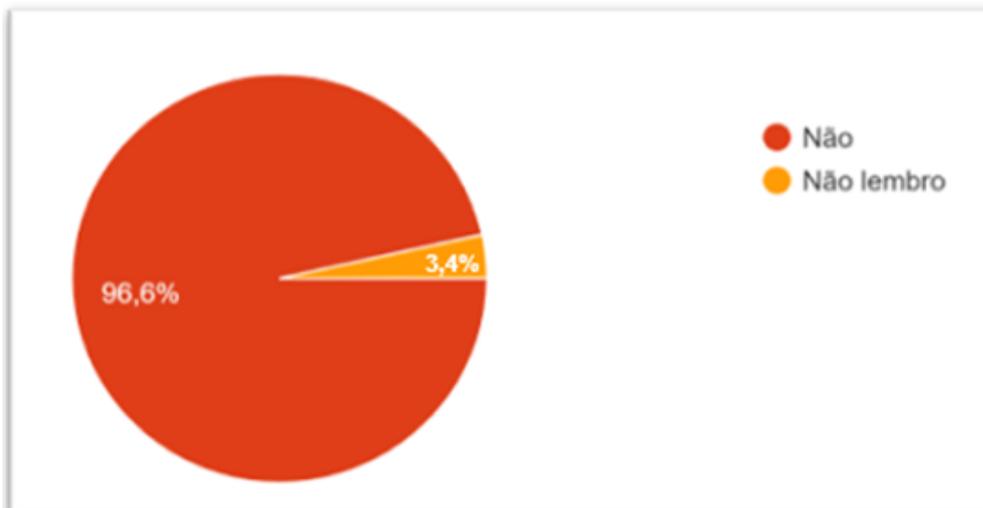
Semelhantemente, quando perguntadas se existem recursos da área da TA na unidade escolar em que as professoras atuam, houve uma diversidade de respostas. A minoria, duas (6,9%) responderam “concordo plenamente”, nove (31%) responderam “discordo”, dez (34,5%) responderam “concordo” e quatro (13,8%) responderam “discordo plenamente”. Dados apresentado no gráfico 7:

Gráfico 7 - Existem recursos da área da Tecnologia Assistiva na Unidade Escolar que você atua?

Fonte: dados da pesquisa (2024).

Os recursos em TA são responsáveis por proporcionar aos seus usuários possibilidades de participação em diversas atividades com mais eficiência. Sem a TA a participação da pessoa com deficiência seria impossível ou limitada, logo, com o uso da TA, o estudante tem formas de participar naturalmente das práticas com as mesmas possibilidades que as demais pessoas (Bersch, 2017). A participação autônoma e independente dos estudantes, facilitada pelos recursos de TA, aumentam as expectativas e a autoestima do estudante com relação às vivências escolares, por isso, a oferta de recursos de TA na escola é tão importante.

Perguntadas se a unidade escolar promove formação continuada sobre a TA, a resposta foi quase que unânime, 96,6% responderam “não” e 3,4% responderam “não lembro”. Conforme o gráfico 8:

Gráfico 8 - A Unidade Escolar promove formação continuada sobre a Tecnologia Assistiva.

Fonte: dados da pesquisa (2024).

A formação continuada é importante para o professor, pois desenvolve um conhecimento aprimorado sobre as especificidades em estudo, ampliando suas habilidades nas áreas do ensino. O professor precisa ampliar seus conhecimentos, aprofundando-se mais nas áreas da pesquisa, da teoria e dos diversos temas que envolvem o ensino. Durante a formação continuada, ao vivenciar e compartilhar experiências com os colegas, bem como ouvir as experiências dos demais, o professor realiza a autorreflexão e a autoavaliação da sua prática educativa (Dorigon e Romanowski, 2008).

Convidadas forneceram relatos sobre as principais dificuldades encontradas para desenvolver o processo de aprendizagem dos estudantes com deficiência, a falta de recursos, de informação e de formação para trabalhar com crianças com deficiência, estão entre a maioria das respostas.

A professora "A" relata "falta de conhecimento sobre as singularidades dos alunos, falta de formação continuada na área e falta de material didático adaptado".

Já a professora "B", relata "necessidade de pesquisa constante por atividades diferenciadas, dificuldades de conter o aluno em momentos de estresse, necessidade de formação continuada presencial e dificuldade do aluno em aprimorar a coordenação motora".

A professora "C", por sua vez, relata "falta de material adequado; falta de formação para os professores regulares; falta de informação; falta de um processo de identificação das necessidades do aluno adequado e falta de aceitação dos pais".

Apresentação da observação participante

Apresenta-se agora roteiro de observação participante com o objetivo registrar as atividades e as atitudes das professoras e estudantes, no momento da aula, observou-se o seguinte:

Durante a observação participante nas aulas, identificou-se o uso da TA como prática para estimular a aprendizagem de estudantes com deficiência em duas turmas. Observou-se, ainda, a adoção de metodologias diferenciadas pela professora regente para explicar conhecimentos básicos a esses estudantes.

Nas demais turmas, foram observadas atividades variadas, em algumas com mais e em outras com menos recursos, mas em sua totalidade a metodologia e as estratégias de ensino-aprendizagem eram as mesmas para todos os estudantes.

Percebeu-se que a maioria dos estudantes com deficiência não con-

seguem atender à proposta das atividades do dia, deixam a atividade incompleta, ou terminam em outro tempo, após a conclusão dos demais.

As professoras em todas as turmas demonstraram interesse na aprendizagem de todos os estudantes, com os estudantes “especiais”, como são chamados, essa preocupação é ainda maior, que se evidencia no cuidado, com atitudes como estar sempre próximo desses estudantes e com diálogo mais intenso com eles. Todas as turmas que têm estudantes com deficiência com laudo, possuem uma professora auxiliar, a professora de educação especial, porém, uma característica muito forte que marca essas profissionais é o fato de que são, na sua maioria, profissionais em início de carreira que ainda não iniciaram a formação em nível superior ou ainda estão terminando a graduação. Essa realidade, ainda que presente na zona urbana, é ainda mais forte na zona rural do município.

Todas as escolas participantes da pesquisa já têm o Projeto Político Pedagógico - PPP e trabalham com Matriz Sistemática para direcionar os conhecimentos básicos a serem trabalhados anualmente, também todas estavam em processo de reformulação destes dois documentos, com previsão de conclusão para o final do ano de 2023, coincidindo também com a realidade da Proposta Política Pedagógica Municipal - PPP.

Uma situação que chamou a atenção durante a observação participante, foi o fato de que uma das escolas que atendem estudantes da Educação Infantil recebe estudantes transportados. Estudantes com idade de 4 e 5 anos são transportados de suas comunidades para outra comunidade da zona rural para que possam estudar, uma vez que o número de estudantes em cada comunidade não chega ao número mínimo para manter uma turma. Os estudantes da Educação Infantil transportados, precisam se preparar e sair mais cedo de suas casas para pegar o transporte escolar e chegar até a escola no horário de entrada, quando a aula termina, mais uma vez pegam o transporte para retornar pra casa, o que evidencia uma dedicação de tempo bem maior dessas famílias às atividades educacionais, situação, de certa forma, pesada à pouca idade desses estudantes, dura de se ver e de sentir.

Os aspectos mais marcantes observados durante a pesquisa foram os seguintes: o ensino homogêneo para os estudantes da turma, sem considerar as necessidades específicas dos estudantes com deficiência (devido ao desconhecimento ou à falta de materiais adequados); a presença de turmas multisseriadas; e os estudantes transportados.

Dados da Proposta Política Pedagógica Municipal e dos Projetos Político Pedagógicos das escolas e a contemplação da TA

A Proposta Política Pedagógica Municipal, é um documento reconhecido como a identidade de educação do município, de construção participativa, com a participação dos profissionais da educação e da comunidade sentoseense que têm a responsabilidade de imprimir nesse documento as estratégias traçadas, a missão da educação no município, os objetivos almejados, a história de um povo, os sonhos, as possibilidades, as dificuldades, as angústias, as conquistas e o desejo de transformar realidades por meio da educação.

A PPP municipal é um documento que trata sobre a inclusão, contemplando diversas realidades vivenciadas pela comunidade que, em sua maioria, vive no campo. A necessidade de ofertar a educação inclusiva para atender a todos os níveis e modalidades de ensino é uma constante no município. A PPP (Sento Sé, 2020, p. 18) apresenta a necessidade de inclusão por meio da acessibilidade, segundo o documento “a acessibilidade trata de garantir o acesso ao currículo comum a todos, por meio de estratégias, materiais, recursos e serviços que permitam ao estudante com deficiência ou altas habilidades/superdotação, participar de todas as atividades escolares”.

Entre as estratégias e recursos necessários para a promoção da educação inclusiva, a TA, pauta de estudo desta pesquisa, é apontada pela PPP municipal como importante para que o município tenha um currículo acessível e atenda às necessidades do estudante. Com o objetivo de atenuar as barreiras que impedem a participação efetiva do estudante com deficiência, deve-se identificar, produzir, elaborar, mover recursos e organizar serviços, que atendam às necessidades específicas de cada estudante com deficiência e promover também ações para ensinar e usar a TA no contexto escolar (Sento Sé, 2020).

O Projeto Político Pedagógico é o documento mais importante da escola, nele, consta a identidade da escola, por meio da caracterização do perfil de sua comunidade escolar, missão, desafios, projetos, diagnóstico do momento vivenciado e parcerias estabelecidas com a comunidade em geral, entre outros aspectos (Távora, 2010).

A atualização e revisitação desse documento é de suma importância para o bom andamento da instituição escolar e o alcance dos objetivos traçados por essa.

Em análise do Projeto Político Pedagógico de cada escola foi perceptível que a educação inclusiva, bem como a criança com deficiência ocupam

um espaço importante em cada documento, neles, constam informações sobre a necessidade da promoção da educação inclusiva. Do mesmo modo, aparecem as dificuldades para a promoção dessa, muitas vezes justificada pela ausência de recursos financeiros para melhor assessorar as práticas pedagógicas direcionadas a esse público.

O PPP escolar apresenta a necessidade de estratégias, recursos e didáticas específicas para atender ao público da educação inclusiva. Traz a tecnologia como uma importante ferramenta a ser utilizada nas escolas para atender a todo o público com base nos documentos legais, tais como a BNCC e a LDB por exemplo, afirmando que o uso das tecnologias favorece as experiências exitosas que culminam no desenvolvimento da aprendizagem de todos os estudantes.

Porém, o termo Tecnologia Assistiva não é utilizado em nenhum dos PPPs das cinco escolas participantes da pesquisa, não foi citado em nenhum momento a necessidade de ampliar o conhecimento sobre a TA, também não foi informado sobre a aquisição ou o desejo de adquirir recursos da área da TA para o uso na escola, e não há registros sobre a formação continuada dos professores em relação a essa área de conhecimento em específico, no PPP das escolas há referência à importância da formação continuada para os professores, inclusive cita a importância do domínio tecnológico por parte do corpo docente, porém a TA em específico não é citada.

Comparando os dados dos questionários e a observação participante

Essa parte destina-se a analisar e estabelecer comparações entre alguns dados do questionário e da observação participante, buscando um significado comum para compreender o problema em questão de maneira mais ampla e profunda possível e fazendo um comparativo com o referencial teórico apresentado.

Ao observar o questionário respondido pelas professoras e fazer a observação participante pode-se perceber os panoramas apresentados no referencial teórico por Luckaw e cordeiro, 2019, sobre a falta de professores preparados para atuar na educação do campo. Sobre o perfil das professoras das escolas da zona rural pesquisadas, em específico, as professoras que atuam como professora auxiliar da educação especial, observou-se que elas desenvolvem um papel de monitora e não têm formação em nível superior, em sua maioria estão cursando pedagogia, também são em sua maioria profissionais em início de carreira e de vínculo empregatício contratado. Enquanto as professoras que atuam como auxiliares de educação especial

da zona urbana, em sua maioria, possuem formação acadêmica, têm um período de experiência maior e a metade é de vínculo empregatício efetivo.

A oferta de Educação Infantil na zona rural enfrenta um desafio de maior proporção que na zona urbana, o que é justificado pela extensão territorial do município e a quantidade de estudantes em cada comunidade. Enquanto a zona urbana recebe estudantes da sede do município em um número maior, a zona rural em algumas situações precisa aderir ao multiseriado ou ao transporte escolar de estudantes de comunidades vizinhas, para atender às demandas de cada comunidade escolar. O que confirma as colocações de Tavares e Bem (2019) sobre a pouca oferta de educação infantil na zona rural.

Com a aplicação do questionário, percebeu-se que a concepção dos professores sobre a TA no início da pesquisa era bastante vaga, duas professoras demonstraram conhecer e utilizar a TA em sua prática pedagógica de forma intencional. Ademais, durante a observação participante foi possível perceber que outras professoras também faziam o uso da TA às vezes em suas práticas, porém sem a compreensão de que aquela metodologia ou prática fazia parte dessa área de conhecimento. O que vai de encontro com o que defendem os autores Rita Bersch, 2017 e Galvão Filho, 2009, ao afirmarem que o conhecimento sobre a TA é primordial no atendimento aos estudantes com deficiência.

Até o início da realização da pesquisa com aplicação do questionário e a observação participante, as escolas participantes ainda não haviam ofertado formação continuada sobre a TA, essa oferta se concretizou posteriormente como um dos produtos da dissertação, a oficina Tecnologia Assistiva: estratégias para a aprendizagem. Os participantes demonstraram satisfação em participar e expressaram o desejo de participar de outras formações sobre a temática, pois a formação continuada, segundo Teixeira e Vianna, 2020, são essenciais aos profissionais da educação.

Nos PPPs das escolas não foram encontradas referências sobre a TA, mas foram encontradas referências sobre a necessidade de desenvolver atividades diferenciadas para os estudantes com deficiência, por entender que esses estudantes precisam de mecanismos de ensino diferenciados para alcançar os objetivos de aprendizagem traçados para a turma. Já a Proposta Política Pedagógica do município contempla a TA, mas não aprofunda o tema.

O ensino para crianças com deficiência envolve toda a escola, como afirmam a LBI e a LDB, por esse motivo, após as atividades de aplicação do questionário e observação participante, as ações, produto da dissertação foram elaboradas para alcançar toda a comunidade escolar e não apenas aqueles que lidam diretamente com os estudantes com deficiência. Desse

modo, é possível levar formação e informação para o maior número de pessoas e acelerar os processos de inclusão.

Com a aplicação do questionário às professoras que atendem a estudantes com deficiência e as observações participantes realizadas nas salas de aula, foi possível compreender um pouco da realidade de cada unidade escolar e das especificidades vivenciadas por cada professora que atende a estudantes com deficiência. Mediante os resultados provenientes das coletas de dados com esses dois instrumentos mencionados, desenvolveu-se os seguintes produtos finais da dissertação: palestra com os pais de todos os estudantes de cada unidade escolar; palestra com todos os funcionários de cada unidade escolar; oficina com todos os professores de cada unidade escolar e; a produção de um vídeo sobre a TA no contexto escolar.

As ações foram ministradas pela Mestranda do Curso Interdisciplinar em Extensão Rural da Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF, Maiara Rodrigues Gama dos Santos Vasconcelos e aconteceram no prédio de cada unidade escolar. O objetivo foi facilitar o acesso às informações e a utilização dos conhecimentos da área da TA, ao apresentá-la como uma área de conhecimento importante para impulsionar a aprendizagem da criança com deficiência. Com o intuito de que, a partir dessas ações, os professores, demais funcionários da escola e os pais conheçam e/ou aprofundem os conhecimentos sobre a TA e as muitas formas de utilizá-la.

Considerações finais

Com base na literatura revisada e em estudos já desenvolvidos, fica evidente que a TA deve ser utilizada como ferramenta de aprendizagem na Educação Infantil Inclusiva. Logo, há a necessidade de ampliar o conhecimento sobre a TA, para que essa faça, de fato, parte do contexto escolar e seja possível impulsionar a aprendizagem dos estudantes com deficiência por meio da promoção de maior autonomia, participação e compreensão das atividades propostas, oportunizadas pela TA.

Dessa forma, após análise das situações vivenciadas pelas cinco escolas participantes da pesquisa – por meio de visita às escolas, diálogo com a gestão de cada uma, aplicação de questionário às professoras de Educação Infantil que atendem a estudantes com deficiência e observação participante –, foi possível ter uma compreensão da realidade de cada Unidade Escolar em relação ao conhecimento e prática de TA.

Portanto, existem algumas diferenças entre o que é vivenciado nas escolas que atendem à Educação Infantil Inclusiva na zona rural e na zona

urbana. A zona rural vivencia algumas dificuldades para manter as turmas, devido ao quantitativo de estudantes e à distância entre as comunidades, sendo necessário aderir à oferta de multisseriados e de transporte escolar para trazer estudantes de comunidades próximas. Outra diferença verificada é referente à formação dos professores, pois na zona rural o número de professores com formação acadêmica é bem menor. Além disso, quanto ao vínculo empregatício, o status de contratado predomina na zona rural do município.

Nesse sentido, sobre a TA de forma específica, evidenciou-se que a maioria das professoras não conheciam o termo “Tecnologia Assistiva”.

Assim, embora alguns professores trabalhassem com atividades diferenciadas, as práticas de correção para equiparar a participação dos estudantes com deficiência não são tão comuns assim na sala de aula, tanto na zona rural quanto na zona urbana. Entende-se, como principais dificuldades: a falta de conhecimento, a falta de formação continuada e a falta de material diferenciado específico para trabalhar (intervir) na deficiência apresentada, no momento do desenvolvimento das atividades propostas.

Os Projetos Políticos Pedagógicos das escolas, embora contemplem a necessidade de trabalhar com atividades diferenciadas com estudantes com deficiência e a importância de aderir às tecnologias para impulsionar a participação dos estudantes nas práticas de aprendizagens, não fazem referência ao uso da TA.

Dessa maneira, com a promoção das palestras e o desenvolvimento da oficina, espera-se compartilhar o conhecimento sobre a TA, e disponibilizar os recursos confeccionados pelos professores, para serem utilizados nas aulas, com o intuito de transpor barreiras vivenciadas pelos estudantes com deficiência no contexto escolar. Com efeito, a produção e divulgação do vídeo sobre a TA, com o resumo das ações desenvolvidas nas escolas, pode-se aumentar as possibilidades de acesso das pessoas ao conhecimento da TA e a sua importância no processo de inclusão.

Para um maior aprofundamento sobre a pesquisa, acesse a dissertação com o mesmo título deste capítulo, bem como o vídeo ‘TA no contexto escolar’, disponível no link <https://youtu.be/iNXi0YSupgo> e em plataformas de compartilhamento de vídeos.

Desse modo, os resultados desta pesquisa podem colaborar para que outros pesquisadores desenvolvam estudos futuros sobre a TA e com a TA. Os estudos posteriores podem contemplar temáticas referentes às possibilidades de contribuições da área da TA para a Educação Básica, sobre os recursos analógicos e digitais da área da TA ou sobre a área da TA como importante aliada no Atendimento Educacional Especializado - AEE, entre outros.

Referências

AMARAL, Maria Odete Pereira; SILVA, Daniel Marques da; GONÇALVES, Amadeu Matos Gonçalves; COSTA, Maria da Graça Aparício; PIRES, Sofia Margarida Campos Salvado; BERSCH, Rita. **Introdução à tecnologia assistiva**. Porto Alegre, 2017. Disponível em: https://www.assistiva.com.br/Introducao_Tecnologia_Assistiva.pdf, acesso 24 de dezembro de 2022.

BRASIL, 2015, Lei n. 13.146, de 6 de jul. de 2015. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm, acesso em 15 de junho de 2022 de dezembro de 2021.

BRASIL, **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Educação é a Base. Brasília, MEC/ CONSED/UNDIME, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf, acesso em 24 de dezembro de 2022.

BREITENBA, Fabiane Vanessa; HONNEF, Cláucia; COSTA, Fabiane Adela Tonetto. **Educação inclusiva: as implicações das traduções e das interpretações da Declaração de Salamanca no Brasil**. Ensaio: aval. pol. públ. educ. [online]. 2016, vol.24, n.91, pp.359-379. ISSN 0104-4036. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-40362016000200005>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/WGRRYtXpZDHDNmM6XXhGzf/?lang=pt>, acesso em 28 de junho de 2022.

COSTA, Sinara Almeida da; COLARES, Maria Lília Imbiriba Souza. **Os papéis assumidos pela professora de Educação Infantil e as repercussões para a sua formação**. EDUCA - Revista Multidisciplinar em Educação, [S. l.], v. 4, n. 8, p. 83-95, 2017. DOI: <https://doi.org/10.26568/2359-2087.2017.2667>. Disponível em: <https://periodicos.unir.br/index.php/EDUCA/article/view/2667>, acesso em: 8 de novembro de 2023.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. **Práticas interdisciplinares na escola**. 11ª ed. São Paulo (SP): Cortez, 2009.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17ª. ed. Rio de Janeiro, Paz e terra, 1987.

GALVÃO FILHO, Teófilo Alves. **Tecnologia assistiva para uma escola inclusiva [recurso eletrônico]: apropriação, demanda e perspectivas** / Teófilo Alves Galvão Filho. - 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/10563/1/Tese%20Teofilo%20Galvao.pdf>, acesso em 03 de julho de 2023.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. - 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social** / Antônio Carlos Gil. - 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. População 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/sento-se/panorama>. Acesso em: 17 jul. 2023.

MARIN, Alda Junqueira; GIOVANNI, Luciana Maria. **Práticas e saberes docentes: os anos iniciais em foco** [recurso eletrônico] / organização Alda Junqueira Marin, Luciana Maria Giovanni. - 1. ed. - Araraquara, SP : Junqueira&Marin, 2016. Disponível em: https://www.pucsp.br/sites/default/files/download/posgraduacao/programas/ehps/ebook_praticas_e_saberes_docentes_-_os_anos_iniciais_em_foco_0.pdf, acesso em 18 de janeiro de 2024.

ROCHA, Aila Narene Dahwache Criado. **Processo de prescrição e confecção de recursos de tecnologia assistiva na educação infantil** / Aila Narene Dahwache Criado Rocha. - Marília, 2010. Disponível em <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/91211>, acesso 03 de julho de 2023.

SILVA, Marcos Manoel da; RIGO, Rosa Maria. REVISÃO SISTEMÁTICA E MAPEAMENTO SISTEMÁTICO - **Abordagens Metodológicas na Pesquisa Científica: 1º Encontro - A Construção de Uma Carreira Acadêmica de Qualidade e Conceitos Iniciais da Pesquisa Acadêmica**. 19 abr. 2023. Apresentação de Slides via Canva. 50 slides. color. Disponível em: <https://acesse.one/curso-primeiroencontro>.

TAVARES, Thiago Roniere Rebouças; BEM, Geralda Maria de. **A educação do campo e os desafios para uma educação infantil do campo: uma trajetória nas/das leis e nas/das lutas**. Revista de Educação Popular, Uberlândia, v. 17, n. 3, p. 154-167, 2019. DOI: <https://doi.org/10.14393/rep-v17n32018-art11>. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/43051>, acesso em 18 de janeiro de 2024.

TÁVORA, Maria Josefa de Souza. **O Projeto Político-Pedagógico na Produção Acadêmico-Científica Brasileira: A Retomada do Conhecimento**. Revista Cocar, [S. l.], v. 4, n. 7, p. 19-26, 2011. Disponível em: <https://177.70.35.171/index.php/cocar/article/view/35>, acesso em 6 de março de 2024.

TEIXEIRA, Adriana Martins Modesto; VIANNA, Marcia Marin. **Formação docente num contexto de inclusão escolar: "Alteridade: eu no lugar do outro"**. E-Mosaicos, 9(20), 43-60. (2020). DOI: <https://doi.org/10.12957/e-mosaicos.2020.46091>. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/e-mosaicos/article/view/46091>, acesso em 18 de janeiro de 2024.

Capítulo 2

A educação quilombola: resiliência cultural de uma territorialidade da “Negra Mirandiba”

Angela Maria dos Santos Schepp

scheppangela2@gmail.com | lattes.cnpq.br/3419245480724151 | orcid.org/0009-0007-0032-1081

Nilton de Almeida Araújo

nilton.almeida@univasf.edu.br | lattes.cnpq.br/4623524698102769 | orcid.org/0000-0002-7173-5245

Cristiane Moraes Marinho

cristianeifsertao@gmail.com | lattes.cnpq.br/7562370093778594 | orcid.org/0000-0003-3130-1941

Introdução

Esta pesquisa investiga a origem do povo negro no estado de Pernambuco, com foco no Sertão, analisando como o processo de povoamento resultou na formação de diversos quilombos e na consolidação de uma cidade conhecida como 'África no Sertão': Mirandiba. Localizada no Sertão de Pernambuco, Mirandiba recebeu esse nome em referência à primeira mulher que liderou o primeiro agrupamento de pessoas negras na região. De acordo com relatos dos mais velhos, foi nesse contexto que se formou um dos maiores quilombos do estado de Pernambuco.

Sua trajetória histórica perdura na memória dos mais velhos e na história da própria cidade, que é a "Negra Mirandiba". Propõe-se uma análise que permite delimitar em três eixos fundamentais: Identidade, Resistência e Educação Escolar Quilombola. Esse território está intimamente ligado à ancestralidade de um povo negro, que, ao longo dos anos, vem se reafirmando como uma territorialidade; sim, pois a terra é identidade que se aglutinam vidas e vidas em seu estado de vivência e resiliência. Nesse contexto, apontando para a efetivação da pesquisa, atuamos com os passos a seguir, para facilitar o diálogo com as comunidades, na sistematização e elaboração dos produtos finais.

A pesquisa teve como foco principal as mulheres do Sertão Central pernambucano, região semiárida, em especial as mulheres e as comunidades quilombolas de Mirandiba-PE. Discorrendo em todo o âmbito regional, uma vez que uma comunidade não se forma sozinha, ela vem de outros lugares e se estabelece para, a partir de então, traçar normas de convivência.

Organizamos a pesquisa em três eixos acompanhados de algumas inquietações, são eles:

1. Identidade: por meio de rodas de conversas, nas quais foi contada cada história de vida. Seja de forma oral pela questão de não se ter domínio da escrita por parte de muitas, na maioria das histórias tivemos esse formato e sistematizamos as informações para análise e discussão com os autores que discorrem sobre a mesma temática.

2. Resistência: realizada através de atividades lúdicas, desenho imaginário do mapa da comunidade para que pudessem descrever: Como surgiu a comunidade? Quem chegou primeiro? Quais os maiores problemas enfrentados pelas mulheres? Quais os avanços hoje?

3. Educação Escola Quilombola: quais as razões que não permitiram vocês estudarem? Quais os avanços da educação formal hoje nas comunidades quilombolas?

Este material registra e visibiliza a existência cultural, étnica, social e territorial dos/as negros/as de Mirandiba/PE, bem como os resinificados da sua coexistência, através das memórias históricas e de suas expressões. Aqui, aborda-se a história do processo de ocupação territorial, e da luta pela terra dos povos de comunidade tradicional quilombola do município.

Dentro do processo de colonização podem se destacar duas estratégias específicas: a das lutas pela terra dos povos que as habitam e a dos colonizadores. As relações sociais nesse espaço, embora marcadas por conflitos nas dinâmicas econômicas dessa trajetória, evidenciavam de forma inequívoca o caráter racial presente nesse contexto. Porém, os grupos colonizados resistiam ao caráter exploratório, não se contentando e buscando alternativas, sendo esses grupos muitas vezes as raízes das comunidades étnicas atuais. Por outro lado, esses grupos étnicos enfrentam estigmas relacionados à suposta descaracterização de sua identidade cultural. E quando temos 80% da população negra e o censo os classifica, de forma desconcontextualizada, como “pardo”?

A luta do povo negro pelo acesso à terra nasceu da ousadia de cada indivíduo em buscar a liberdade, rompendo com todas as amarras e correntes institucionalizadas. Ser gente, ser cidadão! Uma esperança de que o amanhã será melhor que outrora foi! Esse processo de construção do conhecimento, assim como os conflitos que o acompanham, torna-se inevitável ao resgatarmos o cotidiano de uma criança e suas dificuldades em vivenciar sua história de vida. Defendemos, nesse contexto, a própria existência de um povo aguerrido. Para tanto, esse processo promove várias ferramentas de estudo em defesa da própria coexistência, que vai além de existir, mas demarcar, relacionar, instituir! É necessário respeitar as experiências, ter humildade e ser ativo nas causas do “povo quilombola”.

Isto posto, é preciso inserir o desenvolvimento da pesquisa no âmbito do NEAFRRAR UNIVASF – Núcleo de Estudos Étnicos e Afro-Brasileiros Raoni Metkutire– Abdias Nascimento – Ruth de Souza. Mas, especialmente, esta pesquisa foi marcada pelo projeto de Extensão Rural Podquilombo. O projeto Podquilombo: um podcast sobre histórias, memórias e projetos de quilombos e fundo de pasto no Vale do São Francisco vem sendo desenvolvido desde 2022 e tem como foco comunidades tradicionais quilombolas e de fundo de pasto do semiárido brasileiro, em especial, na região do Vale do São Francisco. Em 2023, produziu dezenas de entrevistas com representantes e integrantes de comunidades quilombolas e de fundo de pasto sobre

histórias, projetos e memórias, bem como sobre a realização ou divulgação de projetos dessas comunidades tradicionais concluídos ou em andamento, realizados pelas próprias comunidades e/ou associações.

A produção de entrevistas enquanto Podcast se deu na modalidade live, isto é, a produção e transmissão de vídeo em tempo real em torno das narrativas, memórias e projetos de vida de integrantes e lideranças de comunidades quilombolas, comunidades de fundos de pasto e outras comunidades tradicionais do campo, representadas por ativistas e especialistas envolvidos com esta agenda. Tanto o projeto de extensão do Neafrar quanto o presente trabalho de pesquisa visam fortalecer a preservação, popularização e problematização da memória e da história coletiva dos quilombos, fundos de pasto e outras comunidades tradicionais do campo na região em tela. Ambas as iniciativas almejam garantir às atuais e futuras gerações o direito à informação como requisito fundamental para a defesa e consolidação da cidadania e produzir subsídios para a formulação de políticas públicas de Assessoria Técnica e Extensão Rural pautada pela pluralidade, diversidade e democracia.

Materiais e métodos

A pesquisa foi desenvolvida no território do Sertão do Central de Pernambuco, região semiárida em especial em Mirandiba-PE e em alguns outros municípios que têm povos originários e comunidades tradicionais dentro do seu território, como indígenas, negros e agricultores (as) familiares tradicionais.

Foi realizada uma pesquisa documental a partir de dados de registro que já existem no território. Como fontes, foram usados relatórios elaborados pela organização, bem como publicações específicas sobre mapeamento das ações na temática e histórias de transformação de vidas. A partir desses dados, procedeu-se a elaboração de um mapa de localização das comunidades das áreas da pesquisa.

O objetivo da pesquisa é levantar elementos de reflexão das relações das Mulheres com família, agricultura, relações sociais e urbanas, manifestações culturais e saberes ancestrais. Além disso, busca-se compreender como o conhecimento tem sido utilizado ao longo das histórias pessoais e das práticas domésticas rurais, considerando o potencial de produção de saberes presente nas memórias e nos modos de vida dessas pessoas, e como esses fatores impactam o meio ambiente e geram efeitos socioeconômicos na vida de famílias agricultoras.

Para isso, foram utilizadas como base de dados, os resultados da pesquisa sob o título de “Inclusão de famílias rurais economicamente vulneráveis do Semiárido Pernambucano”. A pesquisa foi realizada a partir da parceria entre: comunidades locais, ONG Casa da Mulher do Nordeste, Rede de Mulheres do Pajeú pernambucano e a ASCQUIMI - Articulação Social das Comunidades Quilombolas Mirandiba-PE.

Resultados e discussões

Espera-se que os três materiais produzidos - minidicionário, calendário e e-book - sejam utilizados para subsidiar a elaboração das “Diretrizes Curriculares da Educação Escola Quilombola de Mirandiba/PE, a partir da Lei 683/2020”. Proporcionando maior aprendizado e compartilhamento de saberes sobre a história dos povos negros e especialmente das mulheres que habitaram e habitam nesse território.

Busca-se também que esses resultados sirvam para pesquisa, estudo e sistematização de outros estudos sobre a ancestral “Negra Mirandiba”, mulher que liberta seu povo; buscou sua liberdade fazendo seus próprios caminhos e para que outras mulheres possam conhecer e se identificar com a sua luta.

Por fim, a proposta é contribuir para os estudos e pesquisas de estudantes negros, promovendo o reconhecimento de sua história; proporcionar aos(as) professores(as) material didático adequado; e apoiar a formação de servidores públicos. Além disso, almeja-se ampliar o impacto deste trabalho para além do ‘Sertão’, alcançando outros Quilombos no Brasil.

Quem foram esses desbravadores? Como viviam? De onde vieram? Porque vieram até aqui? Porque tinham uma mulher como liderança? Que memórias guardam? Que força carrega? Quais são seus maiores sonhos? Quais as suas maiores perdas e se tiveram? São muitos fatos dessa história, que a própria história desconhece.

Dessa maneira, é fundamental lançar um olhar para o passado e transmitir às futuras gerações a certeza de que esses grupos estiveram presentes e deram origem à cidade de Mirandiba. O pássaro Sankofa é um dos dois símbolos que a representam. Um pássaro mítico e um coração estilizado simbolizam a volta para adquirir conhecimento do passado, a sabedoria e a busca pela herança cultural dos antepassados para construir um futuro melhor.

Ao tratar da história da origem da humanidade, encontra-se origem em África. Aos que elaboraram de modo monopólico e eurocêntrico a história da humanidade era preferível dizer que a humanidade, nasce em qualquer

outro lugar, jamais desejariam poderiam admitir que fosse a África o berço da humanidade. Esses povos formaram as maiores civilizações e, ao longo de milhões de anos, continuam evoluindo com a ciência e a cultura, até os dias atuais.

Ao longo dos períodos migratórios enfrentados pelas civilizações a partir do surgimento em África, ocorreu o desenvolvimento de ferramentas agrícolas, característico do período Neolítico, além da promoção de miscigenação e intercâmbios culturais que enriqueceram diversas sociedades. Nesse sentido já existem estudos feitos por vários estudiosos como o professor Júlio Medeiros no documentário “África, o berço da humanidade” (disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=KKI8Jd6rdeA>. Acesso em: 05 de agosto de 2024).

Esse documentário evidencia acontecimentos da história e, principalmente, da origem da humanidade que sofrem apagamento em razão da repetição de uma outra narrativa, uma versão fantasiosa da história perpetuada séculos. Gerações e gerações seguem manipulando a história em relação às origens da humanidade. A ausência dessas trajetórias em muitos momentos de estudo nas escolas deve ser questionada, que tipo de conhecimento está sendo trabalhado, para quem serve esse tipo de informação repetida e reproduzida por muitos anos, sem alterar a forma e sem alterar o método.

Essa história “clássica” formação humana serve para maquiagem as memórias dos povos africanos e garantir que cada ser humano seja manipulado pelo capital, afastando-o de sua verdadeira essência. Esse modelo cria uma força de trabalho voltada para atender ao mercado, sem evidenciar o verdadeiro sentido da existência humana. Tudo é feito em nome do mercado, do poder e da busca por superioridade, que se manifesta na acumulação de bens em vez da produção de conhecimento.

Cabe questionar: “Quantas pessoas pretas e pardas acessam a escola? Quantas pessoas negras chegam à Universidade? Por que atualmente ainda somos a maioria e porque temos poucos que cursaram nível superior? Por que ainda estamos falando em racismo e na luta antirracista? Existiam artistas negros que deixaram sua marca na história?”.

Antes de analisar a situação em que vivem os povos negros no Sertão atualmente, temos que compreender um pouco mais da história desses povos, sua trajetória migratória e até suas origens em Pernambuco e o processo de aculturação e branqueamento que sofreram; Esse entendimento exige reconhecer que, ao longo da história da ocupação territorial do Sertão, desde a Comarca de Olinda até os rincões sertanejos, diversos contextos sociais se entrelaçaram e moldaram as dinâmicas regionais.

É importante considerar que as memórias coletivas exercem grande influência no pensamento, expressões e atitudes, tanto coletivas quanto individuais, especialmente nos processos de resistência dos povos. Essa influência se manifesta por meio dos valores culturais e da espiritualidade, que são fundamentados na luta pela terra.

A reflexão nos levará ainda à própria construção da ideia que foi formulada de sertão como um espaço distinto e singular. Assim, iniciamos este diálogo procurando responder à questão de como pensavam as pessoas livres da sociedade escravista açucareira, e que valores nortearam suas ações sociais, econômicas, culturais.

Assim, ser “marginal” refere-se ao indivíduo a quem foi dada essa condição de sobrevivência, ou seja, foi excluído da participação das atividades produtivas de uma sociedade, logo, podemos considerar os vadios das vilas do açúcar como um grupo marginal do período em que o açúcar era especificamente o principal meio de produção da sociedade. Ainda poderíamos dizer que são “os miseráveis do açúcar”! Há, porém, outro grupo que se distingue dos pobres reconhecidos pela sociedade colonial por exercerem um trabalho, enquanto os vadios são definidos pela ausência de um ofício reconhecido. Por outro lado, a Coroa buscava inserir os vadios na dinâmica da sociedade colonial.

Podemos considerar que toda sociedade tem dois modos de tratar sua população marginalizada: a completa exclusão do convívio em sociedade, ou encontrando uma forma de utilizar esses marginais. Aqui podemos perceber que a Coroa portuguesa fez uso dessa segunda opção de convívio social em uma sociedade colonial. Nesse imaginário de formação social, esses excluídos, foram, no entanto, “reaproveitados” pelo Estado como soldados e instrumentos de controle social.

Na história, muitas partes foram apagadas das narrativas oficiais, apesar disso passaram a ser lendas e contos, para mais recentemente serem reconhecidas e “redescobertas” pela historiografia contemporânea contra-hegemônica. A seguir apresentamos algumas personalidades que representam os milhões de mulheres que lutaram e lutam até os dias atuais, através de outras mulheres que se espelham nessas figuras femininas históricas que perpetuam seu legado para além dos tempos e para além de gerações. Suas trajetórias precisam ser lidas, conhecidas e celebradas em todas as escolas do país, mas, em particular nos quilombos, para que nunca sejam apagadas da história.

Se grandes foram suas lutas, maiores ainda foram as dos seus descendentes, que cresceram sem seus familiares e que tiveram que se reinventar dentro de uma estrutura capitalista, escravista, patriarcal, machista e fas-

cista. Para além de lutar por sua liberdade e deixar um legado para as futuras gerações, percebe-se a necessidade de abandonar o lar, afastar-se da família e abrir mão do conforto para lutar pelo que acreditam ser indispensável conquistar. São milhões de povos negros nesses territórios espalhados pelo território do planeta, mas aqui, o intuito é falar do Brasil; quantos “Brasis” caberiam, na sua jornada? Quantas lutas ainda precisam ser travadas? Qual a sua conquista mais recente? Qual a sua luta hoje? Muitos são os que ainda vivem nos escombros de uma sociedade que lhes deixa as migalhas para que não vivam em harmonia, mas para que sobrevivam e que se mantenham firmes para trabalhar e garantir um presente confortável para os poucos que são os detentores do poder. São milhares os que morrem entre mulheres e jovens pretos; são incontáveis os que não morreram e são mantidos presos, muitos por somente ter a pele preta! Ainda precisa lutar...

Ao longo dos anos o povo negro na zona rural do município de Mirandiba-PE vem existindo, reexistindo e coexistindo, sendo o maior município em população negra da região do Sertão Central do Estado de Pernambuco, segundo dados do censo de 2012 do IBGE. Estima-se que a população negra representa 80% da população total do município. A comunidade Negra Mirandiba está situada entre o Sertão Central e o Pajeú, com uma distância de 470 km da capital do estado, Recife/PE.

Os negros levados ao sertão enfrentavam jornadas exaustivas, caminhando por dias e noites, muitas vezes com a certeza de que jamais alcançariam seu destino. Essa realidade marcou profundamente a formação da cidade e a origem do povo negro na região. Como suportar tamanhas distâncias e ainda encontrar forças para trabalhar? Como sobreviver a tanto sofrimento e, ainda assim, preservar a esperança por dias melhores?

O Brasil foi o último país das Américas a instituir uma lei de abolição da escravidão. Hoje reúne a segunda maior população negra do mundo, fora da África, com aproximadamente 110 milhões, em números absolutos, segundo a PNAD Contínua 2019, o IBGE conceitua a população negra como a soma de brasileiros e brasileiras que se declaram pretos ou pardos.

Apesar dos avanços nas conquistas de direitos das comunidades quilombolas a partir da Constituição Federal de 1988, os mecanismos institucionais de negação de seus Direitos Fundamentais ainda se configuram como reflexos das políticas escravocratas. Com base na realidade da maioria da população negra – urbana e rural – que estudos apontam que, mesmo com todas as mudanças e ações que foram implementadas até o momento, essa abolição ainda não ocorreu, afirmando que o que se vive na realidade é uma semi-abolição.

Até pouco tempo atrás, o Estado brasileiro não incorporava as categorias

racismo e discriminação racial para explicar o fato de os negros responderem pelos mais baixos índices de desenvolvimento humano e os brancos pelos mais elevados.

A existência da “Negra Mirandiba” é registrada em 1815, onde havia se aglomerado de pessoas negras que se encontravam e organizavam em formato de comunidade para garantir a resistência do seu povo. Essas comunidades trazem também consigo a resistência ao colonialismo. Colonialismo esse, que fez com que esse povo negro sofresse mudanças nas suas línguas e na forma de se relacionar, relegando sua existência às margens da sociedade, destacando-se que essa marginalidade foi vivenciada especialmente pelos que chegaram primeiro. Vale ressaltar que essas populações existem desde os primórdios do surgimento da cidade, sendo responsáveis pela sua construção e edificação.

Muitas histórias de rebeliões nasciam em todos os lugares do País, mas, especialmente aqui no Nordeste. Esse era um período de miserabilidade no contexto social, em que existiam muitos Sem Terra e muitas terras nas mãos de poucos. Em várias regiões do Brasil, surgiram muitas lideranças e lugares que abrigam essas populações excluídas da sociedade.

Muitas são as experiências que juntavam esses povos após o fim do sistema legal de escravização do trabalho, em busca de garantias de melhorias de vida. Por exemplo, houve no Ceará as experiências dos campos de concentração, em que a fome e descaso muitas vezes os matam quando não os assassinavam antes.

No final do século XIX e início do século XX, no país inteiro, movimentos messiânicos mexeram nas estruturas fundiárias, agrária, econômica, social, política e procuraram mudar a história em curso do país, da mesma forma que as mulheres negras começaram a lutar pela liberdade do povo preto, o líder Antônio Conselheiro, trouxe uma mensagem de paz e uma proposta de Reforma Agrária para diminuir a pobreza do Nordeste.

Doravante, os registros históricos da chegada das cercas, que inicia um novo processo de exclusão, agora os cidadãos são livres, mas não têm condições de vida para continuar sobrevivendo sem acesso à terra e água. Com o avanço das cercas e conseqüentemente das grandes fazendas, acabam por perder o acesso não só à água, mas à própria sobrevivência, passando assim a trabalhar por diárias que muitas vezes ficavam presas a um único patrão. De forma semelhante acontece nos dias atuais, com patrões que se comportam como se prestassem favores aos seus funcionários ao contratá-los.

Eram relações de “quase da família”, mas que submetiam as mulheres

a trabalhos na casa grande, como faxineiras ou amas de leite, além de expô-las a abusos em diversos aspectos, especialmente o sexual. Essas mulheres, frequentemente impedidas de frequentar a escola e sem acesso à moradia digna, acabavam trabalhando por muito pouco, recebendo apenas as sobras da fazenda. Suas moradias nunca eram fixas; eram constantemente deslocadas para onde houvesse necessidade, sendo associadas à figura do morador sem lugar, aquele que nunca tem um espaço próprio.

Mesmo sendo maioria da população, tanto na atualidade quanto em períodos anteriores, a história do povo negro está na memória dos mais velhos, pois documentado na história local somente há registro de nascimento, mas nada efetiva a sua dedicação a esse lugar e construir essa cidade. Ao longo do tempo, a história evidencia a ausência de reconhecimento desse povo, que literalmente construiu o alicerce de cada casa e fortaleceu a economia baseada nas grandes fazendas de grãos, algodão e gado. Nos dias atuais, apesar da contribuição significativa para a fruticultura, esse povo continua sendo invisibilizado.

Condicionando esses grupos sociais a não acessarem as políticas sociais, faz-se parecer que essas mulheres e homens nunca estiveram aqui. Poucos tiveram acesso aos estudos, poucos romperam o cerco do racismo estrutural, tornando-se visíveis e reconhecidos para a organização da cidade. Nesse contexto, as dinâmicas políticas, sociais e educacionais, comprometidas e focadas em invisibilizar os grupos étnicos locais, deixaram esses grupos sem um referencial, fragilizando, assim, as históricas relações comunitárias.

Dessa forma, promover rupturas nessa sólida estrutura discriminatória que se perpetua ao longo dos anos é um dos principais desafios para combater a negação dos nossos direitos territoriais, os quais são reais e necessários para qualificar o processo de coexistência com as Comunidades Quilombolas de Mirandiba/PE. A Lei Áurea (Lei nº 3.353/1888) foi aprovada na Câmara, no Senado, e sancionada pela Princesa Isabel, ato que formalizou - ao menos no papel -, com apenas dois Artigos, a abolição da escravatura no Brasil.

Isso se deu de forma intencional, sem determinar uma fronteira clara entre a escravidão e a liberdade, uma vez que o objetivo de enriquecimento das elites europeias e brasileiras, com a exploração do trabalho de ex-escravizados como política econômica e de estruturação do racismo, seguiam em curso, antes e depois da sua promulgação. Longe dos gabinetes do Império brasileiro o sistema escravocrata já era insustentável, com a resiliência e a resistência dos africanos escravizados e de seus descendentes, que promoveram inúmeros e crescentes levantes, aquilombamentos nas áreas urbanas e rurais e greves nos engenhos.

A Lei Áurea serviu apenas para dar algum respaldo de libertação jurídica, sem ter como preocupação garantir às comunidades negras, rurais e urbanas, o direito à terra em que já viviam e, menos ainda, assegurar qualquer tipo de indenização ou reparação. Pelo contrário: antes mesmo da sua promulgação, foram criadas medidas legislativas para fortalecer a base do racismo estrutural e agravar a marginalização econômica, social e política, com base racial, contra a população negra, impostas diretamente pelo Estado.

Uma das medidas mais emblemáticas, relevante para o presente documento, pois permite compreender a trajetória histórica e os mecanismos de exclusão da população negra, foi o 2º Ato Oficial – Lei Complementar da Constituição do Império de 1824 – que proibia os escravizados de estudarem.

Em 1850, à medida que se tornava difícil a manutenção do sistema escravista, o Brasil imperial se viu pressionado a instituir leis como a Lei Eusébio de Queirós, que previu o fim do tráfico negreiro. No entanto, como pontuado anteriormente, também foi estrategicamente instituída a Lei de Terras, que proibiu a compra de terras especialmente pelas populações indígenas e negras, criando, assim, amparo legal para a histórica concentração fundiária do Brasil nas mãos da elite branca e fortalecendo as bases jurídicas do racismo estrutural. Munanga (1999), afirma que:

Apesar de ter fracassado o processo de branqueamento físico da sociedade, seu ideal, inculcado por meio de mecanismos psicológicos, permaneceu intacto no inconsciente coletivo brasileiro, influenciando constantemente a autoimagem e a identidade de negros e mestiços. Esse ideal prejudica qualquer busca de identidade baseada na negritude e na mestiçagem, já que todos sonham ingressar um dia na identidade branca, por julgarem superior (Munanga, 1999, p. 16).

Havia quilombos em boa parte do litoral brasileiro, sendo formados por negros que conquistaram sua liberdade; esses quilombos também abrigavam brancos pobres e indígenas. Essa alternativa preocupava o sistema, pois podia representar um crescimento do poder econômico do negro. A Lei de Terras foi, portanto, estratégica para evitar essa possível ascensão, foi também oportuna para o Estado investir em uma imigração em massa de europeus, que recebiam, às vezes de graça, grandes pedaços de terra – negados à população negra –, sementes, animais e dinheiro. Essa postura demonstrou explicitamente que, além de impossibilitar qualquer alternativa de crescimento econômico da população negra com o trabalho em terras próprias, havia o objetivo de embranquecer o país com a entrada expressiva de europeus. Nesse mesmo período, cria-se a “necessidade” de classificar os indivíduos em um processo de branqueamento, para esconder o contingente populacional de negros existente nesse território.

Historicamente, a agricultura familiar ou “os pequenos agricultores” – como eram denominados até cerca de duas décadas atrás – sempre estiveram às margens das ações do Estado brasileiro, frequentemente tendo sua fragilidade agravada diante das opções de desenvolvimento perseguidas no país. Iniciando uma nova trajetória para a categoria social, a Constituição de 1988 incitou novos espaços de participação social e reconheceu direitos; a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura (PRONAF) em 1995 desencadeou a emergência de outras políticas diferenciadas de desenvolvimento rural; a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), em 1999, e da Secretaria da Agricultura Familiar (SAF), no interior do MDA, em 2001, institucionalizaram a dualidade da estrutura agrária e fundiária no País.

Em 2006, foi regulamentada a Lei da Agricultura Familiar que reconheceu a categoria social, definiu sua estrutura conceitual e passou a balizar as políticas públicas para esse grupo social (RESR, Piracicaba-SP, Vol. 52, Supl. 1, p. S125-S146, 2014 – Impressa em Fevereiro de 2015. Catia Grisa e Sérgio Schneider). A colocação de Grisa e Schneider (2014) reflete uma realidade vivida há mais de três décadas pelas famílias residentes na zona rural, especialmente no Sertão de Pernambuco, que nunca tiveram acesso a uma política pública inclusiva, capaz de garantir tratamento digno e o reconhecimento de sua condição como cidadãos.

Para recordar: na história do sertão, houve um projeto emergencial no qual as famílias precisavam se submeter a péssimas condições de trabalho, tendo sua alimentação preparada na madrugada do dia anterior, o que deu origem à expressão “bóia-fria”. Muitos homens e mulheres que partiam para esses trabalhos demonstravam felicidade, pois viam ali a possibilidade de ter um emprego e contribuir para o sustento de suas famílias. No entanto, a realidade era outra: tratava-se de um trabalho pesado, frequentemente voltado para a construção de grandes obras, que, na maioria dos casos, era a única alternativa para escapar da miséria.

Os desafios enfrentados nas comunidades, especialmente pelas mulheres, foram agravados pela falta de acesso a políticas públicas, perpetuando a vulnerabilidade social e econômica dessa população. Na história da agricultura familiar, tem-se destacado a agricultura de subsistência, fundamentada na agroecologia com baixa emissão de carbono. No entanto, esse espaço agrário segue em disputa.

Como o avanço da “modernização” da agricultura voltada para a comercialização e para atender à lógica da mão invisível do mercado, postula-se que esse formato de agricultura de subsistência não é viável. Esse processo tem promovido a invasão de profissionais das ciências agrárias

no campo, muitas vezes sem conhecimento da diversidade de realidades de camponeses, bem como a introdução massiva de máquinas para aumentar a produtividade em grande escala e priorizar a aparência dos produtos, sem necessariamente garantir a produção de alimentos saudáveis. E, após um processo devastador que afetou não só a agricultura, mas resultou também na expulsão da mulher e do homem do campo e na expropriação das terras, as contaminações do solo seguem avançando.

Em “Rediscutindo a mestiçagem no Brasil – Identidade Nacional versus identidade negra” (1999), Kabengele propõe analisar como se processaram as identidades em solo nacional, do ponto de vista biológico, social, cultural, econômico e político. A identidade é uma construção coletiva, histórica e social, ela se constitui por inúmeros elementos do quadro social. As características da identidade são imprescindíveis para a arquitetura simbólica e física da cultura de um povo, de um Estado-nação, de um território, das etnias e da cidadania como projeto político de transformação.

Por isso, surge o mutirão, uma forma de trabalho coletivo criada para agilizar a conclusão de diversas tarefas no roçado individual, permitindo que os agricultores não perdessem tempo na semana com essas atividades e pudessem se dedicar à sua própria roça. Muitos desses grupos formaram as raízes das comunidades étnicas atuais, que existem e resistem por muitos anos, entre um parto e outro, entre uma reza e outra, entre uma dança de “São Gonçalo” e outra, entre um chá e outro, entre as tranças e tantas outras formas de resistência.

Ao longo do tempo, algumas questões sobre a formação desses territórios foram sendo misturadas, obscurecidas e nunca devidamente registradas na história oficial, como no caso de Territórios Quilombolas. Através da memória dos mais velhos, ressalta-se a invisibilidade do povo negro e, ao mesmo tempo, fica nítida a presença majoritária dessa população, que há mais de 300 anos vem modificando a ordem social, agrícola, cultural, religiosa, estrutural e organizativa. Como afirma Holanda, neste trecho: “A experiência e a tradição ensinam que toda cultura só absorve, assimila e elabora em geral os traços de outras culturas, quando estes encontram uma possibilidade de ajuste aos seus quadros de vida” (HOLANDA, 1995, pág. 40).

A cidade negra de Mirandiba fica situada no Sertão Central de Pernambuco a uma distância de 425 km da capital, Recife, e possui uma população estimada de 15.470 habitantes, segundo os dados do IBGE de 2010. Desse contingente habitacional, estima-se que 80% dessa população seja negra, e a maioria situada na área rural.

Entre as comunidades que compõem o município, vinte e cinco delas se autodefinem como remanescentes de quilombo, enquanto quatorze são

reconhecidas como quilombolas pela Fundação Cultural Palmares, com suas Certidões emitidas entre 2004 e 2018, assinadas pela Presidência da República, publicadas no DOU – Diário Oficial da União, e com processo aberto no INCRA para as demarcações e titulações.

Detalhando melhor, quanto à situação de reconhecimento dessas comunidades, são Quilombos: certificadas e reconhecida: Jardim, Pau de Leite, Cajueiro, Feijão, Posse, Balanço, Juazeiro Grande, Serra do Talhado, Pedra Branca, Caruru, Queimadas, Araçá, Quixabeira Helena, Caruru, Serra verde, com o processo aberto no INCRA, mas paralisado. São comunidades em processo de reconhecimento pela Fundação Cultural Palmares: Riacho do Meio, Pedra do Amolar, Várzea do Tiro, Tupanaci, Ponta da Serra, Serrotinho, São Luís, Maniçoba, Riacho das Pedras, Barriguda, Quilombo urbano Tia Zala, Mandacarú. São periferias urbanas negras em processo de se autodeclarar: Vila do Fórum, Vila da Projetada, Vila da COHAB, Vila Nova, Vila da Creche, Vila Chacal, Vila Cadeia, Vila Urbano Gomes (rua dos marcos), Vila da Lama.

Das 14 comunidades reconhecidas, temos somente 6 escolas em funcionamento nos seus territórios, as demais estão fechadas. A população desses quilombos ultrapassa 10 mil habitantes, entre negros e pardos; cujos estudantes são matriculados nas escolas urbanas e rurais do estado e do município. Esse cenário, por si só, já evidencia a necessidade de implementação, regulamentação e efetivação dos direitos garantidos pela Constituição Federal de 1988, na LDB (Lei Nº. 9394/96) e no Decreto 4887/2012, que assegura aos territórios quilombolas a efetivação das políticas de afirmação do povo negro em todo o Brasil.

A educação do município carrega marcas irreparáveis da discriminação e do racismo que vem sendo vivenciados há décadas por sua população negra, dentro e fora dos estabelecimentos de educação. Situações que vão de castigos em sala de aula, passando por uso da violência física, ao emprego de adjetivos depreciativos relacionados à cor da pele. As evidências de práticas discriminatórias e de racismo são fartas e aparecem em relatos de pessoas da cidade entrevistadas para pesquisas acadêmicas.

Há registros que indicam que, na primeira escola do município – a Escola Capitão Elizeu Campos –, então denominada ginásio, frequentada majoritariamente por pessoas brancas, os poucos negros e negras que ali se formavam eram privados de realizar festas de formatura. Atualmente, os arquivos da referida escola não podem ser localizados, um fato curioso que impede o acesso a essa documentação e, conseqüentemente, a produção de um material rico e fundamental para pesquisas sobre a perpetuação do racismo estrutural e institucional na história da oferta de educação escolar no município.

Anos mais tarde, foi construído um novo prédio em seu lugar, cujas características arquitetônicas são inadequadas para uma escola: as janelas são de madeira, com ventilação restrita a pequenas frestas, criando uma atmosfera sufocante, semelhante a uma prisão. Como afirma Moura (1998):

“Todos nós sabemos que a miscigenação é um fenômeno universal não havendo mais raças ou etnias puras no mundo”..., mas, com esses argumentos, consegue-se deixar de analisar como foi ordenada socialmente esta população pluriétnica e quais os mecanismos específicos de resistência à mobilidade social vertical massiva que foram criados os contingentes populacionais discriminados por essa estrutura” (Moura, 1988, pp. 61-62).

O preconceito e o racismo continuam vivos – de forma implícita e explícita – nas atitudes e tratamentos diferenciados aos educandos, a partir de sua posição social, algo perceptível em relatos de ex-alunos. Nesse contexto revelador de práticas preconceituosas e racistas, ao direcionar olhar para os dias atuais, observa-se que, nas escolas municipais e estaduais desse município, em pleno século XXI, a maioria da população negra, ao tomar consciência e assumir sua origem, reafirma esses espaços como lugares de enfrentamento à hostilidade dos ataques racistas e o preconceito persistem sem recuar. São situações vividas nos espaços escolares que não cumprem as orientações da própria política da educação escolar do campo, que, por sua vez, expressa que o atendimento educacional dos povos do campo não se fará pela transposição de modelos instituídos a partir da dinâmica social e espacial urbana.

Considerações finais

O estudo realizado é parte da nossa história e pesquisa pessoal, familiar, comunitária e étnica, faço parte e atuo tanto como indivíduo quanto como militante da causa do povo negro e quilombola. Foi um enorme desafio fazer este trabalho e materializar nesta escrita, sentimentos, vivências, lutas, frustrações e esperanças de um povo que resiste há séculos, lutando de geração em geração para manter viva sua reafirmação e continuidade.

Após a apresentação convencional dos objetivos, métodos, resultados esperados e discussão, foram estabelecidas as principais referências, conclusões e resultados em quatro partes. Na primeira parte da dissertação, busquei reunir e apresentar subsídios para a compreensão da antiguidade da história africana e afro-brasileira, destacando sua existência muito antes

da colonização ou do desenvolvimento da escravização contemporânea, com especial ênfase no papel das mulheres.

Neste trabalho, buscamos compreender a origem da humanidade, a partir da mulher como principal ser humano capaz de gerar outro ser. Tratamos de entender qual realmente foi o papel feminino nessa origem; papel esse que para muitos ainda é visto como um mito, uma crença, algo que imaginamos que aconteceu. Outros contam de uma forma lúdica e que carrega um racismo estrutural, que se repete por milhões de anos, impondo uma narrativa e apagando a história integral, que no campo científico e historiográfico, ao longo dos tempos, vem comprovando que a humanidade - não só o Brasil ou o Quilombo - nasce na África.

Em seguida, descrevo como as mulheres reverberam na história como protagonistas, mas, muitas vezes, invisibilizadas. Autênticas mães do Brasil afro-brasileiro. Figuras a exemplo de Dandara dos Palmares, no primeiro Quilombo de Pernambuco, e a Negra Mirandiba, que chegou por volta de 1815, carregaram consigo sua memória ancestral, que possibilitou a sua existência e a resistência do seu povo por tanto tempo. A aparentemente imensa lista de mulheres que fizeram da sua existência fonte de resistência, existência e escrevivência através da luta pela libertação e sustento do seu povo é apenas uma primeira prospecção em uma gama de personalidades e marcos que podem e precisam ser mais conhecidos.

Apresento também a ocupação territorial pelo povo negro recém chegado e a permissão dada pelos indígenas, que eram únicos possuidores das terras, e a presença da Negra Mirandiba, que deixa seu marco na história. Mulher essa que organizou o primeiro quilombo nesse território, que permitiu ao seu povo escrever uma nova história, buscando apagar as cicatrizes da escravidão sofrida pelos seus irmãos.

Na parte final, apresento a trajetória das mulheres descendentes da Negra Mirandiba: como vivem, o que fazem, pelo que lutam e como ocupam espaços de poder para conquistar seus direitos garantidos por lei. Após 224 anos de resistência, alcançaram a promulgação de leis que asseguram acesso à educação, saúde, moradia e dignidade - uma conquista histórica, resultado da luta de tantas outras mulheres que percorreram os mesmos caminhos. Hoje, podemos afirmar: "Muito ainda por caminhar!"

Chamamos Mirandiba não apenas de município das matriarcas negras, que aqui se destacam como pilares de nossa comunidade, mas também de um pedaço da África em Pernambuco.

As lutas coletivas das comunidades quilombolas, pelo seu reconhecimento de fato e de direito continuam em Mirandiba-PE. Construir políticas

voltadas para esses modos de vida e sua valorização são tarefas contínuas e permanentes de todos os cidadãos e todas as lideranças, na sua maioria, mulheres que renascem como uma fênix, para gritar em auto e bom som a sinfonia da liberdade.

Escrever sobre a nossa história não é somente registrar palavras, mas, fundamentalmente, registrar as nossas memórias ancestrais. Por muito tempo ficamos silenciados, para ouvir os clamores que ecoavam nessa caatinga, particularidade de um povo que, no registro da história da cidade, ainda não é referenciado. Para além de compreender a dimensão desse apagamento, sou provocada por esses ecos que, na minha sensibilidade fazem tremer a alma da “Negra Mirandiba” que habita em mim.

Sou mulher preta, mãe e escritora do meu próprio destino! Não posso deixar que me moldem ou me rotulem. Sou parte dessa memória que trago dos meus povos, porque sou Atikum e sou preta; simplesmente duas partes que me definem como ser humano. Como uma mulher que rompeu a bolha de um contexto marcado pelo analfabetismo, busco nos relatos da minha infância elementos para compor este texto e reafirmar minha ligação íntima com essa escrita, que compartilho com cada pessoa que terá acesso a este material.

Na minha escrita, trago minha família como a maior referência da escrevivência, também trago alguns autores que dialogam comigo para não deixar somente na crítica, estudo mais de quatro gerações que nos antecedem, cujas memórias ainda estão refletidas em mim. Somos parte desse universo, compomos uma cadeia de ancestralidade que nem todos os caminhos percorridos foram vitoriosos, mas o que importa de todo esse trabalho é ter a chance de apresentar muitas pessoas visibilizadas para o mundo.

Finalmente, é preciso concluir destacando a importância de pesquisas como o projeto intitulado “Perfil Fotográfico das Comunidades Quilombolas da Região do Submédio São Francisco”, coordenado pela professora Márcia Guena dos Santos. Trata-se de um estratégico mapeamento dos quilombos rurais nos municípios de Juazeiro (BA) e Petrolina (PE). Iniciativas como esta, ou como a capitaneada pelo NEAFRRAR, examinam, contextualizam e problematizam a contradição entre a antiguidade e complexidade da presença dos povos negros na região do Submédio São Francisco, em contraste com sua invisibilidade ou folclorização (GUENA, 2014).

A história apresentada neste trabalho busca se integrar a um conjunto de autoras e autores pós-graduados no Mestrado de Extensão Rural da UNIVASF; bem como de outras universidades públicas do médio São Francisco, cuja melhor expressão recente é o livro “Quilombolas do Vale do São Francisco: resistências, disputas e conquistas em territórios da Bahia e Pernambuco”, de 2022. Coordenada por Márcia Guena, em parceria com Ceres Santos,

essa obra sintetiza análises sobre a tradição e a reconfiguração da agenda quilombola na região, onde a discussão sobre as definições acadêmicas e das próprias comunidades quilombolas são perpassadas pela ancestralidade negra e o acesso às políticas públicas (GUENA, SANTOS, 2022, p. 28).

Na peleja pelo acesso aos direitos e recursos públicos, sobressaem-se, neste espaço, as inter-relações com o poder político local e estadual, por um lado, e com as universidades públicas, por outro (GUENA; SANTOS, 2022, pp. 33-35). Tais estudos, com destaque para projetos desenvolvidos na UNEB e na UNIVASF, constituem-se como referências para a presente proposta, à medida que adotam uma concepção da historiografia contemporânea, da extensão rural e das ciências sociais que localiza as populações negras a partir de abordagens que as consideram sujeitos políticos de suas próprias histórias.

Buscamos, portanto, contribuir para a ampliação da compreensão do fenômeno quilombola, reconhecendo que Mirandiba é singular, mas, ao mesmo tempo, integra-se à grande saga da diáspora africana e afro-brasileira.

Referências

AKOTIRENE, Carla. **O que é Interseccionalidade?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa. **A Redenção dos Pardos: A Festa de São Gonçalo Garcia no Recife, em 1745.** In JANCSÓ; KANTOR. Op. cit. pp. 419-444.

ASSOCIAÇÃO QUILOMBOLA DE CONCEIÇÃO DAS CRIOULAS, 2007.

EVARISTO, Conceição. Ponciá Vicêncio. Belo Horizonte: Mazza, 2003. EVARISTO, Conceição. **Literatura negra: uma poética de nossa afro-brasilidade.** In: Scripta, Belo Horizonte, v. 13, n. 25, p. 17-31, 2º sem. 2009.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra.** 2 ed. Trad. J. L. de Melo. Rio de Janeiro: 2022.

FANON, Frantz. **Peles negras, máscaras brancas.** Tradução: Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FARAGE, Nádía. **As Muralhas dos Sertões – Os Povos Indígenas no Rio Branco e a Colonização.** Rio de Janeiro: Paz e Terra; ANPOCS. 1991. P. 41-42.

MELLO, José Antônio Gonçalves de. **Pernambuco ao Tempo do Governador Câmara Coutinho (1689-1690).** Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano. Vol. LI. Recife, 1979. Pp. 257-300. Pág. 259.

SAINT-HILAIRE, Auguste. **Viagem Pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais.** Belo Horizonte/ São Paulo. Itatiaia/Edusp. 1975. P 53.

SILVA NETO, José Pedro da. **Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana: Cartilha.** Ministério da Justiça e da Cidadania, SEPIIR, PNUD/ONU. Brasília, DF, 2016.

SILVA, Eduardo. **Dom Obá II D' África, O Príncipe do Povo – Vida, Tempo e Pensamento de Um Homem de Cor.** São Paulo: Companhia das Letras. 1997. P. 37; 38; 29-30.

TIRIRICA, dos Crioulos. **Um Quilombo – Indígena/ {recurso eletrônico}/** Coordenadores: Alexandra Ana dos Santos Sá, Larissa Isidoro Serradela, Nivaldo Aureliano Leo Neto; - Carnaubeira da Penha-PE: Associação dos Remanescentes do Quilombo Tiririca, 2016.

Três Gerações de Políticas Públicas para a Agricultura Familiar e Formas RESR. Piracicaba-SP, Vol. 52, Supl. 1, p. S125-S146, 2014 – Impressa em Fevereiro de 2015 de Interação entre Sociedade e Estado no Brasil.

VIEIRA JUNIOR, Itamar. **Torto Arado.** São Paulo: Todavia, 1ª edição, 2019, 264 pg.

Capítulo 3

Um olhar aos caminhos e descaminhos dos estudantes advindos de comunidades rurais:

Política de Assistência Estudantil na UNIVASF e suas singularidades

Rayane Stefany Rodrigues Menezes Alves

stefany.rayane@gmail.com | lattes.cnpq.br/6904608733325958 | orcid.org/0000-0003-0577-4550

Introdução

O presente artigo é um recorte da pesquisa realizada para o mestrado em extensão rural na UNIVASF. Foram escolhidos como sujeitos desta pesquisa estudantes oriundos do meio rural. É importante registrar que, em buscas nas plataformas científicas, verificou-se a maior dificuldade em encontrar informações sobre os jovens do meio rural, seu acesso ao ensino superior, bem como seus projetos, ideais, condição de escolarização e perspectiva profissional, talvez isso se deva a uma tendência na pesquisa em educação de visar, sobretudo, a condição urbana e suas questões (ZAGO, 2016).

Observa-se que, a partir da redemocratização do ensino superior, políticas educacionais, ações afirmativas e de inclusão vêm propiciando à população a ampliação do acesso, da representatividade e da diversidade dentro da universidade. Como destaca Zago (2016): “É importante, para as instituições de nível superior e para o país, ampliar a presença de pessoas de 27 diferentes origens e condições sociais nas universidades, tornando-as mais plurais e diferenciadas, social e culturalmente”. Contudo, existe um sujeito social que ainda precisa de valorização e visibilidade nas instituições de ensino: o estudante advindo das comunidades rurais que se desloca diariamente ou se estabelece temporariamente na cidade enquanto cursa a graduação. Além disso, é fundamental reconhecer a contribuição da produção acadêmica que lança um olhar sobre esse sujeito social, ampliando o debate sobre sua trajetória e desafios no ensino superior.

Concorda-se com Zago (2016), quando a autora destaca que as transformações ocorridas no campo desde a década de 1970 foram muito significativas e resultaram dos processos sociais globais, como também das políticas de modernização capitalista que foram implantadas no Brasil. Essas transformações resultaram na concentração da terra e da renda, na precariedade das condições de trabalho (ZAGO, 2016), assim como na saída da população do campo para a cidade. Ciente dessas questões estruturais que estão na base das transformações econômicas e sociais no campo, o presente trabalho visa contribuir para a identificação do estudante que vem de comunidades rurais e para o seu protagonismo. Possibilitando assim a visibilidade desse público que se encontra na universidade construindo suas histórias, suas lutas, querendo a sua inserção no mundo profissional e acadêmico.

Gislotti et al (2021), apresentam interessantes informações a respeito da educação, quando tratam da formação de professores através do curso

de Licenciatura em Educação do Campo (LEDUC) da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). O estudo tem entre seus objetivos discutir o perfil das mulheres que procuram esse curso e, de acordo com os autores, é possível observar a valorização cultural e profissional das estudantes como grande possibilidade de romper relações de dominação, inferiorização e subordinação das mulheres. Para os autores, “[...], ao reconhecer e valorizar a cultura do campo, ao mesmo tempo em que se rompe com aspectos negativos de opressão, é possível alterar os caminhos culturais dessas comunidades para que lutas e sonhos possam ser construídos” (GISLOTTI et al, 2021).

Para que a universidade seja lugar de êxito, de ampliação de conhecimentos e conquistas, e que signifique para muitos, a emancipação, em muitas ocasiões é necessário que se lance um olhar institucional diferenciado para um determinado público. Esteban (2007) apud Gisloti et al (2021), afirma que nem sempre os processos pensados com o intuito de ampliar o acesso à educação e de garantir a permanência das e dos estudantes conseguem expressar claramente o compromisso com a educação das classes populares e alcançar os seus objetivos (ESTEBAN, 2007 apud GISLOTTI et al (2021).

Nesse contexto, a Assistência Estudantil está entre os fatores institucionais que contribuem para a permanência de estudantes no ensino superior, “[...] o recebimento de apoio social da assistência estudantil e a participação dos estudantes em atividades extracurriculares (estágio, pesquisa, extensão) aumentam suas chances de permanência e de conclusão (ADACHI, 2017; COSTA, 2018; LI; CHAGAS apud NIEROTKA, BONAMINO e CARRASQUEIRA, 2022). Entretanto, é importante registrar que outras variáveis podem ser somadas aos fatores de prioridade para concessão da assistência estudantil para, assim, atender a parcelas de estudantes que não têm tido olhares significativos dentro da universidade.

As políticas públicas no Brasil vivenciaram expansões e, com isso, sentiu-se a necessidade de inclusão de políticas que pudessem contribuir para a permanência na universidade e a conclusão do curso pelos jovens inseridos na universidade através do Programa de Assistência Estudantil, uma política pública não nasce simplesmente com a lei, mas é gerida para atender intenções latentes de grupos de interesses (RECKTENVALD, 2017, p. 78).

Dessa maneira, em 2010 foi criado o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), regido pelo decreto nº 7.234, que tem como finalidade facilitar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal para minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior, bem como contribuir para a promoção da inclusão social pela educação. O PNAES repassa a verba às Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), que terão a responsabili-

de de implantar as ações e definir os critérios de seleção dos alunos que serão atendidos com avaliação socioeconômica dos estudantes.

Para o estudante de baixa renda cursar e concluir com êxito a sua graduação, é preciso, além da qualidade de ensino, ações de assistência estudantil que possuam a finalidade de garantir a sua permanência na universidade. Essas ações devem estar voltadas à moradia, alimentação, saúde, cultura e lazer, material didático e eventos acadêmicos (VASCONCELOS, 2010, p. 409). Faz-se, portanto, necessário democratizar as formas de permanência dos estudantes, diminuir os efeitos das desigualdades sociais e regionais, influenciar na redução da evasão estudantil e promover a inclusão social dos estudantes no ensino superior federal (BRASIL, 2010). Nesse contexto, todos os públicos que a universidade recebe precisam ser vistos, valorizados, acolhidos. Esse tema será revisitado, tendo em vista a sua relevância para esta pesquisa.

Diante da política de democratização do ensino superior, foi implantada pela Lei nº 10.473 de 2002, a UNIVASF, uma IES vinculada ao MEC com sede na cidade de Petrolina com atuação multicampi no Polo Petrolina, em Pernambuco e Juazeiro, na Bahia, regulamentada pela lei complementar nº 113 de 2001. No ano de 2003, foi realizado o primeiro concurso para professor, e no ano seguinte, 2004, houve o primeiro vestibular da universidade e início das aulas.

Além do campus Sede e do campus Campus Ciências Agrárias (CCA), localizados em Petrolina - PE, e do campus Juazeiro, situado em Juazeiro - BA, a UNIVASF também possui campi em outras cidades da Bahia, como Senhor do Bonfim, que realizou o início de suas aulas em 2009 e, em 2011, a inauguração do campus, e Paulo Afonso, com um campus inaugurado no ano de 2014. No estado do Piauí, foi implantada na cidade de São Raimundo Nonato, em 2008 o campus Serra da Capivara. Em Pernambuco, posteriormente, houve ainda a expansão para a cidade de Salgueiro, com aprovação pelo Conselho Universitário em 2017, em 2019, com autorização do MEC, houve o início das aulas (UNIVASF, 2017).

Materiais e métodos

O planejamento deste estudo articulou o delineamento da pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e pesquisa de campo, com foco na pesquisa militante, abordagem compreendida a partir de Jaumont e Varella (2016), que a definem como:

(...) aquela que busca designar esse amplo espaço

de produção de conhecimento orientado para a ação transformadora que busca aliar a reflexão crítica e teórica com a prática nas lutas populares em um processo multidirecional, articulando intelectuais, pesquisadores, movimentos sociais, comunidades e organizações políticas, com os objetivos de fortalecer o protagonismo popular e de contribuir para a construção de uma sociedade justa e solidária, livre de todas as opressões e dominações.

A adoção de tais métodos se justifica, pelo fato de o estado da arte do tema ter sido descortinado a partir do trabalho bibliográfico aliado à análise de documentos elaborados pela Pró-Reitoria de Assistência Estudantil da UNIVASF. É sabido que há semelhanças entre os dois delineamentos de pesquisa abordados, pois ambos têm como base textos já publicados, contudo, a diferença básica se verifica exatamente na natureza das fontes consultadas (GIL, 2016). Diferenciam-se também, pelos espaços em que se encontram tais fontes, visto que, na pesquisa bibliográfica as fontes encontram-se dispersas e muito diversificadas. Já a pesquisa documental tem suas fontes em instituições privadas ou públicas e, portanto, localizados em espaços mais restritos. Dentre os principais documentos a serem analisados, encontram-se os relatórios de gestor ou similares e relatórios do setor da Assistência Estudantil, que tratam do assunto objeto da discussão.

Trata-se também de um estudo de caráter descritivo e exploratório, com uma abordagem quantiquantitativa, mas, sobretudo, qualitativa. Dessa forma, a pesquisa militante será desenvolvida a partir de aplicação de questionários, realização de estudos e debates com a participação dos sujeitos da pesquisa.

Campo e universo da pesquisa

A pesquisa foi realizada junto a estudantes da UNIVASF, mais especificamente, junto aos estudantes oriundos das comunidades rurais que realizaram sua graduação nos campi da universidade e que foram acompanhados pela Assistência Estudantil. A escolha desse campo de pesquisa se deu por diversos fatores particulares que estruturam a constituição da UNIVASF, e também por se tratar de uma Instituição Federal de Ensino Superior (IFES) que possui requisito para prestar a assistência de acordo com as necessidades do corpo discente, podendo realizar acompanhamento a estudantes em situação de vulnerabilidade social, pedagógica, psicológica ou econômica.

Assim, foram solicitados dados documentais na PROAE. Na sequência,

houve a aplicação de questionário junto aos estudantes de comunidades rurais que receberam assistência. O estudo foi realizado com recorte temporal do período de 2020 a 2021, visto que, a identificação da origem da situação de domicílio, iniciou-se nesse período.

Público alvo da pesquisa

O pano de fundo da dissertação que origina este artigo é a realidade dos estudantes universitários provenientes de áreas rurais. Informações sobre esse recorte na UNIVASF estão acessíveis por meio dos registros do Processo Seletivo Unificado (PSU) realizados pela PROAE, para a disponibilização de auxílios e/ou bolsas vinculados ao PNAES. Com base em informações disponibilizadas, no ano de 2020 foram atendidos 236 estudantes, e em 2021, 264 estudantes de áreas rurais, totalizando 500 discentes nesses 2 anos.

Dessa forma, participaram da pesquisa 34 estudantes, respondendo ao questionário encaminhado, o que representa um pouco menos de 10% dos estudantes pertencentes ao grupo delimitado. Desses, um pouco mais de 10% anuíram em participar também da entrevista semiestruturada, que tinha como finalidade compreender as diversas realidades dos estudantes oriundos de comunidades rurais na UNIVASF.

Foram consideradas no questionário as variáveis que ajudam a refletir sobre o perfil sociodemográfico e econômico, como: sexo, idade, local de residência, ano de ingresso, aspectos relacionados à ancestralidade, e às principais dificuldades de permanência na universidade e o acompanhamento que recebido quanto à Assistência Estudantil entre outras.

Instrumentos de coleta de dados

Após o levantamento bibliográfico realizou-se a coleta de dados. Para tanto, foram utilizados documentos institucionais para análise de dados primários. Houve a aplicação de questionários que continham questões fechadas para a obtenção de dados quantitativos.

Posteriormente, houve uma entrevista centrada na abordagem qualitativa, com a finalidade de contemplar aspectos mais abrangentes, oferecendo aos informantes a possibilidade de contribuir com pontos que eles julgassem relevantes, porventura, não contemplados no primeiro questionário (quantitativo). As entrevistas foram realizadas com 5 estudantes que aceitaram participar dessa etapa da pesquisa, esse momento ocorreu de forma online pela plataforma meet.

Análise e interpretação dos dados

Após a coleta dos dados houve a sistematização, tabulação e análises com a finalidade de “estabelecer a ligação entre os resultados obtidos com outros já conhecidos, quer sejam derivados de teorias, quer sejam de estudos realizados anteriormente” (GIL, 2016). Visto que, em conformidade com Lukács (1988), a ciência necessita de métodos aprimorados para conhecer a realidade de maneira mais adequada.

Dessa forma, concorda-se com o autor no sentido de que se deve buscar, com métodos testados e aperfeiçoados, novas verdades e essas novas verdades também são fundadas ontologicamente, caso contrário, a atividade da ciência se reduz a simplesmente a sustentar a prática. “Se a ciência não pode ou, talvez, conscientemente não quer ir além desse nível, a sua atividade se transforma em uma manipulação dos fatos que interessam aos homens na prática” (LUKÁCS, 1988). Assim, destaca-se a importância de se adotar técnicas e métodos para realizar estudos críticos da realidade e alcançar novas percepções.

Os dados coletados foram analisados a partir da análise estatística descritiva, a partir das medidas resumo de posição e dispersão, além das medidas separatrizes, tabelas uni e bivariadas.

A análise inferencial consistiu na avaliação da relação entre as variáveis de interesse, com base na aplicação do Qui-Quadrado de Independência. Para a avaliação da igualdade entre as categorias de análise foi utilizado o teste não-paramétrico Mann Whitney, caso a normalidade não fosse significativa. Além da correlação Pearson ou seu similar não paramétrico Spearman, para as variáveis quantitativas.

Já para as características qualitativas, as correlações de Kendall ou Tau foram aplicadas para mensurar o grau de relação entre as variáveis de interesse.

Resultados e discussões

Para conhecer a realidade dos estudantes e possibilitar que a análise desta investigação fosse o mais abrangente possível, foi solicitada a participação de todos os estudantes que receberam algum tipo com bolsas/auxílios durante os anos de 2020 e 2021, desde que esses fossem advindos de comunidades rurais. Os dados desse grupo de estudantes foram disponibilizados pela PROAE, assim, foi encaminhado por e-mail um questionário com 26 (vinte e seis) questões fechadas e 2 (duas) abertas aos 370 estudantes

que se encaixavam na caracterização do público delimitado pela pesquisa. Nessa etapa, contou-se com a participação de 34 estudantes, os quais foram convidados para uma etapa seguinte, a realização de uma entrevista semiestruturada, disponibilizaram-se a participar 5 (cinco) estudantes.

Ações da Assistência Estudantil da UNIVASF e o lugar do estudante de comunidades rurais

No ano de 2020, a PROAE realizou duas seleções através do Edital 05/2019 – PROAE/Seleção Unificada 2020. Nesse edital, foram contemplados 236 estudantes oriundos de comunidades rurais com auxílio alimentação, auxílio creche, auxílio moradia, auxílio permanência, bolsa permanência, residência estudantil e RU P1, totalizando 259 bolsas e/ou auxílios, vale ressaltar que algumas bolsas e/ou auxílios podem ser acumulados.

No ano seguinte, um quantitativo de 264 estudantes foram contemplados pela PROAE na seleção realizada através do (PSU) 2021, promovido pelo Edital 01/2021-PROAE. As modalidades de auxílio permanência, auxílio alimentação, auxílio creche, bolsa permanência, RU foram aprovadas através da Resolução nº 22/2014-CONUNI. Com a pandemia do COVID-19 foram aprovados os auxílios de apoio à inclusão digital. Diante disso, foram disponibilizadas 447 bolsas e/ou auxílios, para estudantes advindos de comunidades rurais, conforme se observa no quadro 1:

Quadro 1 – Quantidade de alunos de comunidades rurais selecionados no PSUs de 2020 e 2021.

MODALIDADE	QUANTIDADE 2020	QUANTIDADE 2021
Auxílio Alimentação	9	79
Auxílio Creche	15	15
Auxílio Moradia	14	-
Auxílio Permanência	81	99
Bolsa Permanência	125	148
Inclusão Digital - Acesso a computadores	-	66
Inclusão Digital - Acesso a pacote de dados de internet	-	32
Residência Estudantil	6	-
RU P1	9	8
TOTAL	259	447

Fonte: elaborado pela autora com base nos dados disponibilizados pela PROAE.

A criação das modalidades de bolsas e auxílios, definidas pela Assistência Estudantil da UNIVASF, possivelmente pensadas de acordo com a realidade dos estudantes da instituição, consolida caminhos para que o estudante alcance certa estabilidade na trajetória acadêmica e, por consequência,

apresente melhor desempenho acadêmico e consiga prosseguir com a vida acadêmica.

O apoio financeiro faz parte da estratégia de democratização da educação superior, uma vez que a assistência financeira fortalece a universidade e a vida acadêmica do estudante para que a condição de vulnerabilidade social e econômica não impossibilite a entrada, permanência e conclusão da graduação (IMPERATORI, 2017). Nesse contexto, as bolsas e auxílios disponibilizados por meio da Assistência Estudantil interferem, ainda, na necessidade de o estudante de baixa renda conciliar trabalho e ensino superior, possibilitando também direitos básicos, como alimentação, moradia e lazer, por exemplo.

Perfil dos estudantes oriundos de comunidades rurais

A pesquisa realizada mostrou que 70,6% dos estudantes contemplados com o auxílio financeiro são do sexo feminino, enquanto 29,4% do sexo masculino. A representatividade feminina chama a atenção e demonstra o protagonismo que as mulheres vêm conquistando. Em conformidade com Gisloti et al. (2021), há uma hierarquia em que, em muitos casos, os homens assumem a liderança da unidade produtiva da família, um aspecto que confirma a desigualdade de gênero. Diante desse contexto, as mulheres buscam na formação acadêmica uma oportunidade para conquistar autonomia e protagonismo, ingressando no mercado de trabalho.

Em relação à raça/cor, verificou-se que desses estudantes, 55,9% consideram-se pardos, 26,5% consideram-se preta e 17,6% consideram-se branca, é importante ressaltar que nenhum estudante se identificou como pessoa indígena. Os dados mostram também que a maioria, totalizando 91,2% declararam-se solteiros e 8,8% afirmaram que eram casados ou em união estável. Em relação à faixa etária, pode-se perceber que a maioria possui idade entre 23 a 26 anos:

Tabela 1 – Faixa etária dos estudantes oriundos de comunidades rurais.

Faixa etária	Frequência	Porcentual
De 19 a 22 anos	5	14,70%
De 23 a 26 anos	17	50%
De 27 a 30 anos	7	20,58%
De 31 a 34 anos	1	2,9%
Acima de 35 anos	1	2,9%

Fonte: dados da pesquisa (2024).

Observou-se que todos os participantes dessa pesquisa cursaram o Ensino Médio na Rede Pública. Destaca-se a fala da estudante Marta que relatou: “sempre estudei em escola pública, vim de família de baixa renda, sendo a primeira da família a entrar na universidade federal”. Acredita-se que o papel da Assistência Estudantil é justamente romper com barreiras criadas historicamente, principalmente no contexto brasileiro e nordestino, de uma vivência sofrida, em que o Ensino Superior não é uma realidade para todos.

Nessa região, quando uma estudante da Rede Pública de Ensino, acessa o ensino superior em uma universidade federal, diferentemente da sua ancestralidade, especialmente quando se trata de uma estudante advinda de uma comunidade rural do interior do Estado do Piauí, trata-se do rompimento de padrões que excluem as pessoas. Nesses casos, a assistência estudantil precisa ser concretizada como forma de garantir o êxito dessa trajetória. Dessa forma, Zago (2016), chama a atenção para a fala de um respondente em sua pesquisa que destaca que a questão do ingresso do estudante oriundo de comunidades rurais na universidade são diversas e tem uma conotação simbólica que precisa ser considerada:

“As razões que os motivam a investir nos estudos não são unilaterais e são tanto objetivas quanto simbólicas. O ensino superior, na avaliação de Raul, é uma necessidade com que o jovem se vê confrontado para competir por uma vaga no mercado de trabalho urbano e não reproduzir, na cidade, a mesma condição do trabalho pesado e pouco valorizado que conheceu no campo. Mas frequentar o ensino superior representa também motivo de reconhecimento social e identificação ou, como disse: ‘tem aquela questão do orgulho mesmo, que eu estou estudando, tô crescendo como pessoa, e eu me orgulho muito em falar que eu estudo na universidade federal’” (ZAGO, 2016).

Essa simbologia representada na fala do estudante revela uma responsabilidade compartilhada pelo estudante, universidade e sociedade no sentido de fazer com o estudante permaneça e conclua sua graduação como êxito que projeta.

É possível observar a diversidade de cursos acessados pelos informantes desta pesquisa, verifica-se que dos 34 (trinta e quatro) cursos oferecidos pela UNIVASF, há representantes em 47,05% por cento deles. Nessa amostra, contudo, não se verificou estudantes no curso de medicina, por exemplo, um dos cursos de maior status dentro da universidade e que historicamente é cursado por uma parcela específica da sociedade.

Tabela 2 - Curso de graduação dos estudantes oriundos de comunidades rurais.

Curso	Frequência	Percentual
Administração	1	2,9%
Antropologia	2	5,9%
Artes visuais	2	5,9%
Ciências Biológicas	1	2,9%
Ciências Sociais	1	2,9%
Ciências da Natureza	8	23,5%
Ecologia	4	11,8%
Engenharia Agrônômica	2	5,9%
Engenharia elétrica	3	8,8%
Engenharia de produção	1	2,9%
Farmácia	1	2,9%
Geografia	2	5,9%
Medicina Veterinária	1	2,9%
Psicologia	2	5,9%
Química	2	5,9%
Zootecnia	1	2,9%

Fonte: dados da pesquisa (2024).

Outro dado que vale a pena ressaltar é que, dentre os estudantes que participaram da pesquisa, não houve nenhum estudante da área rural das cidades de Salgueiro e de Paulo Afonso. Os dados coletados indicam que 73,5% dos respondentes afirmaram ter precisado mudar de localidade para conseguir cursar a graduação. Mas, há também os estudantes que se deslocam diariamente para a universidade, a exemplo de José, que afirmou: “Moro em Curaçá. Vou e volto todos os dias. Cerca de uma hora e meia a duas horas, porque tem o percurso de pegar o pessoal e parar em outros lugares também”. Ele destaca que é um percurso cansativo e é um desafio enfrentar essa rotina dia após dia para conseguir permanecer na universidade.

Pode-se analisar também a realidade de Ana que, no início do curso, fazia uso de transporte diariamente, pois, continuou morando em sua localidade de origem, mas, com o nascimento da sua filha, percebeu a necessidade de mudar para a cidade de Senhor do Bonfim, onde seu campus está localizado: “Para acompanhar as aulas eu ficava indo e vindo, quando a minha filha nasceu, que foi agora, e teve o retorno para o presencial aí eu tive que alugar uma casa aqui (na cidade de Senhor do Bonfim), porque ia ser muito cansativo para mim e para ela virmos de ônibus, porque ela é muito bebezinha ainda”.

Tabela 3 - Localidade de origem dos estudantes oriundos de comunidades rurais.

Localidade de origem	Frequência	Percentual
Área Rural de Petrolina - PE	5	14,7%
Área Rural de Senhor do Bonfim - BA	3	8,8%
Área Rural de São Raimundo Nonato - PI	4	11,8%
Área Rural de outros municípios - PE	4	11,8%
Área Rural de outros municípios - BA	11	32,4%
Área Rural de outros municípios - PI	6	17,6%
Área Rural de Curaçá - BA	1	2,9%

Fonte: dados da pesquisa (2024).

Nem todos os campi da UNIVASF dispõem de Residência Universitária, com isso, os estudantes que residiam a uma distância considerável do campus verificam a necessidade de morar mais próximo da universidade, principalmente aqueles que residem em localidade com dificuldade de transporte. Dos estudantes que precisaram mudar do seu lugar de origem, a maioria reside em um imóvel alugado e divide a moradia com outras pessoas, nesse aspecto destaca-se a importância do Auxílio Moradia, que contribui com essas despesas, sendo essencial para a permanência desse estudante na universidade.

Salienta-se que no Relatório de Gestão 2021, uma das metas está direcionada a melhorias na Residência Estudantil: “Apresentar em até 3 meses projeto piloto de reforma e ampliação das residências existentes e em até 5 meses projeto de implantação de Residências Universitárias em Campis que ainda não possuem tal equipamento”. Isso demonstra que a universidade está atenta a essas necessidades dos estudantes.

Tabela 4 - Forma de residência dos estudantes oriundos de comunidades rurais.

Forma de residência	Frequência	Percentual
Imóvel alugado com outras pessoas	16	47,1%
Imóvel alugado sozinho	4	11,8%
Imóvel cedido	4	11,8%
República ou casa de estudante	1	2,9%

Fonte: dados da pesquisa (2024).

Em relação ao transporte que o estudante utilizava para ir à UNIVASF, percebe-se que entre os alunos que participaram da pesquisa há uma diversidade de meios adotados, alguns vão no ônibus da instituição, outros vão a pé ou utilizam ônibus coletivo. Alguns estudantes citaram ainda que podem ir de van ou de carona. Observa-se que “Os estudantes dos campi São Raimundo Nonato, Senhor do Bonfim e Paulo Afonso não são atendidos com transportes financiados pelo PNAES, considerando que o transporte coletivo é de incumbência do município local e por se considerar que tais campus encontram-se inseridos em áreas urbanas” (UNIVASF, 2023).

Tabela 5 - Transporte utilizado pelos estudantes oriundos de comunidades rurais.

Transporte utilizado	Frequência	Percentual
Ônibus da UNIVASF	9	26,5%
Caminhando	10	29,4%
Moto	3	8,8%
Ônibus coletivo	7	20,6%

Fonte: dados da pesquisa (2024).

Entretanto, diante de conversa com alguns estudantes do campus de SRN e de Senhor do Bonfim compreendeu-se que o transporte da Prefeitura não é efetivo durante todo o momento de aula na UNIVASF. E no período de recesso/férias de escolares desses municípios o transporte coletivo para de funcionar e os estudantes que vêm de localidades rurais ficam desassistidos, ou seja, o estudante universitário não é prioridade, na verdade, esse transporte está condicionado à existência de aula dos estudantes da educação básica das Redes Municipal e Estadual.

José, que é estudante do campus Senhor do Bonfim afirmou que se sente prejudicado nesses períodos: “[...] a assistência estudantil que eu recebi era auxílio permanência, porque auxílio transporte não tem para o campus de Juazeiro [...] os custos com transporte são muito altos, tinha vezes que eu chegava a pagar 400,00 (quatrocentos reais)”. Ana que também é estudante do campus Senhor do Bonfim compartilha da mesma realidade:

[...] porque tem um período que esse período que não tem aula no município, que nos alunos que não moramos em Senhor do Bonfim, a gente entra em desespero total, porque a gente não consegue acompanhar as aulas, porque não tem transporte e a questão é nem as faltas é não conseguir acompanhar os conteúdos e não aprender e a gente acaba se prejudicando bastante. Se a UNIVASF pudesse de alguma maneira entrar em contato com a prefeitura e ajudasse nesse processo de que no período que não tivesse aulas nos municípios eles conseguissem disponibilizar um transporte para gente, seria interessante.

No Relatório de Gestão 2021 a PROAE definiu também proposta direcionada ao transporte estudantil, em que propôs: “Desenvolver e apresentar projeto de adequação do transporte estudantil em até 1 mês, que proporcione aos usuários conforto, segurança e que seja acessível financeiramente para o estudante, bem como atenda outras localidades/Campi ainda não assistidos por este serviço”.

Para se manter na universidade, 14,7% dos estudantes desenvolveram/desenvolvem trabalho informal, 14,7% afirmaram que obtiveram/obtem ajuda financeira de responsáveis ou outros, a maioria, com 67,6% afirmaram que a renda advém de benefício ou auxílio da Universidade e, ainda 2,9% citaram projetos como PIBID e PIBIC como forma de auxiliar na renda para se manter estudando. Percebe-se ainda que, no período estudado, 41,2% receberam auxílio financeiro do governo, sendo citados o Auxílio Brasil e o Auxílio Emergencial¹.

A estudante Marta comentou sobre as dificuldades para cursar o ensino superior sendo de comunidade rural, ela salienta a importância do auxílio/bolsa junto ao auxílio do governo para a sua vida acadêmica:

[...] mas é muito difícil, porque como a gente não tem renda, a gente tá aqui na zona rural, meu pai é diarista só recebe no dia que trabalha, e minha mãe recebe bolsa família e a renda é bem pouca para quatro pessoas, aí seria bem difícil a situação. Não sei nem se ainda estaria na universidade, mesmo querendo ficar, porque a situação é bem difícil.

Assim, quanto a renda familiar pode-se observar que a maioria possui uma renda de mais de zero a 1 salário mínimo:

Tabela 6 – Renda familiar dos estudantes oriundos de comunidades rurais.

Renda familiar	Frequência	Percentual
Sem renda familiar regular	10	29,4%
Mais de zero a 1 salário mínimo	20	58,8%
Mais de 1 a 2 salários mínimos	4	11,8%

Fonte: dados da pesquisa (2024).

Ao perguntar se o estudante já sabia da existência da Assistência Estudantil antes de ingressar na universidade, observa-se que uma parcela expressiva deles (47,1%) já conheciam a Assistência Estudantil da UNIVASF. Aqueles que afirmaram não saber, obtiveram conhecimento pela divulgação realizada pela universidade (26,5%) e outros conheceram através de colegas (26,5%). Vale ressaltar que a maior parte desses estudantes (79,4%) receberam acompanhamento da Assistência Estudantil nos dois anos pesquisados, 2020 e 2021, que apenas 11,8% foi assistido apenas em 2020 e 8,8% somente em 2021.

A estudante Rute, afirma que o PSU é bem divulgado: “essa questão é até boa, é bem difundida na faculdade, todo mundo sabe, os alunos veteranos

¹ O Auxílio Emergencial foi um benefício financeiro criado para garantir renda mínima aos brasileiros em situação vulnerável durante a pandemia do Covid-19 (coronavírus) (GOV, 2023).

ajudam bastante os calouros, os professores ajudam bastante e geralmente tem reuniões bem no início para explicar sobre tudo”. Já a Ana compartilhou outra visão:

“Eu acredito que há uma falta de informação, assim, o instagram ajuda bastante, mas, no início do curso eu não sabia quais eram as redes sociais da universidade que eu deveria seguir, tem as redes dos núcleos e tudo, mas eu não sabia, só seguia a UNIVASF. E o portal da UNIVASF eu acho não achei ele muito prático, as vezes eu fico confusa quando eu entro talvez porque tem muitos sites para entrar, às vezes tem o site que é o do colegiado, e tem o site que é da própria UNIVASF”.

Vale ressaltar, com base no EDITAL PROAE Nº 01/2020, que a primeira etapa do cronograma do PSU, que ocorre antes de abrirem as inscrições, é a divulgação no edital do PSU realizada pela PROAE e pela Assessoria de Comunicação Social (ASCOM): “Veiculação do processo seletivo nos meios de comunicação (sítios institucionais, e-mails institucionais, blogs, emissoras de rádios, emissoras de TVs, entre outros) e, complementarmente, nas salas de aulas da UNIVASF” (PROAE, 2021).

Serviços utilizados pelos estudantes oriundos de comunidades rurais

O acompanhamento oferecido a esses estudantes consistiu em Auxílio Financeiro, do qual 100% dos respondentes foram contemplados, Acompanhamento Pedagógico, que atendeu 2,9% dos estudantes, e Acompanhamento Psicológico, que assistiu 14,7% dos participantes da pesquisa.

Esses estudantes enfatizaram que uma atividade que precisaria ser inserida e fortalecida na Assistência Estudantil de forma multidisciplinar com as demais pró-reitorias, trata-se do acompanhamento psicológico. Rute reflete que: “[...] acho que precisa ter uma melhora nesse acompanhamento, porque acaba pesando muito, principalmente pra gente que passava o dia na faculdade, é uma realidade totalmente diferente do que a gente estava acostumado, é uma pressão psicológica muito grande e a gente tem que aprender a lidar sozinho com muitas coisas”.

Diante das falas dos estudantes, nota-se que as condições são diferentes de um campus para outro. José, que é estudante do campus Juazeiro, também relatou que durante a faculdade vivenciou algumas dificuldades por conta do traslado para faculdade e essas questões trouxeram a necessidade

de um acompanhamento psicológico: “A gente precisa, como falei o ônibus é coisa de louco, a gente fica com muito problema psicológico, muita ansiedade, muita crise, mas assim, a gente não tem acompanhamento psicológico”. Entretanto, Maria, estudante do campus Senhor do Bonfim, reflete que recebeu tanto o apoio financeiro como o psicológico, mas, com certa dificuldade:

“A assistência, só socioeconômico, até teve a questão do psicólogo que tem no campus mas, era um pouco complicado de ter contato, já que eram muitos alunos e a demanda muito alta e nem todos os alunos conseguiram ter acesso, era feito como se fosse um requerimento para o campus e ele ia avaliar se podia ter ou não dependendo da demanda da pessoa e do psicólogo”.

É importante registrar a existência do CEPSEI, que atende tanto à comunidade em geral, como aos estudantes da Universidade, porém, esse equipamento está localizado no campus Petrolina que ainda é, relativamente, próximo do campus Juazeiro e do campus CCA, mas, para os estudantes dos outros campi fica inviável a busca desse atendimento, o que evidencia a necessidade de expansão desse serviço para os demais campi. Nos campi Senhor do Bonfim e Serra da Capivara, vinculado à Pró-reitoria de Ensino (PROEN), há profissionais da psicologia que atendem aos estudantes. Assim, diante das colocações dos participantes da pesquisa, trata-se de um ponto que precisa da atenção da UNIVASF para o cumprimento das metas estabelecidas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) de 2016 a 2025, no qual a Assistência Estudantil definiu o objetivo de ampliar e melhorar o PAE, para isso, uma das metas é “Estabelecer, em até dois anos, um subprograma com ações de atenção à saúde e psicossocial, bem-estar, qualidade de vida e lazer, através da mobilização de parcerias e articulações interinstitucionais”.

Os estudantes afirmaram não perceber uma ação direcionada especificamente ao estudante vindo de comunidades rurais. Eles são contemplados pela assistência estudantil devido à vulnerabilidade econômica, mas não pelas especificidades de serem oriundos da zona rural, com seus desafios particulares, que os afetam de maneira única. Ana refletiu que: “Acredito que não há a diferença do aluno da sede e o aluno da zona rural, acho que da maneira que está tá bom, mas, os alunos de zona rural têm dificuldades diferentes, como por exemplo o transporte, acredito que deveria ter esse olhar”.

Na mesma linha de percepção Marta afirmou que:

“Eu acho que a UNIVASF tem um olhar para assistência estudantil e de baixa renda, tem um olhar para permanência

do estudante na universidade. Mas assim, para o estudante da zona rural eu acho que não tem e se tem, eu não tive acesso. Porque a gente não tem nenhum olhar específico para o estudante da zona rural. Agora que melhorou mais um pouco, quando ia pra questão de análise socioeconômica mesmo da gente. Porque quando a gente vai fazer esse processo, as pessoas pensam que porque a gente mora na zona rural tem mais condições do que os estudantes que moram na zona urbana porque pagam conta de luz, de água e mora de aluguel, mas a gente vive com as condições semelhantes, a gente não paga aluguel, mas passa por muitas outras dificuldades que eles não passam, isso não dá nem pra comparar. Acho que eles deveriam ter um olhar específico para cada grupo”.

O estudante José enfatiza ainda que “Essa relação não existe. É tanto que eu te falei, você foi a primeira pessoa que tá se formando e fez uma pesquisa pra saber sobre esses alunos né [...] poderia ter uma bolsa pra dizer que você é da zona rural de Juazeiro, Petrolina, de Santa Maria, de Curaçá [...] a gente vai ter um programa que vai assistir vocês”. Essas informações corroboram a importância deste trabalho e demonstram que, pela diversidade de estudantes que ingressam na instituição, diversos olhares precisam ser lançados com a finalidade de viabilizar a permanência e saída com êxito de todos os grupos estudantis. Nesse contexto, ressalta-se ainda a importância da ampliação da presença de pessoas de origens e condições sociais distintas na universidade, entretanto, isso aumenta a responsabilidade da instituição no sentido de buscar visualizar e assistir todos esses sujeitos para que realizem um percurso de fato, inclusivo e exitoso.

Reflexões a respeito de dificuldades enfrentadas pelos estudantes de comunidades rurais

No questionário, foi solicitado que cada estudante enumerasse até três dificuldades para concluir sua graduação. Com isso, destacam-se que 55,9% dos estudantes descreveram a dificuldade financeira, limitada e vivenciada pela falta de emprego. Um estudante afirmou: “Pressão por falta de dinheiro.” Além disso, 44,12% dos estudantes citaram o transporte como uma dificuldade, mencionando aspectos como o horário do transporte e o valor da passagem. Dois estudantes relataram que a tarifa de R\$ 7,00 (sete reais) e a van lotada são os principais dificultadores.

Evidencia-se também, como dificuldades, o fato de precisar mudar de localidade apontado por 8,9% dos estudantes, 17,7% dos estudantes abordaram a distância da família, 14,7% relataram que o “desgaste psicológico”. As novas tecnologias, segundo 8,9% dos estudantes, também representam obstáculos sofridos para concluir a graduação, o que se alia à “dificuldade de acompanhar alguns conteúdos”, para 5,9% dos voluntários, e 2,9% destacaram a dificuldade de encontrar trabalho.

Enfatiza-se ainda o “Preconceito por ser da zona rural” descrito por 2,9% dos estudantes; 8,9% afirmaram que o valor dos auxílios é insuficiente para as necessidades básicas; as diversas situações enfrentadas na pandemia também foram colocadas como dificuldades por 8,9% dos estudantes, 2,9% relataram ter dificuldades por não terem obtido informações sobre o contexto universitário durante a pandemia. Os estudantes também enfrentaram dificuldades durante a realização do PSU, José afirmou que “a dificuldade é a burocracia. Até nas entrevistas eu tinha que sair de Curaçá pra fazer uma entrevista que poderia ser resolvida à distância. Ah tá faltando só um documento, aí me tiraram daqui do interior de Curaçá pra ir só levar um documento na UNIVASF Petrolina”.

Ressalte-se que a entrevista é uma etapa prevista no edital dos PSUs que permite que o profissional, no caso da Assistência Estudantil da UNIVASF, as Assistentes Sociais, conheçam a realidade do estudante, diante da entrevista o profissional compreende a história da vida do estudante sob uma ótica que só esse instrumento de trabalho possibilita. Porém, compreende-se também a particularidade do estudante que mora longe da universidade para comparecer presencialmente, diante disso, pensa-se nos recursos tecnológicos, para talvez uma entrevista através de alguma plataforma digital, para que o estudante não precise se deslocar.

A estudante Maria refletiu sobre dificuldades para providenciar os documentos solicitados para participar do PSU durante o período que a universidade estava fechada por conta do lockdown: “A maior dificuldade foi no processo seletivo mesmo por conta que no campus não tinha ninguém e precisava de alguns documentos e que somente no campus era possível pegar esses documentos e aí ficou complicado”, outro aspecto destacado pela estudante foi o período de duração “a questão do tempo do processo seletivo que se prorrogasse um pouquinho mais”.

Realça-se também a fala de Ana referente a ter uma creche na universidade: “E outra questão, eu acho que é um lugar para as crianças, têm mãe, que em certos momentos, precisa levar o filho, teve uma situação mesmo que eu não tinha com quem deixar ela a noite, porque meu marido teve que trabalhar até mais tarde e eu fui obrigada a levar ela, e um lugar em que as

crianças pudessem ficar, acho que seria legal”. A fala dessa estudante chama a atenção para a necessidade do investimento em políticas de creche dentro das universidades, com o objetivo de viabilizar a permanência principalmente de mulheres e mães. Destacam-se as mulheres, pois, socialmente, são as mais responsabilizadas pela criação dos filhos, o que pode afetar sua permanência no curso. Além disso, esse fator corrobora os dados desta pesquisa, que evidenciam uma maior representatividade de mulheres assistidas pela Assistência Estudantil.

Chamou ainda a atenção da autora desta pesquisa, duas situações apontadas como fatores de dificuldades por 2,9% dos estudantes: “Me adaptar ao “mundo”, as formas de viver mesmo diferentes” e “A falta da vida no campo, da simplicidade”.

Outro fato levantado na entrevista pela estudante Marta do campus SRN é a importância de alguns suportes que colaborem na logística do curso, como cantinas, por exemplo:

“[...] eu senti falta e os colegas também já sentiu, principalmente os que moram na residência e os que como eu que tinha dia que tinha que ficar na UNIVASF o dia todo, e tinha que arcar com transporte pra voltar pra casa, porque não tinha transporte e tinha que pagar mototáxi porque não tinha outro meio, a gente antigamente na UNIVASF no campus tinha uma cantina, agora nem o restaurante tem mais, a gente não tem RU. Isso faz muita falta, já fez e vem fazendo. Eu entrei na UNIVASF em 2018 e tinha uma cantina, depois da pandemia fechou e não abriu mais”.

De fato, é fundamental que a universidade ofereça alguns serviços aos estudantes, principalmente ao estudante que vem de alguma comunidade longe da universidade e há alguns serviços que são básicos para esse estudante, como a alimentação. Compreende-se que a Assistência Estudantil da UNIVASF já alcançou diversas melhorias, como os aparelhos de RUs, entretanto somente 3 (três) campi dispõem desse serviço. Logo, destaca-se a meta construída no Relatório de Gestão 2021: “Apresentar em até 7 meses projeto piloto de ampliação dos serviços de restaurantes e implantação dos Campi que ainda não dispõe do equipamento”, a realização dessa meta contemplará as necessidades de diversos estudantes.

Avaliação do estudante de zona rural no que diz respeito ao acompanhamento que recebeu do PAE

Todos os estudantes que participaram da entrevista afirmaram que a Assistência Estudantil foi e tem sido importante para a sua permanência no ensino superior. Ana frisou que sem essa assistência a permanência no curso “não seria possível, porque eu teria que trabalhar”; Marta disse: “eu não conseguiria continuar no curso, eu trabalhava desde início do curso e só quando eu fui aprovada no processo seletivo da assistência eu consegui realmente ter tempo para estudar melhor”.

José afirmou que “a assistência contribui sim. Ela é um fator fundamental para que eu consiga sair daqui e ir estudar em Juazeiro”. Rute refletiu que a Assistência Estudantil também “ajudou bastante na minha permanência porque eu tive que mudar da cidade que eu estava com minha mãe e com meus irmãos para a cidade onde eu estudei e o peso de mudar pra lá, na questão financeira ia ser muito grande, não sei se eu iria conseguir terminar a faculdade, ou me manter no curso, porque eu não tinha disponibilidade para trabalhar”.

Considerações finais

Discutir Assistência Estudantil e sua relação com permanência do estudante na graduação constitui um debate complexo pela diversidade de estudantes que compõem o universo das instituições de ensino superior. O trabalho foi realizado considerando-se a Política de Assistência Estudantil, uma política que demanda que os estudantes comprovem uma situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Assim, no presente trabalho, visou-se discutir como a Assistência Estudantil é realizada na UNIVASF, considerando os estudantes oriundos de comunidades rurais. O estudo é relevante porque diversos sujeitos sociais têm recebido atenção por meio de leis específicas e ações voltadas à inclusão e reparação. Entretanto, os estudantes provenientes de comunidades rurais, que enfrentam desafios específicos dessa condição, ainda não recebem um olhar direcionado para tais particularidades.

Não há como deixar de registrar a expressão de gratidão de um dos respondentes desta pesquisa, pelo simples fato de ter sido convidado a participar deste estudo e ser ouvido quanto às suas vivências particulares enquanto estudante universitário que reside em uma comunidade rural. Ou ainda da participante que demonstra o grande sacrifício que é deixar a sim-

plicidade de sua vida no campo, a saudade da família, “a saudade de casa e do que me é conhecido”. Tudo isso em busca de um sonho maior, que pode lhe trazer expectativa de melhores condições de vida.

Dessa forma, observou-se que, apesar de receberem os auxílios provenientes da assistência estudantil, como os demais estudantes, foi corroborada a necessidade de uma atenção diferenciada a esse grupo, especialmente no que diz respeito ao transporte. Muitos dependem do serviço oferecido pela prefeitura do município, porém nem sempre os calendários acadêmico e municipal coincidem, deixando os estudantes sem esse apoio quando a rede municipal está de férias.

Isso implica em uma maior dificuldade para que esses estudantes cheguem à universidade, e, nesses momentos, eles esperavam um suporte maior da IES. Alguns relataram, inclusive, que essa situação gera ansiedade, pois nem sempre há recursos financeiros suficientes para cobrir as despesas com transporte.

No que diz respeito ao perfil socioeconômico, observou-se que a maioria dos participantes dessa pesquisa é do sexo feminino, verificou-se que as mulheres buscam no estudo uma formação acadêmica que possibilite autonomia e protagonismo para um ingresso qualificado no mercado de trabalho. No que diz respeito à raça/cor, a maioria absoluta desse público se declarou preta ou parda e, da mesma forma, a maioria, também se declarou solteiro. Quanto à faixa etária, a maioria possui idade entre 23 a 26 anos.

O estudo mostrou, então, que os auxílios pecuniários são imprescindíveis para a permanência dos estudantes no ensino superior. O apoio financeiro faz parte da estratégia de democratização da educação superior, uma vez que fortalece tanto a universidade quanto a vida acadêmica do estudante, impactando diretamente as condições de permanência estudantil, especialmente para aqueles em situação de vulnerabilidade social e econômica.

Além disso, é necessário lançar outros olhares para os estudantes que se deslocam diariamente das comunidades rurais ou que são obrigados a se mudar para a zona urbana em busca de melhores condições para concluir seus estudos.

Ressalta-se também, que a política de assistência estudantil não deve estar direcionada apenas para a subsistência material, com aporte financeiro, mas sim abranger outras questões, pensando o estudante em sua integralidade, de forma a considerar os aspectos pedagógicos e psicológicos.

Além disso, durante a realização desta pesquisa foi constatada falta de estudos que fizessem uma análise do acesso, inclusão e trajetória dos estudantes que têm origem em comunidades rurais. Dessa forma, os resultados

desta pesquisa evidenciaram a relevância da discussão do tema, ressaltando a necessidade de novos e constantes aprofundamentos que contribuam para o debate científico.

Referências

BRASIL. **Auxílio Emergencial**. Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/servicos/auxilio-emergencial>. Acesso em 03 de fev de 2023.

BRASIL. Decreto nº 7.234 de 19 de julho de 2010. **Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 2010.

BRASIL. **Obter bolsa do Programa Bolsa Permanência (PBP)**. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/servicos/obter-bolsa-do-programa-de-bolsa-permanencia>. Acesso em 03 de fev.de 2023.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo, Editora Atlas S.A, 2008.

IMPERATORI, Thaís Kristosch. **A trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira**. Serviço Social & Sociedade, p. 285-303, 2017.

IMPERATORI, Thaís Kristosch. **A trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira**. Serviço Social & Sociedade, p. 285-303, 2017.

JAUMONT, Jonathan. VARELLA, Renata Versiani Scott. **A Pesquisa Militante na América Latina**: trajetória, caminhos e possibilidades. Rio de Janeiro, 2016.

LUKÁCS, Georg. "O Neopositivismo". In: **Teoria e Política**. n. 9. SP, Brasil Debates, 1988.

NOGUEIRA, P. S. Expansão na educação superior e a política de democratização: avanços e oportunidades. In: SILVA, M. G. M. (org.). **Políticas educacionais: faces e interfaces da democratização**. Cuiabá: EdUFMT, 2000. p. 13-37. SILVA, M. G.

PAULA, Camila Henriques de. ALMEIDA, Fernanda Maria de. **O programa Reuni e o desempenho das Ifes brasileiras**. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação [online]. 2020, v. 28, n. 109. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-40362020002801869>. Epub 08 Maio 2020. Acesso em 10 de dez. 2022.

RAICHELIS, Raquel *et al.* **Democratizar a gestão das políticas sociais**: um desafio a ser enfrentado pela sociedade civil. Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional, v. 3, p. 73-87, 2006. Disponível em: <https://escoladeconselhos.ufms.br/files/2021/08/DEmocratizar-Gestao-da-Politicais-Sociais-Rachel-Raiquelis.pdf>. Acesso em fev. 2023.

RECKTENVALD, Marcelo *et al.* **Política de permanência em uma universidade pública popular**: compreendendo os clamores de acadêmicos em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Florianópolis.2017.

UNIVASF. **CEPPSI abre vagas para um novo acolhimento presencial.** Disponível em: <https://portais.univasf.edu.br/ceppsi/noticias/ceppsi-abre-vagas-para-um-novo-acolhimento-presencial>. Acesso em 14 de jan de 2023.

UNIVASF. **História.** Disponível em: <https://portais.univasf.edu.br/apresentacao-univasf/historia>. Acesso em 13 de jan de 2023.

UNIVASF. **PROCESSO SELETIVO UNIFICADO 2021 – PSU 2021 EDITAL 01/2021 – PROAE.** Disponível em: <https://www.sistemas.univasf.edu.br/pae/>. Acesso em maio de 2022.

UNIVASF. **PROCESSO SIMPLIFICADO EMERGENCIAL DE APOIO A INCLUSÃO DIGITAL EDITAL PROAE Nº 01/2020.** Disponível em: <https://www.sistemas.univasf.edu.br/pae/>. Acesso em 07 de maio de 2022.

UNIVASF. **Programa de Assistência Estudantil PAE.** Disponível em: <https://portais.univasf.edu.br/proae/proae/teste-1>. Acesso em 03 de fev de 2023.

UNIVASF. **Relatório Nº 1/2022 – CP (11.01.02.07.53).** Disponível em: https://portais.univasf.edu.br/proae/documentos/FluxodeatendimentoaosestudantesdaUNIVASF_CPPROEN_CEEPSI_NAIGR_PROAE.pdf. Acesso em 21 de jan de 2023.

UNIVASF. **Resolução nº 05/2013 que aprova o Regimento Interno da Câmara de Assistência Estudantil da UNIVASF.** Disponível em: https://portais.univasf.edu.br/proae/resolucao_05_2013.pdf. Acesso em 07 de maio de 2022.

ZAGO, NADIR. **Migração rural-urbana, juventude e ensino superior.** Revista brasileira de educação, v. 21, p. 61-78, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/gqRwTTzxqH4VHy9LwQ4cJTM/?lang=pt>. Acesso em fev.2023.

UNIVASF. **EDITAL 05/2019 – PROAE/SELEÇÃO UNIFICADA 2020. PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA UNIVASF - PAE SELEÇÃO UNIFICADA.** Disponível em: <https://portais.univasf.edu.br/noticias/univasf-divulga-edital-da-selecao-unificada-2020-para-programa-de-assistencia-estudantil-pae/EDITALEANEXOS.pdf>. Acesso em 20 de maio de 2022.

Capítulo 4

Mulheres do Rio:

qualidade de vida de mulheres de uma comunidade ribeirinha do São Francisco

Thayanna Rafaela Lins Tavares Ribeiro

thayannalinstavares@gmail.com | lattes.cnpq.br/8346263607965096 | orcid.org/0000-0001-5655-8757

Michelle Christini Araújo Vieira

michelle.christini@gmail.com | lattes.cnpq.br/9372845638085633 | orcid.org/0000-0001-7771-5387

Kedma Magalhães Lima

kedma.magalhaes@univasf.edu.br | lattes.cnpq.br/0012631817532047 | orcid.org/0000-0003-1336-6370

Introdução

Não é distante o fato de que mulheres desempenham jornadas duplas de trabalho, atuando em profissões extramuros de suas residências e também dentro de seus lares, tais afazeres dificultam o engajamento em atividades de lazer, autocuidado e descanso, fatores que comprometem sua saúde física, mental e social e aumentam as chances de exposição a agravos e prejuízos a sua qualidade de vida (CAZELLA & COLABORADORES, 2019).

A realidade da desvantagem que ainda acompanha mulheres tem repercutido negativamente no bem-estar, e conseqüentemente, na qualidade de vida e isso se evidencia quando comparadas às mesmas condições dos homens na sociedade. Embora não haja somente um único fator desencadeador, estima-se que a vulnerabilidade social que existe a partir da marginalidade imposta a alguns grupos, possa gerar estressores sociais que repercutem diretamente na percepção de saúde mental (PAVELTCHUK, BORSA & DAMASIO, 2019).

Diante do contexto de lutas e da ascensão ao protagonismo de sua própria história, o presente trabalho, “Mulheres do rio: qualidade de vida de uma comunidade ribeirinha do São Francisco”, considera a multiplicidade de aspectos que envolvem essa temática e visa compreender as interações dessas mulheres com os diversos contextos da realidade feminina. Assim, as linhas que se seguem buscam de modo objetivo retratar a relação da mulher com o rio, as suas vivências de pertencê-lo e as suas perspectivas diante da temática da Qualidade de Vida.

A população ribeirinha

O termo “ribeirinho” fala sobre qualquer população que viva às margens dos rios, sejam eles em zona rural ou urbana (COSTA, ALVES NETO & VALADARES, 2021) e representa um conjunto de relações territoriais materializadas pelo uso e significados atribuídos à natureza em que os sujeitos vivenciam (SILVA & COLABORADORES, 2019). A compreensão da figura dele baseia-se na relação que se estabelece com as águas, na presença dos sujeitos não apenas como elementos da paisagem, mas como agente caracterizador dos modos de viver e ser dessas pessoas (SOUSA, VIEGAS & SANTOS, 2019).

Nas comunidades ribeirinhas há o depósito de grande importância na presença da unidade familiar, seja doméstica ou comunal, bem como nas

relações de parentesco ou de compadrio, pois as mesmas se sustentam através do exercício das atividades econômicas, sociais e culturais. Outra característica dentro dessas relações é a redução da divisão técnica e social do trabalho em que se tornam manifestas as práticas artesanais, nas quais o produtor e sua família dominam todo o processo de trabalho, assim, uma mesma ascendência realiza a produção das redes de pesca, a manutenção do barco, a compra de insumos, a pescaria em si e o tratamento e a venda dos peixes (SOUZA & SILVA, 2018).

É nesse cenário de ruralidades que as comunidades de pesca artesanal constituem seus modos de viver e também as relações entre si e com o rio, que se percebem e são entendidos como pessoas do lugar. Além disso, são agentes constituintes de relações que ocorrem exclusivamente na comunidade, nos seus fazeres de pesca e nos desdobramentos de pertencer a uma sociedade ribeirinha.

As Mulheres do Rio

Embora cada comunidade ribeirinha tenha sua própria organização sociocultural e, portanto, defina o que é trabalho de homem e de mulher em sua sociedade, em outros cenários as funções podem se alterar. Nesse contexto, alguns estudos apontam que no submédio do São Francisco as mulheres são tradicionalmente responsáveis pelos cuidados domésticos (SOUZA E SILVA, 2018).

Neste cenário, as mulheres assumem um papel fundamental no contexto das lutas de classes, visto que executam funções essenciais atribuídas a elas dentro das relações sociais, permitindo a articulação de interesses em diferentes escalas geográficas, da comunidade, da região e da nação. Paradoxalmente, cabe a elas, através dos papéis que assumem para “sobreviver” ao sistema segregador que não amplia espontaneamente suas fronteiras e que não previu o lugar de destaque delas, garantir seu espaço de excelência nas funções que desempenham ao longo da história (BERTHOLI & PAIM, 2019).

Neste contexto, não é missão das mais fáceis construir uma reflexão sobre as Mulheres do Rio, visto as complexas tramas que a temática exige, e também a profundidade dos aspectos de suas vidas e a espacialidade que os fatores culturais enraízam em seu lugar de vivência. O universo que as envolve, assim como tantas outras mulheres do contexto rural, é marcado pelo patriarcalismo e pelo empenho nas atividades agrícolas. Ainda assim, não cabe desconsiderar as peculiaridades das relações com os contextos míticos, a pesca e a presença do rio, como importantes componentes do lugar (SOUSA, VIEGAS & SANTOS, 2019).

As mulheres ribeirinhas são, portanto, responsáveis pelo trabalho doméstico e também pelas demais tarefas possíveis em seu contexto, como os afazeres de quintal, os cultivos de hortas e cuidados com os animais. Somada a essas funções está a pesca artesanal, vista como força produtiva de um cotidiano árduo, pertencente a um grupo social de grande relevância para a economia e a sociedade locais (BERTHOLI & PAIM, 2019).

Cabe evidenciar que a maioria das mulheres iniciou suas atividades no rio a partir da necessidade de acompanhar seus companheiros e desenvolveram funções para além das domésticas, como: a limpeza, venda dos pescados e manutenção dos utensílios de pesca (consertos de redes e tarrafas) (SOUZA E SILVA, 2018). Assim, o trabalho da Mulher do Rio ainda não recebe o reconhecimento almejado, dado que seus papéis são minimizados nas estatísticas oficiais, sendo considerados apenas como atividades complementares aos afazeres domésticos, incluindo-se a esse contexto, a desgastante tarefa da pesca artesanal (BERTHOLI & PAIM, 2019).

As Mulheres do Rio, trabalhadoras da pesca, representam relevante força de trabalho para suas comunidades, mas mesmo assim, enfrentam o dissabor do pouco reconhecimento de suas múltiplas atividades, situação reforçada pela cultura patriarcal dominante. Assim, ser Mulher do Rio, do Submédio São Francisco, do Angarí, significa carregar a originalidade dos espaços rurais, mas também transitar por uma territorialidade conduzida pelo curso das águas e perpassada pelo perímetro urbano (BERTHOLI & PAIM, 2019).

Por fim, ao pensar na relação entre as mulheres do rio e esse território que ora é de pesca, ora de lazer e sempre produtor de múltiplas experiências, torna-se importante refletir a respeito dos múltiplos aspectos que envolvem a qualidade de vida na experiência de ser mulher ribeirinha do/no São Francisco.

Qualidade de vida

O conceito de qualidade de vida (QV) é subjetivo e individual, portanto, cada sujeito desenvolve critérios próprios que abarcam as maneiras de alcançar de forma plena o seu bem-estar e o grau de satisfação encontrado na vida familiar, amorosa, social e ambiental e à própria estética existencial (OLIVEIRA & CUNHA, 2021). A expressão Qualidade de Vida é multifacetada e, por isso, compreende conceitos populares e científicos que estão presentes nas vidas das pessoas e sociedades através de sentimentos e emoções, relações pessoais, eventos profissionais, propagandas da mídia, política, sistemas de saúde, atividades de apoio social (CARVALHO & FIGUEREDO, 2020).

Considerada uma temática ainda em processo de definição conceitual, a Qualidade de Vida é um universo que se expressa de forma multidisciplinar e envolve a ciência, o conhecimento popular e as inúmeras percepções e experiências subjetivas do indivíduo sobre a vida (MENDES, 2020). Compreendê-la não é tarefa simples, visto os diferentes entendimentos sobre a temática e as muitas variáveis que devem ser consideradas como questões subjetivas e aspectos pragmáticos (SILVA, DIAS E SILVA, 2022).

O desafio se encontra, primeiramente, no entendimento de que o conceito de qualidade é multidimensional, auto referenciado e, portanto, complexo em suas compreensões. Tal termo, em nenhuma instância acolhe a ideia de um construto universal, muito pelo contrário, utiliza-se de propriedades que estão nos objetos, seres e ações dos sujeitos. Ou seja, ao atribuir características a algo, busca-se, diretamente, conferir valor e indicar modelos e padrões desejáveis aos sujeitos e comunidade (ALVES, 2020).

O termo qualidade de vida considera as perspectivas, expectativas e objetivos que, de forma direta ou indireta, provocam satisfação nas pessoas, é caracterizado pela forma como o indivíduo percebe suas atribuições a partir dos seus valores e dos contextos culturais (CAZELLA & COLABORADORES, 2019). Pode ser visto como a percepção que os sujeitos têm sobre sua posição na vida, dentro do contexto cultural e do sistema de valores no qual está inserido (MENDES, 2020).

A qualidade de vida também é compreendida como uma representação social criada a partir da subjetividade que estabelece o entendimento sobre bem-estar, felicidade e realização pessoal (SILVA, DIAS E SILVA, 2022). A singularidade nesse contexto seria o uso da autoavaliação realizada pelos sujeitos, bem como a multidimensionalidade tratada aqui como o aglomerado de dimensões que compõem a sociedade (CAZELLA & COLABORADORES, 2019).

Por ser um conceito, subjetivo e pessoal, essa temática deve abranger significados que denotam uma construção social e de relatividade cultural, relacionados às várias épocas, espaços e histórias em que se evidenciam conhecimentos, experiências, valores individuais e coletivos (SALGADO, 2019). Dessa forma, qualidade de vida, estados subjetivos e saúde relacionam-se à forma como as pessoas avaliam subjetivamente os impactos nos seus estados de bem-estar atribuindo valor a duração de suas vidas, as suas conjunturas funcionais e oportunidades sociais (BORGES e COLABORADORES, 2020).

Seguindo essa compreensão, considera-se que ela é uma forma complexa de incorporação das relações das pessoas no seu meio ambiente, bem como da junção dessa com seu estado psicológico, níveis de independência, redes sociais, crenças pessoais e vigor físico (MENDES, 2020). Nesse contexto, torna-se importante imprimir que na área da saúde a multidimen-

sionalidade é essencial para ampliar a visão do fenômeno fomentando a reflexão sobre a influência desse fator no estado de higidez da população (CAZELLA & COLABORADORES, 2019).

Assim, esse conceito se constituiria enquanto uma soma de sensações subjetivas de sentir-se bem e que resultam de um amplo espectro que inclui estilo de vida, satisfação no emprego e situação econômica. Ótica que comunga da mesma intenção da OMS, quando essa, afirma que o conceito de saúde abarca a percepção dos indivíduos sobre sua posição na vida, contextos culturais e sistemas de valores que estão inseridos (NASCIMENTO, TAISSUN & MARTINS, 2019).

Desse modo, é importante compreender as formas como as Mulheres do Rio identificam os aspectos de Qualidade de Vida, a partir das suas experiências de viver às margens do Rio São Francisco e constituir-se enquanto pessoa ribeirinha.

Materiais e métodos

Desenho do estudo

Este trabalho é qualitativo, de caráter observacional e descritivo. Para fins de realização desta pesquisa, trabalhou-se a partir do viés da fenomenologia que propõe uma base segura e livre de proposições para a ciência e assim avançar para as próprias coisas, ou seja, o dado, o fenômeno, aquilo que se dá diante da consciência (PRODANOV & FREITAS, 2018).

A pesquisa fenomenológica apresenta-se como uma proposta investigativa do cotidiano das pessoas e que ultrapassa o universo dos conhecimentos teóricos e das aparências, possibilitando aproximações das experiências humanas e buscando apreendê-las a partir da dimensão existencial, por vezes velada. De tal modo, ela se movimenta no sentido de uma investigação e descrição dos fenômenos aqui entendidos como qualquer evento que se faça presente à consciência e livres de explicações causais (NEVES & COLABORADORES, 2021).

Como instrumento de coleta de dados, foi utilizada a entrevista semiestruturada, a qual pode ser empregada como estratégia metodológica única ou de apoio. Essa técnica é utilizada com o objetivo de identificar sentimentos, pensamentos, opiniões, crenças, valores, percepções e atitudes do entrevistado em relação aos fenômenos que vivenciou. Trata-se de um método para investigar comportamentos e subjetividades humanas, possibilitando compreender o que as pessoas sentem, as circunstâncias desse

sentir, além de identificar tendências de comportamento e outras possibilidades (GUAZI, 2021).

Localização do estudo

Conforme registra o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE/2010a), a comunidade ribeirinha do Angarí - que tem latitude -9,414 e Longitude -40.513 - está localizada no município de Juazeiro, no Estado da Bahia. Ela fica à beira do Rio São Francisco e tem a sua atividade econômica, predominantemente, na pesca artesanal, assegurando parte importante da renda das famílias do lugar com a participação importante da mulher (SOUZA; SILVA, 2018).

Essa comunidade possui um grande número de mulheres usuárias de programas sociais e tal fator se dá em virtude da vinculação do papel desempenhado por ela no seio familiar, no cuidado e no cumprimento das condicionalidades de saúde e educação das crianças (SILVA, 2016). O mesmo autor continua sua afirmação referindo que “esta condição, de certa forma, assegura às mulheres uma autonomia na gestão direta deste recurso, e, também o reconhecimento da necessidade de empoderamento da mulher no contexto social, como reparação histórica” (SILVA, 2016).

A comunidade ribeirinha do Angarí se faz cenário deste estudo e todos os seus aspectos constroem uma trama relacional que são constituintes importantes da saúde mental e da qualidade de vida delas, que vivem a experiência de pertencer a esse grupo e ser do rio. Esse pertencimento caracteriza o local e, ao mesmo tempo, distingue as pessoas, seus modos de vida, raízes, pertencimentos, histórias e a identidade de ser do Angarí, dentro da coletividade da pesca artesanal.

População estudada

A população desta pesquisa foi composta por mulheres que vivem às margens do Rio São Francisco, na região do Submédio, em uma comunidade tradicional de pescadores, localizada em Juazeiro (BA). Foram entrevistadas seis mulheres, entre 24 e 72 anos, as quais vivem de atividades relacionadas ao rio e que atenderam aos critérios de inclusão e exclusão propostos. E a coleta de dados aconteceu entre o período de janeiro a maio de 2022.

Critérios de inclusão e exclusão na pesquisa

Foram considerados como critérios de inclusão para participação deste estudo: (i) mulheres, maiores de 18 anos; (ii) moradoras há mais de 10

anos na localidade; (iii) que desenvolvam atividades relacionadas ao pertencimento enquanto comunidade ribeirinha (pesca e/ou manejo com o peixe, artesanato, lavagem de roupa, cuidado familiar, turismo, entre outras atividades relacionadas a esse contexto) e (iv) mulheres ribeirinhas que aceitem participar da pesquisa.

Foram considerados como critérios de exclusão para participação nesta pesquisa: (i) ser homem, independentemente da idade; (ii) mulheres menores de 18 anos; (iii) não ser moradora da comunidade ribeirinha Angarí; (iv) ser moradora da localidade com tempo menor que 10 anos; (v) mulheres que possuam alguma condição que impossibilite a participação na entrevista e (vi) mulheres que não desenvolvam atividades relacionadas a cultura da comunidade ribeirinha.

Considerações éticas

Para a concretização deste estudo, foram realizados convites às mulheres da Comunidade Angarí que, seguindo os critérios de inclusão e exclusão, foram chamadas a participar de uma entrevista para a coleta de diversos dados. Após o aceite delas foi realizada a leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE e, somente aí, efetuada uma entrevista semiestruturada com roteiro norteador.

Além disso, para uma coleta de dados de maior qualidade e eficiência utilizou-se o auxílio de um gravador de áudio portátil, para registro do conteúdo, somado à realização de imagens por meio de vídeos e fotos. Para fins de preservação das identidades das Mulheres do Rio optou-se pela utilização de nomes fictícios escolhidos a partir de Santas Padroeiras de cidades situadas às margens do São Francisco associados ao nome Maria. Assim, todas elas encontradas neste estudo não terão suas identidades reais expostas.

Resultados e discussões

Qualidade de vida

A temática Qualidade de vida está subdividida em ser Mulher do Rio: o pertencer e viver do Rio; Rotina de pesca: história de vida e afazeres diários e Realidades do Angari: a vida que segue seu curso.

A Qualidade de Vida é um conceito amplo e de interesse da sociedade contemporânea, a qual se mostra de forma complexa não apenas pela saúde física, mas também, por seu estado psicológico, relações sociais, nível de

dependência, crenças e convicções pessoais, bem como pelo ambiente em que se vive (BICA et. al., 2020). Ela está relacionada à saúde e engloba múltiplos aspectos, entre eles, componentes do bem-estar e das funções físicas, emocionais, mentais, sociais e comportamentais percebidos pelos sujeitos e pelos outros (BICA et. al., 2020).

Entende-se, portanto, como fenômenos inseparáveis, a Saúde Mental e a Qualidade de Vida, também como aspectos corporificados nos sujeitos históricos e sociais que atuam a partir de uma abordagem complexa, histórica, política e culturalmente contextualizada nos cenários de vida de uma população, tornando-se imprescindível para a compreensão da produção do sofrimento psíquico (DIMENSTEIN et al, 2022).

Enquanto experiência sociocultural considera-se que a produção de sofrimento psíquico é percebida no entrelaçamento de dimensões referentes ao gênero, raça/etnia, sexualidade e geração, que há uma estreita associação entre contextos de vida marcados por suas intensas desigualdades, injustiças e violência com a deterioração das condições gerais de saúde da população, em particular, da saúde mental, como é o caso dos públicos do campo e da floresta, na qual a coletividade ribeirinha está categorizada (DIMENSTEIN et al, 2022).

A Qualidade de Vida apropria-se de três aspectos fundamentais: a subjetividade, a multidimensionalidade (incluindo as dimensões física, psicológica, social e ambiental) e a bipolaridade (presença de dimensões positivas e negativas), pode ser entendida a partir da percepção que as pessoas têm de sua posição na vida, no contexto da cultura e sistema de valores nos quais vivem. E em relação aos seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações (MÜLLER, 2020).

A partir desse aspecto emerge a subcategoria “Ser Mulher do Rio: o pertencer e viver do Rio” que retrata os valores de viver nessa comunidade ribeirinha e a relação de subsistência que as mulheres estabelecem. Uma primeira característica observada nas falas delas é o afeto estabelecido entre elas e o São Francisco, o rio não é seu trabalho, é extensão de sua casa, seu quintal e de suas experiências afetivas.

Toda vida eu morei aqui... com minha mãe e meu pai, dentro dessa água...desde pequena. Quando meu pai morreu, eu tinha onze anos... eu morava aqui...eu tenho setenta e dois anos (Maria Anunciação).

Por compreender o Rio São Francisco como uma extensão das suas experiências de seus lares, ele também se constitui como fonte de renda e trabalho que misturado aos afazeres da casa compõem sua rotina:

Agora mesmo na enchente e eu tava tratando uns peixes, a água tava aqui, isso dentro do rio tratando os peixes, não tinha outro local, e aí veio uma traíra, ela olhou e ficou dentro d'água, olhando...na hora que eu só fiz assim, ela "barulho de batida", então ela me viu... (Maria do Rosário).

Dando seguimento ao nosso estudo, outra subcategoria que surgiu com evidência nas falas das Mulheres do Rio trata-se das Realidades do Angari: a vida que segue e retrata as condições sociais e econômicas que elas vivem e denunciam as desigualdades de seus cenários.

Torna-se relevante salientar que as condições de vida de uma população interferem diretamente em seus níveis de saúde. Portanto, no caso de um grupo específico, isso se reflete na combinação de múltiplos fatores que contribuem para a territorialização de suas condições, resultando na inter-relação entre qualidade de vida, saúde e acesso aos serviços dessa área em um determinado território (OPAS, 2021).

Uma das primeiras denúncias que surgiram foi a questão das estruturas das casas em relação às cheias do Rio. Na oportunidade do início deste trabalho, na etapa das entrevistas, o Rio São Francisco estava passando por uma de suas maiores cheias até aquele momento histórico e as famílias estavam aguardando a remoção de seus bens, e sua retirada para estadia em escolas dos municípios. As falas que seguem retratam com fidedignidade este cenário:

A gente tem que se conformar que a gente que mora na beira do rio, tem que tá esperando isso aí mesmo, se chove, tem que esperar a água chegar na porta pra sair [...] Tem que se conformar, que o pescador que vai pro rio pra pescar, não acha...não pega peixe, é tudo...é complicado na vida das pessoas... Essa é bem a 'seis' enchente que eu passo. (Maria Anunciação).

Outros aspectos que emergem nas falas das mulheres retratam questões estruturais como acesso aos serviços de água, energia, a promoção dos atendimentos de saúde por meio da Unidade Básica de Saúde (UBS) e saneamento básico.

Sobre as questões de acesso à higiene, através da Unidade Básica de saúde, as Mulheres do Rio denunciam escassez de serviços de saúde básica como consultas médicas e dificuldades de acesso a outros serviços desse dispositivo de saúde. Tais aspectos podem ser observados na fala abaixo:

Eu mesmo vou muito no particular, a doença vem, cê não vai né agendar, tem que procurar logo um profissional. [...] Então eu acho que deveria ter médico pelo menos quatro vezes, já falei lá na Secretaria e reclamei, porque você com essa pandemia, com essas doenças tudo, com virose, você escolhe ficar doente? [...] Ela teve uma crise vômito, ela ficou dias e não tinha médico no postinho, agendei com médico particular. (Maria do Rosário).

Sobre o acesso ao Serviço de água e esgoto do município, as Mulheres do Rio denunciam escassez de água que acontece em função de longos períodos de desabastecimentos de água potável e eventos constantes de entupimentos das redes de esgoto instaladas há menos de cinco anos na comunidade. Tais fatores podem ser verificados na fala que segue:

A gente agora tá vivendo uma fase, que tá sendo difícil água pra gente, nas torneiras não tá caindo água direito. As torneiras não tá...pra lavar roupa é uma briga agora, pra gente cozinhar... ontem eu tava levando os galões velhos pra encher em meu pai porque um rapaz puxou um cano...porque a gente aqui não paga água porque o SAAE, não quer vir botar água pra gente... Ainda não é legalizado, e nem pra botar a água da gente! (Maria do Amparo).

Sobre a ausência de serviço de coleta de lixo, as Mulheres do Rio denunciam que a carência desse serviço concentra lixo nas margens do rio e prejudica os processos de pesca e o convívio da comunidade com a paisagem. As entrevistadas acrescentam que as visitas acontecem com maior frequência em eventos esporádicos como visitas de políticos ou de alguma personalidade famosa. A fala abaixo retrata a realidade citada:

Eu fui reclamar, fui na Secretaria, reclamo! Eu pago meus impostos, vocês pegam a gente, coleta de lixo lá na beira do rio, a beira do rio toda suja é porque o rio tá cheio, que nada, o rio tava seco, mas cobra coleta de lixo. (Maria do Rosário).

Sobre acesso à energia elétrica, as Mulheres do Rio relatam que mesmo com os impostos pagos em dia, o serviço ocorre de forma precária, o que coloca a população em vulnerabilidade, uma vez que não conseguem ver quem e o que está acontecendo nos arredores da comunidade. A fala a seguir destaca o cenário relatado:

Problema, ali já é outro imposto, iluminação ali, não é só do nosso bolso, a COELBA cobra, é justo você pagar uma coisa que você colocou, quando queimou a luz a COELBA vir colocar... Eu reclamo, eu tenho medo não. (Maria do Rosário).

Sobre o acesso a informações junto à Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF) as Mulheres do Rio afirmam não possuir acesso às informações dos processos de cheia e seca, processos que comprometem diretamente suas qualidades de vida.

Acho que a preocupação com esse rio, porque uma hora tá seco, uma hora tá cheio, agora mesmo, encheu que a gente nem sabia que ia encher... preocupação que se o rio fosse mais tranquilo... ou então ele avisasse... a CHESF, porque eles só solta e não avisa a gente... aí todos os moradores aqui ficam preocupados. (Maria do Amparo).

Sobre as condições de saneamento básico as mulheres do Rio denunciavam que esse é recente na comunidade e que não representou mudanças significativas na saúde e qualidade de vida dos ribeirinhos. Retratam ainda que a baixa qualidade do serviço compromete a relação dos moradores do Angari sua relação com o Rio São Francisco conforme pode ser observado nas falas que seguem:

Ó, o saneamento, foi pra tirar o esgoto do rio, das residências, mas todo mundo sabe que vai pra aquela outra parte do rio, então melhorou o que? Assim, o que a comunidade deveria ter feito e era o que, quando o prefeito foi fazer o saneamento, era pra ter chamado o representante, e primeiro vamos cuidar da proteção daqui, porque quando o rio encher, isso aqui tudo vai pro rio de volta. (Maria do Rosário)

As Mulheres do Rio denunciavam que além de todas as questões estruturais evidenciadas em seus relatos, os moradores da comunidade Angari, vem sofrendo investidas de grandes empresários do ramo da construção civil

que tentam incessantemente retirá-los ou modificar seus modos de vida. Verifica-se esse aspecto nesta fala:

Pois é, e todo mundo construiu ali, na beira do rio...Mas porque ele quer construir a casa ali e quer pegar a visão do rio, pro projeto dele e ela construindo vai ficar na frente da casa dele... Pois é, ele foi na minha casa avisar que ia pintar a minha casa de rosa e a casa do vizinho de verde, nam! eu disse que não ia pintar minha casa não, se eu quisesse pintar, eu pintava...ele queria pintar a casa de todo mundo ali da frente, queria deixar igual ao pelourinho e fazer não sei o que, eu disse "Não, não vai fazer pelourinho aqui não meu filho! (Maria do Rosário).

A última subcategoria denominada Rotinas de pesca: história de vida e afazeres diários, descreve a inserção das mulheres no mundo da pesca, suas principais tarefas e seus conhecimentos a respeito desse universo. Ela surgiu mediante a observação de como todos os afazeres daquelas pesquisadas a constituíam e qualificaram suas vidas.

A pesca artesanal é uma atividade baseada em simplicidade, na qual os próprios trabalhadores desenvolvem suas ferramentas e habilidades pesqueiras, auxiliados ou não por pequenas embarcações, que não causam prejuízos ao meio ambiente, pois o pescador retira da natureza o essencial para o sustento de sua família (consumo próprio e/ou geração de renda pela comercialização) sem comprometer o meio ambiente (SANTOS JUNIOR, POLETTO & BATISTA, 2022).

Assim, os saberes das mulheres são construídos no dia a dia da comunidade pesqueira, sendo passados desde a infância e perpetuados para as gerações seguintes. O trabalho da pesca é incorporado desde cedo e na prática diária, na realidade de viver e fazer das famílias e vizinhança (SANTOS et al, 2021). A transmissão de conhecimentos e atitudes dos pais para os filhos, acompanhada nas pescarias do cotidiano e na forma de imitação, ensina que existe um modo próprio de fazer (SANTOS et al, 2021).

Nas falas das Mulheres do Rio é possível perceber a pesca como um legado de família e também como um momento de integração afetiva e de conexão entre os seus membros.

"O neném! meu esposo ele é prendado, faz de tudo um pouco, é pedreiro, pescador, é caçador, de tudo um pouco e a gente gosta, sai no barco os dois...e os dois juntos e é isso! Até o bebê vai junto! Desde 3 mês". (Maria Perpétua).

Todavia, a atividade pesqueira artesanal se mostra como uma atividade marcada por desigualdades de gênero, essas são evidenciadas na atuação invisível ou pouco valorizada do trabalho feminino, muitas vezes, entendido como extensão das tarefas domésticas, e não como pesca propriamente dita, revelando as distintas atribuições dessas mulheres e as características de sua atuação na pesca (SANTOS et al, 2021).

As falas abaixo destacam a condição de invisibilidade do trabalho feminino nas atividades de pesca:

Aí a gente fica mais assim, o marido chega, e...você vai lá guarda o material, limpa o peixe, armazena o peixe, oferece o peixe, sempre fica essas coisas mais leves assim pra gente. No caso, da mulher que não teve escolha e ficou viúva, ela não tem escolha e vai pra batalha de dia, tendeu? Ela vai pra batalha de dia para sobreviver, pra sustentar os filhos... (Maria do Rosário).

Embora as mulheres tenham avançado em muitos espaços, a realidade feminina ainda incorpora o enfrentamento de muitos obstáculos, mesmo no cotidiano ribeirinho, no qual desempenham papel fundamental, elas não circulam em todos os espaços (SANTOS et al, 2021). Conforme pode ser percebido na fala da participante:

Na pesca é assim, a gente, esposa de pescador, a gente não pode...é...sair até certo limite e horário sem o marido, o máximo que a mulher pescadora faz, hoje, é o que, guardar o material, limpar o peixe quando ele chega, por conta de que?! Dá segurança, porque nem todo pescador tem o respeito, quando você chega no rancho, com a esposa do próximo, já até contei um caso pra você... (Maria do Rosário).

Ser mulher e pescadora traduz a essência de ser também ribeirinha, uma vez que, a manutenção e sobrevivência dessas pescadoras é uma luta que se faz rotineira. Posto que, ainda hoje, predomina a ideia de ser frágil e devotada aos filhos e ao lar. Somado a isso, prevalece a visão de que elas são auxiliares e ajudantes de seus companheiros nas atividades de pesca (ZANCHETT, 2020). Evidenciando-se, assim na fala abaixo:

Sobrecarrega sim, né?! Pelo o que eu te falei, a gente mulher mesmo da pesca aqui, a gente não vai pro rio, a gente ajuda sempre os esposos e os filhos, e aí a gente

de todo modo está envolvido na pesca, é bem cansativo... (Maria do Rosário).

Até aqui, foram explanados aspectos referentes ao ser Mulher, a saúde mental e a qualidade de vida e é evidente que o primeiro perpassa e se conecta aos demais fatores, produzindo saberes e significados do ser Mulher do Rio. E, justamente, por isso, as coloca em constante relação com o meio enquanto agentes que influenciam e são influenciadas dentro de suas comunidades.

Ao efetivamente denunciar os desafios de viver na comunidade, e ao mesmo tempo, cuidar umas das outras, dentro e fora de seus lares, as Mulheres do Rio estão construindo seus próprios modos de produção de qualidade de vida, de cuidados em saúde mental e ser ribeirinha do São Francisco.

Discussões

Este estudo buscou compreender as formas como as Mulheres do Rio constroem suas realidades de vida e relações consigo, com os outros e com os espaços geográficos.

De tal modo, como em outras comunidades de pesca tradicional, a realidade vivida pelas mulheres do São Francisco está condicionada às atividades do cuidado familiar e pelos diferentes modos de transmissão de saberes desenvolvidos pelas relações geracionais. Nesse contexto, cabe à mulher ocupar lugar determinante na casa, no trabalho e na família como núcleo simbólico das relações, o governo da casa e o suporte emocional dos demais (VIEIRA, DOS REIS & SANTANA, 2021).

Exatamente por serem quem são e viverem desde muito cedo a dicotomização dos trabalhos a partir dos gêneros, as Mulheres do Rio vivenciam o baixo poder aquisitivo e o pouco acesso tanto aos serviços de educação quanto de saúde. Somado a isso, tem-se a ampla invisibilização de sua importância na cadeia produtiva da pesca, o que as impõe um cotidiano duro, e que muitas vezes as deixa desassistidas das políticas públicas e do suporte psicoemocional.

Tal perspectiva vai ao encontro da matriz de pensamento de Merleau-Ponty que define o ser como sujeito de uma comunicação que ultrapassa o corpo-próprio. Ele que se volta para fora de si, levando-se a interagir com o outro e com o mundo. Sem dicotomia, mas um surgindo do seu antecedente. Assim, o anterior eu e o mundo são concebidos a partir do "eu", na construção de sua história (CABRAL, 2022).

As Mulheres do Rio, assim, compõem o cenário do Angarí a partir de

suas vivências e registram suas experiências em seus sentimentos e corpos, atribuindo valor a ambos por meio das experimentações culturais e biológicas. Consequentemente, suas vidas estão ritmadas ao sabor da natureza e, através dela, constroem seus saberes sobre a realidade que vivem e compreendem o sentido de sua existência, tanto individual quanto coletiva (MANFRINATI, NORA & ROSSETTO, 2020).

Assim, suas rotinas de pesca, saída e entrada dos lares por ocasião de cheias e baixas do rio, as dificuldades financeiras e vulnerabilidades sociais em virtude de períodos de defeso são alguns dos desafios de ser Mulher em uma comunidade à beira rio. E mesmo diante da precarização da infraestrutura da localidade e das casas, da insuficiência do saneamento básico e da constante naturalização/expectativa diante de uma possível enchente, há também uma relação de afeto com o Rio e a localidade em que essas mulheres habitam.

Também se observou que as Mulheres do Rio estabeleceram uma cooperação entre elas, não necessariamente, se consideram amigas, mas se percebem em suas necessidades e realizam cooperação entre si e na comunidade. As parcerias estabelecidas com elas são muito importantes, pois, as próprias veem através do apoio, uma forma de fortalecer seus ideais, assim como melhores expectativas de avanço e oportunidades de viabilizar suas necessidades e especificidades enquanto mulheres ribeirinhas (PINHEIRO, GOES e SILVA, 2021).

Mesmo diante dos muitos desafios apresentados neste estudo, as Mulheres do Rio, de tal modo, são produtoras e caracterizadoras de conceitos que permeiam a qualidade de vida, tornando-se importante esclarecer que esses julgamentos ultrapassam a ideia de uma mera conceituação pois estão impregnados de vida, de singularidades, de experiência que outras de outros rios ou que não são do rio têm.

Para além disso, seus modos de produção de qualidade de vida como produto dessa vivência, explicitam que ser Mulher do Rio é fazer parte de um cenário, de uma experiência-discurso, ou seja, de uma forma rica e singular de viver diante das adversidades de ser quem são: as Mulheres do Rio.

Considerações finais

Por fim, no intuito de concluir este trabalho, é importante afirmar que olhar para as Mulheres do Rio é um esforço ativo que precisa ser mantido e realizado continuamente, para que se alcance o lugar de visibilidade que elas ainda necessitam alcançar. Isto é, lançar olhar sobre essas mulheres e

perceber que seus modos de vida são também as suas maneiras de resistência dentro e fora dos muros de suas casas.

As Mulheres do Rio entraram na pesca por muitos motivos, mas todas compartilham um em comum: a necessidade de prover e batalhar por uma vida melhor. Em todos os seus relatos, está presente a necessidade de sustentar seus filhos e aqueles que vivem com elas, bem como a resistência ao machismo, que é uma realidade na maioria dos contextos. Além disso, enfrentam a dificuldade de acesso às políticas públicas, às quais todo cidadão, independentemente do sexo, tem direito.

Mesmo diante dessas realidades, elas resistem, falam sobre si e fazem denúncias importantes sobre: seus modos de viver, interferências “do povo de fora” do Angari e das suas percepções de qualidade de vida, que, para elas, é um conceito plural porque são muitas as formas constituídas e não há nada mais plural que essas Mulheres do Rio.

Além de oportunizar a construção de espaços que evidenciem a importância das falas dessas mulheres sobre a Qualidade de Vida em seus contextos ribeirinhos, este estudo busca dar visibilidade a questões fundamentais, como saúde, educação e acesso a bens e serviços. No entanto, ainda são poucos os trabalhos acadêmicos que abordam essa temática e quase inexistentes aqueles que analisam os movimentos dentro da coletividade estudada, os quais viabilizam a promoção dos aspectos da Qualidade de Vida.

Referências

ALVES, Lidiane Aparecida. **O que é e como alcançar a qualidade de vida?**

Boletim Goiano de Geografia ISSN, v. 1984, p. 8501, 2020. https://scholar.google.com.br/scholar?hl=ptBR&lr=lang_pt&as_sdt=2007&as_yo=2019&as_yhi=2022&q=o+que+%C3%A9+qualidade+de+vida&btnG=.

BERTHOLI, Anderson Willians; PAIM, Ivani. **Mulheres do Rio – a relação das pescadoras com o “Velho Chico” em Pirapora – MG.** Revista GeoSertões, [S.l.], v. 4, n. 7, p. 58–86, jun. 2019. ISSN 2525-5703. Disponível em: <<https://cfp.revistas.ufcg.edu.br/cfp/index.php/geosertoos/article/view/1283>>. Acesso em: 10 ago. 2022.

BICA, Isabel et al. **Influência sociodemográfica na qualidade de vida relacionada com a saúde dos adolescentes.** Acta Paulista de Enfermagem, v. 33, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ape/a/jTV3HkPCcZwDrsgZfXjB6xd/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 10 jan 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. **Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta / Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa.** 1. ed.; 1. reimp. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2013. 48 p.: il. ISBN 978-85-334-1985-8. https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_populacoes_campo.pdf. 07.08.2022.

BORGES de Vasconcelos, L., SANTOS, M. C. L. MAGALHÃES da Silva, R. Filho, C. G., SANTOS, V. L. ., & PROBO, D. R. G. . (2020). **Qualidade de vida relacionada à saúde: Análise dimensional do conceito.** New Trends in Qualitative Research, 3, 226–238. Disponível em: <https://doi.org/10.36367/ntqr.3.2020.226-238>.

CABRAL, Cristiano Apolucena. **O corpo-próprio camponês e o seu mundo vivido: análise fenomenológica merleau-pontyana das experiências perceptivas na comunidade tradicional de Jangada–MT.** Revista do NESEF, v. 11, n. 1, 2022. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/neseef/article/view/89058/47938>. Acesso em: 13 jan 2023.

CARVALHO, Michelle Lima; FIGUEIREDO, Frederico De Carvalho. **Contribuições da estética para a qualidade de vida.** Development. Braz. J. of Develop., Curitiba, v. 6, n. 6, p.39459–39473, jun. 2020. Disponível em: <https://brazilianjournals.com/ojs/index.php/BRJD/article/view/11979/10023>.

CAZELLA, Larissa Giovanna; ALMEIDA, Letícia Yamawaka; OLIVEIRA, Jaqueline Lemos; ZANETTI, Ana Carolina Guidorizzi; SOUZA, Jacqueline. **Qualidade de vida de mulheres e as características sociodemográficas associadas.** Enferm. Foco 2019; 10 (3): 34–39. Disponível em: <http://revista.cofen.gov.br/index.php/enfermagem/article/view/2448/565>.

COSTA, Leticia Santos; ALVES NETO, Claudinier Francisco ; VALADARES, Gláucia Valente. **Revisão integrativa: considerando as pesquisas sobre a saúde da população ribeirinha.** Revista Saúde e Meio Ambiente, v. 12, n. 02, p. 73-83, 2021. Disponível em: <https://desafioonline.ufms.br/index.php/sameamb/article/view/10055>.

DIMENSTEIN, Magda et al. **Situação de saúde mental de comunidades tradicionais: marcadores sociais em análise.** Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental, v. 25, p. 162-186, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rlpf/a/gSjswBHWz7FyYwLhwNxcPjh/?format=pdf&lang=pt> . Acesso em : 10 jan 2023.

GUAZI, Taísa Scarpin. **Diretrizes para o uso de entrevistas semiestruturadas em investigações científicas.** Revista Educação, Pesquisa e Inclusão, v. 2, 2021. disponível em: <http://revista.ufrr.br/rep/article/view/e202114> . Acesso em : 10 ago 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS [IBGE]. (2010). **Mapa municipal estatístico de Juazeiro, Bahia.** Recuperado de ftp://geoftp.ibge.gov.br/cartas_e_mapas/mapas_para_fins_de_levantamentos_estatisticos/censo_demografico_2010/mapas_municipais_estatisticos/ba/juazeiro_v2.pdf.

MANFRINATI, Rosana; NORA, Giseli Dalla; ROSSETTO, Onélia Carmem. **Os sentidos ribeirinhos sobre as águas do rio: a percepção da comunidade de Barão de Melgaço sobre o rio Cuiabá** Ciência Geográfica - Bauru - XXIV - Vol. XXIV- (4): Janeiro/Dezembro - 2020. Disponível em: https://www.agbbauru.org.br/publicacoes/revista/anoXXIV_4/agb_xxiv_4_web/agb_xxiv_4-15.pdf . Acesso em: 10 jan 2023.

MENDES, José. **Envelhecimento(s), qualidade de vida e bem-estar.** INTELECTO - Psicologia & Investigação, Ponta Delgada, Portugal. CAPÍTULO 11. p. 132-144. Data de aceite: 05/06/2020. https://www.researchgate.net/profile/JoseMendes11/publication/342365705_Envelhecimentos_qualidade_de_vida_e_bem-estar/links/5ef12f56a6fdcc73be96b4c5/Envelhecimentos-qualidade-de-vida-e-bem-estar.pdf.

MÜLLER, Juliana dos Santos. **Qualidade de vida relacionada com a saúde, funcionalidade e incapacidade de pescadoras artesanais/marisqueiras.** 2020. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/31438/1/Disserta%20Juliana%20Muller_versao%20final_impressao.pdf. Acesso em 10 jan 2023.

NASCIMENTO, Alexsandro Medeiros; TAISSUN, Amin Seba; MARTINS, Vanessa Bezerra Cornélio. **Bem-estar subjetivo, bem-estar social e qualidade de vida relacionados à saúde: O caso da Fisioterapia.** v. 13 n. 21 (2019): RIOS - Revista Científica da Faculdade Sete de Setembro. Disponível em: <https://www.publicacoes.unirios.edu.br/index.php/revistarios/article/view/268>.

NEVES da Silva, B; SIMONE Galvão Pinto, Érika; MATOS de Carvalho Espinheira, M.; FERREIRA Silva de Oliveira, Q; TADEU Reis da Silva, G. **Fenomenologia de Merleau-Ponty na produção stricto sensu da enfermagem brasileira: estudo documental.** MOTRICIDADES: Revista da Sociedade de Pesquisa Qualitativa em Motricidade Humana, [S. l.], v. 5, n. 3, p. 308-316, 2021. DOI: 10.29181/2594-6463-2021-v5-n3-p308-316.

Disponível em: <https://motricidades.org/journal/index.php/journal/article/view/2594-6463-2021-v5-n3-p308-316>. Acesso em: 11 ago. 2022.

OLIVEIRA, Guilherme Saramago; CUNHA, Ana Maria de Oliveira. **Breves considerações a respeito da fenomenologia e do método fenomenológico**. Cadernos da FUCAMP, v. 20, n. 47, 2021. Disponível em: <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/2533>.

OMS. **Relatório sobre a Saúde no Mundo**. (2001). Saúde Mental: Nova Conceção, Nova Esperança. Recuperado de https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/42390/WHR_2001_por.pdf;jsessionid=4E633756D9116E1D66245BA128CC2870?sequence=4.

Organização Pan Americana de Saúde - OPAS (2021). **Determinantes Sociais e Riscos para a Saúde, Doenças Crônicas não Transmissíveis e Saúde Mental**. https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=317:analise-de-situacao-de-saude-ambiental&Itemid=839 » https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=317:analise-de-situacao-de-saude-ambiental&Itemid=839.

PAVELTCHUK, F. DE O.; BORSA, J. C.; DAMÁSIO, B. F. **Indicadores de bem-estar subjetivo e saúde mental em mulheres de diferentes orientações sexuais**. Psico, v. 50, n. 3, p. e31616, 29 nov. 2019. disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/revistapsico/article/view/31616>.

PINHEIRO, Tainá Trindade; GÓES, Kelyany Oliveira de Castro; SILVA, Maria das Graças Silva Nascimento. **Mulheres Ribeirinhas e Percepção: mapas mentais e narrativas das mulheres do distrito de Nazaré-R0**. Revista Presença Geográfica, v. 8, n. 1, p. 13-28, 2021. Disponível em: <https://periodicos.unir.br/index.php/RPGeo/article/view/6519/4208> . Acesso em 12 jan 2023.

PRODANOV, C.C, FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico [Internet]**. 2nd ed. Novo Hamburgo: Feevale; 2013 [cited 2018 Aug 10]. Disponível em: <http://www.feevale.br/Comum/midias/8807f05a-14d0-4d5b-b1ad1538f3aef538/E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf>.

SALGADO, D. G. **Qualidade de vida de mulheres com tripla jornada: mães, estudantes e profissionais**. Pretextos - Revista da Graduação em Psicologia da PUC Minas, v. 4, n. 8, p. 308-320, 16 dez. 2019. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/pretextos/article/view/18657>.

SANTOS, Liliane et al. **Mulheres pescadoras da zona ribeirinha do município de Itaquí-RS**. Brazilian Journal of Development, v. 7, n. 4, p. 36007-36019, 2021. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/27867/22052>. Acesso em: 10 de jan de 2023.

SANTOS JUNIOR, Carlos Francisco dos; POLETTTO, Patrícia Rios; BATISTA, Sylvia Helena Souza da Silva. **Colônias de pescadores da região costeira do Estado de**

São Paulo: empoderamento, saúde e qualidade de vida. Interface-Comunicação, Saúde, Educação, v. 26, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/WJbBGRKWpnc38Q8dMYgTTML/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 Jan 2023.

SILVA, André Felipe Oliveira; DIAS, Elise Eugenia da Cruz; SILVA, Renata Larissa Alves Soares. **Qualidade de vida: uma reflexão sobre a cidade de São Paulo.** v. 14 n. 1(2022): Revista Saúde e Meio Ambiente- UFMS- Campus Três Lagoas (Janeiro a Junho de 2022)-RESMA-UFMS. <https://trilhasdahistoria.ufms.br/index.php/sameamb/article/view/14997>.

SILVA, Bruno Cezar. **O programa Bolsa Família e seus impactos no bairro Angari em Juazeiro-Bahia: Uma visão a partir dos beneficiários.** Cruz das Almas: Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, 2016;

SILVA, Cícero Bezerra; VARGAS, Maria Augusta Mundim. **Viver entre margens: sentidos de ser ribeirinho sertanejo no baixo São Francisco.** GEOSABERES: Revista de Estudos Geoeducacionais, v. 10, n. 22, p. 177-188, 2019. <https://www.redalyc.org/journal/5528/552860312016/552860312016.pdf>. Acesso em: 07 ago 2022.

SOUSA, Rúbia Elza Martins; VIEGAS, Luciana Pinheiro; DOS SANTOS, Rita de Cassia Evangelista. **Quem sou eu? Quem somos nós? A identidade das mulheres ribeirinhas de Nazaré-RO marcada pela presença das águas.** VIII Enanpege: A Geografia brasileira na ciência-mundo Produção, circulação e apropriação do conhecimento. São Paulo-SP, 2019. http://www.enanpege.ggf.br/2019/resources/anais/8/1561648241_ARQUIVO_Artigo_Completo_ENANPEGE.pdf.

SOUZA, Israel Vieira; SILVA, Tâmara de Almeida. **Levantamento socioeconômico dos pescadores da comunidade do Angari.** Acta Scientiarum. Human and Social Sciences, v. 40(3), e36763, 2018. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciHumanSocSci/article/view/36763/pdf> . Acesso em 16 de jan de 2021.

VIEIRA, Norma Cristina; DOS REIS, Maria Helena de Aviz; SANTANA, José Dias. **Relações de gênero e de geração nas atividades de pesca artesanal dos/as jovens pescadores/as da Amazônia Oriental, Brasil.** Cadernos de Gênero e Tecnologia, v. 14, n. 43, p. 22-36, 2021. Disponível em: <https://revistas.utfpr.edu.br/cgt/article/view/11732/7835>. Acesso em: 10 jan 2023.

ZANCHETT, Silvana Aparecida da Silva. **Mulheres pescadoras: trajetórias de mulheres nos pantanais sul-mato-grossense.** Revista Eletrônica História em Reflexão, v. 14, n. 28, p. 232-258, 2020. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/article/view/12348/6218>. Acesso em: 10 jan 2023.

Capítulo 5

Mulheres rurais:

o despertar a partir das Cadernetas Agroecológicas

Dulce Naiara Carvalho Ferreira

dulceagronomia10@gmail.com | lattes.cnpq.br/4388747542758299 | orcid.org/0000-0003-4713-5802

Cristiane Moraes Marinho

cristianeifsertao@gmail.com | lattes.cnpq.br/7562370093778594 | orcid.org/0000-0003-3130-1941

Introdução

Este artigo propõe a sistematizar análises a partir de uma pesquisa de mestrado em extensão rural, de minha autoria, com enfoque nas mulheres rurais. A referida pesquisa buscou evidenciar as contribuições das mulheres agricultoras do Sertão baiano para a agricultura familiar e agroecologia por meio da metodologia da Caderneta Agroecológica e alguns outros instrumentos, na tentativa de visibilizar a atuação das agricultoras em seus agroecossistemas.

Assim, em janeiro de 2018, por meio de edital de chamada pública de Assistência Técnica Contínua – ATC, Edital N.º 01/2017, a assessoria técnica do Serviço de Assistência Socioambiental no Campo e Cidade (SAJUC), do qual faço parte desde o ano 2017, é contratada pelo Projeto Pró-Semiárido (PSA) para atuar no Território Sertão do São Francisco (TSSF), no município de Casa Nova – BA. O SAJUC, que desde 2003 é uma organização da sociedade civil e atua defendendo a política de Convivência com o Semiárido e Agroecologia, valorizando o protagonismo de mulheres e jovens, foi contratada para execução do projeto a partir do assessoramento técnico continuado.

O PSA é um projeto de âmbito estadual, que é parte integrante de um conjunto de compromissos do Governo do Estado da Bahia em seguir avançando em direção à erradicação da pobreza. É executado desde 2016 pela Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR), empresa pública do estado da Bahia, vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR), e financiado em parceria com o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA).

Sua área de abrangência compreende 32 municípios da região semiárida do centro-norte do Estado, distribuídos em cinco Territórios de Identidades: Sertão do São Francisco, Piemonte Norte do Itapicuru, Sisal, Piemonte da Diamantina e Bacia do Jacuípe, todos com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). O projeto possui o intuito de contribuir para a redução da pobreza rural a partir do desenvolvimento sustentável da produção, da geração de emprego e renda em atividades agropecuárias e não agropecuárias e do desenvolvimento do capital humano e social.

Assim, no âmbito do Projeto Pró-Semiárido, a Assessoria de Gênero, Raça, Etnia e Geração apresentou ao SAJUC, por meio de formações de sensibilização, a proposta de utilização da metodologia das Cadernetas Agroecológicas, permitindo o entendimento da ferramenta para sua posterior aplicação junto às mulheres agricultoras participantes do projeto.

O trabalho dessa assessoria de Gênero, Raça, Etnia e Geração, consiste em tratar dessas temáticas em conjunto com parcerias, promovendo o fortalecimento dos grupos de mulheres participantes do projeto PSA, pautando a equidade. No que concerne às atividades da assessoria, foram realizadas diversas oficinas e seminários de sensibilização com as equipes técnicas e as mulheres das comunidades rurais, ministradas por meio de parceria com a Cáritas Brasileira Regional Nordeste 3 e também com o professor Dr. Nilton de Almeida Araújo da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF).

O SAJUC implementou a metodologia das Cadernetas Agroecológicas e acompanhou durante 12 meses, no período de agosto de 2019 a julho de 2020, essa execução. Houve também a coleta e sistematização de uma série de informações que, apesar de relevantes para compreensão do trabalho dessas mulheres agricultoras, careciam ainda de análise e aprofundamento, além de serem confrontadas com as observações iniciais sobre a maior participação de mulheres no projeto, as várias funções que realizam e a invisibilização do seu trabalho.

Nessa investigação foi possível qualificar alguns dos dados coletados e sistematizados pelo SAJUC, haja vista que, parte das sistematizações realizadas até então visou explorar com maior ênfase os dados quantitativos. Assim, no âmbito dessa pesquisa, interessou-se em não somente mensurar valores e medidas referentes ao trabalho das mulheres, como também evidenciar e compreender suas percepções e os sentidos atribuídos por essas ao seu trabalho, considerando também seus desafios e possibilidades.

São raros os estudos com enfoque no trabalho produtivo realizado pelas mulheres nos agroecossistemas. Desse modo, o amplo leque de atividades reprodutivas e produtivas, agrícolas e não agrícolas que as mulheres desempenham na agricultura familiar, simplesmente não é reconhecido como trabalho e não é contabilizado (LOPES NETO, 2015).

As mulheres são invisibilizadas por um sistema patriarcal, machista, sexista e racista, que se manifesta em vários espaços, desde as agências agrícolas ou de extensão rural até as esferas do Estado, na política e em outros âmbitos.

A invisibilidade do trabalho das mulheres na agricultura familiar é evidente, na pois, além de se ocuparem com os processos produtivos em seus agroecossistemas, ainda se ocupam com uma série de funções que, quase sempre, ficam a cargo somente delas, como a produção de doces, queijos, conservas, criação de pequenos animais e artesanatos, além do trabalho doméstico e de cuidados.

Segundo Emma Siliprandi (2007), a vida das mulheres no meio rural é marcada por uma rígida divisão sexual do trabalho e pela posição subordinada que ocupam em relação aos homens. Essa realidade se expressa no acúmulo do trabalho reprodutivo – doméstico e de cuidados – naturalizado como de sua responsabilidade estrita, na invisibilidade do seu trabalho produtivo, considerado apenas como acessório às atividades do homem, na menor remuneração em comparação com as ocupações similares às deles e na dificuldade de acesso aos direitos sociais e políticas públicas.

As agricultoras do Sertão baiano estão em todos os espaços, dedicam-se ao plantio, colheita, preparo de chás e de remédios, manejam os Fundos de Pasto, as criações e seus quintais, lideram as associações e cuidam dos filhos, maridos e da casa. Porém, muitas vezes, essas mesmas mulheres, assim como a sociedade em geral, não se reconhecem como trabalhadoras e nem percebem seu papel e importância no contexto do trabalho no campo.

Diante do exposto, essa pesquisa utilizará as Cadernetas Agroecológicas, que foram criadas visando superar o reducionismo e a invisibilidade do trabalho das mulheres no campo. A metodologia das Cadernetas Agroecológicas foi construída, em 2011, pelo Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM) e pelo Movimento de Mulheres dessa região e do Leste de Minas Gerais, buscando dar visibilidade ao trabalho produtivo e reprodutivo das mulheres agricultoras. Essas vêm possibilitando a sistematização, o reconhecimento e uma gestão mais efetiva do trabalho das mulheres.

Os resultados dessa pesquisa contribuíram com uma compreensão crítica e ampliada da problemática do papel das mulheres na agricultura familiar e na Agroecologia, e neste artigo pode-se revelar através dessas análises o despertar das mulheres rurais a partir da metodologia das Cadernetas Agroecológicas.

A Caderneta Agroecológica é um instrumento criado para mensurar e dar visibilidade ao trabalho das agricultoras agroecológicas, colaborando para a promoção da sua autonomia (CARDOSO et al, 2019). Segundo Laetícia Jalil (2019), é um instrumento político pedagógico utilizado para sistematizar a produção protagonizada pelas agricultoras agroecológicas e assim dar visibilidade aos seus trabalhos, valorizando-os monetária e não monetariamente. Também possibilita realizar um levantamento quantitativo e um inventário produtivo do que é de responsabilidade das agricultoras, colaborando para a promoção da sua autonomia e empoderamento.

Criada pelo Centro de Tecnologias Alternativas (CTA-ZM) e pelo Grupo de Trabalho de Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia – GT de Mulheres da ANA, a Caderneta Agroecológica foi sistematizada pela primeira vez em 2011 e passou a ser utilizada como metodologia a partir da contri-

buição de uma rede de organizações da sociedade civil e movimentos sociais dos campos agroecológico e feminista. Essas entidades se reuniram no projeto Mulheres e Agroecologia em Rede, desenvolvido em quatro regiões do país (Amazônia, Nordeste, Sul e Sudeste), com apoio financeiro da União Europeia (Banco Central Europeu). Esse projeto articulou as ações do extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e, em 2016, por meio da também extinta Diretoria de Políticas para as Mulheres Rurais para o monitoramento e sistematização da produção das mulheres agricultoras familiares e camponesas da Zona da Mata de Minas Gerais e Regiões Nordeste, Amazônia, Sudeste e Sul do Brasil.

Diante disso, a Caderneta Agroecológica é um instrumento de anotação, criado para o uso das mulheres agricultoras, para registrarem tudo que se relaciona a suas produções no seu agroecossistema. Nela são registrados o consumo, a troca, a venda e a doação do que é cultivado nos quintais produtivos e nos espaços de domínio das agricultoras nos agroecossistemas. Com uma estrutura semelhante à de um caderno, a Caderneta Agroecológica é dividida em colunas, onde as mulheres registram a quantidade produzida, o nome do produto e os valores em reais. Essas informações são, portanto, organizadas de acordo com o destino da produção: o que é consumido, doado, trocado e, na última coluna, o que é vendido.

Segundo Liliam Telles (2018), é um instrumento de documentação econômica, para dar visibilidade ao trabalho das agricultoras agroecológicas. Esses são lugares de produção de saberes, de garantia de segurança alimentar e nutricional, de práticas sustentáveis (ecológica e socialmente), de manutenção da agrobiodiversidade, de cuidados e de reprodução da vida.

Conforme Elisabeth Cardoso (2019), a Caderneta Agroecológica deve ser entendida como um recurso a ser apropriado pelas mulheres para visibilizar, valorizar e organizar o seu trabalho, sendo um instrumento de empoderamento e autonomia para elas na medida em que serve para que reconheçam sua contribuição à economia da família de forma mais ampla, rompendo a lógica patriarcal e capitalista de que são “meras ajudantes”. Busca, dessa forma, visibilizar todas as tarefas executadas pelas mulheres, rompendo com a dicotomia entre trabalho produtivo e reprodutivo (CARDOSO, 2019).

Materiais e métodos

As opções metodológicas apontadas neste artigo partem das análises e reflexões na dissertação intitulada “A contribuição das mulheres para a agricultura familiar e agroecologia no Sertão do São Francisco baiano”. Nela, foram considerados os objetivos propostos e a disponibilização de diversas

fontes primárias de domínio do SAJUC para utilização na pesquisa. Tais fontes foram oriundas do trabalho de assessoria técnica e levantamento de dados a partir da metodologia das Cadernetas Agroecológicas (CA) realizado pelo SAJUC no âmbito do projeto Pró-Semiárido, junto às mulheres agricultoras, que foram voluntárias da pesquisa.

Ao longo do estudo, foi possível analisar as fontes primárias, e qualificar os dados extraídos a partir da pesquisa-ação. De acordo com Richardson (2003), a pesquisa-ação carrega, entre outras características, o compromisso de contribuir com a resolução de problemas coletivos. Segundo o autor, essa “pode produzir uma melhor compreensão do tema tratado por parte daqueles diretamente envolvidos [...] o resultado é a mudança e a aprendizagem [...]”. A opção por essa abordagem de pesquisa, se dá por considerar a importância das mulheres agricultoras no processo de construção de conhecimentos para a intervenção na realidade, partindo de sua própria cultura e espaço.

Na implementação da metodologia, por meio de recursos do projeto Pró-Semiárido, as cadernetas foram impressas e distribuídas para a equipe de assessoria técnica do SAJUC, que executou a metodologia junto às agricultoras. O processo ocorreu entre agosto de 2019 a julho de 2020, no município de Casa Nova – BA, Território de Identidade Sertão do São Francisco, com as agricultoras das comunidades rurais denominadas de Melancia, Mucambo, Deodato, Deus me Leve, Santa Cruz e Baraúna.

O processo metodológico e de aplicação nas comunidades foi realizado a partir de três etapas distintas e interdependentes:

- a)** Apresentação da Caderneta Agroecológica para as agricultoras, como proposta de dar visibilidade ao trabalho de cada uma, deixando a participação no processo e a realização das anotações a critério delas;
- b)** Aplicação de um Questionário de Caracterização Socioeconômica (QCS) dessas agricultoras a fim de conhecer o perfil das mesmas;
- c)** Reconhecimento do agroecossistema familiar e do lugar de trabalho/autonomia dessas agricultoras a partir da construção do Mapa da Sociobiodiversidade, o qual teve o objetivo de evidenciar os lugares em que elas constroem sua autonomia, por meio do seu próprio trabalho.

Foi possível realizar presencialmente alguns encontros coletivos de apresentação e acompanhamento da metodologia, com temáticas em torno feminismo, divisão sexual do trabalho, equidade de gênero, agroecologia, saúde e bem-estar, entre outros. Foram realizadas também visitas, aplicação de questionários e dos mapas. Porém, nesse período, foi ocasionado um impacto no acompanhamento presencial às agricultoras devido à crise sa-

nitária causada pela COVID-19, sendo assim, estratégias foram criadas para a coleta das anotações das cadernetas, como o envio de fotos via WhatsApp e grupos coletivos para o esclarecimento de dúvidas pelo mesmo aplicativo.

Nas etapas de aplicação da metodologia houve muita descontração. A atividade de construção dos mapas foi especialmente animada, com participantes comentando que se sentiam como crianças novamente. Algumas relataram nunca ter desenhado com canetas coloridas e se divertiam com a ideia de representar suas propriedades no papel. Os materiais utilizados para a construção foram: cartolinas, lápis colorido, canetas, giz de cera, muita criatividade e leveza no fazer. Daí é essencial que a assessoria técnica tenha também essa sensibilidade para estimular as mulheres a fazerem algo que muitas vezes nunca fizeram: pintar e brincar com papéis (JALIL, 2019).

Ao longo das atividades houve algumas dificuldades, uma delas foi a evasão das mulheres, culminando na desistência de participar do processo, muitas delas alegando a falta de tempo e do esquecimento de anotar. Por outro lado, muitas agricultoras relataram que passaram a sentir prazer em anotar, porque sabiam o quanto estavam consumindo, vendendo, doando ou trocando de suas produções. Relataram ainda que passaram a se perceber importantes na gestão das atividades em seus agroecossistemas, e o quanto se sentiam úteis, e isso também aumentava a autoestima. Foi perceptível também a fala de mais mulheres nas atividades, a partir do momento que se davam espaços para ouvi-las com metodologias que proporcionam a participação ativa.

De acordo com a Sempre Viva Organização Feminista (SOF, 2018), a Caderneta Agroecológica desperta autoconhecimento e consciência nas agricultoras, influenciando suas reflexões sobre si mesmas e suas realidades e impactando, inclusive, sua autoestima. Elas perceberam que produzem mais do que achavam que produziam, podendo visualizar sua produção e estimar o que poderiam vender sem comprometer o autoconsumo, também passaram a compreender melhor a sazonalidade dos produtos e que economizam muito, pois, ao consumir aquilo que plantam deixam de gastar no mercado (SOF, 2018). As falas das mulheres que utilizam a Caderneta Agroecológica registram mudanças na visão sobre “dependência” de modo a fortalecer a autoestima (MORENO, 2018, p.207).

O estudo foi realizado com 10 mulheres agricultoras que participaram da aplicação da metodologia das Cadernetas Agroecológicas pelo SAJUC entre agosto de 2019 e julho de 2020. Elas aceitaram voluntariamente participar da pesquisa. Para a identificação das participantes, foram consideradas algumas informações gerais, essenciais para a compreensão das análises subsequentes, conforme apresentado no Quadro 1.

Quadro 1 - Dados dos sujeitos da pesquisa.

Sujeito	Cor/origem étnica	Idade	Estado civil	Filhos/as	Escolaridade	Comunidade
Agricultora 1	Branca	63	Casada	3	Fundamental incompleto	Deus Me Leve
Agricultora 2	Parda	47	Casada	2	Médio completo	Deodato/ Entroncamento
Agricultora 3	Amarela	44	Casada	3	Fundamental completo	Deus Me Leve
Agricultora 4	Preta	44	União estável	2	Fundamental incompleto	Garapa
Agricultora 5	Preta	67	Viúva	7	Fundamental incompleto	Mucambo
Agricultora 6	Branca	41	União estável	2	Médio completo	Santa Cruz
Agricultora 7	Preta	31	União estável	1	Médio completo	Baraúna
Agricultora 8	Parda	28	Casada	2	Médio completo	Santa Cruz
Agricultora 9	Preta	49	Casada	5	Fundamental incompleto	Melancia
Agricultora 10 (<i>In memoriam</i>)	Preta	55	Casada	3	Fundamental incompleto	Baraúna

Fonte: própria (2023).

Este artigo teve como objetivo analisar alguns instrumentos aplicados na pesquisa, a qual foi desenvolvida com base em dados de fontes primárias provenientes do trabalho de assessoramento técnico do SAJUC no projeto Pró-Semiárido, junto às comunidades. Para isso, foram utilizados instrumentos como a entrevista semiestruturada e a caminhada transversal, visando privilegiar as interações face a face entre a pesquisadora e os sujeitos da pesquisa.

Resultados e discussões

Na aplicação dos instrumentos da pesquisa em campo, foram realizados contatos a partir de visitas individuais a cada uma das pesquisadas, apresentado a proposta da pesquisa, as agricultoras aceitaram participar de forma colaborativa e sem nenhuma objeção ou condição limitante ao trabalho da pesquisadora. Nessa mesma visita foram agendadas as datas para a aplicação dos instrumentos de coleta de dados: caminhada transversal, rotina diária de homens e mulheres e uso do tempo da família, e as entrevistas semiestruturadas.

Essa última ferramenta demandou, para aplicação, um período de aproximadamente 2 horas para cada agricultora, sendo realizadas duas por dia, de acordo com a disponibilidade de cada mulher pesquisada. A condução

e os questionamentos do roteiro foram realizados de forma leve, para que as agricultoras pudessem ficar à vontade em responder. Esse momento trouxe uma riqueza de informações sobre a vida de cada uma dessas mulheres agricultoras, a sua participação social, seus manejos no agroecossistema, a divisão do trabalho e o uso da Caderneta Agroecológica.

Durante as atividades, as agricultoras recebiam a equipe com alegria e descontração, uma vez que a pesquisadora, autora desta pesquisa, já as acompanhava nos trabalhos de assessoramento do SAJUC. Essa familiaridade evitava estranhamento por parte das participantes, proporcionando leveza na condução dos instrumentos de pesquisa.

Iniciando a discussão dos resultados desta pesquisa, faz-se necessário apresentar o agroecossistema das agricultoras envolvidas. Os dados apresentados foram obtidos por meio dos instrumentos caminhada transversal, entrevistas semiestruturadas, os dados de fontes primárias contidas nos mapas da sociobiodiversidade e nos questionários de caracterização do perfil socioeconômico e social das mulheres e nas Cadernetas Agroecológicas.

A Caminhada transversal, a Rotina diária de homens e mulheres e Uso do tempo da família, foram ferramentas realizadas respectivamente nessa ordem em um período de 04 horas para cada agricultora, uma no período da manhã e outra pela tarde.

A aplicação da ferramenta Caminhada Transversal ocorreu durante visitas no mês de dezembro de 2022. Essa contou com a participação ativa das mulheres agricultoras, o que possibilitou conhecer seus subsistemas, infraestruturas e instalações, suas produções e criações, e espaços que mais atuam no manejo como protagonistas.

Quando se propunha a percorrer todo o agroecossistema, as mulheres conduziram a percorrer primeiro os plantios vegetais dos quintais, a demonstrar as fruteiras, a horta, as plantas ornamentais, as forrageiras e o roçado. Nesses espaços eram apontados por elas, os problemas com algumas pragas que acometiam os plantios, dentre elas, lagartas, gafanhotos, cochonilhas e pulgões. Como solução para essas problemáticas citaram a produção de caldas naturais importantes para o controle dessas pragas.

Enquanto percorremos os agroecossistemas, as agricultoras relataram o tamanho de suas propriedades. Dentre elas, 40% possuem áreas entre 5 e 15 ha; 30% entre 30 e 50 ha; 20% entre 15 e 30 ha; e 10% possuem propriedades de 1 a 5 ha. Isso demonstra que há espaço para produção e criação, porém todas relataram que os documentos dessas terras não estão em seus nomes, mas sim no nome de seus esposos. Além disso, expressaram preocupações quanto à posse dessas áreas, mencionando ameaças de empreendimentos eólicos e a luta contínua pela garantia de suas terras.

Nessa caminhada foi perceptível a presença de lixo doméstico nos agroecossistemas, como vasilhames de produtos de limpeza, por exemplo. A solução para esse problema ainda é muito incipiente, mas há iniciativas e reflexões pelas agricultoras sobre reaproveitamento de materiais e preocupação com o meio ambiente, a quantidade de chuvas e, principalmente, com a preservação do Bioma Caatinga. Nesse contexto, destacam a importância do uso consciente dos fundos de pasto.

No campo, as agricultoras descreveram cada subsistema, destacando seu trabalho e protagonismo. Relataram as atividades que realizavam, os manejos adotados e as decisões sobre o que plantar, proporcionando um momento rico em informações.

Foi possível observar a quantidade de espécies cultivadas, isso foi anotado para posterior sistematização, mencionaram também sobre a qualidade do solo e os manejos de adubação com esterco. As agricultoras relataram a prática de reutilização de água da pia da cozinha, que é proveniente da limpeza da louça, sempre enfatizando que nos períodos de pouca chuva o nível das cisternas fica baixos e isso impossibilita que o plantio seja constante, diminuindo assim a quantidade de espécies e produção cultivada, desse modo, utilizam pouca água e reutilizam quando é possível.

Apenas uma das mulheres pesquisadas, a Agricultora 2, não vivenciava essa problemática com escassez de água, pois sua propriedade é próxima da vazante do rio São Francisco. Destaca-se que, nesta pesquisa, esse é o único agroecossistema localizado fora de uma região de sequeiro.

É importante ressaltar que, diferente das demais, apenas uma das mulheres, a Agricultora 8, direcionou a caminhada começando pelo aviário, no qual explicou para o manejo que realizava com as galinhas, a ração que produzia e seus cuidados com a limpeza.

Após percorrer o agroecossistema, a equipe retornou ao espaço da casa, onde, junto às agricultoras pesquisadas, foram feitas reflexões e validações sobre tudo o que foi observado e anotado. Discutiram-se aspectos como os cultivos vegetais, a criação animal, as sementes crioulas, as infraestruturas e instalações, os problemas identificados e as soluções já implementadas pelas próprias agricultoras.

A sistematização dos dados possibilitou a elaboração de um quadro com a caracterização dos agroecossistemas, seus problemas e possíveis soluções. No Quadro 2, portanto, anotou-se todos os itens encontrados nos 10 agroecossistemas, evitando as repetições caso ocorressem.

Quadro 2 - Dados obtidos da ferramenta Caminhada transversal.

CAMINHADA TRANSVERSAL	
CULTIVO VEGETAL	Plantas ornamentais, coco, goiaba, acerola, manga, amora, seriguela, caju, banana, pinha, romã, laranja, limão, cajarana, umbu, jaca, abacate, abacaxi, pimentão, capim santo, boldo, camará, maxixe, abóbora, macaxeira, tangerina, jaboticaba, none, fruta pão, mamão, maracujá do mato, pimenta de cheiro, pimenta malagueta, bezotacil, malvão, hortelã, manjerição, alfavaca, mastruz, algodão crioulo, sete dores, tomate, alecrim de canteiro, couve, cebolinha, alface, maracujá amarelo, umbu cajá, mel, milho, feijão, melancia, melancia forrageira, moringa, sorgo, capim, arruda, gengibre, abobrinha, andu, maracujina, açafraão, pepino doce, quiabo, endro, chuchu, jerimum, gergelim, babosa, batata doce, comigo ninguém pode, agrião, pornunça, malva santa, erva cidreira.
criação de animais	Galinha, ovelha, bode, carneiro, porco, pato, cabra, guiné.
SEMENTES CRIOULAS	Cabaça, algodão, endro, abóbora, quiabo, milho, feijão, melancia, melancia forrageira, pepino doce, jerimum, gergelim, chuchu, coentro, pimentão e pimenta.
INFRAESTRUTURAS/ INSTALAÇÕES	Cisternas de consumo, cisternas de produção, canteiros telados, galinheiros, apriscos, barreiros coletivos, e poços artesianos.
PROBLEMAS	Pragas e doenças nas culturas vegetais e nos animais, insuficiência de água armazenada e a inexistência da coleta de lixo.
SOLUÇÕES	Produção de caldas naturais e remédios caseiros a partir de plantas medicinais e espécies nativas da caatinga. E a prática da reutilização do lixo.

Fonte: dados da pesquisa (2022).

Na Caminhada transversal, foram observados, nos 10 agroecossistemas percorridos, os subsistemas de quintal, roçado, criatórios (aves e porcos) e o espaço da casa. Já os bodes, cabras, ovelhas e carneiros são criados soltos no Fundo de Pasto.

Foram enumeradas 75 espécies de hortaliças, tubérculos, forrageiras, plantas medicinais, ornamentais e fruteiras, 8 espécies de criação animal e 16 espécies vegetais de sementes crioulas. De acordo com o art. 2º, inciso XVI, da Lei nº 10.711, de 05 de agosto de 2003 (Lei de Sementes), uma cultivar local, tradicional ou crioula é definida como:

“variedade desenvolvida, adaptada ou produzida por agricultores familiares, assentados da reforma agrária ou indígenas, com características fenotípicas bem determinadas e reconhecidas pelas respectivas comunidades e que, a critério do MAPA, considerados também os descritores socioculturais e ambientais, não se caracterizem como substancialmente semelhantes aos cultivares comerciais” (Brasil, 2003).

O Quadro 2 aponta a diversidade nos subsistemas dos quintais, roçados e criatórios, a partir dos cuidados das agricultoras com os cultivos, as sementes crioulas e as criações animais. A presença dessas espécies vegetais e animais corroboram as anotações nas Cadernetas Agroecológicas

das pesquisadas, reforçando a riqueza desses espaços com o protagonismo das agricultoras. Os cuidados dessas mulheres com o manejo dos cultivos e criações, assim como a preocupação em guardar as sementes para o próximo plantio, tornam esses subsistemas ecologicamente resilientes.

Foi possível notar que as agricultoras do sertão baiano consideram os seus quintais com seus cultivos vegetais espaços importantes em suas vidas. É nesses subsistemas que elas exercem sua autonomia e retiram o sustento para alimentar suas famílias. Além disso, as espécies vegetais embelezam o local, e algumas plantas são utilizadas na produção de chás e xaropes para o tratamento de doenças.

As agricultoras destacam o quintal como um espaço de experimentação, onde realizam testes de plantio para observar em quais tipos de solo determinadas espécies se desenvolvem melhor. Além disso, relatam a sensação de tranquilidade e distração que esse ambiente proporciona, funcionando como uma forma de terapia. De maneira involuntária e quase imperceptível, reproduzem os saberes de seus ancestrais e reafirmam seu papel fundamental no sustento de suas famílias.

Diante de tudo isso, pode-se dizer que as agricultoras do sertão baiano constroem a agroecologia na prática, em seus modos de vida. A metodologia das Cadernetas Agroecológicas contribuiu para ampliar suas percepções, permitindo um novo olhar sobre seus cultivos, criações e cuidados, atribuindo-lhes maior importância.

De acordo com Lopes Neto et al. (2015b) os quintais são espaços geralmente vistos como extensão das atividades domésticas e não são reconhecidos como produtivos, já que não geram riquezas, na forma como elas são entendidas na economia clássica. As mulheres são, portanto, responsáveis pelos quintais, que representam o entorno da casa, com criação de pequenos animais e cultivos vegetais. Neles grande parte do que é produzido vai para o autoconsumo, garantindo a soberania alimentar das famílias (LOPES NETO et al., 2015b).

Os dados obtidos a partir da caminhada transversal se alinham com os analisados nos mapas da sociobiodiversidade e nas anotações das cadernetas agroecológicas. Esses são dados advindos das fontes primárias e apontam para o protagonismo das mulheres nos subsistemas dos quintais.

Observou-se, a partir dos Mapas da Sociobiodiversidade e dos relatos das agricultoras, que elas trabalham em todos os subsistemas da propriedade, porém, com mais evidência nos quintais, nos espaços domésticos da casa e com os pequenos animais.

Segundo Liliam Telles et. al. (2018), a ferramenta visual permite desvelar

as desigualdades de gênero nos agroecossistemas colocando luz nos espaços em que as mulheres são protagonistas e os que contribuem para a construção de sua autonomia. Por meio de seu próprio trabalho, elas produzem alimento, conhecimento, soberania alimentar, relações econômicas, através da troca, da doação, venda ou consumo e com garantia e proteção da biodiversidade, sendo uma ferramenta de emancipação feminina.

A utilização das Cadernetas Agroecológicas gerou algumas reflexões, faz-se necessário mencioná-las quando se pretende compreender a gestão e sistematização que foi realizada por essas agricultoras pesquisadas. Para essas análises utilizou-se os dados de fontes primárias, advindos das anotações das cadernetas e os depoimentos da entrevista semiestruturada.

As mulheres agricultoras deste estudo, não registram em seus relatos e nem em suas lembranças a presença de uma assessoria técnica continuada, e muito menos a existência de um acompanhamento que as façam refletir sobre as questões de equidade de gênero, sobre seus trabalhos e suas produções advindas de seus cuidados em seus agroecossistemas.

Isso passava despercebido por elas e pelas instituições de extensão rural que por ali já passaram executando implementações de cisternas ou de alguma melhoria de infraestrutura. No entanto, com a chegada das Cadernetas Agroecológicas, as agricultoras passaram a ter uma compreensão mais ampla, por meio de uma metodologia capaz de abordar essas questões, revelando seus protagonismos, saberes, desafios e conquistas.

As agricultoras também expõem as suas percepções, no que concerne ao período de acompanhamento das sistematizações e dos momentos coletivos, proporcionados pela metodologia das Cadernetas Agroecológicas. Elas apontam para a importância de uma assessoria técnica realizada por mulheres, isso por ficarem mais à vontade para tratar de diversos assuntos, principalmente sobre suas próprias vidas. Suscitam também a importância de se encontrarem com outras companheiras da mesma comunidade, observando que as dificuldades que possuem são iguais às das demais mulheres, valorizando a importância do diálogo, e das trocas.

Na aplicação da metodologia das CA, em conjunto com as atividades de apresentação e acompanhamento da metodologia, foi possível observar mudanças de perspectivas e reflexões dessas mulheres agricultoras do sertão baiano, no qual as mesmas relataram que passaram a se perceber importantes na gestão das atividades no agroecossistema. Assim, nessa perspectiva, a experiência com as Cadernetas Agroecológicas possibilitou as agricultoras a se enxergarem como protagonistas em seus agroecossistemas.

Muitas delas relataram que passaram a observar a diversidade de produtos que possuem em seus agroecossistemas e passaram a saber o quanto

economizavam deixando de comprar fora porque tinham o alimento ali em seus quintais. Muitas agricultoras relataram que passaram a sentir prazer em anotar, porque sabiam o quanto estavam consumindo, vendendo, doando ou trocando de suas produções, algumas anotavam tanto que chegaram a anotar em um total de cinco cadernetas ao longo do processo de tabulação dos dados.

Ao longo do tempo, as agricultoras passaram a lembrar com mais frequência de anotar. No início das visitas, porém, era preciso muitas vezes sentar com elas para lembrar do que haviam consumido, doado, trocado e vendido em toda a semana para ajudá-las com as anotações.

Os dados fornecidos pelas anotações das cadernetas agroecológicas, e os relatos coletados nas entrevistas semiestruturadas possibilitaram realizar reflexões sobre as realidades das agricultoras do sertão baiano, no que concerne aos seus trabalhos e seus papéis para a agricultura familiar e agroecologia. A partir da compreensão, da prática e dos depoimentos dessas mulheres, é possível encontrar indícios de que seus trabalhos conseguem manter a segurança alimentar, e contribuir para a autonomia sustentando suas famílias.

As agricultoras, como já analisado anteriormente, fortalecem a prática do autoconsumo, das relações de reciprocidade e realizam a comercialização em circuitos curtos, isso favorece a manutenção de suas famílias no campo, por meio de seus manejos e cuidados. Há nelas o prazer de morar nas comunidades, em seus agroecossistemas com os seus trabalhos, há a preocupação com a origem dos alimentos consumidos, possibilitando uma alimentação livre de agrotóxicos.

As mulheres pesquisadas apontam para caminhos possíveis, da valorização de seus cuidados e prazeres que possuem em ser agricultoras familiares, em estar trabalhando nos roçados, produzindo e criando, para alimentar os seus e outras pessoas.

Considerações finais

As mulheres agricultoras do Sertão baiano possuem agroecossistemas com diversidade de cultivos e criações, além de valorizarem suas sementes crioulas. Os quintais são locais especiais nos relatos das mulheres. A riqueza de biodiversidade nesses espaços torna-os ecologicamente resilientes, isso graças ao trabalho árduo e cuidadoso dessas agricultoras.

Observou-se que essas agricultoras preparam os alimentos, produzem remédios a partir de plantas da Caatinga e possuem amplo conheci-

mento sobre suas propriedades medicinais. Além disso, realizam práticas como roçar, podar, plantar, colher e armazenar sementes, mudas e raças de animais. Para elas, os quintais são espaços de tranquilidade e autonomia, onde têm total liberdade para decidir o que e quando plantar. Além disso, esses espaços funcionam como ambientes de experimentação, nos quais testam a adequação do solo para diferentes culturas, investigam a presença de pragas e doenças e buscam soluções para esses desafios.

As agricultoras estão presentes na maioria dos subsistemas com seus manejos, atuando no quintal com as diversas plantas, dentre elas as hortaliças, plantas medicinais, ornamentais e fruteiras. Estão também no galinheiro, chiqueiro, roçado e ocupam ainda o espaço doméstico e de cuidados realizando as atividades de arrumar a casa, lavar louça, fazer refeições, lavar roupa, e cuidar dos filhos(as).

As mulheres agricultoras do Sertão baiano evidenciam uma intensa atividade econômica, resultante tanto do trabalho que realizam quanto da renda gerada por suas produções, sejam monetárias ou não monetárias. Essa dinâmica se baseia em práticas e relações sociais fundamentadas na reciprocidade e na confiança, contrastando com as abordagens hegemônicas da economia clássica. Observou-se que, além da comercialização, a produção destina-se principalmente ao autoconsumo, garantindo a segurança alimentar e a autonomia de suas famílias. Além disso, as agricultoras demonstram um profundo entendimento sobre a procedência dos alimentos que colocam à mesa, cultivados sem agrotóxicos e manejados diretamente por elas.

As agricultoras também realizam muitas doações, essas relações de reciprocidade e as outras anteriormente citadas, reforçam os caracteres de Agricultura Familiar presentes nessas comunidades pesquisadas. A estratégia de comercialização realizada pelas agricultoras é de vendas em circuitos curtos, na própria comunidade em que residem, poucas vezes realizam a venda na sede do município.

Nesses circuitos a capacidade de estabelecer relações diretas com consumidores e estreitar os laços com outras agricultoras e agricultores preserva a autonomia dessas agricultoras sobre a circulação dos produtos, fruto de seus trabalhos. Essas possuem a governabilidade sobre a venda e o dinheiro resultante, possibilitando que as agricultoras gerenciem o seu trabalho e se reconheçam como economicamente produtivas e participantes ativas da composição da renda e da reprodução da unidade familiar.

A pesquisa realizada indicou que as agricultoras do sertão baiano passaram a enxergar a potência de suas produções, trabalho e saberes a partir do uso das Cadernetas Agroecológicas. Mesmo com as dificuldades encontradas no que se refere a lembrar de anotar, nesse aspecto as agricultoras

mencionaram a contribuição das filhas(os) e da própria equipe técnica.

Apontou-se nesta análise para a importância da presença de uma assessoria técnica de mulheres para mulheres, pois elas se sentem mais à vontade de expor suas questões pessoais, e isso também faz parte de uma assessoria que se propõe a contemplar a vida das mulheres de forma mais integrada.

Considerou-se que, a partir das anotações, as agricultoras passaram a compreender o valor de seus trabalhos e produção em seus agroecossistemas, sendo que algumas já tinham o hábito de anotar.

A sistematização surpreendeu essas mulheres, no que concerne aos valores precificados na coluna do consumo, apontando que deixam de gastar comprando produtos nos mercados fora, pois conseguem obter de suas produções. Isso contribuiu para que elas compreendessem a presença dessa economia em seus agroecossistemas realizado por elas, além disso, a partir das suas percepções sobre as anotações, passaram a planejar melhor as suas produções de acordo com o que mais consumiam ou comercializavam.

É importante destacar que todo esse processo da coleta das anotações e sistematização foi associado com encontros com os grupos de agricultoras sobre as diversas temáticas de feminismo, relações de equidade de gênero, campanha sobre a divisão justa pelo trabalho doméstico, violência contra as mulheres e outros temas que foram abordados no intuito de proporcionar uma reflexão crítica pelas mulheres. Isso possibilitou a construção do conhecimento feminista, as agricultoras começaram a refletir sobre suas vidas e cotidianos.

É a partir dessa reflexão crítica, sobre os seus cotidianos e vivências, que essas mulheres agricultoras constroem o feminismo e se identificam como feministas. E é olhando para as contradições, a violência e a opressão que vivenciamos pelo simples fato de sermos mulheres, que vamos construindo nossas formas de resistência e os meios de superação desse sistema opressor.

Considerando os impactos das Cadernetas Agroecológicas nas percepções do trabalho realizado pelas agricultoras, apontou-se que seus cuidados e manejos conseguem manter a segurança alimentar, contribuir para a autonomia, e tornar os agroecossistemas resilientes. Compreendeu-se que as agricultoras do sertão baiano sustentam as suas famílias, isso também foi percebido por elas a partir da utilização das Cadernetas Agroecológicas.

Referências

CARDOSO, E. M.; SCHOTTZ, V. **Mulheres construindo a Agroecologia no Brasil**. Revista Agriculturas, v. 6, n. 4, dez. 2009.

CARDOSO, E.; JALIL, L.; ALVARENGA C.; WEITZMAN, R. **Guia metodológico da caderneta agroecológica**. Recife: FIDA, 2019, 38 p.

JALIL, L. **Caderneta Agroecológica: A contribuição das mulheres para a soberania e segurança alimentar e conservação da agrobiodiversidade**. Cadernos de Ciências Sociais da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Ano VIII, volume II, número 15 – Jul – Dez, 2019.

LOPES NETO, A. A. ; LOPES, I. ; CARDOSO, E. ; FEITAL, A. **Caderneta Agroecológica e Feminismo: o que os quintais produtivos da Zona da Mata têm a nos dizer**. Cadernos de Agroecologia, v. 10, n. 3. 2015b

LOPES NETO, A. A. **Caderneta Agroecológica empoderando mulheres, fortalecendo a agroecologia**. Revista Agriculturas: experiências em agroecologia, v. 12, n. 4, dez. 2015, p. 42-47.

MORENO, R. F. C. **Economia feminista em movimento: experiências e desafios teórico-políticos a partir das lutas das mulheres**. Temáticas, Campinas, v. 26, p. 195-226, ago./dez. 2018.

RICHARDSON, R. J. (Org). **Pesquisa-Ação: princípios e métodos**. João Pessoa: Editora Universitária / UFPB, 2003.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.
SILIPRANDI, E. C. Mulheres e Agroecologia: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar. Brasília: Universidade de Brasília, 2009.

SILIPRANDI, E. **Mulheres, Segurança Alimentar e Agroecologia**. Notas para discussão. Curso de Aperfeiçoamento em Agroecologia. MDA, SAF, DATER. 2007.

SOF, Sempre Viva Organização Feminista. **Práticas feministas de transformação da economia: autonomia das mulheres e agroecologia no Vale do Ribeira**. São Paulo: SOF, 2018.

TELLES, L. 2018. **Desvelando a economia invisível das agricultoras agroecológicas: a experiência das mulheres de Barra do Turvo, SP**. Viçosa: Universidade Federal de Viçosa.

TELLES, L. **Desvelando a economia invisível das agricultoras agroecológicas: a**

experiência das mulheres de Barra do Turvo, SP. 2018. 171 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa. 2018.

TELLES, L., JALIL, L., CARDOSO E., ALVARENGA C. R.. **Cadernetas Agroecológicas e a contribuição econômica das agricultoras agroecológicas no Brasil.** In: ZULUAGA SÁNCHEZ, G.; CATARACORA VARGAS, G.; SILIPRANDI, E. (coords.). Agroecología en femenino: Reflexiones a partir de nuestras experiencias. La Paz: SOCLA / CLACSO, 2018. p. 141-157.

THIOLLENT, M.; SILVA, G. O. **Metodologia de pesquisa-ação na área de gestão de problemas ambientais.** RECIIS, Rio de Janeiro, v. 1, n.1, p. 93-100, 2007.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 1987. UFPR, 2001.

VERDEJO, M. E. **Ministério do Desenvolvimento Agrário.** Secretaria da Agricultura familiar. Diagnóstico Rural Participativo. Brasília, 2006.

Capítulo 6

Fatores de risco na Agricultura Familiar:

um desafio ao cumprimento da Norma
Regulamentadora - 31 e melhoria da saúde
no campo

Gilberto Ednaldo dos Santos Braga

gilbertoanoneiro2014@gmail.com | lattes.cnpq.br/6736915583379224 | orcid.org/0000-0002-4339-1465

Isaac Farias Cansanção

isaac.farias@univasf.edu.br | lattes.cnpq.br/2147456008042674 | orcid.org/0000-0003-2125-9866

Introdução

Ao analisarmos o universo do importante trabalho da agricultura no Brasil, conseguimos mensurar o quanto é complexo e desafiador, considerando o nível de complexidade de cada segmento, os sujeitos envolvidos, as corporações e as cadeias produtivas inseridas nesse conglomerado, operando sob lógicas e circunstâncias distintas, amparadas pelas diretrizes da lei. Neste capítulo, trazemos para o leitor um recorte da pesquisa de dissertação de mestrado intitulada “Rotina laboral de agricultores em Chã Grande-PE: análise dos fatores de risco e da qualidade de vida no meio rural”. Dentro da esfera pesquisada, apresenta-se como tema central deste trabalho a dificuldade de enquadramento da Norma Regulamentadora 31 na realidade laboral da agricultura familiar brasileira.

Há um expressivo contingente de famílias agricultoras espalhadas pelo Brasil cuja a principal atividade é produzir diuturnamente alimentos para suprir as demandas do país. Dos 5.073 estabelecimentos rurais brasileiros, 76,8% são pertencentes à agricultura familiar (IBGE, 2021). Destacamos um dado relevante: a agricultura familiar ocupa a oitava posição entre os maiores produtores de alimentos no mundo. Por conjectura, ao se considerar esse setor como o único do segmento agropecuário dedicado à produção de alimentos, ele ainda permaneceria na oitava posição como o maior provedor de sustento alimentar do planeta (BRASIL, 2018).

Os aspectos envolvendo a saúde, qualidade de vida e bem-estar do trabalhador são temáticas importantes e determinam, de certa forma, o bom desempenho laboral em quaisquer que sejam as áreas. As leis são significativas por garantir e salvaguardar direitos de ordem trabalhista. Na realidade da agricultura familiar, normas, diretrizes e legislações tornam-se difíceis de serem cumpridas em face da predominância do trabalho autônomo, onde trabalhadoras(es) ditam seu próprio regime laboral. A Norma Regulamentadora 31 (NR-31) impõe as diretrizes para ordenação no espaço laboral, contribuindo pelo ideal planejamento e pela execução da agricultura, silvicultura, exploração florestal e aquicultura, contribuindo com saúde e segurança e meio ambiente do trabalho (CAMISASSA, 2020).

No âmbito laborativo da agricultura familiar, sabe-se da grande ameaça que é o uso indiscriminado dos agrotóxicos, mas esse não é o único problema de saúde existente no meio rural. Trabalhadoras(es) são expostas aos mais variados fatores de risco como os de natureza física (postura ergo-

nômica), biológica (parasitoses) e outros com severas consequências. Em decorrência da ausência de informações sobre os riscos, da normalização de práticas antigas de cultivo, do déficit de condições financeiras, do sentimento de imunidade ao perigo e da escassez de políticas públicas direcionadas para a agricultura familiar, pessoas são prejudicadas em decorrência da exposição aos riscos que comprometem sua saúde (SILVA, 2020).

No art. 7º, caput, da Constituição Federal de 1988, está estabelecido que tanto os trabalhadores da zona urbana quanto os trabalhadores rurais gozam dos mesmos direitos e garantias fundamentais. Dentre eles, vida, trabalho, segurança e saúde. Assim sendo, o cumprimento e a fiscalização da aplicação das normas regulamentadoras são citados no art. 157 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) como uma obrigatoriedade das instituições empregadoras: “É de responsabilidade das empresas: I - obediência às normas de segurança e medicina do trabalho” (BRASIL, 1943).

O art. 200¹ da CLT nos incisos V, VI e VII, determina que cabe ao Ministério do Trabalho firmar as disposições complementares às normas em face das especificidades de cada atividade ou setor de trabalho, garantindo a proteção do trabalhador. Dessa forma, é oportuno citar que a NR-31:

“tem por objetivo estabelecer os preceitos a serem observados na organização e no ambiente de trabalho rural, de forma a tornar compatível o planejamento e o desenvolvimento das atividades do setor com a prevenção de acidentes e doenças relacionadas ao trabalho rural” (BRASIL, 2020a).

Outrora, havia no objetivo da NR maior amplitude no que se refere à harmonização com a segurança e saúde e meio ambiente do trabalho, com a alteração, o objetivo cita de maneira mais sucinta e direta sobre o tema da prevenção de acidentes e doenças associadas no meio rural.

A NR-31, teoricamente, se aplica a qualquer atividade da agricultura, pecuária, silvicultura, atividades de exploração florestal e aquicultura. Essa aplicabilidade se estende aos estabelecimentos que fazem exploração industrial em áreas rurais, a exemplo de laticínios, agroindústrias de polpas, packing houses e outros estabelecimentos. Há previsão na norma sobre quais atividades podem ser enquadradas nesse escopo. Além disso, a NR-31 estabelece as obrigações do empregador (ou equivalente) e dos trabalhadores. É previsto pela NR-31 no tópico 31.2.5², o direito de o trabalhador interromper suas atividades a partir da constatação de risco grave ou iminente à sua saúde, integridade física e risco de vida. Isso, desde que haja uma comunicação prévia à liderança hierárquica e também a criação da Comissão

Interna de Prevenção de Acidentes no Trabalho Rural - CIPATR.

Em 2020, a NR31 foi alterada sob o propósito da simplificação, considerando os princípios observados na atmosfera do trabalho rural, favorecendo o planejamento e aplicação de atividades do setor, observando a prevenção de acidentes e desenvolvimento de doenças no ambiente do trabalho. Os responsáveis por essas alterações objetivaram as normas mais delimitadas isentando-se de um modelo análogo ao modelo urbano.

Ao analisar as modificações, é perceptível que, no universo da agricultura familiar é extremamente complicado que se cumpra ao pé da letra tais diretrizes contidas na norma regulamentadora. Qualquer trabalhador rural contratado com carteira assinada por empresas agropecuárias tem o direito ao cumprimento da legislação trabalhista, sendo dever institucional das empresas observar essas normas, sob pena de incorrerem em irregularidades. E quando esse profissional é um agricultor familiar como assegurar os direitos e garantias fundamentais que versam sobre vida, trabalho, segurança e saúde? Quiçá o bom senso individual seja um fator determinante para a salvaguarda da saúde, da qualidade de vida e da aplicação da norma regulamentadora.

Neste sentido, observamos que, mesmo com as alterações da NR-31, nada foi modificado no tocante à aplicabilidade da Norma Regulamentadora no contexto da agricultura familiar. Há unidades produtivas familiares que funcionam com grande contingente de pessoas trabalhando em inúmeras atividades agrícolas, sujeitas a uma variada quantidade de fatores de riscos e sem o menor enquadramento com o que versa a norma.

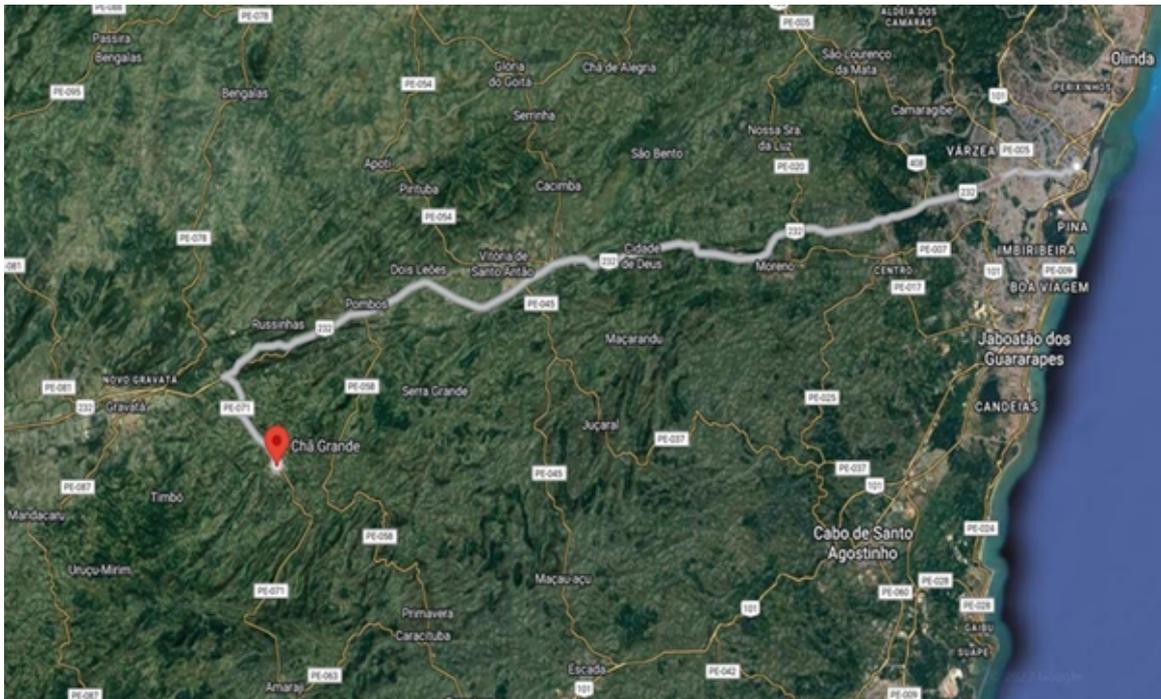
Na esfera normativa, observa-se a existência das Comissões Internas de Prevenção de Acidentes (CIPAs), que após alteração da lei, em 2020, passaram a determinar a criação da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes do trabalho Rural (CIPATR), com representatividade da classe trabalhadora. Entretanto, é, de certa forma, utópico considerar a existência da CIPATR em comunidades rurais predominantemente compostas por domicílios tipicamente enquadrados como pertencentes à agricultura familiar.

Dessa forma, a NR-31 contempla o trabalhador rural de carteira assinada que compõem o quadro funcional de empresas agrícolas, mas observa-se um grande abismo entre a lei e a adequação à realidade da agricultura familiar brasileira.

Materiais e métodos

O município de Chã Grande (figura 1) se sobressai como produtor de frutas, hortaliças e flores temperadas cultivadas em unidades produtivas familiares. Com essas cadeias produtivas destacam-se a produção de graviola e chuchu que ocupam o topo da preferência dos agricultores (PORTAL CÂMARA DOS VEREADORES, 2018). Esta é a caracterização que define o sustentáculo da economia da cidade. Em relação à Recife, capital do estado, a cidade dista a 80 km e encontra-se sob o domínio da Bacia Hidrográfica do Rio Ipojuca. Possui altitude de 470 metros, latitude 08°14'18" sul e longitude de 35°27'42" oeste. Segundo dados do IBGE, a população estimada em 2021 equivale a 21.929 habitantes (IBGE, 2021).

Figura 1 - Localização da cidade de Chã Grande em relação a capital do estado de Pernambuco, Recife.



Fonte: Google earth.

Chã Grande possui clima tropical chuvoso dotado de verão seco e temperatura média anual de 22,6 °C. A quadra chuvosa tem se iniciado comumente entre os meses de dezembro/janeiro concluindo o período das chuvas no mês de setembro (MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, 2005).

Visando proporcionar ao leitor uma melhor compreensão da problemática central deste trabalho, optou-se por utilizar como base uma pesquisa de dissertação desenvolvida ao longo do período pós-pandêmico até o final do primeiro semestre de 2024, no município de Chã Grande-PE. Esta pesquisa está vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural

(PPGExR) da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF).

O delineamento adotado busca iniciar um debate relevante sobre a aplicação da Norma Regulamentadora 31 (NR-31) no contexto da agricultura familiar brasileira, abordando os desafios e possibilidades para sua implementação em comunidades rurais.

A pesquisa possui caráter descritivo exploratório (GIL, 2008) dotada de abordagem qualiquantitativa por meio de um plano transversal. O instrumento utilizado para coleta de dados foi a entrevista semiestruturada (VERDEJO, 2006). Neste estudo de campo, de caráter descritivo, comparativo e analítico, a partir da aplicação da entrevista semiestruturada, identificou-se os principais fatores de risco em atividades agrícolas da agricultura familiar de Chã Grande. Mediante a compreensão do discurso coletivo dos respondentes da pesquisa, identificou-se a distância que há entre as diretrizes contidas na NR 31 e a realidade no exercício laboral da agricultura familiar.

Para obtenção da representação gráfica, realizou-se procedimentos descritivos de tendência central e dispersão. O teste de Levene foi aplicado para verificar a homocedasticidade do conjunto de dados, enquanto a normalidade foi avaliada por meio do teste de Shapiro-Wilk. Assim, a ANOVA one-way foi realizada com o intuito de avaliar diferenças significativas. As diferenças significativas das variáveis categóricas foram analisadas por meio do teste qui-quadrado. Para a realização das análises, adotou-se o software R (R Core Team, 2021), utilizando os pacotes FSA (Ogle et al., 2021), ggplot2 (Wickham, 2016) e dplyr (Wickham et al., 2021).

A formação do grupo amostral se deu a partir de duas categorias distintas de modelo de cultivo, sendo elas produção orgânica e produção convencional. O grupo de produção orgânica foi formado por 10 membros de três associações do segmento no município, cadastrados nas feiras agroecológicas da Região Metropolitana da Grande Recife. Nesse grupo, levou-se em conta o registro no Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Vale destacar que os participantes foram inseridos por meio dos Organismos de Controle Social (OCS) que compõem.

Resultados e discussões

Trazendo a NR-31 para o centro de nosso debate, é perceptível que a reformulação ocorrida em 2020 e a determinação da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho Rural – CIPATR (BRASIL, 2020^a) representaram um grande avanço no que se refere à segurança do trabalhador

rural em suas atividades laborais. No entanto, numa análise da normativa, é possível chegar a uma compreensão que a lei atende com muito mais amplitude o segmento empresarial e cooperativista.

Destaca-se o item 31.2.1, que explicita a aplicabilidade da norma às atividades de agricultura, pecuária, silvicultura, exploração florestal e aquicultura (BRASIL, 2020a). Dado que a agricultura familiar está presente em todos esses segmentos, subentende-se que ela é amparada pela legislação. No entanto, há um grande distanciamento entre a norma e sua efetiva aplicação na agricultura familiar.

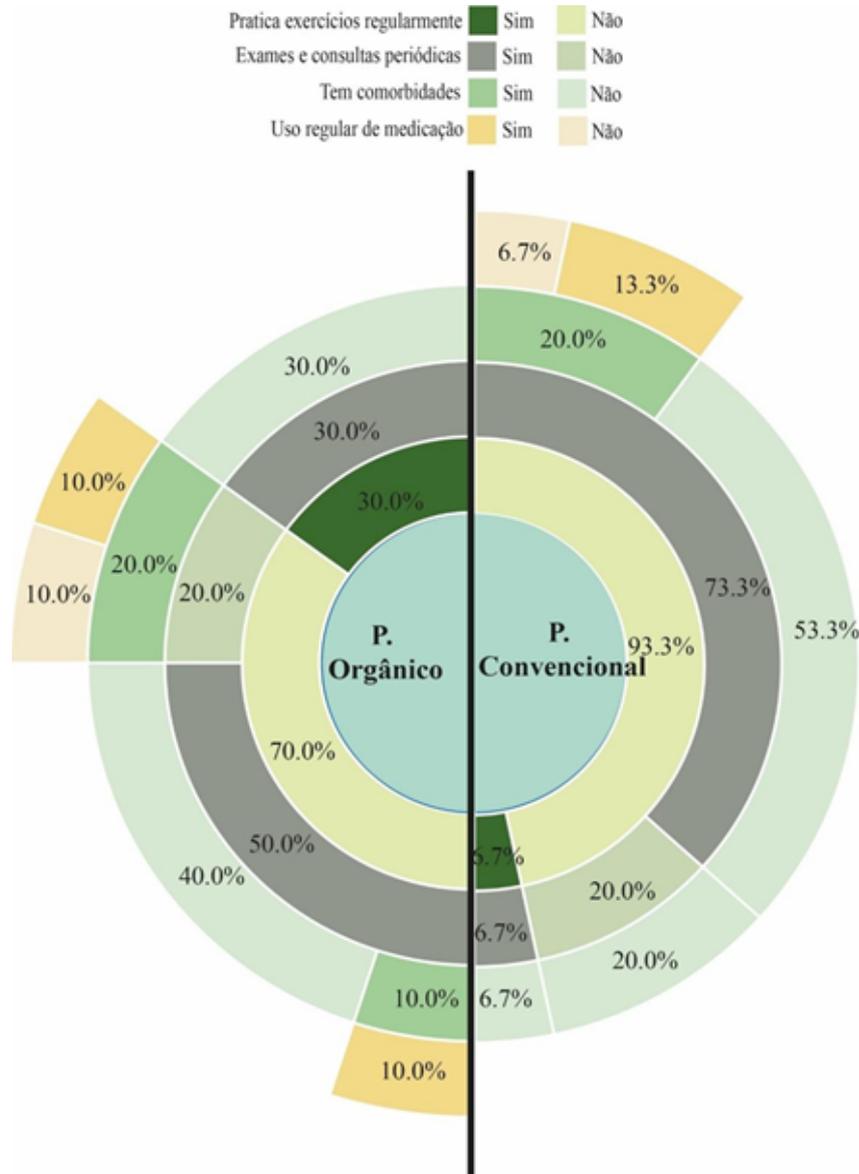
Ainda discutindo a normativa, mais especificamente na esfera das obrigações, competências e responsabilidades, destacamos o tópico 31.2.3³ da NR-31, que estabelece ao empregador ou equiparado o dever de cumprir e garantir o cumprimento desta regulamentação. O tópico 31.2.4⁴ da NR-31, por sua vez, cita todas nuances acerca de tudo aquilo que é competência do trabalhador. Assim sendo, observamos em apenas um pequeno recorte da lei o grau de complexidade da eficiência de aplicação na esfera da agricultura familiar.

Dentro do arcabouço global da normativa, abordando ainda o tópico 31.2.3 da NR-31, que trata das obrigações do empregador ou equiparado, destaca-se o trecho que estabelece a responsabilidade do empregador quanto aos resultados dos exames médicos realizados pelos trabalhadores, conduzidos por médicos contratados pela empresa. Diante disso, como adequar essa exigência legal à realidade da agricultura familiar, garantindo a proteção da saúde desse trabalhador no campo?

Esta pesquisa de campo apresenta uma estatística importante sobre o tema (Figura 2). O gráfico está relacionado aos hábitos de saúde como atenção à saúde preventiva, ocorrência de comorbidades e outras variáveis entre os produtores orgânicos e convencionais participantes da pesquisa. Discutindo os números apresentados no gráfico referente a exames e consultas periódicas, 20% dos agricultores orgânicos e 20% dos agricultores convencionais entrevistados declararam não fazer este tipo de procedimento.



Figura 2 - Práticas de saúde, saúde preventiva e ocorrência de comorbidades entre produtores orgânicos e convencionais da região Chã Grande-PE.



Fonte: dados da pesquisa (2024).

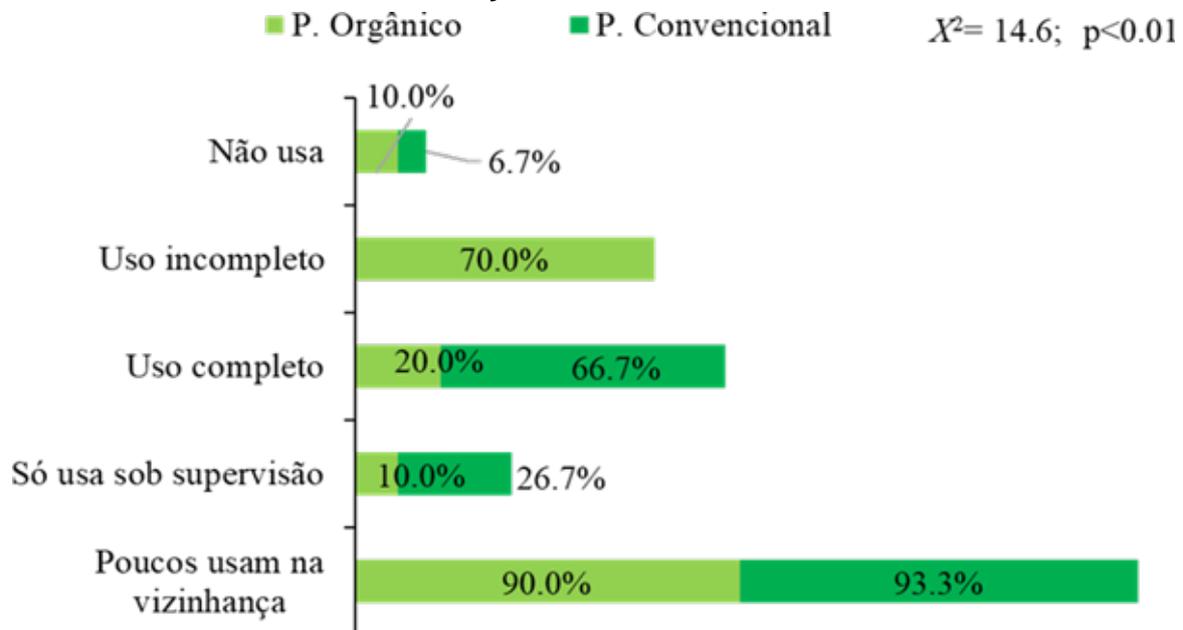
Considerando a obrigatoriedade da lei é admissível negligenciar o uso dos dispositivos de proteção individual, no entanto, na agricultura familiar o não uso do EPI é algo preocupante. A dificuldade e ineficiência da fiscalização e a cultura da desaplicação do EPI infelizmente resulta em graves consequências para as pessoas, animais e para o meio ambiente.

Neste estudo diagnosticamos que 10% dos produtores orgânicos declaram não usar EPI, em contra partida 6,7% do grupo convencional fizeram a mesma afirmação. Quanto ao uso incompleto dos EPIs, 70% dos produtores orgânicos afirmaram não utilizarem, porém os entrevistados do grupo de produtores convencionais não responderam estes questionamentos. No que se refere ao uso completo, 20% dos respondentes do grupo de produ-

tores orgânicos afirmaram utilizar todos os equipamentos de proteção, já os produtores convencionais 66,7% afirmaram usar todos os EPIs. Ao nos referirmos à percepção dos respondentes acerca do uso de EPI na vizinhança, 90% dos produtores orgânicos e 93,3% dos produtores convencionais responderam que poucos costumam usar mesmo durante as aplicações de agrotóxicos.

Ao serem questionados acerca da percepção dos respondentes quanto ao uso de EPI na vizinhança, 90% dos produtores orgânicos e 93,3% dos produtores convencionais responderam que poucos costumam usar mesmo fazendo uso de agrotóxicos.

Figura 3 - Frequência do uso de EPIs durante a prática agrícola por produtores orgânicos e convencionais da região de Chã Grande-PE.



Fonte: dados da pesquisa (2024).

Os números são bastante esclarecedores e apresentam o quanto uma conduta tão imprescindível é negligenciada. Contudo, obteve-se de alguns dos participantes da pesquisa algumas justificativas pelo não uso do EPI.

Respondente 1 (convencional) declarou:

“estou errado em não usar o EPI nem exigir que se use na minha lida diária, eu sei, mas irei providenciar para que possa exigir de quem trabalha comigo o uso com frequência”.

Respondente 2 (convencional) declarou:

“aqui na minha terra eu uso e exijo que se use, mas por aqui são poucos os vizinhos que usam o EPI”.

Respondente 3 (convencional) relatou:

“não vejo o povo por aqui usando nada, só a roupa do couro mesmo, aqui na minha área eu uso e cobro de quem trabalha comigo que use”.

Respondente 4 (convencional) relatou:

“é uma luta muito grande fazer essa turma usar o EPI, quando estou perto eles usam, mas quando saio há um certo relaxamento em usar o EPI, assim sendo, é preciso estar de dentro para que de fato haja um pouco de consciência”.

No contexto da agricultura, independentemente do modelo produtivo, seja no agronegócio ou no campo da agricultura familiar, os EPIs são instrumentos que garantem a salvaguarda da vida e saúde do trabalhador. A forma imprópria de utilização, o elevado grau de toxicidade de alguns produtos, o não uso de equipamento de proteção individual e a falência de organismos de vigilância são os maiores responsáveis pela prevalência de doenças e casos de intoxicação ocasionados pelos agrotóxicos (TAVARES, 2020).

O agricultor familiar brasileiro vive em frequente vulnerabilidade em face da exposição aos mais diversos pesticidas, em razão da falta de conhecimento sobre os riscos, do nível de escolaridade e da negligência no uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), além da carência de assistência técnica.

Não distante da cidade de Chã Grande, SILVA et al (2022), desenvolveu um trabalho de pesquisa na Unidade Básica de Saúde (UBS) em Vitória de Santo Antão-PE, onde diagnosticou elevação de casos de patologias no trato respiratório, doenças na pele e neurológicas em agricultores usuários daquela unidade de saúde, a investigação aponta urgência na celeridade de ações preventivas e normas mais severas.

Sabe-se da seriedade que é a exposição aos inúmeros fatores de risco no ambiente profissional durante a realização de atividade agrícolas, em uma diagnose como esta, é possível que os casos identificados tenham relação direta com a exposição aos agentes químicos e uso incorreto do EPI. O Estado precisa se fazer presente no campo tanto através dos organismos de fiscalização, para fazer cumprir a lei, quanto por meio das empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) facilitando o acesso a novas tecnologias que minimizem o uso de pesticidas nas lavouras, na produção de saberes e acesso à educação.

Infelizmente, como os próprios números da pesquisa evidenciam, o agricultor familiar enfrenta grande fragilidade no cumprimento da NR-31, pois depende exclusivamente de sua própria iniciativa para seguir e fazer valer a norma, o que frequentemente resulta em seu descumprimento. Nesse sentido, observamos que, pelo fato de a Norma Regulamentadora não estar sendo efetivamente aplicada por conta dos vários entraves, ela torna-se ineficiente e excludente em razão de não alcançar esse público.

É explícito que o exercício do trabalho na agricultura familiar tem sido prejudicado e precarizado a cada dia mais. No entanto, para combater a precarização, é fundamental implementar políticas inclusivas que proporcionem apoio por meio de investimentos em ATER, tecnologias, equipamentos e instrumentos de proteção social. Além disso, no campo político, é essencial garantir representações à altura da relevância do segmento e, sobretudo, promover uma maior valorização da agricultura familiar, considerando sua importância socioeconômica e ambiental para o Brasil.

Considerações finais

A NR-31 foi criada com intuito de garantir a proteção devida, segurança, preservação da saúde e da vida com qualidade na atmosfera do trabalho, garantindo o amparo ao trabalhador por meio da lei. No entanto, através deste estudo observou-se que a eficácia da lei é possível em atividades agrícolas fora do contexto da agricultura familiar, ou seja, em instituições privadas onde tudo o que é previsto na lei é de fato executado e fiscalizado.

Já no campo da agricultura familiar, o que é determinado por lei encontra-se muito distante de atender de forma eficiente a todo o contingente que compõe esse universo produtivo e profissional. Cabe ao poder público viabilizar os meios para que a legislação cumpra seu papel social, econômico e democrático. Cabe ao poder público encontrar os meios para que a lei possa cumprir o seu papel social, econômico e democrático. É por essa razão que este debate não se encerra por aqui, faz-se necessário que outros estudos sejam realizados para trazer mais respostas sobre o tema.

Notas de rodapé

1 O Art. 200 da CLT determina que cabe ao Ministério do Trabalho estabelecer disposições complementares às normas de que trata este Capítulo, tendo em vista as peculiaridades de cada atividade ou setor de trabalho, especialmente sobre:

(...) V- proteção contra a incidência de raios solares, calor, frio, umidade e ventos, principalmente quando há exposição em trabalhos em ambientes abertos, com garantia de fornecimento de água potável, acomodações, prevenções de endemias;

VI - proteção do trabalhador expostos as substâncias químicas prejudiciais, radiações ionizantes e não ionizantes, ruídos, trepidações, vibrações, ou pressões fora da normalidade ao ambiente do trabalho, com classificação das medidas necessárias para eliminação ou diminuição desses efeitos limites máximo de acordo com o tempo de exposição, à intensidade da ação ou de seus efeitos sobre o organismo do trabalhador, exames médicos obrigatórios, controle permanente do limite de idade e permanência no local de trabalho e das demais exigências que se façam necessárias;

VII - higiene nos locais de trabalho, com especificação das exigências, estabelecimentos sanitários, separados por sexo, chuveiros, lavatórios, vestiários e armários individuais, refeitórios ou condições de conforto por ocasião das refeições, fornecimento de água potável, condições de limpeza dos locais de trabalho e modo de sua execução, tratamento de resíduos industriais. (BRASIL, 1943).

2 NR 31.31.2.52, Os trabalhadores são detentores dos direitos:

a) local laborativo salubre e com segurança;

b) por meio da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho Rural - CIPATR ser consultados pelos seus representantes acerca das estratégias de prevenção a serem adotadas pelo empregador;

c) eleger sua representação sobre o tema saúde e segurança no trabalho;

d) ser capacitados sobre os assuntos segurança e saúde, assim como está preparado para participar no processo de implementação de medidas de prevenção que serão aplicadas pelo empregador (BRASIL, 2020^a).

3 NR 31. 31.2.3. É de compete ao empregador ou equiparado:

- a) cumprir e fazer cumprir as disposições legais e regulamentares sobre segurança e saúde no trabalho rural, de forma a garantir adequadas condições de trabalho, higiene e conforto, e adotar medidas de prevenção e proteção para garantir que todas as atividades, locais de trabalho, máquinas, equipamentos e ferramentas sejam seguros;
- b) adotar os procedimentos necessários quando da ocorrência de acidentes e doenças do trabalho, incluindo a análise de suas causas;
- c) assegurar que se forneça aos trabalhadores instruções compreensíveis em matéria de segurança e saúde, seus direitos, deveres e obrigações, bem como a orientação e supervisão necessárias ao trabalho seguro;
- d) informar aos trabalhadores: I. os riscos decorrentes do trabalho e as medidas de prevenção implantadas, inclusive em relação a novas tecnologias adotadas pelo empregador; II. os resultados dos exames médicos e complementares a que foram submetidos, quando realizados por serviço médico contratado pelo empregador; III. os resultados das avaliações ambientais realizadas nos locais de trabalho;
- e) permitir que representante dos trabalhadores, legalmente constituído, acompanhe a fiscalização dos preceitos legais e regulamentares sobre segurança e saúde no trabalho; e
- f) disponibilizar à Inspeção do Trabalho todas as informações relativas à segurança e à saúde no trabalho (BRASIL, 2020^a).

4 NR 31. 31.2.4. Compete ao trabalhador o cumprimento de:

- a) cumprir as determinações sobre as formas seguras de desenvolver suas atividades, especialmente quanto às ordens de serviço emitidas para esse fim;
- b) adotar as medidas de prevenção determinadas pelo empregador, em conformidade com esta Norma Regulamentadora, sob pena de constituir ato faltoso a recusa injustificada;
- c) submeter-se aos exames médicos previstos nesta Norma Regulamentadora;
- d) colaborar com a empresa na aplicação desta Norma Regulamentadora;
- e) não danificar as áreas de vivência, de modo a preservar as condições oferecidas;
- f) cumprir todas as orientações relativas aos procedimentos seguros de

operação, alimentação, abastecimento, limpeza, manutenção, inspeção, transporte, desativação, desmonte e descarte das ferramentas, máquinas e equipamentos;

g) não realizar qualquer tipo de alteração nas ferramentas e nas proteções mecânicas ou dispositivos de segurança de máquinas e equipamentos, de maneira que possa colocar em risco a sua saúde e integridade física ou de terceiros;

h) comunicar seu superior imediato se alguma ferramenta, máquina ou equipamento for danificado ou perder sua função (BRASIL, 2020^a).

Referências

BRASIL. **Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943.** Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Portal do Planalto, Rio de Janeiro, 1 de maio de 1943. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.html IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2021. Censo Agro 2017: resultados definitivos, Acesso em 10 de Dezembro de 2022, <https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/>.

BRASIL. (2018). **Agricultura familiar do Brasil é 8ª maior produtora de alimentos do mundo.** <http://www.brasil.gov.br/noticias/economia-efinancas/2018/06/agricultura-familiar-brasileira-e-a-8a-maior-produtora-de-alimentos-do-mundo>.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Previdência. Secretaria do Trabalho. **Norma Regulamentadora NR. 31 (NR-31).** Portal do Governo Federal, Brasília, DF, 22 out. 2020a. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-previdencia/pt-br/composicao/orgaos-especificos/secretaria-de-trabalho/inspecao/seguranca-e-saude-no-trabalho/normas-regulamentadoras/nr-31-atualizada-2022-retif.pdf>. Acesso em: 25 maio 2024.

DOS SANTOS, Evanny Laryssa, et al. **Impactos causados pelo uso excessivo de agroquímicos na agricultura familiar: uma revisão.** Observatório de la economía latino-americana, Curitiba, v. 22. n3, 01-15 . 2024.

CAMISASSA, M. Q. **Segurança e saúde do trabalho: NRS 1 a 37 comentadas e descomplicadas.** 7. ed. Rio de Janeiro: Método, 2020.

Gil, A. C. (2008). **Métodos e técnicas de pesquisa social** (6a ed.). São Paulo: Atlas. IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2021. Censo Agro 2017: resultados definitivos, Acesso em 10 de Dezembro de 2022, <https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/>

Wickham, H. ggplot2: **Elegant Graphics for Data Analysis.** Springer-Verlag New York, 2016. Wickham, H., François, R., Henry, L., Müller, K. (2021). dplyr: A Grammar of Data Manipulation. R package version 1.0.6. <https://CRAN.R-project.org/package=dplyr>

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA. Serviço Geológico do Brasil – CPRM. Projeto cadastro de fontes de abastecimento por água subterrânea: diagnóstico do município de Chã Grande. Recife, 2005.

Ogle, D.H., Doll, J.C., Wheeler, P., Dinno, A. (2021). **FSA: Fisheries Stock Analysis.** Rpackage version 0.9.1, <https://github.com/droglenc/FSA>.

PORTAL CÂMARA MUNICIPAL DE CHÃ GRANDE. **Histórico do município de Chã Grande.** Disponível em: < <http://www.camarachagrande.pe.gov.br/historico/> >. Acesso em 13 de dezembro de 2022. IBGE. Censo agropecuário: Resultados definitivos 2017. IBGE, v. 8, 105 p. 2019.

SILVA, L. N. P.; AMORIM, J. G. B.. **Condições de segurança do trabalho no manuseio de agrotóxicos em pequenas propriedades de agricultura familiar.** Revista Ibero Americana de Ciências Ambientais, v.11, n.7, p.349-364, 2020. DOI: <http://doi.org/10.6008/CBPC2179-6858.2020.007.0029>

SILVA, G. K. S. et al. **Problemas respiratórios em agricultores na UBS de Natuba município de Vitória de Santo Antão - PE / Respiratory problems in farmers at the Natuba UBS in Vitória de Santo Antão - PE.** Brazilian Journal of Health Review, [S. l.], v. 5, n. 4, p. 12331-12339, 2022. DOI: 10.34119/bjhrv5n4-031. Disponível em: <<https://ojs.brasilianjournal.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/50001>>

TAVARES, D. C. G. ; SHINODA, D. T. ; MOREIRA, S. S. C. ; FERNANDES, A. C. . **Utilização de Agrotóxicos no Brasil e sua correlação com Intoxicações.** Revista Eletronica Sistemas & Gestão , v. 15, p. 1-10, 2020. DOI: <https://doi.org/10.20985/1980-5160.2020.v15n1.1532>

VERDEJO, M. E. **Diagnóstico rural participativo:** um guia prático. Brasília: ASCAR, 2006.

Capítulo 7

Política Nacional de Saúde das Pessoas com Deficiência e a rede de cuidados:

um estudo avaliativo de sua aplicabilidade no contexto rural

Sicilia Pimentel Dantas Marreiros Cavalcanti

siciliapdmc@gmail.com | lattes.cnpq.br/4317197444257529 | orcid.org/0000-0001-5890-406X

Michelle Christini Araújo Vieira

michelle.christini@gmail.com | lattes.cnpq.br/9372845638085633 | orcid.org/0000-0001-7771-5387

Kedma Magalhães Lima

kedma.magalhaes@univasf.edu.br | lattes.cnpq.br/0012631817532047 | orcid.org/0000-0003-1336-6370

Introdução

Dados da Organização Mundial da Saúde (2022) apontam que cerca de 15% da população mundial apresenta alguma claudicação. No Brasil, o censo realizado, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2010, indica que, aproximadamente 24% delas possuem algum tipo de deficiência sensorial, física ou intelectual severa (IBGE, 2010).

A deficiência é caracterizada pela obstrução da experiência de vigiância do gozo, pleno e efetivo, na sociedade, em igualdade de condições. A concepção atualizada da pessoa com ela, adotada, pela Política de Saúde da Pessoa com Deficiência abordou o caráter dinâmico e biopsicossocial, a partir da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo no Brasil, em 2009 (Ursine et al., 2018).

Observando a necessidade de regulamentação e cuidado para com essa população, políticas, leis e decretos foram elaborados com recomendações para os serviços de atenção à saúde. Essas recomendações visam superar as barreiras e construir uma atenção integral da mesma para o ser humano com claudicação, com destaque para a Política Nacional de Saúde da Pessoa com Deficiência (PNSPD) e para a Lei Brasileira de Inclusão (LBI), direcionada para a inclusão das pessoas com deficiência em toda a rede de serviços do Sistema Único de Saúde (SUS) (BRASIL, 2015).

A Atenção Básica, considerando a estruturação da rede de serviços em deferência à saúde, é ponto central na organização das suas políticas com vistas à consolidação dos princípios do Sistema Único de Saúde (SUS). Destaca-se a Estratégia Saúde da Família (ESF) como prioritária para a reorganização do modelo de atenção à saúde.

Na Política Nacional da Atenção Básica (PNAB), a Atenção Básica é definida como um conjunto de ações voltadas para a promoção e proteção da saúde, a prevenção de agravos, o diagnóstico, o tratamento, a reabilitação, a redução de danos e a manutenção da saúde, abrangendo tanto indivíduos quanto coletividades. Seu objetivo é desenvolver uma atenção integral que impacte a condição de saúde da população, promovendo autonomia e abordando os determinantes e condicionantes da saúde nas coletividades (BRASIL, 2012a).

A Atenção Básica, portanto, é entendida como principal porta de entrada dos usuários e ordenadora das redes de atenção à saúde a fim de garantir

o direito ao acesso a esses serviços (BRASIL, 2012a). Compete a ela desenvolver ações estratégicas para a ampliação do acesso e da qualificação da atenção à saúde no âmbito da Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência (RCPCD)(BRASIL, 2012b).

A Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência do SUS, parte da necessidade de ampliar, qualificar e diversificar as estratégias para a atenção às pessoas com deficiência física, auditiva, intelectual, visual e ostomia, bem como àquelas com deficiências múltiplas. Para isso, busca estruturar uma rede de serviços integrada, articulada e efetiva nos diferentes pontos de atenção, garantindo o atendimento adequado a essas pessoas e possibilitando a iniciação precoce das ações de reabilitação e prevenção de incapacidades (BRASIL, 2012b). As políticas nacionais e internacionais, quando incorporadas de fato aos serviços, podem viabilizar as oportunidades de acesso à rede de atenção, para as pessoas com deficiência que vivem em cenários rurais.

Observando tal contexto, é notória a existência de vulnerabilidades sociais e, em especial, relacionadas à saúde, no cotidiano de pessoas com deficiência; sobretudo, nas residentes no meio rural. Contribui para isso a ausência de políticas públicas direcionadas às especificidades desse público. Há também entraves na dimensão individual, seja pela ausência de informações, seja pela dificuldade de aplicá-las.

É preciso considerar também a dificuldade de inserção social e política, o que limita o acesso à livre expressão, representatividade, proteção e exercício da cidadania (BRASIL, 2015). As questões relativas ao acesso dos serviços de saúde são marcadas, de forma geral, por situações conflituosas que angustiam trabalhadores, gestores e usuários, as dificuldades se acentuam no cuidado com das pessoas com deficiência (PCD).

No âmbito das Políticas Públicas de Saúde, observa-se que a assistência à PCD é ainda marcada por fragilidades, desarticulação e descontinuidade de ações, posicionando-se marginalmente no sistema de saúde. Assim, é necessário aprofundar o conhecimento acerca do cuidado a essa parcela da população, buscando superar os desafios enfrentados (CONDESSA, 2020).

As pessoas com deficiência possuem diversas demandas de saúde, assim como os demais grupos minoritários, demandas essas exacerbadas pelo contexto social. Percebe-se que as barreiras físicas, emocionais ou estruturais, que dificultam o acesso aos serviços, produzem prejuízos na saúde e atuam aumentando as disparidades entre a população em geral (CONDESSA, 2020).

Observando a complexidade da saúde das pessoas com deficiência

em cenários rurais, além das barreiras naturais geográficas, tais cidadãos enfrentam um conjunto extenso de obstáculos informativos e financeiros para acessar a atenção à saúde (NEILLE; PENN, 2015). A ausência de programas específicos para a coletividade agrícola faz com que essa população fique na dependência dos serviços concentrados em cenários urbanos, contribuindo para a ineficácia e o alcance limitado das ações de higiene.

Ademais, a saúde das pessoas com deficiência que residem em zona rural é influenciada pelas particularidades do contexto em que estão inseridas. No entanto, muitas vezes, o cuidado direcionado a elas desconsidera tais aspectos (URSINE; PEREIRA; CARNEIRO, 2018). A escassa e limitada literatura nacional e internacional, sugere que pessoas com deficiências no campo têm a condição de saúde mais comprometida do que a do povo campestre sem deficiência.

É necessário destacar que, no campo, tanto as pessoas com deficiência quanto aquelas sem limitações relatam muitos dos mesmos tipos de dificuldades no acesso aos serviços de saúde (CARVALHO, 2020). Para aqueles que apresentam deficiência, as barreiras parecem ser mais acentuadas, especialmente entre os que enfrentam os seguintes desafios: conhecimento limitado dos médicos sobre deficiência; dificuldade na identificação de problemas de saúde na Atenção Primária e Especializada; precariedade do transporte local; inadequação da infraestrutura física e inacessibilidade das informações.

A população campestre parece viver em maior desvantagem quanto às condições de saúde, uma vez que, tanto a deficiência quanto a vida na Zona Rural, também acabam por reduzir o acesso a educação, emprego, transporte público, serviços de saúde e à própria vida em sociedade (OMS, 2022; CARVALHO, 2020). Isto posto, o desejo por estudar a temática nasceu a partir da imersão da pesquisadora no contexto rural, uma vez que ela está inserida profissionalmente na localidade onde a pesquisa foi desenvolvida e integra a Equipe de Saúde da Família do território.

Diante desse conhecimento prévio, identificado por meio do perfil epidemiológico da área em que a pesquisadora atua, percebeu-se uma quantidade significativa de pessoas com deficiência intelectual, visual, auditiva e física, somada ao contexto complexo de necessidades de saúde desse grupo no Projeto Senador Nilo Coelho – Núcleo 07, em Petrolina-PE.

Ainda que a literatura sobre o modelo social e a Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência reconheçam a atenção à saúde delas como meio de proteção social e reparação das desigualdades, ambos não abordam suas necessidades e especificidades de acordo com o fato de viverem ou não na zona rural. Observa-se que essa população experiencia a desigualdade, de

modo único e qualitativamente diferente, e que a dupla vulnerabilidade (ser deficiente e viver zona rural) possivelmente tem repercussões significativas na vida das próprias.

Diante do exposto e de posse de reflexões iniciais a respeito da conjuntura da saúde e do social das pessoas com deficiência em seus diferentes aspectos, bem como da relevância de residirem em uma comunidade rural, surgiu um primeiro questionamento: Quais dificuldades e conquistas na implementação da PNSPD e no acesso aos serviços de saúde das pessoas com deficiência residentes no Projeto Senador Nilo Coelho, Núcleo 07 (PSNC N7), são reveladas a partir da ótica dos profissionais e gestores da área no processo de execução?

Sendo assim, a questão que norteia este trabalho está centrada na análise da aplicabilidade da Política Nacional de Saúde das Pessoas com Deficiência e a rede de cuidados no contexto rural. Visa ainda reconhecer tanto os limites quanto os desafios a serem superados para a atenção integral dessa população nesse cenário singular.

Materiais e métodos

Tipo de estudo

O presente estudo apresenta caráter exploratório e descritivo, com abordagem qualitativa, partindo de uma série de informações sobre o que se deseja pesquisar, permitindo que se amplie a experiência em torno do problema pesquisado. Com isso, o investigador amplia seus conhecimentos sobre determinado assunto (CAMPOS et, al., 2018).

Nesse tipo de investigação, para fins de levantamento de dados, podem ser realizadas coletas de dados com grupos, aplicação de questionários e entrevistas, instrumentos estes, tradicionalmente, reconhecidos como pertencentes à pesquisa convencional. Porém, neste contexto, perdem a função de depositário de dados e passam a elucidar a realidade, possibilitar interpretações e aquisição de conhecimentos sobre os fenômenos pesquisados (Correia; Garcia, 2018).

Cenário da pesquisa

A pesquisa foi desenvolvida junto ao Projeto de Irrigação Senador Nilo Coelho (PSNC), Núcleo 07 (N7), zona rural da cidade de Petrolina (PE), localizado a 16km do centro. O município está situado no Sertão Pernambucano, e

é reconhecido nacionalmente pelas atividades de fruticultura irrigada. Possui uma área fértil com amplo investimento em irrigação, tornando-se um importante produtor de frutas e hortaliças no Brasil, bem como de equipamentos relacionados à gestão de saúde e assistência social na localidade.

A cidade de Petrolina (PE) é localizada, mais especificamente, na mesorregião do São Francisco Pernambucano, Nordeste brasileiro. A sua unidade territorial é de 4.561,872 km². Atualmente, o município conta com uma população estimada de 343.219 pessoas, de acordo com estatísticas do censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), resultando em uma densidade populacional de 64,44 hab/km². Além disso, cerca de 25,42% da população reside na zona rural (IBGE, 2010).

Destaca-se que o campo no qual foi desenvolvido parte do estudo, o PSNC-N 7, é o contexto de trabalho da pesquisadora responsável pela pesquisa, assim espera-se que os achados decorrentes retornem como contribuição para a realidade local.

Período e participantes do estudo

O estudo teve início após a aprovação feita pelo Comitê de Ética e Deontologia em Estudos e Pesquisas, e foi realizado entre os meses de janeiro e dezembro de 2022. A população da pesquisa foi constituída por três grupos: o primeiro foi composto por profissionais envolvidos no cuidado em saúde. No contexto local, ou seja, a Equipe de Saúde da Família (ESF), Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF) e profissionais do Centro de Referência e Assistência Social (CRAS do N7).

O segundo foi composto por gestores da Rede Municipal de Assistência à Pessoa com Deficiência e de Saúde. Já o terceiro, e último, foi formado por profissionais de serviços especializados para esse atendimento no município de Petrolina.

Para este projeto, foram considerados os seguintes parâmetros de inclusão de participação: os profissionais do SUS que trabalham com pessoas com deficiência física, intelectual, auditiva e/ou visual, ou com múltiplas deficiências, que possuam pelo menos dois anos de trabalho com esse grupo na comunidade PSNC (N7) nos serviços especializados, gestão de saúde e assistência social de Petrolina (PE).

Foi utilizado como técnica de coleta de dados, a Técnica de Associação Livre de Palavras (TALP), método que permite às pessoas entrevistadas, por meio dos estímulos indutores, evocar respostas de conteúdos afetivos e cognitivo-avaliativos. Essa técnica é amplamente utilizada nas pesquisas que buscam apreender as representações sociais, uma vez que possibili-

ta uma análise qualitativa de dados. Através desse instrumento, podemos receber a síntese do que pensam, atribuindo uma ou mais palavras ao conceito. A metodologia parte de uma questão pré-estruturada e padronizada que deve seguir um ensaio prévio junto ao pesquisado, com uma pergunta modelo: “Se eu lhe digo “X”, o que vem à sua mente? Dê-me “X” palavras que, para você, caracterizam “X” (NÓBREGA & COUTINHO, 2011).

Foram utilizados o TALP e um roteiro para orientar a entrevista, evitando possíveis fugas do foco da pesquisa. Esse instrumento norteador abordou as questões relacionadas à pessoa com deficiência. O Teste de Associação Livre de Palavras foi construído a partir da expressão indutora “pessoa com deficiência”, solicitando que fossem ditas cinco palavras a partir do estímulo. O TALP foi aplicado para todos os sujeitos e constituiu a seguinte questão aberta: Que palavras vêm à sua cabeça quando digo a expressão “pessoa com deficiência”?

Os dados foram obtidos a partir da aplicação dos instrumentos e gravação de entrevista, que foi seguida de Transcrição do Tipo Naturalista e análise realizada após leitura exaustiva, em que foram definidas categorias para inquirição do conteúdo. Para discussão dos resultados foram organizadas quatro categorias temáticas, denominadas de: Conhecimento e implementação acerca da PNSPCD; Acessibilidade; Inclusão e Qualificação profissional no atendimento a PCD. Dessa forma, para garantir o anonimato das/dos participantes foram usados pseudônimos (para homens: vegetação da caatinga, e para mulheres: flores).

Resultados e discussões

Perfil socioeconômico

A avaliação socioeconômica e demográfica, neste estudo, serviu como referência para entender o perfil da vida dos profissionais das equipes. A população desta pesquisa consiste em uma amostra de dez pessoas, distribuídas entre especialistas que atuam na gestão de saúde, assistência social e gestão de desenvolvimento humano/acessibilidade (três pessoas), profissionais da ESF (N7) e NASF (cinco pessoas) e CRAS (N7) (duas pessoas).

Considerando a concepção de gênero, o sexo feminino, apresentou uma maior prevalência, representando 70% da amostra. Com relação à faixa etária, os entrevistados possuem entre 26 e 53 anos. Todos possuem curso superior completo, e seis deles têm pós-graduação, as formações acadêmicas verificadas são: Enfermagem, Psicologia, Assistência Social, Medicina, Administração e Letras - Portugêses.

Quando perguntados a respeito do tempo de atuação e desenvolvimento das atividades relacionadas ao atendimento à pessoa com deficiência, a maioria, relatou que atua há, no mínimo, cinco anos, em atividades assistenciais. Destacam-se apenas dois, com tempo de trabalho, com PCD, entre três e cinco anos.

Foram também questionados sobre como ocorreu aproximação tanto com o serviço quanto em como chegaram à instituição que atuam, os sete profissionais que trabalham nos serviços assistenciais relataram que foi através de concurso público e/ou processo seletivo e os três que atuam na gestão referiram que foi por meio de indicação técnica para cargo comissionado.

Categorias

Para o estabelecimento das categorias temáticas, as entrevistas foram transcritas e lidas repetidas vezes. A partir da identificação do agrupamento de ideias semelhantes destacadas nos discursos, com o auxílio da Técnica de Associação Livre de Palavras (TALP), essas categorias foram construídas.

A pergunta disparadora foi: que palavras vêm na sua cabeça quando digo a expressão “pessoa com deficiência”? Diga-me 5 palavras. Foram utilizados o TALP e um roteiro para orientar a entrevista e evitar possíveis fugas, do objeto de pesquisa. Esse instrumento norteador abordou as questões relacionadas à pessoa com deficiência.

Através do que foi analisado nos discursos através das percepções dos trabalhadores, foram sistematizados quatro grandes eixos de análise, são eles: inclusão, acessibilidade, políticas públicas e capacitação profissional/educação permanente. O avanço nas leituras das entrevistas e a investigação dos discursos apontaram os aspectos que confirmaram as seguintes categorias de análise:

Categoria 1 - Conhecimento e implementação das Políticas Públicas para as pessoas com deficiência.

A primeira categoria de análise surgiu a partir da necessidade de investigar as percepções e conhecimentos dos profissionais de assistência à saúde, assistência social e de gestão, acerca das Políticas Públicas relacionadas à pessoa com deficiência.

Os discursos apresentados possuem pontos de intersecção, permitindo a compreensão de que os dizeres de todos os sujeitos agrupados, por proximidades, trazem nas palavras referências de suas realidades e suas

perspectivas. Os nomes dados às categorias pela pesquisadora pretendem aproximar a discussão às representações sociais construídas pelos sujeitos da pesquisa.

Quando questionados sobre seu conhecimento acerca das políticas de saúde voltadas para a pessoa com deficiência, a maioria dos participantes alegou não conhecer a legislação, incluindo decretos, leis e demais normativas governamentais. Em relação aos direitos das PCD e identificou-se conhecimento incipiente a respeito das políticas públicas direcionadas às pessoas com deficiência, que foi evidenciado nos discursos a seguir:

[...] “A sua pesquisa não é fácil, viu? Já tô até com pena de você. Porque, assim, a pessoa com deficiência ela... não existe uma política pública, nem a nível federal, nem estadual, nem municipal, estruturada. A gente não tem assim, uma referência, porque, por exemplo, assistência social, existe os CRAS, os CREAS, que existe em toda cidade; existe uma política nacional que rege, né, um exemplo. Como na saúde tem a unidade básica de saúde, o NASF, não sei o que, que dá para você estudar. Pessoa com deficiência é tudo muito aberto, porque a gente não tem orientações nacionais, estaduais, enfim, é até uma política, é... defasada, vamos dizer assim... porque, assim, sofrida por causa disso mesmo, né, a gente não tem orientação, nacional principalmente.” (BROMÉLIA).

[...] “Toda política setORIZADA é importante porque consegue ter uma visão especializada daquele fenômeno, daquela situação. Então é necessário ter uma política hoje... até por uma questão de equidade, né? Se a gente trabalhar todo mundo de uma forma igualitária, acaba que quem tiver em situação mais desprivilegiada sofre mais pra poder ter o mesmo acesso que uma pessoa com situação mais privilegiada”. (CATINGUEIRA).

“[...] Como a gente fica na assistência... é... a gente não tem nenhuma informação em relação a isso, a Política Nacional de Saúde à Pessoa com Deficiência, não” (CACTO).

“[...] Cada município vai ter uma questão diferente, e assim... é... Petrolina, quando eles colocaram que na gestão passada, era mesmo uma Secretaria Municipal, foi a primeira do país, era referência, e assim... mas, assim, por ter uma secretaria, mas não pelos serviços, né, existia secretaria mas não existe uma política municipal... que fale olhe, tem tal órgão, é assim e assado, não tem” (BROMÉLIA).

[...] “Eu não sei se na saúde, não sei se através da saúde mental, porque assim... a política nacional que eu vejo mais organizada, em relação à pessoa com deficiência, é a da saúde mental, né... que tem a política nacional, mas... é... pra ser bem sincera, eu não sabia nem da existência de uma política nacional de saúde. Acho que o que ocorre deve ser igual a política nacional, sei lá, de saúde na população negra, né, que tem as diretrizes, mas elas são pouco debatidas”. (FLOR DE ANGICO).

[...] “É na medicina do trabalho que tenho mais contato, a gente sempre faz a inclusão pelo programa do governo; a inclusão do deficiente físico no mercado de trabalho”. (CAROÁ).

As políticas nacionais e internacionais, para Diniz (2007), quando incorporadas de fato aos serviços, podem viabilizar as oportunidades de acesso, à rede de atenção, para as pessoas com deficiência que vivem em cenários rurais, integrando-as e respeitando suas especificidades, a fim de melhorar a saúde delas.

Nessa concepção, as ações intersetoriais, são colocadas em evidência nos resultados apresentados, em função das fragilidades demonstradas nos discursos de não conhecimento das políticas de saúde relacionadas à pessoa com deficiência, apontando pouco conhecimento acerca das normativas de higiene para PCD.

Assim, verifica-se que os conhecimentos sobre essa legislação precisam ser mais difundidos, principalmente, nos espaços voltados à saúde. Além disso, os exemplos mais específicos poderiam ter sido citados pelos profissionais, como: a Lei nº 13146/2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, o Estatuto da Pessoa com Deficiência e o Decreto nº 5626/2005, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais (Libras) (BRASIL, 2015).

Categoria 2 - Acessibilidade.

Essa categoria foi identificada como principal necessidade das pessoas com deficiência, no meio rural, entendida de maneira bastante ampla, incluindo: acesso às oportunidades, à circulação na cidade, aos serviços e recursos disponíveis.

A acessibilidade é entendida como um atributo essencial do ambiente, que garante a melhoria da qualidade de vida das pessoas e deve ser promovida para atender à coletividade, gerando resultados sociais positivos e contribuindo para o desenvolvimento inclusivo e sustentável (BRASIL, 2015). Como princípio, ela determina que as concepções de todos os espaços e formatos de produtos e serviços permitam que as pessoas, independentemente, de suas limitações físicas, intelectuais ou sensoriais, possam ser suas usuárias legítimas e dignas (LAMONIER, 2022)

Dessa maneira, a acessibilidade é entendida como um direito com vistas a oferecer o máximo de autonomia, segurança e conforto possíveis para quem dela usufrui, com dignidade. Também pode ser vista como uma garantia, posto que é um direito ter direitos; uma salvaguarda de aplicação transversal fundamental para o alcance dos demais direitos (CONDESSA, 2020).

Segundo Brasil (2015) o novo paradigma do modelo social da deficiência, com base nos direitos humanos, determina que ela não está na pessoa, como um problema ou uma doença a ser curada, e sim, na sociedade, que pode agravar a limitação da PCD por meio das barreiras que são impostas a ela. Os relatos dos entrevistados corroboram os achados de outro estudo, em que as condições de acessibilidade no ambiente interno das Unidades Básicas de Saúde não condizem com as normas técnicas preconizadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) (DIAS, 2017).

Os participantes do presente estudo afirmaram que as unidades de saúde apresentavam barreiras à acessibilidade, com estruturas físicas inadequadas que não proporcionam autonomia à PCD, destacados nos discursos abaixo:

[...] “É uma sala, por exemplo, pro fisioterapeuta, pra esse poder fazer a atividade dele com os pacientes deficientes. Tem que ter uma sala adequada, um espaço adequado, um equipamento adequado pra ser feito... que é difícil ter, né, aqui, e até porque aqui seria uma unidade que teria que ter prioridade nisso, porque é uma unidade distante que dificulta pra essas pessoas procurarem outros ambientes melhores, né, no centro da cidade. Então, aqui é uma... acho que uma quantida-

de, uma população que já merece ter uma unidade mais preparada, uma unidade básica melhor”. (CAROÁ).

[...] “Acesso que a gente tem é só o banheiro... que tem a porta grande, no caso pra cadeirantes, mas... porque, na verdade, é um acesso inicial, né, pra cadeirantes, mas o resto não tá adequado. Ali tem... você sobe, tá subindo a escada mas aí quando você desce tem uma... um bantezinho, um, na verdade, um degrau... e quando você vai entrar no equipamento também. Então eu acho que não está acessível. E enquanto aos profissionais, a gente tá em falta de profissionais”. (ROSA DO DESERTO).

Assim, as barreiras físicas, emocionais ou estruturais, dificultam o acesso aos serviços, produzem prejuízos à saúde e atuam aumentando as disparidades entre as pessoas com deficiência e a população em geral (CONDESSA, 2020).

Tais aspectos colocam os indivíduos com deficiência em situação de vulnerabilidade, pois esses não têm garantido o princípio da equidade, que busca reduzir as diferenças socioeconômicas, no acesso aos serviços de saúde, concernentes à APS. Essa suscetibilidade se agrava pelo fato de residirem em áreas rurais e pela não consideração dos determinantes sociais nesse contexto.

Partindo-se da ideia da complexidade da saúde das pessoas com deficiência que vivem na zona rural, além das barreiras naturais geográficas desse cenário, tais seres humanos enfrentam um conjunto extenso de obstáculos informativos e financeiros para acessar a atenção à saúde (NEILLE; PENN, 2015).

“[...] Então existe um transporte social, onde nesse contato é feito um cadastro, a assistente social vai até a residência do paciente, faz um levantamento social pra ver as condições do paciente; se ele pode ir em um carro sentado ou se precisa ser em decúbito horizontal; se o paciente realmente não tem um transporte ou ele tem o transporte mas ele não tem condições de entrar em um carro normal, ele tem que ir em uma ambulância. Então tem toda uma avaliação desse paciente até ele ser acompanhado” (CARNAÚBA).

“[...]É, as barreiras são as burocracias, a demora em

marcar, demora pra poder enviar alguém pra fazer uma fisioterapia bem feita... o acesso, às vezes a pessoa mora longe, não tem condições. Enfim, eu acho que só essas barreiras, depois os programas, a nível de SUS... acho que funciona, mas sempre tem essa burocracia toda de marcar” (CAROÁ).

“[...] O acesso é bem dificultado, não tem muito acesso que facilite. A gente as vezes encaminha, manda uma guia, eles retornam três meses depois dizendo que não foram chamados, que não tem como fazer uma fisioterapia...ou não tem como continuar essa fisioterapia por um período de tempo certo que precisaria. Tem essa dificuldade né...” (CAROÁ).

“[...] Um caso específico que a gente encaminhou pra habitação, justamente porque ela mora na zona rural, ela é deficiente mental e deficiente física, ela tem atrofia cerebral. E aí ela é literalmente é muito apegada a mãe, então quando ela não vê a mãe, ela começa a ter crise e fica muito mal. E aí a gente fez encaminhamento pra habitação, a habitação não deu retorno e estamos esperando aí que ela seja contemplada né, porque aqui ela não tem acesso... ela tem o básico porque é na zona rural e lá na cidade ela tem vários outros acessos e bem mais especializados do que aqui, porque aqui é só o básico, e na sede que é especializado” (ROSA DO DESERTO).

Assim, além das distâncias geográficas, estudos também apontam outras barreiras enfrentadas pelas pessoas com deficiência em cenários rurais para buscar atenção à saúde. Dentre elas, estão as obstruções informativas e financeiras; assim como, a oferta limitada de serviços e falta de profissionais.

As condições econômicas das pessoas com deficiência e de suas famílias, assim como a dificuldade de transporte, reforçam seu isolamento em cenários rurais, pois dificultam o acesso aos serviços de atenção. A falta de recurso financeiro para pagar a condução também é relatada em outro estudo (CONDESSA, 2020).

Categoria 3 - Sentido de inclusão.

Nessa categoria, a inclusão, é entendida pelos entrevistados como o processo pelo qual a sociedade se organiza para incluir em seus sistemas, sociais e de saúde, todas as pessoas para efetivar a equiparação de oportunidades de acesso aos bens e serviços.

O histórico de exclusão para com as pessoas com deficiência reflete-se na sentida necessidade de inclusão em todos os campos de atenção que os indivíduos considerados diferentes carregam consigo. A certeza está marcada pelo preconceito e caracterizada por falta de acesso a serviços como os de prevenção, saúde e educação (DINIZ, 2007).

No que tange à pessoa com deficiência, foi observado nessa categoria que a atenção integral à sua saúde pressupõe, além de assistência a doenças, uma ajuda específica à sua condição, ou seja, pressupõe serviços estritamente ligados à sua necessidade. Isto é, implica ter presente o princípio de igualdade para todos, atendendo às necessidades da população em sua totalidade.

Nesse sentido, a inclusão social, das pessoas com deficiências, significa possibilitar-lhes as mesmas condições de vida dos demais, respeitando as suas necessidades próprias, o acesso aos serviços públicos, aos bens culturais e aos produtos decorrentes do avanço social, político, econômico e tecnológico da sociedade (DIAS, 2017).

Foi observado, através dos discursos abaixo, que as relações sociais e de saúde entre pessoas com deficiência e os profissionais entrevistados têm complexas variáveis, principalmente, no quesito conhecimento de fluxos e rede de atendimento à PCD. A Política Nacional de Saúde da Pessoa com Deficiência coloca como principal objetivo a reabilitação dela na sua capacidade funcional e de desempenho humano. De modo a contribuir para a sua inclusão social, bem como, prevenir os agravos que determinem o aparecimento de deficiências (BRASIL, 2012).

[...]“A gente ainda tá saindo da escuridão em relação a alguns tipos de deficiência, né, a gente nota que tá conhecendo, né, e assim... não se aplicava algumas situações, deixa eu ver... um exemplo seria o autismo, né, a gente nunca tratou como deveria ser tratado, é... eu vejo como uma (melhoria), se expandindo, mas como um todo, é... é muito... muito preocupante ainda porque a gente ainda não consegue fazer essa integralidade das necessidades do sujeito, da pessoa com deficiência, então o sujeito ainda fica muito desassistido” (CATINGUEIRA).

“[...] Não, não direcionado à pessoa com deficiência, não. Eu acho que existe a questão do acolhimento, né, a gente tá fechando inclusive o protocolo de assistência, mas existe o direcionamento do acolhimento para todos, para toda a comunidade e existe as orientações” (CARNAÚBA).

“[...] Não. Não existe esse serviço direcionado, não... de registro, prontuário e estatística onde a gente fica acompanhando isso, não” (CACTO).

“[...] A gente faz um levantamento, em cima disso vem o perfil epidemiológico pra gente fazer um estudo em relação ao que a gente tem, não só da pessoa com deficiência como todos” (FLOR DE ANGICO).

“[...] Existe o fluxo de atendimento para com esses serviços, né, é... muitos pacientes desses tem uma contra referência, quando ele é referenciado para um centro auditivo, por exemplo, depois que ele termina todo protocolo ele retoma as atividades dele normal na atenção primária” (BROMÉLIA).

As perspectivas de inclusão vêm sendo construídas como uma das soluções mais humanas e eficazes para as pessoas com deficiência. A inclusão social traduz uma ideia de normatização da vida para esses seres humanos. Compreendendo os “direitos da pessoa com deficiência”, no Brasil, é preciso, antes de qualquer coisa, que os olhemos como uma questão de cidadania e de direitos humanos (CONDESSA, 2021).

Partindo dessa premissa, assume-se o pressuposto de que, quanto maior a convivência e o manejo na assistência à PCD, maior é o conhecimento sobre os processos inclusivos. E de que, por meio do relacionamento entre os indivíduos diferentes entre si, previsto na sociedade inclusiva, é que se constrói e se fortalece a cidadania (BRASIL, 2017). Os discursos abaixo corroboram com essa afirmativa:

[...]“Eu sou médico do trabalho, então, devido ao programa do governo que tem, as empresas tem uma porcentagem de funcionários que tem que ter deficiência física, né, então eu atendo mais... tem mais procura desse lado

pra poder avaliar, pra poder ir introduzindo essas pessoas pra o ambiente laboral, dependendo da deficiência que eles tenham, para poder ver qual trabalho eles podem desempenhar e as limitações deles” (CAROÁ).

“[...] Eu tive uma certa, como é que se diz... um interesse mais nesse tipo de paciente, né, de incluí-los, e desde que trabalho na medicina ocupacional, de três anos atrás já, eu tenho um maior contato agora... desde que eu trabalho nas unidades básicas, sempre eu atendi, mas prioridades especialmente nesse tipo de paciente eu sempre tive. Já tem quanto tempo aqui, desde 2010, tem 12 anos” (CAROÁ).

Essa fragilidade pode se dar pela ausência ou inadequações de capacitações dos profissionais e pela falta de discussão, principalmente, sobre a promoção da saúde da pessoa com deficiência. Nesse contexto, quando a inclusão de pessoas com deficiência é incorporada como um valor para as organizações, as medidas de acessibilidade devem estar presentes desde a concepção até a avaliação de ambientes, produtos e serviços (BRASIL, 2015).

A análise da categoria inclusão demonstrou o desejo de igualdade e independência. No sentido de melhorar o acesso aos serviços sem discriminação, ou exclusão, no lidar com as pessoas com deficiência, no que tange aos serviços de saúde, para obter uma melhor resolutividade dos problemas e resultando em melhoria de qualidade de vida.

Categoria 4 - Qualificação profissional para atendimento dos PCDs.

Os participantes do estudo, em sua maioria, relataram ter pouco conhecimento sobre o cuidado na rede de atenção às pessoas com deficiência, em cenários rurais, e relacionaram isso à falta de capacitação.

A falta de capacitação e preparo dos sujeitos entrevistados para atuar junto às pessoas com deficiência também foi evidenciada nesta pesquisa. Isso reforça a importância de educação permanente para esses profissionais, a fim de que, tenham subsídios para identificar e atendê-las, em cenários rurais, contemplando suas necessidades.

Esse estudo também revela a falta de apoio de outros profissionais e gestores, dentro de sua área de abrangência, para prestar serviço a pessoas com deficiência. Tal fato indica que os especialistas sentem a necessidade de atuar de modo intersetorial para atender às demandas dessa população.

Todos os profissionais afirmaram ter alguma dificuldade ou dúvida sobre o atendimento à PCD. E apenas um avaliou o próprio serviço como bom ou adequado. Sendo que o conhecimento dele a respeito das políticas de saúde voltadas para a pessoa com deficiência se deu por iniciativa própria e interesses particulares, pois o mesmo é proprietário de uma clínica de medicina ocupacional, a qual presta serviço, e realiza assistência, no âmbito privado, a PCD diariamente. Essa informação, por conseguinte, pode gerar um viés na pesquisa, levando o pesquisador a inferir que o conhecimento do referido experto, denominado neste trabalho, como “Caroá”, se deu por meios próprios e para fins lucrativos.

Esses achados indicam a necessidade de uma formação profissional continuada e específica sobre o tema em questão. Corroboram essa proposição as sugestões dos participantes ao final da entrevista:

“[...] Educação continuada. A gente o tempo todo é abordado de forma nova, então a gente tem que tá continuamente trabalhando isso. Se eu vinha trabalhar com uma pessoa hoje, deficiente auditivo... eu não tenho capacidade de retornar, assim... porque eu já fiz, mas não tenho habilidade de ter continuado esse trabalho, né... vou precisar de um intérprete, mas... não que todo mundo devesse, talvez se todo mundo tivesse essa habilidade...” (CATINGUEIRA).

“[...] Pra mim a educação tá no primeiro passo pra qualquer coisa, então, se ele tiver acesso à educação, ele vai continuar buscando, vai atrás, tipo, do direito... do Estatuto da Pessoa com Deficiência, e aí quando ele for negado a algum acesso, a qualquer serviço, ele vai bater em cima e aí ele vai subindo mais e mais, porque às vezes você, tipo, vai no equipamento e a pessoa “não, não atendo a pessoa com deficiência” e aí ele volta e não vai mais atrás, ele simplesmente ignora e não é assim pra ser feito”. (ROSA DO DESERTO).

“[...] Que é a gente ir atrás desse público... assim, com muito mais tempo, e estudar sobre o tema pra poder informar eles, tipo, do básico, porque a gente não consegue ir a fundo, porque o tempo não dá, mas do básico pra que eles comecem buscando acima disso. Eu

acredito que isso seria um dos pilares, porque, tipo, não adianta a gente dizer que a gente tá garantindo o direito, que é dele por direito ter acesso à saúde e educação e tererê e tarará... Uma coisa é a gente falar, outra coisa é a gente mostrar e informar o que aquilo garante pra ele” (ROSA DO DESERTO).

De modo semelhante, verificou-se que não havia diferença na relação/atendimento da PCD, pelo tipo de deficiência. No entanto, o cuidado dela no SUS, pautado na equidade, trata diferenças e especificidades de maneira singular (CAMPOS; SOUZA; MENDES, 2015).

Assim, para o serviço de saúde equânime, torna-se fundamental reconhecer as diferenças no coletivo e enfrentar os preconceitos e estigmas que ainda atingem essa população. Os profissionais relataram o uso de estratégia(s), como gestos ou mímicas, escrita, leitura labial e fala pausada para comunicação com a PCD no momento do atendimento.

Contudo, estratégias de comunicação (escrita, leitura labial e a presença do acompanhante) usadas pelos profissionais de saúde podem ser ineficientes, além de não estimularem a participação ativa dos pacientes. Ademais, com pacientes surdos, por exemplo, o atendimento realizado por profissionais que saibam Libras, ou em locais que oferecem intérprete, mantém a sua privacidade e independência (FURTADO, 2022).

Em consonância, uma pesquisa sobre dificuldades no atendimento da pessoa surda por profissionais da saúde de ESF ressaltou que a dificuldade de comunicação constitui uma barreira para a promoção de saúde (LAMONIER, 2022).

Considerações finais

No avançar das atividades, desta pesquisa, produziu-se dados que possibilitaram tecer reflexões sobre a temática da Política Nacional de Saúde das Pessoas com Deficiência, pensando tanto a rede de cuidados quanto a avaliação de sua aplicabilidade no contexto rural, corroborando os dados identificados na literatura pesquisada.

Identificou-se que o desenho da Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência deve ser repactuado, a fim de enfrentar as barreiras de acesso à saúde. Constatou-se, na investigação em questão, que as concepções de ruralidade e do modelo social da deficiência, que emergiram do debate crítico ao modelo hegemônico, fundamentaram as Políticas de Saúde para tanto população do campo quanto PCDs.

Foi observada a existência de vulnerabilidades no atendimento relacionado à assistência das pessoas com deficiência, sobretudo nas residentes da zona rural. Contribuindo para isso, tem-se a ausência de políticas públicas direcionadas às especificidades desse público: seja na dimensão individual (pela ausência de informações por parte dos profissionais e gestores da rede para essas pessoas e suas dificuldades de aplicá-las); seja na dimensão social (pela dificuldade de adentrarem, social e politicamente, para alcançar livre expressão, representatividade, proteção e exercício de cidadania).

No campo da saúde da pessoa com deficiência, é na relação do sujeito com seu meio sociocultural que se constata a existência das grandes barreiras a serem enfrentadas. Reitera-se a importância do papel da atenção primária no cuidado integral à higidez dessas pessoas. No entanto, esse ainda constitui um desafio, exigindo reflexão sobre as práticas atuais e sobre as possibilidades de construções futuras.

Percebeu-se que o panorama de desassistência existente antes da criação do SUS se mantém. O acesso aos serviços continua difícil e os relatos de experiências negativas com os programas e recursos existentes no sistema público são constantes.

As limitações encontradas na pesquisa foram: a impossibilidade de participação da entrevista, por conta da pandemia; vergonha ou medo por parte dos profissionais em falar sobre a temática; o não conhecimento acerca da ideia pesquisada e o receio de diagnóstico com identificação de fragilidades por parte dos gestores de saúde e acessibilidade.

É de fundamental importância a articulação, intra e intersetorial, incluindo os movimentos sociais, organizações não governamentais, instituições afins e a transversalização para o desenvolvimento das ações da Política de Saúde para a pessoa com deficiência. Incluindo o fomento e a promoção da negociação para a formação e capacitação de recursos humanos. Assim como, pesquisas relacionadas à atenção à saúde da PCD.

Assim, foi possível responder à pergunta da pesquisa: Quais dificuldades e conquistas na implementação da PNSPD e ao acesso aos serviços de saúde, das pessoas com deficiência, residentes, no contexto rural, do Projeto Senador Nilo Coelho, Núcleo 07 (PSNC-N7), são reveladas a partir da ótica do(a)s profissionais e gestores de saúde no processo de efetivação?

Em relação ao sentido de inclusão expresso nas diretrizes políticas, o estudo permitiu compreender que esse é intrínseco a todas as áreas referentes à pessoa com deficiência. E que as categorias analisadas promovem esse processo, como precursor de qualidade de vida e como princípio essencial da estrutura política direcionadas para o público estudado.

Por fim, esta orientação vai de encontro com a visão dos sujeitos entrevistados ao considerarem que as políticas de inclusão garantem o acesso da pessoa com deficiência aos direitos dos demais indivíduos da sociedade.

Referências

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2010.

BARBOZA, N. A. S., Rêgo, T. D. de M., & Barros, T. de M. R. R. P. (2020). **A história do SUS no Brasil e a política de saúde / SUS history in Brazil and health policy**. Brazilian Journal of Development, 6(11), 84966–84985. <https://doi.org/10.34117/bjdv6n11-057>.

BASTOS DA SILVA, E., Bigolin Jantsch, L., Cocco da Costa, M., & Do Carmo Jahn, A. (2022). **Características sociodemográficas, de trabalho e saúde de homens e mulheres deficientes residentes em contexto rural/ Sociodemographic characteristics of work and health of disabled men and women living in a rural setting**. Ciência, Cuidado E Saúde, 21. <https://doi.org/10.4025/ciencuidsaude.v21i0.59527>

BATISTA, M.; DOMINGOS, A.; VIEIRA, B. **Políticas públicas: modelos clássicos e 40 anos de produção no Brasil**. BIB - Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais, [S. l.], n. 94, 2021. Disponível em: <https://bibanpocs.emnuvens.com.br/revista/article/view/179>. Acesso em: 20 fev. 2023.

BRAGA, Claudomilson Fernandes; CIRINO, José Antônio Ferreira (orgs.). **Representações sociais e comunicação: diálogos em construção**. Goiânia: UFG/FIC/PPGCOM, 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Departamento de Saúde da Família. (2020) **Carteira de serviços da Atenção Primária à Saúde (CaSAPS) Ministério da Saúde Brasil**. http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/documentos/casaps_versao_profissionais_saude_gestores_completa.pdf.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. (2015). Lei nº 13.146, de 6 de Julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Casa Civil. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/13146.html

BRASIL. Ministério da Saúde. **Secretaria de Atenção à Saúde. Política Nacional de Saúde da Pessoa Portadora de Deficiência [Internet]**. Brasília: Ministério da Saúde; 2008 [cited 2019 Jan 23]. 72p. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_pessoa_deficiencia.pdf

BRASIL. Ministério da Saúde. **Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009 [Internet]**. Brasília: Ministério da Saúde; 2009 [cited 2019 Jan 23]. 72p. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm.

BRASIL. **Portaria GM/MS nº 2.488 de 21 de outubro de 2011**. Aprova a Política Nacional

de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica, para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS). Diário Oficial da União, 24 Out 2012a.

BRASIL. **Portaria MS/GM nº 793, de 24 de abril de 2012.** Institui a Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência. Diário Oficial da União, 25 Abril 2012b.

CAMPOS, M.F., SOUZA, L.A.P., MENDES, V.L.F. **A rede de cuidados do Sistema Único de Saúde à saúde das pessoas com deficiência.** Interface. 2015;19(52):207- 10.

CARVALHO, M. E. L. de, Bezerra de Lima, T. N., Martins de Souza, J. L., Lago Falcão, T. M., Menezes Taurino, I. J., Terenci, A. P., Alves Ferreira, I. L., Lucio Fernandes, D., DE LUCENA, M. S., Cabral, J. de L., Dos Santos, F. B., & Ferreira, D. R. A. (2020). **A acessibilidade nos serviços de saúde sob a perspectiva da pessoa com deficiência, Recife - PE.** Revista Eletrônica Acervo Saúde, 12(1), e1767. <https://doi.org/10.25248/reas.e1767.2020>

CELLA, D.; QUEDA, O.; FERRANTE, V. L. S. B. **A definição do espaço rural como local para o desenvolvimento territorial.** Retratos de Assentamentos, [S. l.], v. 22, n. 1, p. 69-91, 2019. DOI: 10.25059/2527-2594/retratosdeassentamentos/2019.v22i1.333. Disponível em: <https://retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos/article/view/333>. Acesso em: 7 ago. 2022.

CONDESSA, A. M., Giordani, J. M. do A., Neves, M., Hugo, F. N., & Hilgert, J. B. (2020). **Barreiras e facilitadores à comunicação no atendimento de pessoas com deficiência sensorial na atenção primária à saúde: estudo multinível.** Revista Brasileira de Epidemiologia, 23. <https://doi.org/10.1590/1980-549720200074>

CORRÊA, Giovana Camila Garcia; CAMPOS, Cristina Pires. **Pesquisa-ação: Uma abordagem prática de pesquisa qualitativa.** IN: Ensaios Pedagógicos; vol. 2, n. 1, pp. 62-72, Jan/Abril 2018;

DALTRO, M. R., & Faria, A. A. de. (2019). **Relato de experiência: Uma narrativa científica na pós-modernidade.** Estudos E Pesquisas Em Psicologia, 19(1), 223-237. <https://doi.org/10.12957/epp.2019.43015>

DA SILVA, N. R. N., De Macêdo, A. C., De Melo, G. C., Duprat, I. P., Sobrinha, E. dos S., Da Silva, A. L. de O. B., Gomes, T. L. dos S., Carnáuba, M. C. S., & Rocha, A. P. P. (2021). **Atuação do enfermeiro na reabilitação da saúde da pessoa com deficiência.** Revista Eletrônica Acervo Saúde, 13(2), e5888. <https://doi.org/10.25248/reas.e5888.2021>

DE ARAÚJO, L. M., De Araújo Aragão, A. E., De Azevedo Ponte, K. M., & Aguiar Vasconcelos, L. C. (2018). **Pessoas com deficiências e tipos de barreiras de acessibilidade aos serviços de saúde - revisão integrativa / Disabled people and types of barriers to the accessibility of health services - integrative review.** Revista de Pesquisa Cuidado é Fundamental Online, 10(2), 549-557. <https://doi.org/10.9789/2175-5361.2018.v10i2.549-557>

DIAS, G. L. et al. **Representações sociais sobre saúde e meio ambiente de equipes da estratégia saúde da família.** 2017.

DINIZ, Débora. **O que é deficiência.** São Paulo: Editora Brasiliense, 2007. 89 p.

FERREIRA, N. L. M., & Brayner, I. C. dos S. (2021). **O acesso da comunidade surda aos serviços de saúde: mãos que falam.** Temas em Educação e Saúde, e021016. <https://doi.org/10.26673/tes.v17i00.15169>.

FREIRES DA SILVA, F., Martins Da Silva, M., Santos, L., Oliveira, S., Andrade Abdala, S., Dyrce, G., & Meira, D. (n.d.). **Integralidade na atenção primária à saúde.** Retrieved May 5, 2022, from <https://www.redalyc.org/journal/4979/497955551016/497955551016.pdf>.

FURTADO, Y., Aleksandro Silva Coura, Xavier, Rafaella Queiroga Souto, Mayara Araújo Rocha, & Silva. (2022). **Acessibilidade da pessoa com deficiência física às unidades básicas de saúde.** Cogitare Enfermagem, 27(0). <https://revistas.ufpr.br/cogitare/article/view/75651/pdf>.

FRANCISCO, V.; RAVESLOOT, C. **Overview of Rural Health.** Independent Living and Community Participation, 2012. 40. Disponível em: http://scholarworks.umt.edu/ruralinst_independent_living_community_participation/40

IEZZONI, L.I.; KILLEEN, M.B.; O'DAY, B.L. **Rural residents with disabilities confront substantial barriers to obtaining primary care.** Health Serv. Res., Chicago, n. 4, v. 4, p. 1258-75, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Nota técnica 01/2018: Releitura dos dados de pessoas com deficiência no Censo Demográfico 2010 à luz das recomendações do Grupo de Washington** [Internet]. Brasília (DF); IBGE; 2018.

LAMONIER, E.L.; LIMA, R.R. **Perspectivas de futuro profissional das pessoas com eficiência e com outras necessidades educacionais específicas: Um estudo de representações sociais.** Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, Araraquara, v. 17, n. 1, p. 0382-0398, jan./mar. 2022. e-ISSN: 1982-5587. DOI: <https://doi.org/10.21723/riaee.v17i1.15539>

LOTTA, Gabriela Spanghero. **A política pública como ela é: contribuições dos estudos sobre implementação para a análise de políticas públicas.** Brasília: Enap Fundação Escola Nacional de Administração Pública, 2010.

LOTTA, Gabriela Spanghero. **Burocracia e implementação de políticas de saúde.** Fiocruz, Rio de Janeiro, 2015. MENDES, E.V. As redes de atenção à saúde. Brasília: Organização Pan- Americana da Saúde, 2011. 549 p.

MINAYO, MCS. **O desafio do conhecimento.** 14 ed. São Paulo: Hucitec; 2014. 406 p.

MOSCOVICI, Serge. **A psicanálise, sua imagem e seu público.** Petrópolis: Vozes, 2012.

MOSCOVICI, Serge. **Por que estudar representações sociais em psicologia.** Vida e saúde, [S.l.], v. 30, n.1, p. 11-30, 2003.

NEILLE, J, PENN, C. **Beyond physical access: a qualitative analysis into the barriers to policy implementation and service provision experienced by persons with disabilities living in a rural context.** Rural Remote Health[Internet]. 2015 [cited 2019 Feb 09];15:3332. Disponível em: [https:// www.rrh.org.au/journal/article/3332](https://www.rrh.org.au/journal/article/3332).

NUNES, Ginete Cavalcante; NASCIMENTO, Maria Cristina Delmondes do; LUZ, Maria Aparecida Carvalho Alencar. **Pesquisa científica: conceitos básicos.** In: Id Online: Revista Multidisciplinar de Psicologia; n. 29, pp. Fev. 2016;

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **World report on disability** [Internet]. Genebra: OMS; 2011 [cited 2019 Jan 7]. 350 p. Disponível em: [ww.who.int/disabilities/world_report/2011/en/](http://www.who.int/disabilities/world_report/2011/en/)

PEREIRA Ramos de Oliveira, J; MARCIA Migueis Berardinelli, L; ARAÚJO Duarte, C; Lucas Ferrari, A; GÓES Maciel Tavares Campelo, I. . **Qualidade de vida e autocuidado de mulheres que vivem com fibromialgia: uma revisão integrativa.** Nursing (São Paulo), [S. l.], v. 22, n. 251, p. 2880–2886, 2019. DOI: 10.36489/nursing.2019v22i251p2880-2886. Disponível em: <https://revistas.mpmcomunicacao.com.br/index.php/revistanursing/article/view/29>. Acesso em: 2 ago. 2022.

URSINE BL, PEREIRA EL, CARNEIRO FF. **The health of people with disability living in rural areas: what do Basic Health Care workers say?** Interface. 2018;22(64):109- 20.

ZENI et al. **Atenção à saúde de pessoas com deficiência em cenário rural sob perspectiva dos agentes comunitários.** Rev Bras Enferm. 2020;73(6):e20190204.

Capítulo 8

A terra do bode:

da alimentação à economia, uma análise das repercussões da caprino-ovinocultura para o município de Uauá-Bahia

Antonio Junior Ribeiro Cardoso

juniorribeirocard@hotmail.com | lattes.cnpq.br/8085546284051125 | orcid.org/0000-0002-2981-4003

René Geraldo Cordeiro da Silva Junior

rene.cordeiro@univasf.edu.br | lattes.cnpq.br/8656930418282981 | orcid.org/0000-0001-8974-2817

Introdução

Entre os ramos do agronegócio, nos últimos anos, a ovino-caprinocultura caracteriza-se pela alta lucratividade e rápido giro financeiro. Segundo Lobo (2011), essa atividade pode ocupar o espaço deixado por outras atividades pecuárias, complementar a produção em pequenas propriedades, utilizar áreas com relevo inadequado para outros ruminantes ou até mesmo ser a atividade principal dentro de um grande empreendimento rural.

A prática da pecuária de pequenos ruminantes (caprinos e ovinos) tornou-se elemento central no modo de vida da comunidade, influenciando suas práticas que refletem, inclusive, na construção de hábitos alimentares peculiares. Dessa forma, é necessário tornar essa cultura mais produtiva do que a média, mesmo em comparação com outras regiões onde as tradições caprinas desempenham um papel central na vida dos criadores.

Percebe-se que a reprodução desses animais é uma de cultura de subsistência da população localizada no semiárido baiano e apenas alguns anos atrás, essa cultura se tornou popular (LOBO, 2011). Em sua grande maioria, a criação de caprinos e ovinos é realizada de forma extensiva, muitas vezes sem cuidado, sem estrutura ou manejo adequado, o que pode exercer influência na qualidade de seus produtos e subprodutos e como eles são encontrados no comércio. Segundo Pessoa et al., (2018), a clandestinidade é expressivamente alta, isso pode fazer com que a carne, leite, vísceras e pele tenham baixa qualidade, mas vale ressaltar que, apesar dessas condições os produtos são comercializados normalmente.

A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) Caprinos e Ovinos convocou um painel de especialistas no dia 02 de julho de 2019 para investigar os custos da produção de caprinos e ovinos no município de Uauá-BA. Participam do programa: pesquisadores, criadores e extensionistas que atuam direta ou indiretamente nos mercados agrícolas da região. Para reunir esse grupo de especialistas, a Embrapa Caprinos e Ovinos contou com o apoio do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar) Bahia e do Município Agrícola de Uauá. A fim de descrever e avaliar os principais aspectos da produção dos criadores, as estimativas dos custos de produção de caprinos e ovinos foram elaboradas com base nas propriedades modais da região, ou seja, aquelas que apresentam características predominantes na área e, portanto, são mais representativas dos sistemas produtivos praticados no local (GUIMARÃES FILHO E SILVA, 2014).

A ovino-caprinocultura vem se consolidando como uma atividade agropecuária muito rentável, tornando-se mais comum devido às condições favoráveis de clima e solo da região. Para isso, é necessário tornar essa cultura mais produtiva do que a média, mesmo em comparação com outras regiões onde as tradições caprina e ovina são elementos culturais e identitários marcantes, refletindo a origem bucólica de sua constituição.

Historicamente marcada pela ruralidade, a economia do município consolidou-se ao longo do tempo, essencialmente baseada na pequena agricultura de subsistência e na agricultura familiar, fortemente organizada nas comunidades de fundo de pasto. Além disso, os serviços e a caprino-ovinocultura desempenham um papel relevante, sendo essa última responsável por uma parcela significativa do Produto Interno Bruto (PIB) municipal, correspondendo a aproximadamente 30% desse total (PROJETO BIOMA CATINGA, SEBRAE, 2011). Esses dados evidenciam a importância da caprino-ovinocultura tanto como atividade econômica, quanto como prática cultural enraizada, influenciando historicamente a dinâmica da comunidade.

Assim, com o intuito de organizar os caprino-ovinocultores, bem como a cadeia produtiva da criação de animais, em 1984, foi fundada a Associação Uauense de Criadores de Caprinos e Ovinos (AUCCO), almejando congregar e catalogar produtores associados, promover o registro de animais, apoiar os interesses coletivos de seus associados e de toda a rede de produção, apoiar a geração de tecnologias necessárias para aumentar a produtividade, rentabilidade e lucratividade dos rebanhos caprinos e ovinos em todas as regiões locais viáveis para a sua exploração. Visando, assim, a diminuição da fome e da pobreza, por intermédio de instrumentos científicos adequados à tecnologia apropriada (BRITO, 2013).

Ainda que os aspectos históricos, culturais e gastronômicos da carne de caprino e ovino e seus derivados sejam preponderantes, existem fatores que interferem na aquisição do alimento (BRITO, 2013). Através desta pesquisa, o extensionista rural poderá conhecer mais detalhadamente os aspectos da composição nutricional da carne dos caprinos e ovinos e como as práticas de manejo interferem na qualidade da produção. Vale ressaltar que é um estudo interdisciplinar e serão disponibilizadas novas informações científicas – abordando as áreas das Ciências Sociais e Economia – para a comunidade acadêmica.

O criador poderá conhecer através dessas práticas, um conjunto de tecnologias aplicadas ao animal que contribuirão na criação dos caprinos e ovinos, tendo em vista as dificuldades que têm de atender ao padrão de qualidade da carne para expansão, conquista de novos mercados, especificação adequada. No entanto, para que essa atividade seja realmente rentável, é imprescindível um bom planejamento e boa gestão da atividade (BRASIL, 2017).

Materiais e métodos

A metodologia utilizada foi um estudo de caso em uma pequena área de uma comunidade da zona rural do município de Uauá-BA, envolvendo criadores de caprinos e ovinos associados à CACHIU. A localização da área de estudo foi determinada por coordenadas geográficas e representada em mapa.

Neste estudo, realizou-se uma revisão integrativa da literatura acerca do desenvolvimento de atividades agropecuárias, em especial, com caprinos e ovinos, e também sobre a alimentação da caprinovinocultura. A pesquisa contou com fontes de informação diversificadas, incluindo bases de dados e repositórios acadêmicos, como: Google acadêmico, Embrapa, Senar, Scielo, IBGE, UFRB. Para a seleção de específicos estudos sobre a área abordada, foram usados os seguintes descritores para filtrar as buscas: Ovinocultura; Pequena Empresa; Planejamento Estratégico; Importância: Ovinocultura Sustentável. O suporte teórico foi fundamentado em livros sobre o tema, possibilitando a construção de uma base sólida, a ampliação do conhecimento e a obtenção de informações essenciais para a pesquisa.

Sendo assim, a pesquisa seguiu procedimentos baseados na pesquisa bibliográfica, o que permitiu o uso de livros, artigos científicos e publicações da internet. Esse método possibilitou ao pesquisador compreender o que já havia sido produzido sobre o tema, servindo como base para a construção de uma abordagem inovadora sobre a temática (GIL, 2002).

O trabalho está estruturado em três eixos principais: o planejamento estratégico e sua importância para pequenas empresas, com base em contribuições de diversos autores; os conceitos de desenvolvimento sustentável, abordando sua implementação nas empresas por meio do plano de negócio verde; e a ovinocultura, com informações relevantes sobre a criação de ovinos e caprinos. Como resultados, destacam-se a importância da alimentação para a economia, a análise das repercussões da caprinovinocultura na alimentação desses animais e os dados coletados no município de Uauá-BA.

A presente pesquisa teve abordagem quantitativa e qualitativa. Os lugares ocupados pela pesquisa qualitativa permitem a busca da subjetividade, que se apresenta como um conjunto de processos, os quais mudam em face do contexto em que se expressa o sujeito concreto (GONZÁLEZ, 2002). Gil (2002, p. 134) afirma ainda que “nas pesquisas qualitativas, o conjunto inicial de categorias em geral é reexaminado e modificado sucessivamente, com vista em obter ideais mais abrangentes e significativos”.

Dessa forma, a combinação das abordagens qualitativa e quantitativa, permitiu uma análise mais ampla da realidade estudada. A utilização con-

junta desses métodos possibilitou captar tanto aspectos subjetivos quanto dados objetivos, assegurando maior profundidade na investigação. Como aponta Minayo (1993), a escolha dessas abordagens deve estar alinhada ao planejamento da pesquisa, garantindo sua adequação ao objeto de estudo.

Para o estudo de caso, houve a aplicação de questionário. Foi utilizado o método de análise econômico-ecológica de agro ecossistemas, produzido pela AS-PTA Agricultura familiar e agroecologia (PETER SEN et al., 2017).

As interpretações dos dados coletados foram fundamentadas na teoria das representações sociais e os dados numéricos foram tabulados com o software Microsoft Excel 2007/2010, cujos resultados serão apresentados em quadros que envolve o uso de materiais empíricos, dentre os quais poderá ser realizadas entrevista e observação, que devem descrever os momentos rotineiros e problemáticos e os significados nas vidas dos indivíduos (DENZIN; LINCOLN, 1998).

O convite para participar da pesquisa, foi feito durante um momento de participação em uma das reuniões que são realizadas pelas associações locais. Após a explicação, os indivíduos que consentiram participar dessa pesquisa, responderam a um questionário, com o intuito de verificar o conhecimento prévio sobre o tema.

Vale ressaltar que, neste estudo foram trabalhados conceitos nos campos da ciência sociais, e biodiversidade, constituindo-se assim como uma pesquisa de caráter interdisciplinar. O conceito de interdisciplinaridade surgiu no século XX e, só a partir da década de 60, começou a ser enfatizado como necessidade de transcender e atravessar o conhecimento fragmentado (TORRES, 1988).

Instrumentos de pesquisa

A coleta de dados foi realizada por meio de um questionário aplicado aos produtores e ao presidente das associações de criadores de caprinos e ovinos. Segundo Gil (2009), a aplicação de questionários é uma técnica de investigação com questões que possuem o propósito de obter informações sobre determinado estudo. Para Parasuraman (1991), reúne um conjunto de questões que buscam gerar os dados, respondendo os objetivos de um projeto, sendo muito relevante na pesquisa científica. O questionário precisa, portanto, ser elaborado para atender aos objetivos do trabalho.

Foi utilizado também um diário de campo, um instrumento que serve ao registro informações, observações e reflexões surgidas no decorrer da investigação ou no momento observado. Trata-se do detalhamento descritivo e pessoal sobre os interlocutores, grupos e ambientes estudados. É

considerado, por suas características, como um instrumento de interpretação-interrogação (LOPES, 1993).

Análise de dados

A análise de conteúdo, conforme a perspectiva de Bardin (2011), consiste em uma técnica metodológica que é aplicável a diferentes discursos e formas de comunicação, independentemente do suporte. Segundo Godoy (1995), essa metodologia permite uma abordagem sistemática e objetiva da informação. A utilização da análise de conteúdo envolve três fases fundamentais: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados, que inclui inferência e interpretação (BARDIN, 2011).

A pré-análise envolve uma leitura “flutuante”, é o contato inicial de organização dos documentos que serão analisados, ou seja, é quando o autor inicia o trabalho selecionando os primeiros documentos para serem analisados, nesse momento, o autor se torna capaz de formular hipóteses e objetivos (BARDIN, 2011).

Na segunda fase, são escolhidas as unidades de codificação, adotando-se os procedimentos de codificação: enumeração, recorte, escolhas de categoria, classificação e agregação. A categorização permite reunir maior número de informações à custa de uma esquematização e, assim, correlacionar classes de acontecimentos para ordená-los. As categorias devem possuir certas qualidades como: exclusão mútua – cada elemento só pode existir em uma categoria; homogeneidade – para definir uma categoria, é preciso haver só uma dimensão na análise (BARDIN, 2011).

A terceira fase do processo de análise do conteúdo é denominada tratamento dos resultados – a inferência e interpretação. Com base no conteúdo coletado, o pesquisador deverá torná-lo válido e significativo. Durante a interpretação dos dados, é preciso atentar-se aos marcos teóricos que sejam pertinentes ao estudo, pois eles são fundamentais e trazem também embasamento teórico e científico. A relação entre os dados obtidos e a fundamentação teórica é de grande relevância para o resultado final da pesquisa (CÂMARA, 2013).

Resultados e discussões

Apresentam-se aqui as respostas analisadas nesta pesquisa, com o objetivo de avaliar o sistema de produção, a gestão, o uso de técnicas alternativas, o manejo animal e as práticas adotadas nas propriedades rurais

produtoras de caprinos e ovinos. A partir dessa análise, busca-se promover atividades relevantes para a região, além de oferecer orientações sobre possíveis ações que possam contribuir para o desenvolvimento nutricional e econômico da caprinovinocultura no município de Uauá – BA.

As três primeiras questões buscaram conhecer um pouco sobre o perfil dos pesquisados: sexo, idade e em qual comunidade o entrevistado reside na região. Foram aplicados 10 questionários, com 9 voluntários do sexo masculino e 1 voluntário do sexo feminino. A faixa etária dos entrevistados varia entre 25 e 60 anos. Quanto às localidades pesquisadas foram 5 da Comunidade de São Paulinho, 4 na Comunidade do Arraial e 1 da Comunidade Mandacaru.

Observa-se que o protagonismo feminino cresce com o empreendedorismo rural, segundo dados do Serviço Nacional de Aprendizado Rural, os números de mulheres inseridas em formação profissional, formação técnica e assistência técnica e gerencial seguem uma trajetória de crescimento (SENAR, 2022). Contudo, no presente estudo não foi possível reconhecer essa expressiva participação feminina.

Mais um exemplo disso é a participação de mulheres na Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) Jovem, programa que desenvolve novas lideranças. Os dados da CNA mostram que, em 2014, 32,3% dos participantes eram mulheres, número que aumentou para 63,7% em 2021.

Observa-se também que as mulheres estão inseridas diretamente no de manuseio dos derivados da caprinovinocultura. A lida diária está mais associada ao homem do campo, quanto ao pastoril e criatório, enquanto a figura feminina cuida em transformar produtos originários de caprinos e ovinos, tais como: queijo, sarapatel, buchada, tapetes feitos com a pele do caprino entre outras vastas possibilidades de manuseios da pele em curtumes (local onde é feito o tratamento químico de couro cru ou da pele animal para convertê-la em couro)(SENAR, 2022).

Foi questionado aos criadores quais dos caprinos e ovinos eles criavam nas comunidades, 4 criam Cabra nativa, 4 mestiças, 1 da raça Anglo-Nubiana e 1 da raça Santa Inês.

Corroborando os dados obtidos, Silva e Mello (1996) destacam que as cabras mestiças e nativas criadas no semiárido nordestino apresentam prolificidade semelhante às raças nativas da região. Em Uauá, essas cabras demonstram melhor adaptação em comparação com outras raças. O cruzamento entre animais nativos e exóticos, envolvendo uma ou mais raças, possibilita a exploração da heterose, resultando em maior número de crias e permitindo, consequentemente, maior pressão de seleção sobre as fêmeas (PEREIRA, 1996).

O Santa Inês é uma raça nordestina oriunda da Bahia de grande porte

e prolífera, bem adaptada aos climas quentes e com grande potencial para carne e pele (OLIVEIRA et al., 2004). Essa raça (FIGURA 1) pode ser encontrada em todo o Nordeste e em alguns estados do sudoeste do Brasil (PAIVA et al., 2003). Esses animais provavelmente são descendentes do cruzamento da raça Bergamácia (lanada) com a Morada Nova (deslanada) e animais crioulos do Nordeste (MCMANUS; MIRANDA, 1997). Apresenta grande capacidade de adaptação, rusticidade e eficiência reprodutiva, baixa susceptibilidade a endo e a ectoparasitos (DANTAS, 2006; MADRUGA et al., 2005).

Figura 1 - Visão do caprino da raça Santa Inês.



Fonte: <<http://www.beabisa.com.br/raca?id=5&titulo=Santa%20In%C3%AAs>>.

Na introdução de raças exóticas no Brasil, a raça Anglo-nubiana foi estabelecida com o propósito de originar rebanhos de dupla aptidão, raça produtora de leite e carne, além de apresentar elevada rusticidade se comparada às demais raças exóticas (MALHADO et al., 2008). Suas maiores produções de leite ocorrem entre os animais com idade de dois a quatro anos (MEDEIROS et al., 2013). Atualmente, a raça Anglo-Nubiana é o grupo genético caprino controlado mais difundido no Nordeste do Brasil (MALHADO et al., 2008).

Figura 2 - Visão do caprino da raça Anglo-Nubiana.



Fonte: <<https://www.cpt.com.br/cursos-cabras/artigos/caprinos-da-raca-anglo-nubiana-sao-excelentes-na-producao-de-leite-e-carne>>.

Quando perguntados sobre a comercialização dos caprinos e ovinos e para quais municípios eram vendidos. Todos responderam que os vendem, deles, nove criadores vendem apenas no município de Uauá e apenas um criador vende para a cidade de São Paulo.

A procura pelas carnes e pelos derivados de caprinos e ovinos é influenciada por diversos fatores sociais, levando em consideração tanto o poder aquisitivo da família quanto também a cultura e acessibilidade dos produtos.

“O consumo de carnes é bastante influenciado por fatores sociais, culturais e econômicos. Ao longo dos anos, o que se tem observado é que a demanda pelos diversos tipos de carnes tem sido mais fortemente influenciada, principalmente pelos preços relativos e pela renda dos consumidores. No entanto, pesquisas recentes têm mostrado que, o poder dos preços e dos rendimentos para explicar alterações na demanda por carne, é, hoje, consideravelmente menor do que há algumas décadas” (EMBRAPA, 2018, p. 6).

Quanto à orientação técnica, todos os criadores responderam que não têm nenhum suporte ou orientação técnica. É perceptível a falta de incentivo do poder público quanto à qualificação e suporte técnico aos criadores de caprinos e ovinos.

Há alguns indícios dos ganhos sobre a renda dos agricultores que têm acesso à orientação técnica. Segundo Milhomem et al., (2018), os agricultores familiares que não recebem orientação técnica possuem renda média de

R\$ 700, um valor bem inferior aos R\$ 2.139 auferidos por aqueles que recebem orientação frequente e permanente.

Ao serem questionados se a carne de caprinos e ovinos faz parte da alimentação, todos responderam que consomem a carne. Sobre a frequência com a qual era consumida, 7 produtores responderam que sempre consomem e 3 responderam que quase sempre. Percebe-se que o consumo de carne de caprino faz parte de forma expressiva da alimentação dos produtores, trazendo conseqüentemente, todos os benefícios que o alimento pode proporcionar.

Em relação às principais dificuldades encontradas para a criação de caprinos e ovinos, 6 produtores falaram que a seca é a maior dificuldade encontrada e 4 afirmaram que a falta de pasto é a maior dificuldade. Outro ponto que se destaca é o uso da vegetação local como base alimentar. Devido à escassez hídrica que afeta essa região, a produção agrícola é pequena, isso faz com que, nessas áreas, a produção de caprinos tenha destaque, já que esse animal tem menores exigências nutricionais e necessidade de água quando comparados aos bovinos, entretanto, essa exigência não é tão reduzida, Almeida (2006, p. 70) diz que:

O consumo de água pelo animal é ainda maior quando são considerados os volumes de água presentes nos alimentos consumidos e a quantidade de água utilizada na produção desses alimentos, o que demonstra que o volume hídrico demandado para a criação de caprinos e ovinos no Semiárido brasileiro é elevado e merece atenção especial, a fim de se disponibilizar alternativas que visem aumentar a captação e eficiência de uso da água, com reflexos positivos nos sistemas de produção regionais (ALMEIDA, 2006, p. 70).

Vale salientar que a criação de caprinos e ovinos nessas áreas mais secas é um componente da renda familiar para diversas famílias que enfrentam vulnerabilidade social, promovendo um sistema com predominância da criação extensiva e a presença de rebanhos numerosos (ALMEIDA, 2006). No manejo alimentar dos caprinos e ovinos, os principais alimentos utilizados para a nutrição são a pastagem, sila, palma, leite, milho. Foram citados alguns cuidados especiais que são feitos nos caprinos e ovinos para torná-los mais produtivos. Todos os criadores falaram que a vacinação é muito importante, além do “zelo na alimentação”, como também foi relatado o uso do sal vitaminado.

Para que o animal seja saudável, é necessário que os minerais estejam presentes na sua alimentação, isso é indispensável para se ter um desenvolvimento satisfatório na flora animal e no metabolismo geral do animal.

Quando se pensa em minerais, deve-se lembrar que há muitos elementos nesse grupo, e dessa forma, ocorrem interações entre eles. A maioria dessas interações não tem grande efeito prático, mas algumas devem ser conhecidas. Pode-se ter sinergismo, quando os elementos juntos têm sua absorção no trato digestório do animal aumentada com função metabólica na mesma célula ou no mesmo órgão, ou antagonismo, quando há efeito contrário de um elemento sobre o outro (MORAES, 2001).

Algo que também deve ser mencionado é a biodisponibilidade. Para isso, é fundamental conhecer a quantidade de minerais necessária para o metabolismo do animal, considerando sua deposição nos tecidos, as secreções e as perdas endógenas. Além disso, é essencial avaliar a absorção desses nutrientes no organismo. De nada adianta calcular e fornecer a quantidade exigida sem conhecer o coeficiente de absorção de cada elemento (MONTEIRO, 2008).

A biodisponibilidade é influenciada pelo consumo, a forma química do mineral, as interações entre os elementos, a digestibilidade total dos ingredientes da dieta, o tamanho de partículas dos alimentos e a forma como que é fornecida a mistura mineral, o estado fisiológico dos animais, a qualidade da água que o animal ingere, entre outros fatores (MILES; HENRY Apud MONTEIRO, 2008). O consumo diário ideal de minerais para os caprinos adultos varia de acordo com o peso e a função produtiva do animal, tendo uma necessidade de 10 a 15 g, em média, de mistura mineral.

De acordo com Moraes Neto et al., (2003), a caprinovinocultura representa uma significativa fonte de trabalho e renda para as famílias, visto que envolve a produção de alimentos de alto valor biológico (leite, carne e vísceras), assim, pode-se ressaltar que, além das carnes e dos derivados, a pele geralmente pode ser comercializada, caso esteja com boa conservação. Dessa forma, quanto à renda advinda da comercialização dos animais, procurou-se saber se é suficiente para o sustento familiar. Todos responderam que não é suficiente.

Ao questionar se era produzido algum derivado do leite dos caprinos e ovinos, todos os 10 responderam que não é produzido. Observa-se nesse questionamento que os criadores não são incentivados a produzir derivados para comercialização. Mesmo sendo considerados alimentos tradicionais da região, a comercialização desses produtos ainda é muito escassa.

Segundo Guiné et al., (2015) o leite de caprino e ovino e os seus derivados são muito importantes, tanto do ponto de vista nutricional – por se tratar

de alimentos ricos em proteína, vitaminas e minerais –, quanto do ponto de vista econômico – pois a comercialização desses produtos lácteos contribui para o fortalecimento da economia local. Esse tipo de leite também pode ser destinado a consumidores específicos, ou seja, aqueles que apresentam intolerância ou alergia, especialmente ao leite de vaca, devido à sua composição, que permite uma absorção mais rápida (ROHENKOL et al., 2011).

O leite caprino tem ganhado destaque por apresentar particularidades, como glóbulos de gordura menores e a ausência de substância aglutinante, o que facilita sua digestão no organismo humano. Além de possuir uma menor concentração de caseína (20%) que minimiza a probabilidade de ocasionar reações alérgicas em humanos, tornando, portanto, o leite de cabra um alimento indicado por médicos para crianças, idosos e indivíduos alérgicos ao leite de vaca (MADUREIRA et al., 2017).

Entretanto, a carne tem sido o produto mais explorado. Todavia, Andrade (2017) relatou que o consumo de carne ovina ainda é baixo devido à falta de hábito no preparo de cortes apropriados para o dia a dia, diferentemente de outras carnes. O maior consumo desse tipo de carne tende a ocorrer em ocasiões especiais, como datas festivas. A mesma autora ainda afirma que as estatísticas oficiais de comercialização são imprecisas, devido aos abates e vendas de fundo de quintal, que não são contabilizados.

A falta de políticas públicas hídricas adequadas impacta diretamente o desenvolvimento da caprinovinocultura local. Segundo Buriti e Barbosa (2019), a análise histórica das políticas públicas de gestão das águas no semiárido evidencia que não é possível mitigar os efeitos sociais e ambientais da seca apenas por meio da ciência e tecnologia. Nesse sentido, além dos incentivos para o desenvolvimento e produção na caprinovinocultura, investimentos em infraestrutura hídrica representam a principal preocupação dos criadores. Isso demonstra que a escassez de água afeta diretamente a manutenção e o crescimento das atividades dos produtores rurais, especialmente da agricultura familiar.

Na cadeia de criação de caprinos e ovinos, há diversos produtos passíveis de comercialização. Entretanto, embora o leite de cabra seja considerado superior ao leite de vaca devido ao seu teor de colesterol 20% menor e aos benefícios para indivíduos com intolerâncias, a venda desse leite e de seus derivados – como queijo, iogurte, manteiga, sorvete e doces – ainda é pouco explorada na região. Isso ocorre apesar da preferência dos consumidores, que reconhecem os diferenciais do produto.

No Brasil as oportunidades para a comercialização do leite caprino e seus derivados são amplas, principalmente quando há possibilidade de agregar propriedades nutricionais ao produto, devido à demanda progres-

siva por alimentos funcionais e a respectiva valorização desses produtos. Dessa forma, percebe-se que o leite caprino é uma excelente matriz para o desenvolvimento de produtos com alegação funcional, tais como bebidas com baixo teor de gordura, enriquecidas ou aromatizadas, queijos, iogurtes, sorvetes, manteigas e doces (FONTELES et al., 2016).

A última pergunta do questionário procurou saber se há, para os criadores, outras fontes de renda além da criação de caprinos e ovinos. Todos responderam que sim, mas somente 4 citaram o que faziam, sendo 3 servidores públicos e 1 criador de outros tipos de animais. Para esses criadores de caprinos e ovinos, a renda advinda da criação vem como um complemento, não como renda exclusiva.

A criação desses pequenos ruminantes é extremamente importante, tanto do ponto de vista cultural como social e econômico, é uma atividade capaz de proporcionar a geração de novos empregos e auxiliar na subsistência familiar, principalmente em locais áridos e semiáridos (JÚNIOR, 2017). A caprino-ovinocultura, embora permita que os produtores obtenham uma renda que pode auxiliar as famílias, ainda não é suficiente como renda exclusiva, apesar das potencialidades.

Na zona rural, o desemprego é predominante e vem aumentando consideravelmente no país, impulsionado pela crise econômica e pela desordem política. Esse cenário afeta principalmente as populações mais carentes, tornando a agricultura familiar uma importante alternativa de renda. Nesse contexto, Rodrigues et al. (2016) afirmam que a criação de caprinos e ovinos representa uma oportunidade para geração de renda, contribuindo para suprir algumas necessidades básicas das famílias mais vulneráveis. Apesar das potencialidades da caprino-ovinocultura, a atividade ainda não é suficiente como fonte exclusiva de renda para os produtores, embora permita que eles obtenham um complemento financeiro para suas famílias.

Ao realizar a pesquisa na zona rural do município de Uauá-BA, algumas dificuldades foram encontradas, especialmente em relação ao deslocamento entre as residências, devido às estradas extremamente desgastadas. No entanto, todas as famílias foram receptivas e acolhedoras, o que ajudou a mitigar os desafios enfrentados durante a coleta de dados.

Considerações finais

O presente estudo buscou elucidar saberes sobre caprinocultura, bem como os benefícios nutricionais provenientes da carne e dos derivados de caprinos e ovinos. Além disso, evidenciou a prática de manejo utilizada por

criadores, a relevância e o impacto econômico que a criação e comercialização promovem para as famílias e, conseqüentemente, para o desenvolvimento econômico do município de Uauá.

O consumo da carne, buchada, leite, queijo e espinhaço, tanto por moradores quanto por visitantes da cidade, também contribui de forma determinante para o aumento vertiginoso da procura desses alimentos. Esse crescimento estimula as vendas nos restaurantes e demais estabelecimentos comerciais, fortalecendo significativamente a atividade dos pequenos produtores rurais.

Vale ressaltar que ficaram evidentes os benefícios nutricionais oriundos da carne caprina. Considerando que a população possui fácil acesso às carnes e aos derivados, este estudo aponta a viabilidade de estímulo e potencial adesão a hábitos alimentares saudáveis, compostos por todos os nutrientes disponíveis na carne, no leite e no queijo de origem caprina.

O consumo atrelado ao conhecimento sobre os benefícios nutricionais da carne de caprinos e ovinos possibilita expandir outras abordagens no campo científico, colocando as áreas da saúde e da agricultura lado a lado para investigar o valor nutricional dos alimentos supracitados. A valorização de alimentos regionais pode fortalecer a identidade cultural de determinada sociedade e suas origens, destacando a importância do trabalho no campo. Sabe-se que, com a criação de mais rebanhos de caprinos e ovinos, a população terá mais facilidade de acesso à carne e seus derivados.

É necessário organizar a cadeia produtiva de caprinos e ovinos, incentivando o acesso à informação por meio de estratégias de divulgação, como propagandas direcionadas. Dessa maneira, será possível elevar o consumo das carnes, além de agregar valor ao produto e ampliar sua procura no mercado. Essas estratégias podem contribuir para o aumento da oferta e, conseqüentemente, do consumo desse alimento rico em nutrientes. Além disso, a primazia pelo cultivo de um rebanho saudável impacta diretamente a qualidade de vida da comunidade que o consome.

Vale ressaltar que o incentivo aos agricultores, por meio de capacitação profissional e adoção de novas técnicas para a criação dos animais, pode fortalecer e aumentar a quantidade de rebanhos encontrados em Uauá, permitindo a expansão das vendas para outros municípios e estados.

Outro aspecto evidenciado neste estudo é a importância de o profissional de nutrição conhecer as práticas culturais que envolvem os hábitos alimentares de uma comunidade. Compreender esses hábitos pode facilitar a adoção de modos mais saudáveis de se relacionar com os alimentos tradicionalmente consumidos. No caso ora analisado, esta investigação permite

visualizar um vasto campo a ser explorado e aprofundado no âmbito da nutrição, de modo a consolidar o consumo de caprinos não apenas como uma atividade econômica, mas também como uma prática que gera benefícios diretos e indiretos à saúde.

É importante ainda salientar que o reconhecimento de hábitos alimentares saudáveis, utilizando alimentos derivados da carne e do leite de caprinos e ovinos, possui potencial para se converter em estratégias de cuidado à saúde. Isso pode ocorrer por meio da identificação e do respeito à singularidade de uma comunidade ou indivíduo, utilizando essas especificidades para construir intervenções éticas, personalizadas e, principalmente, eficazes. Afinal, promover saúde requer uma compreensão ampla e multifacetada dos indivíduos.

Desse modo, conclui-se este trabalho ressaltando a relevância do acesso à informação e da orientação técnica aos criadores, tanto no que se refere a novas técnicas de manejo quanto à inserção de práticas extensionistas. Essas ações podem qualificar o criador de caprinos e ovinos para expandir tanto a criação quanto a comercialização da carne e dos derivados da caprino-ovinocultura.

Referências

AQUINO, R. S.; LEMOS, C. G.; ALENCAR, C. A.; SILVA, E. G.; LIMA, R. S.; GOMES, J. A. F.; SILVA, A. F. **A realidade da caprinocultura e ovinocultura no seminário brasileiro: um retrato do sertão, Pernambuco.** Publicações em medicina veterinária e zootecnia - PUBVET. v.10, n.4, p.271-281, 2016.

BARDIN, LAURENCE. **Análise de conteúdo.** São Paulo: Revista e actualizada. Edições 70. 2011.

BRASIL. **Ministério da Integração Nacional.** Secretaria de Desenvolvimento Regional. MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL BASES para o Plano Nacional de Desenvolvimento da ROTA DO CORDEIRO. [s.l.: s.n.]. Disponível em: <https://www.bibliotecaagptea.org.br/zootecnia/caprinocultura/livros/ROTA%20DO%20CORDEIRO.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2023.

BRITTO, C. **Exposição de Caprinos e Ovinos de Uauá (BA) atrai criadores e empresas do Norte da Bahia.** Disponível em: <https://www.carlosbritto.com/exposicao-de-caprinos-e-ovinos-de-uaua-ba-atrai-criadores-e-empresas-do-norte-da-bahia/>. Acesso em: 20 jan. 2023.

CÂMARA, Rosana Hoffman. **Análise de conteúdo: da teoria à prática em pesquisas sociais aplicadas às organizações.** Revista Interinstitucional de Psicologia. Brasília-DF. 2013.

DENZIN NK, Lincoln YS (editors). **Handbook of qualitative research.** Thousand Oaks, Sage, 1994.

FONTELES, N. L. O.; SOUSA, R. T.; GONÇALVES, J. L.; BARBOSA, J. S. R.; SANTOS, S. F.; BOMFIM, M. A. D.; **Inclusão de gordura na alimentação de caprinos e seu efeito sobre o perfil lipídico no leite: Revisão.** Publicações em Medicina Veterinária e Zootecnia, v. 10, n. 4, p. 343- 351, 2016.

GIL, ANTÔNIO CARLOS. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999. GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GONZÁLEZ REY, F. **Pesquisa qualitativa em psicologia: caminhos e desafios.** São Paulo: Pioneira. 2002.

GUIMARÃES FILHO, Clovis; SILVA, Pedro Carlos Gama da. **Indicação Geográfica, uma certificação estratégica para produtos de origem animal da agricultura familiar no semiárido.** Revista Econômica NE, Fortaleza, V.45, suplemento especial, out./dez., 2014.

GUINÉ, R. P. F.; CORREIA, P. M. R.; CORREIA, A. C. **Avaliação Comparativa de Queijos Portugueses de Cabra e Ovelha.** Millenium, 49, p. 111-130, 2015.

JÚNIOR, A.C. **Perfil do consumidor de carne caprina e ovina na região metropolitana do Recife.** 2017. 74f. Dissertação de mestrado – Universidade Federal Rural de Pernambuco. Recife, 2017.

JUNIOR, E.V.H; AS, J.L; ARAUJO, G.G.L. **Articulação dos segmentos da cadeia produtiva de caprinos e ovinos – os fluxos alternativos de comercialização.** In: II Simpósio Internacional Sobre Caprinos e Ovinos de Corte. Anais... João Pessoa, PB. 2003, p.83-93.

LOPES, M. J. M. **Les soins: images et réalités – lequotidiensoinantauBrésil.** Paris: Université de Paris VII, 1993. Tese de Doutorado.

LÔBO, R.N.B.; LÔBO, A.M.B.O. **Evolução do melhoramento de caprinos e ovinos no Brasil.** In: ENCONTRO DE GENÉTICA DO NORDESTE, 19; SIMPÓSIO DE GENÉTICA HUMANA E MÉDICA DO NORDESTE, 1; GENÉTICA NA PRAÇA, 2012, Petrolina. Anais [...]. Petrolina: Embrapa Semiárido/ UNIVASF/ SBG, 2012. 1 CD-ROM

MADUREIRA, K. M.; GOMES, V.; ARAÚJO, W. P. **Características físico-químicas e celulares do leite de cabras Saanen, Alpina e Toggenburg.** Revista brasileira de Ciências e Veterinária, v. 24, n. 1, p. 39-43, 2017.

MINAYO, M. C. S. & SANCHES, O. **Quantitative and Qualitative Methods: Opposition or Complementarity?** Cad. Saúde Públ., Rio de Janeiro, 9 (3): 239-262, jul/sep, 1993.

MILHOMEM, J. P. L. et al. **A importância da assistência técnica na agricultura familiar: enfoque no assentamento Maringá, Araguaatins-TO.** Revista Craibeiras de Agroecologia, 2018.

MORAES NETO, O.T.; RODRIGUES, A.; ALBUQUERQUE, A.C.A.; MAYER, S. 2003. **Manual de capacitação de agentes de desenvolvimento rural (ADRs) para a Caprinovinocultura.** SEBRAE/PB. João Pessoa. 2003.

PARASURAMAN, A. **Marketing research, 2^a ed.** New York: Addison-Wesley Publishing Company, 1991.

PESSOA, R. M. S. et al. **A percepção do consumidor de carne ovina e caprina no município de Olho d'Água – PB.** PUBVET. v.12, n.5, a96, p.1-6, Mai, 2018.

PEREIRA, J.C.P. 1996. **Melhoramento genético aplicado à produção animal Belo Horizonte,** MG. 416p.

RODRIGUES, B. R. et al. **Aspectos sanitários e de manejo em criações de caprinos leiteiros produzidos na comunidade de Caroá, Distrito de Rajada, Petrolina-PE.** Revista Brasileira de Agropecuária Sustentável, 6, 2, 2016.

SENAR. **Participação de mulheres no programa CNA Jovem.** Sistema CNA/Senar.

Instituto CNA e Faculdade CNA. Brasília, 2022.

SEBRAE. **Estudo de mercado da Bahia: potencial de consumo de carne, leite e derivados.** João Pessoa: SEBRAE/PB, 2011.

SILVA, F.L.R., MELLO, A.A. **Produção de leite e prolificidade em cabras mestiças no semi-árido.** In: REUNIÃO ANUAL DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ZOOTECNIA, 33, 1996, Fortaleza, CE. Anais..Fortaleza: SBZ, 1996a, p.269-271.

TORRES, Santomé J. **Globalização e interdisciplinaridade: o currículo integrado.** Porto Alegre: Artmed; 1998.

MESQUITA, Fernando Lucas Torres de. **Caprinos e ovinos: vol. 1.** Petrolina: Embrapa Semiárido, 2022. (Cadernos do Semiárido: riquezas & oportunidades, v. 14). Acesso em: 20 jan. 2023.

Capítulo 9

Competências específicas requeridas aos trabalhadores no atendimento à pessoa do campo

Katiane Amorim Coelho

katiane.coelho@univasf.edu.br | lattes.cnpq.br/2930766421702645 | orcid.org/0000-0002-0685-8281

Michelle Christini Araújo Vieira

michelle.christini@gmail.com | lattes.cnpq.br/937284563808563 | orcid.org/0000-0001-7771-5387

Kedma Magalhães Lima

kedma.magalhaes@univasf.edu.br | lattes.cnpq.br/0012631817532047 | orcid.org/0000-0003-1336-6370

Introdução

No Brasil, o Estado Patrimonialista data de 1500 até 1930. Postura típica do Laissez Faire, que significa “deixe fazer”, em que não há regras claras, o Estado é arbitrário, sem ordenamento claro, pois as pessoas aceitam o que sempre foi. Trata-se de um período marcado pela corrupção, nepotismo e coronelismo. A administração era tratada de forma empírica e sem planejamento, inexistindo a aplicação de princípios gerais de Administração.

Em 1930, Getúlio Vargas chega ao poder e inaugura a burocracia no Brasil, realiza então a primeira reforma de Estado, respaldada por diversas reformas estruturais (administrativas). Enquanto modelo de gestão, a burocracia se opõe ao patrimonialismo. Postura interventora, autoritária e centralizadora: ela parte da premissa de que os homens tendem a usurpar o poder. Portanto, a burocracia enfatiza bastante no controle de processos. O Estado passa a ser welfare state (bem-estar social), sendo o principal provedor de bens e serviços que carece a sociedade, dando ênfase na área de previdência, assistência, saúde.

O Estado burocrático ficou incapaz de atender às necessidades da população com qualidade e a administração precisava ser mais eficiente e descentralizada. Surge, então, a 2ª reforma de Estado respaldada por diversas reformas estruturais, denominada gerencialismo.

A premissa do gerencialismo deixa de ser o controle de processo a priori para ser de resultados a posteriori. Passa-se a confiar minimamente nas pessoas, uma confiança reduzida, postura reguladora e promotora do desenvolvimento. Surgem conceitos que são tratados até os dias atuais como delegação de competências; justiça social e equidade; controle de resultados; accountability, entendida como transparência da gestão pública, prestação de contas, capacidade de punir maus gestores, transparência para o controle social e controle do Estado pelo Estado, conforme a Constituição.

Gerencialismo é a ótica da gerência, é tentar transformar a gestão pública com algo parecido com a gestão privada, em que há gerentes conduzindo os negócios para obter altos ganhos em lucratividade, com redução drástica de custo, visando a máxima eficiência. Foi com essa ótica que esse movimento surgiu, fazendo as organizações públicas e a gestão pública se tornarem mais eficientes e efetivas.

Da mesma forma que a Administração Pública no Brasil passou por diversas fases, a Gestão de Pessoas também evoluiu em diversos aspectos.

Na fase contábil, a era caracterizada pela contabilização dos custos relacionados aos empregados, como salários e encargos sociais. Na fase legal, há uma evolução nas regulamentações trabalhistas, visando garantir e dar segurança jurídica às relações de trabalho. Posteriormente, surge a fase tecnicista, que marca a incorporação de abordagens técnicas e científicas da gestão de pessoas. Surgem práticas inovadoras, como seleção com critérios objetivos, avaliação de desempenho e gestão por competências.

A fase administrativa buscou dar ênfase na qualidade de vida dos trabalhadores e na elaboração de políticas internas que promovam o bem-estar e a satisfação no trabalho. Logo depois, a fase estratégica marcou a conexão da gestão de pessoas com a estratégia organizacional. E por fim, surge a fase do conhecimento em que a gestão de pessoas passou a considerar um recurso estratégico o conhecimento organizacional e individual, em que as empresas investem na gestão do conhecimento e aprendizagem contínua (Franco, 2019).

Nessa perspectiva evolutiva da gestão de pessoas emerge a necessidade de aprofundar conhecimento no que diz respeito a competências, tema bastante recente nas organizações públicas que carece de aprimoramento e consolidação.

O Hospital Universitário foi inaugurado em 04 de setembro de 2008, conhecido como Hospital de Urgências e Traumas Doutor Washington Antônio de Barros (HUT), e administrado pela Prefeitura Municipal de Petrolina até 31 de julho de 2013. Posteriormente, foi doado à Universidade Federal do Vale do São Francisco a fim de que essa tivesse campo de prática para os seus estudantes de cursos da área da saúde. A partir de 1º de fevereiro de 2015, o hospital passou a ser denominado Hospital Universitário da Universidade Federal do Vale do São Francisco (HU-UNIVASF), administrado pela Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh).

A Ebserh é a maior rede de hospitais públicos do Brasil, incluindo o órgão central da empresa e 41 Hospitais Universitários Federais. Criada através da Lei nº 12.550/2011, com a finalidade de dar prosseguimento ao processo de recuperação e gerir os Hospitais Universitários Federais, vinculada ao Ministério da Educação. É uma empresa dotada de personalidade jurídica de direito privado, administrada exclusivamente pelo poder público, com a finalidade de prestação de serviços públicos e sendo de propriedade única do Estado.

No ano de 2015, a Ebserh iniciou a Gestão do Desempenho por Competência em sua rede, implementando o Programa Crescer com Competência, com o objetivo de proporcionar crescimento profissional aos seus empregados. A iniciativa visa a desenvolver seus profissionais para que desempenhem suas atividades com qualidade, tendo como referência as metas

organizacionais, para obter resultados que atendam às expectativas dos usuários dos serviços de saúde, e ainda, a promoção do crescimento profissional dos colaboradores da empresa através da identificação de lacunas de competências detectadas durante o processo de gestão do desempenho e suas diversas etapas e minuciosidades.

Nesse contexto, o programa necessita ser aprimorado, visto que ainda está em fase de implementação/consolidação, considerando que a empresa já mapeou as competências básicas, consideradas fundamentais para os trabalhadores da rede como um todo. Contudo, diante da peculiaridade do contexto e população que o HU-UNIVASF está inserido, faz-se necessário identificar quais competências específicas o profissional deve ter no atendimento à pessoa do campo.

Diante dessa organização contextual, o objetivo deste trabalho foi analisar as competências específicas necessárias aos trabalhadores no atendimento à pessoa do campo.

Materiais e métodos

Tipo de pesquisa

Para Lakatos (2010, p. 139), a pesquisa é um procedimento formal, com método de pensamento reflexivo, que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais.

A presente pesquisa apresenta caráter exploratório e descritivo, com método de abordagem qualitativo e quantitativo. A pesquisa qualitativa-descritiva possui a premissa de examinar, subjetivamente o objeto de estudo, com imaginação e criatividade, assim, o pesquisador e os participantes podem assumir caminhos diferentes daqueles tradicionais. Neste tipo de pesquisa, para fins de levantamento de dados, podem ser realizadas coletas de grupos, aplicação de questionários e entrevistas, instrumentos esses tradicionalmente reconhecidos como pertencentes à pesquisa convencional (Correia; Garcia, 2018).

Cenário da pesquisa

A pesquisa se deu no Hospital Universitário Dr. Washington Antônio de Barros da Universidade Federal do Vale do São Francisco – HU-UNIVASF e o critério de escolha observou os seguintes fatores: experiência da autora há mais de oito anos na Divisão de Gestão de Pessoas do HU-UNIVASF; por ser a gestão por competências um tema recente no serviço público e o sucesso do Programa

Crescer com Competências ao gerar resultados positivos para a organização e, conseqüentemente, à população.

Até agosto do corrente ano, a empresa contava com 38165 empregados de cargo efetivo e 1120 cargos em comissão e função gratificada. Desses, a filial HU- UNIVASF detém 719 empregados de cargo efetivo e 68 cargos em comissão e função gratificada, excluindo prestadores de serviços terceirizados.

Período da pesquisa

A pesquisa teve início após a aprovação pelo Comitê de Ética e Deontologia em Estudos e Pesquisas, conforme cronograma, e a coleta de dados foi realizada entre os meses de fevereiro a maio de 2023.

Participantes da pesquisa

A população da pesquisa foi constituída por 190 profissionais lotados na emergência com as seguintes categorias profissionais: medicina, enfermagem, técnicos de enfermagem, fisioterapeuta, fonoaudiólogo, assistente social e psicólogo hospitalar, na perspectiva de que tenhamos uma visão mais ampla e diversificada.

Critérios de inclusão

Foram considerados critérios de inclusão de participação para este projeto profissionais que: (i) trabalham no HU-UNIVASF há pelo menos 5 anos; (ii) atendam o público diretamente na urgência e emergência do HU-UNIVASF.

Critérios de exclusão

(i) Profissionais que não trabalham no HU; (ii) Profissionais que atendam em outros setores; (iii) Profissionais que não atuam diretamente na assistência à população; (iv) Profissionais que possuam alguma condição que impossibilite a participação na entrevista.

Hipóteses

(i) Acredita-se que o trabalhador qualificado, com habilidades específicas, possibilitará um melhor atendimento à pessoa do campo; (ii) A ausência de qualificação e de comunicação assertiva por parte do profissional prejudica o acolhimento à pessoa do campo; (iii) O camponês, ao receber

um atendimento de qualidade, sentir-se-á pertencente e satisfeito com os serviços prestados de saúde pública.

Coleta de dados

O presente projeto foi apreciado pelo Comitê de Ética e Pesquisa - (CEP) do Comitê de Ética e Deontologia em Estudos e Pesquisas (CEDEP) indicado pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), respeitando os preceitos éticos contidos na Resolução nº 510/2016, que dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em ciências humanas e sociais. Após a aprovação no Comitê de Ética e Pesquisa - (CEP) conforme Certificado de Apresentação de Apreciação Ética (CAAE) nº 64558122.1.0000.8052 e Parecer nº 5.773.426, deu-se início à coleta de dados.

Como forma de recrutamento, foi feito levantamento junto à Divisão de Gestão de Pessoas, dos profissionais que atendiam aos critérios de inclusão e exclusão, em seguida, eles foram contatados para aceitar ou não participar da pesquisa. No processo de coleta dos dados, foi feita a explanação sobre o projeto e sua importância e assinaturas do TCLE e, em seguida, a aplicação do questionário semiaberto, respeitando o consentimento e a vontade dos sujeitos.

A coleta de dados foi previamente agendada considerando local e horários oportunos, preferencialmente no ambiente profissional dos sujeitos. Foi utilizado um roteiro de perguntas com questões fechadas e abertas, contendo questões referentes aos objetivos da pesquisa e com intuito de mapear as competências específicas para o atendimento às pessoas advindas do campo. Os dados serão preservados por cinco anos e, após isso, descartados.

Segundo Lakatos (2010, p. 184) "o questionário é um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito".

Segundo Gil (2008), a análise tem como objetivo organizar e resumir os dados de tal forma que possibilitem o fornecimento de respostas ao problema proposto para investigação. Já a interpretação tem como objetivo a procura do sentido mais amplo das respostas, o que é feito mediante sua ligação a outros conhecimentos anteriormente obtidos. Dessa forma, o que se pretende com a apreciação desses dados coletados é conseguir mapear as competências específicas para o atendimento à pessoa oriunda da zona rural.

Análise de dados

De posse dos dados coletados, foram codificados (classificação dos dados) e tabulados (processo de análise estatística). Posteriormente, foram analisados e interpretados. Análise e interpretação são duas atividades distintas, mas estreitamente relacionadas e, como processo, envolvem duas operações. Análise (ou explicação) é a tentativa de evidenciar as relações existentes entre o fenômeno estudado e outros fatores. Essas relações podem ser estabelecidas em função de suas propriedades relacionais de causa-efeito, produtor-produto, de correlações, de análise de conteúdo etc. Interpretação é a atividade intelectual que procura dar um significado mais amplo às respostas, vinculando-as a outros conhecimentos. Em geral, a interpretação significa a exposição do verdadeiro significado do material apresentado, em relação aos objetivos propostos e ao tema. Esclarece não só o significado do material, mas também faz ilações mais amplas dos dados discutidos. (Lakatos; Marconi, 2010).

Resultados e discussões

A relevância da presente pesquisa do ponto de vista social, leva em consideração que até pouco tempo atrás e quiçá ainda nos dias atuais, a sociedade visualiza as instituições públicas como órgãos altamente burocratizados e hierarquizados, não produzindo a eficiência explícita em nossa Carta Magna. Do ponto de vista organizacional, o interesse em investigar o assunto surgiu a partir da experiência da autora, tendo em vista que esteve à frente da gestão de pessoas do HU-UNIVASF, e verificou tal necessidade considerando o número de atendimentos de pessoas advindas do interior, uma vez que está situado no interior do estado.

O HU-UNIVASF atende a um público predominantemente da zona rural, apresentando, em sua grande maioria, nível de escolaridade baixo, que vive em vulnerabilidade socioeconômica significativa. Esse público enfrenta um histórico processo de estigma e desigualdade que acompanha as pessoas do campo, o que também impacta no acesso aos serviços de saúde.

Ser envolvido enquanto sujeito ativo que tem suas vontades e seus conhecimentos, mas que muitas vezes não existe escuta e a fala é mínima. É preciso um olhar diferenciado, seus costumes e cultura sejam tratados dentro do processo de saúde-doença no âmbito hospitalar e, nesse contexto, quais competências o trabalhador seriam necessárias e que precisam ser desenvolvidas.

Importante frisar que, o HU-UNIVASF, sendo campo de prática, é um

importante difusor de conhecimento, tendo em vista que os profissionais que ali trabalham são preceptores, portanto, um elo importante de multiplicação das competências dos estudantes das mais diversas áreas de saúde, que serão futuros trabalhadores, principalmente do SUS, para atendimento à pessoa do campo.

Foi aplicado questionário a partir de um roteiro semiaberto para que pudéssemos entender a percepção dos trabalhadores do HU-UNIVASF sobre o acolhimento a pessoas do campo, bem como compreender como se dá a comunicação entre eles.

Gráfico 1 - Questionamentos relacionados ao desempenho do trabalho (Juazeiro-BA, 2023).

6 - Baseado em sua experiência no atendimento à pessoa do campo no HU - UNIVASF, responda as questões a seguir



Fonte: dados da pesquisa (2023).

Gráfico 2 - Adequação da linguagem no atendimento à pessoa do campo (Juazeiro-BA, 2023).

Baseado em sua experiência no atendimento à pessoa do campo, qual a relevância da adequação da linguagem para o desempenho do trabalho?

38 respostas



Fonte: dados da pesquisa (2023).

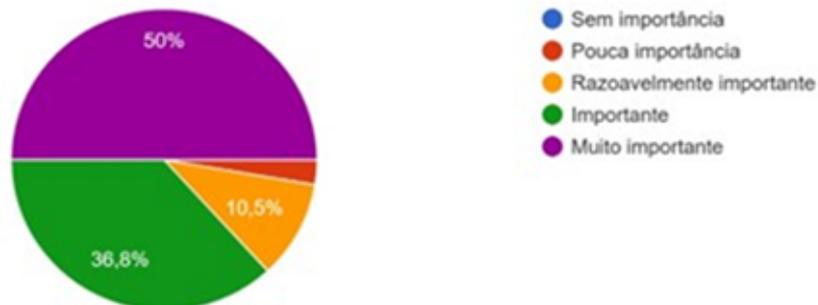
No gráfico 1, temos a percepção dos empregados quanto à adequação da linguagem e identificação dos termos populares para o desempenho do trabalho. Para 57,89% dos entrevistados, é muito importante que haja adequação da linguagem para o desempenho profissional. Quando questionados especificamente no atendimento à pessoa do campo, esse percentual sobe para 63,2%, conforme gráfico 2.

No gráfico 1, constatamos que 47,36% dos entrevistados consideram

muito importante identificar os termos populares para o desempenho geral no trabalho. Quando especificamos o público para o camponês, esse percentual aumenta para 50%, conforme gráfico 3.

Gráfico 3 - Identificação de termos populares no atendimento à pessoa do campo (Juazeiro-BA, 2023). Baseado em sua experiência no atendimento à pessoa do campo, qual a relevância da identificação dos termos populares para o desempenho do serviço?

38 respostas

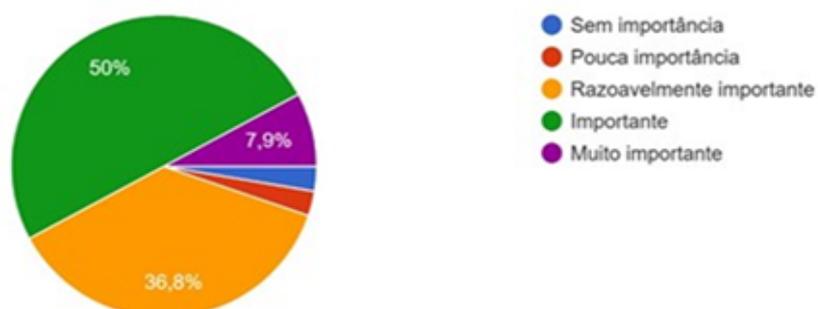


Fonte: dados da pesquisa (2023).

No gráfico 4, verificamos parcela considerável dos entrevistados que considera razoavelmente importante os camponeses terem acesso a recursos tecnológicos ou internet para o desempenho do serviço. Sabemos que a era tecnológica veio para ficar, trazendo recursos que visam otimizar serviços e reduzir custos. No entanto, embora parte da população, especialmente quem mora em zonas rurais afastadas das cidades, ainda enfrente dificuldades de acesso à internet, é fundamental garantir que as pessoas do campo não sejam excluídas desses avanços. Em contextos hospitalares, ainda que públicos, o prontuário eletrônico, marcações de consultas e procedimentos, resultados de exames on-line, já são uma realidade.

Gráfico 4 - Paciente oriundo do campo ter acesso a recurso tecnológico (Juazeiro-BA, 2023). Baseado em sua experiência no atendimento à pessoa do campo, qual a relevância do paciente ter acesso a recursos tecnológicos ou internet para o desempenho do serviço?

38 respostas

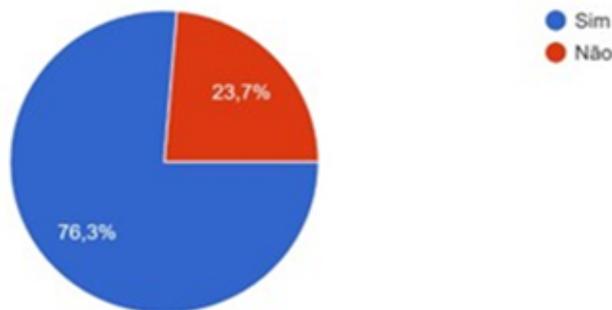


Fonte: dados da pesquisa (2023).

Ainda verificamos que 76,3% dos entrevistados responderam que tiveram dificuldades na prestação do serviço a pessoas do campo, ou que essa prestação de serviço poderia ter sido melhor executada, conforme constamos no gráfico 5.

Gráfico 5 - Dificuldade na prestação de serviços à pessoa do campo (Juazeiro-BA, 2023).
No seu ambiente de trabalho, você já presenciou uma situação a qual houveram dificuldades na prestação de serviços a pessoa do campo, ou que poderia ter sido melhor executada?

38 respostas



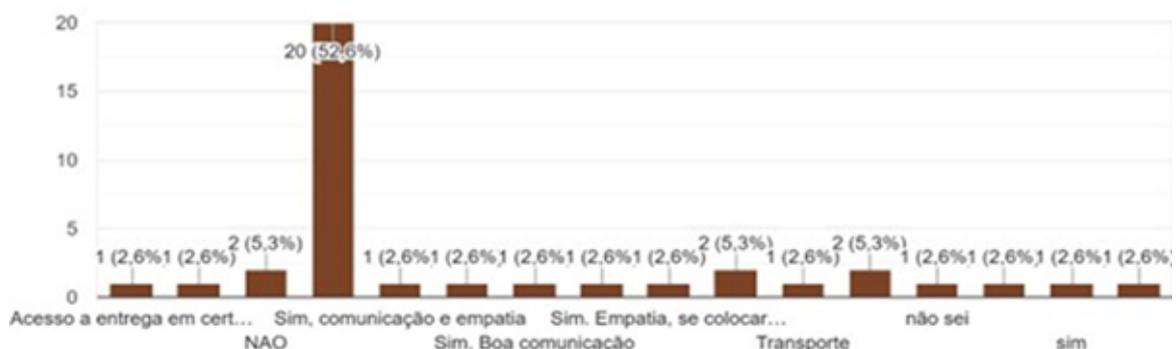
Fonte: dados da pesquisa (2023).

Nesse sentido, foi indagado aos participantes se existem outras competências que seriam necessárias para atendimento à pessoa do campo, 55,2% relatam que sim, existe a necessidade de competências específicas. Porém, o que chama a atenção é a ocorrência de respostas de voluntários que não sabem ou não quiseram opinar quais seriam tais competências. Aos demais, que reconheceram competências necessárias, foram identificadas a comunicação e a empatia, 13% e 18,3%, respectivamente, conforme verificamos no gráfico 6.

Gráfico 6 - Competências necessárias à prestação de serviços à pessoa do campo (Juazeiro-BA, 2023).

Existem outras competências que você identifica como necessárias no serviço prestado à população rural?

38 respostas



Fonte: dados da pesquisa (2023).

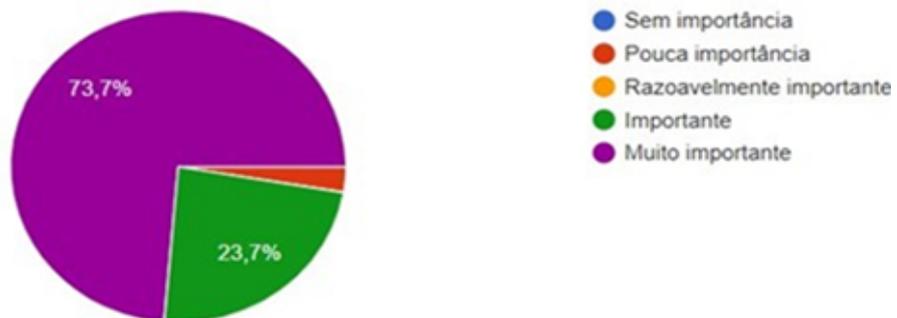
Por fim, verificamos que 97,4% consideram muito importante ou importante a realização de estudos e pesquisas que envolvam a população rural.

Isso demonstra a consciência de que essas pessoas, frequentemente esquecidas pelo poder público e com dificuldade de acesso às políticas públicas básicas para seu bem-estar, devem ser colocadas em evidência. Essa visibilidade é essencial para que possam assumir cada vez mais o protagonismo de suas próprias vontades e atuar como sujeitos ativos em seus processos de saúde-doença ou em quaisquer outras necessidades que venham a surgir.

Gráfico 7 - Relevância do desenvolvimento de estudos e pesquisas à prestação de serviços à pessoa do campo (Juazeiro-BA, 2023).

Baseado em sua experiência no atendimento à pessoa do campo, qual a relevância do desenvolvimento de estudos e pesquisas na área da assistência à população rural para desempenho do serviço?

38 respostas



Fonte: dados da pesquisa (2023).

O Decreto nº 9.991/2019, em seu art. 3º, § 3º, definiu competências como “um conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes necessários ao desempenho das funções dos servidores, visando ao alcance dos objetivos da instituição”. (Brasil, 2019)

O conhecimento é um conjunto de informações assimiladas e estruturadas ao longo da vida pelo indivíduo e que vão adquirir significado, significância e relevância (Brandão, 2012). Assim, rompe-se com uma visão simplista de conhecimento como resultado de memorização, adotando-se uma compreensão mais ampla desse processo que ganha o significado de transformar os saberes acumulados em entendimento sobre a realidade individual, organizacional e social (Carbone, 2009).

A habilidade se refere à capacidade de fazer uso produtivo do conhecimento acumulado, em termos de ação prática (Brandão, 2012). A atitude é o elemento constituinte da competência relacionada aos aspectos sociais e afetivos no contexto do trabalho, de forma simples, podemos conceituar como o “querer-fazer”. (Carbone, 2009)

Para Pires et al (2005), a gestão da capacitação por competência visa minimizar as lacunas ou gap de competências. O destaque ao aprendizado

também pode ser encontrado em Leme (2014) afirmando que a educação ganha destaque, despertando interesses nas organizações que se preocupam com a competitividade e a qualidade de suas ações. O enfoque de capacitação por competência proporciona um novo tipo de formação que busca mobilizar capacidades para o trabalho, facilitando a adaptação à mudança, a compreensão e solução de situações complexas, superando o papel de transmissão de conhecimentos e habilidades.

Nesse sentido, uma das estratégias para minimizar as lacunas ou gap de competências é através da gestão da capacitação por competência. Essa lacuna refere-se à análise do que se tem e do que precisa ser desenvolvido em termos de competências para concretizar a estratégia organizacional (Brandão; Bahry, 2005).

A educação, então, vai ganhando destaque, despertando interesses nas instituições que se preocupam com a competitividade e a qualidade de suas ações. De acordo com Leme (2012), instituir a gestão por competências baseada na realização de capacitação, faz-se necessário cumprir as seguintes etapas: sensibilização, mapeamento de competências, planejamento, desenvolvimento e avaliação da capacitação baseada em competências.

A sensibilização é uma etapa importante, visto que está estritamente ligada ao funcionamento da implantação do modelo de gestão por competência. Para Souza (2005), deve haver a conscientização e o envolvimento de todos os membros da organização, desde o nível operacional até a alta administração, para que seja possível a busca de melhorias e desenvolvimento de competências.

O mapeamento de competências é o levantamento das necessidades organizacionais funciona como uma forma de interação entre os contextos profissionais. De acordo com Carbone et al. (2005), o mapeamento permite o reconhecimento das lacunas de competências, o que também pode ser considerado como um levantamento de necessidades de desenvolvimento (Carvalho et al., 2009). Após a sensibilização, a próxima etapa consiste em identificar as competências (organizacionais e profissionais) necessárias ao atingimento dos objetivos organizacionais.

Para essa identificação, geralmente é realizada, primeiro, uma pesquisa documental, a qual compreende a apreciação do conteúdo da missão, da visão de futuro, dos objetivos e de outros documentos relativos à estratégia organizacional (Carbone et al., 2005). Posteriormente, realiza-se a coleta de dados para que sejam comparados com a análise documental. Podem ser utilizados, ainda, outros métodos e outras técnicas de pesquisa, como, por exemplo, a observação, os grupos focais e os questionários estruturados com escalas de avaliação, como sugere Santos (2001).

De modo geral, quem procura atendimento em saúde encontra-se com algum desconforto, uma situação em que já não gostaria de estar, em um lugar de dor e de emoções negativas. Os profissionais de saúde precisam estar preparados, pois é natural à situação ter inseguranças, receios, expectativas e muitas dúvidas. E, em se tratando do homem do campo, a situação se acentua ainda mais, muitas vezes por dúvida, desconhecimento, vergonha ou ansiedade, esses pacientes não fazem perguntas sobre sua condição de saúde.

Nessa perspectiva, foi aplicado o questionário, a partir do qual obtivemos os dados dispostos no gráfico 2, que mostra que 63,2% dos entrevistados reconhecem a importância da adequação da linguagem no atendimento à pessoa do campo. Nesse sentido, considerando que a comunicação humanizada e a utilização de uma linguagem acessível, permeada pela escuta e pelo diálogo, reforça-se o valor de cada indivíduo, fazendo com que o poder de interação seja fundamentado no cultivo, cuidado e atenção a si e ao outro, de forma que esse camponês que está numa situação de vulnerabilidade em seu processo saúde-doença a sentir-se acolhido e respeitado.

O gráfico 5 evidencia as dificuldades enfrentadas pelos colaboradores no atendimento à pessoa do campo e aponta aspectos que poderiam ser melhorados. Já o gráfico 6 revela quais competências específicas são consideradas necessárias para esse atendimento, destacando a origem das dificuldades mencionadas no gráfico 5.

A aplicação do questionário permitiu identificar as competências que os entrevistados consideram importantes no atendimento à pessoa do campo (gráfico 6). Essa análise busca demonstrar como o desenvolvimento dessas competências pode contribuir significativamente para melhorar o processo de recuperação e cura do camponês no contexto hospitalar.

Conforme apontado por Brandão e outros (2002), a frequência com que cada competência é mencionada nas entrevistas indica sua relevância. A partir da análise do gráfico 6, destacam-se a empatia e a comunicação como competências essenciais para o atendimento à pessoa do campo, tema que será explorado mais adiante.

Além de identificar as competências necessárias à estratégia organizacional, o mapeamento de competências também envolve o levantamento das competências internas já disponíveis na organização, conforme sugerem Carbone et al. (2005). Esse processo visa identificar as lacunas entre as competências requeridas e as existentes, permitindo um planejamento mais eficaz para o desenvolvimento organizacional.

A partir do levantamento das necessidades de desenvolvimento de competências da organização, a etapa de planejamento deve considerar os

requisitos e objetivos das ações de capacitação. O planejamento das ações educacionais é composto pelos seguintes processos: quantificar o treinamento necessário; definir a época ideal para a capacitação; classificar as necessidades quanto ao conteúdo; eleger a metodologia para cada necessidade; documentar os eventos de treinamento; programar tais eventos; identificar os recursos internos e externos a serem mobilizados; orçar os investimentos; apresentar o Plano de Desenvolvimento de Pessoas (PDP) para obtenção da aprovação pela instância superior (Boog, 2010). Nesse sentido, a gestão por competências vai além da simples implantação de um modelo. Ela ocorre por meio de um processo contínuo de aprendizagem, no qual as pessoas se apropriam e aperfeiçoam, de forma significativa, os conceitos essenciais relacionados às competências, adaptando-os ao seu modo peculiar de agir, que, por sua vez, é incorporado à organização (Bergue, 2019).

Uma vez definido e aprovado o planejamento da capacitação, é desenvolvida uma série de ações programadas. Diz respeito às providências operacionais necessárias para a organização dos materiais instrucionais e equipamentos a serem utilizados; à organização e delegação de responsabilidades; à definição das salas de aula; ao controle da execução dos cursos presenciais (confirmar inscrições, reservar hotéis, prover orientações etc.); ao agendamento de laboratórios e cumprimento dos trâmites processuais internos; e à definição de datas, local de realização, divulgação das programações, entre outros (Silva, 2021).

Os processos de avaliação permitem identificar os resultados alcançados com as ações de desenvolvimento, comparando-as com os objetivos propostos, para que seja possível realimentar com informações a elaboração de novos programas ou modificações dos existentes. A avaliação de uma ação de desenvolvimento pode ser compreendida como uma qualquer busca de informações dos seus efeitos, que podem ser determinantes para a sua valoração (Carvalho; Nascimento, 1999).

Das competências profissionais citadas pelos entrevistados, destacamos a comunicação, que pressupõe a escuta ativa para compreender contextos, articular parcerias e alcançar sucesso em iniciativas, projetos e processos da unidade. Comunicar-se de forma clara e precisa, tanto verbalmente quanto por escrito, com público interno e externo, utilizando linguagem adequada ao ambiente e ao público-alvo, é essencial. Essa competência inclui transmitir ideias de maneira clara, consistente, objetiva e estruturada, demonstrar atenção às pessoas e garantir que a mensagem seja compreendida. Além disso, o servidor considera a realidade do receptor e identifica a necessidade de compartilhar conhecimentos entre colegas e áreas relacionadas ao escopo do trabalho (Brasil, 2022).

É importante ressaltar a existência do preconceito e da discriminação, quando falamos sobre camponês enquanto grupo de pessoas com costumes, religiosidades, visão de mundo, necessidades e desejos distintos da população urbana. A comunicação ocorre de forma adequada quando o receptor compreende com clareza o que foi dito pelo emissor. No entanto, muitas vezes, quem está ouvindo assimila uma mensagem diferente daquela que foi transmitida pelo emissor.

Além disso, para os camponeses, existem barreiras psicológicas e de linguagem e que são verdadeiros ruídos na comunicação. Por exemplo, utilização de dialetos caipiras, dificuldades ao escrever ou na fala são barreiras de linguagem; já as barreiras psicológicas têm origem em aspectos do comportamento humano, tais como seletividade, quando o emissor só ouve o que é de interesse dele, preconceito por ser oriundo do campo, onde há, em alguns casos, percepção indevida das diferenças socioculturais, raciais, religiosas etc.; descaso sendo indiferente às necessidades do outro. Portanto, comunicar-se adequadamente é um grande desafio e um condicionante para o bom atendimento ao usuário e, em se tratando de um usuário oriundo do campo, são necessárias habilidades e atitudes específicas para tanto (Almeida Baronas, 2017).

No que se refere à empatia, usa-se o termo para aludir às capacidades pelas quais um indivíduo compreende, de forma sensível e acurada, os sentimentos e o ponto de vista do outro. A definição de empatia deve incluir os componentes: a) cognitivo, compreendendo a perspectiva de pensamento e sentimento do outro; b) afetivo, ou seja, com sentimentos de preocupação e/ou compaixão pelo outro; c) comportamental, com manifestações verbais e não-verbais de compreensão dos estados internos do outro. Entre os componentes cognitivos da empatia, a consciência do outro é um dos mais importantes, e ele corresponde à capacidade de deixar de lado as próprias expectativas, sentimentos e desejos momentaneamente e focalizar as expectativas, desejos e sentimentos da outra pessoa, colocando-se no lugar dela. Portanto, deixa-se de lado suas opiniões, crenças ou pré-julgamentos de maneira consciente e sincera. (Falcone, 2008)

Portanto, a empatia é a capacidade de se colocar no lugar de outra pessoa, buscando avaliar seus sentimentos, suas sensações e seus problemas. Trata-se de uma condição humana de aceitação da outra pessoa, sem qualquer julgamento ou preconceitos. E quando se trata de um paciente camponês, precisa-se que o profissional de saúde esteja atento, visto que, por vezes, trabalhando de forma automatizada não se percebe a necessidade de exercer a empatia, de vivenciar aquela situação como se fosse o outro. Para esse paciente que muitas vezes é estigmatizado como um indivíduo

atrasado, incapaz de compreensão, é preciso um olhar diferenciado. A empatia não se refere à simpatia ou afinidade, mas implica “vivenciar uma situação como se fosse o outro”, é uma das habilidades necessárias e essenciais para lidar com situações de cuidado. Portanto, é o que o paciente oriundo do campo deseja quando se dirige a qualquer estabelecimento hospitalar para atendimento: que haja esse cuidado de forma mais humanizada.

Atualmente, muito tem se falado sobre humanização no atendimento hospitalar. E o questionamento vem imediatamente: quando deixamos de ser humanos? Segundo Waldow (2011), a humanização pressupõe profissionais que gostam de gente. E esse “gostar de gente” deve ser livre de qualquer preconceito, distinção, em que possam preservar suas identidades, culturas, valores, medos, preocupações, esperanças e suas vivências particulares.

Dessa forma, desenvolver a habilidade da escuta ativa é primordial e envolve ouvir atentamente o que o outro está dizendo, mostrando empatia e interesse genuíno, buscando compreender a perspectiva do interlocutor antes de responder. O camponês que é estigmatizado como ser inferiorizado, sinônimo de atraso e ineficiência produtiva, assim como é também reprimido como classe social e descredibilizado como sujeito político, produtor de saberes e conhecimento, nesse processo de saúde-doença, o profissional de saúde no exercício da empatia, não deve agir revestido de sentimento de superioridade condescendente, pois é preciso que o profissional entre no jogo interrelacional e use a mesma linguagem, se quiser efetivamente, entrar em sintonia com elas, criando conexão entre paciente e cuidador.

É indispensável experimentar a angústia do outro ao mesmo tempo em que se exercita a preservação de sua integridade psíquica para esse profissional não se sentir devastado pelos afetos que afligem a todos e poder, efetivamente, assumir a sua função cuidadora. Essa observação é fundamental para entender o ato de cuidar como algo que vai além da disponibilidade benevolente de alguém para com o outro. O cuidado entendido desse modo híbrido deixa de lado a sua característica onipotente que define aquele que cuida como detentor de algum tipo de poder sobre o outro. Quando o ato de cuidar se dá de modo compartilhado, é um movimento produtor de potência, porque a perspectiva é a de um jogo de forças que se manifesta a partir de cada experiência que compõe a relação estabelecida.

Um simples gesto de carinho, um abraço cercado de sinceridade e sentimentos nobres, de amor, de respeito, de responsabilidade e de dever cumprido podem proporcionar a motivação necessária para um melhor entendimento e compreensão do estado de saúde desse homem/mulher do campo, que passa a ser protagonista e ser ativo do seu processo saúde-doença que vai além da patologia.

A vida, a possibilidade de criação, insiste até o último suspiro desde que as forças ambientais permitam que isso aconteça. Esse jeito sensível de cuidar elimina a necessidade da dicotomia entre o sujeito que cuida e o objeto que é cuidado, corroborando com a missão do HU-UNIVASF: “ensinar para transformar o cuidar”.

Considerações finais

Durante a realização do presente trabalho de campo, foi possibilitada a ampliação do debate acerca das competências específicas necessárias ao atendimento à pessoa do campo, considerando que a maioria das pessoas atendidas no HU-UNIVASF são oriundas do campo, como também esse estabelecimento hospitalar é campo de prática de estudantes e difusor de conhecimentos para futuros profissionais que serão trabalhadores, especialmente no SUS.

Identificou-se uma percepção positiva dos trabalhadores do HU-UNIVASF sobre o acolhimento a pessoas do campo, visto que reconhecem a importância de se ter conhecimento, habilidades e atitudes para exercerem suas atividades perante essa parcela da população. No entanto, além de reconhecer, foi constatado pelos próprios profissionais a necessidade de que tenham competências específicas para o atendimento à pessoa do campo. Competências essas que necessitam ser desenvolvidas, haja vista que também foi relatado pela maioria dos entrevistados a dificuldade no desempenho de suas funções com o camponês.

Com isso, foi identificada e avaliada a lacuna de competências necessárias. Nesse sentido, apurou-se que a comunicação e empatia são competências específicas necessárias ao atendimento à pessoa do campo. A comunicação e a utilização de uma linguagem acessível, reforça o valor de cada indivíduo por meio da escuta e do diálogo único, fazendo com que o poder de interação seja fundamentado no cuidado e atenção a si e ao outro, considerando esse camponês que está numa situação de vulnerabilidade em seu processo saúde-doença a sentir-se acolhido e respeitado. Já a empatia é a capacidade de se colocar no lugar de outra pessoa, buscando avaliar seus sentimentos, suas sensações, seus problemas.

Sabe-se que o trabalhador qualificado com habilidades específicas possibilitará um melhor atendimento à pessoa do campo e que o profissional que não possui comunicação assertiva, o acolhimento à pessoa do campo é comprometido nesse processo. Ademais, o camponês, tendo um atendimento de qualidade terá maior possibilidade de se sentir pertencente e satisfeito com os serviços prestados de saúde pública.

Por fim, considerando as constatações e análises do tema proposto, tivemos como resultados a expectativa de processos de inclusão, de humanidade, de maior eficiência e eficácia, de maior centralidade na necessidade de públicos específicos como é a pessoa do campo, bem como na efetividade do tratamento e impacto do envolvimento-sujeito.

Referências

ALMEIDA BARONAS, J. E. de. **Falar rural: é possível alterar uma tradição(?)**. Revista da ABRALIN, [S. l.], v. 6, n. 1, 2017. Disponível em: <https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/953>. Acesso em: 11 nov. 2023.

BERGUE, S. T. **Gestão de pessoas: liderança e competências para o setor público**. Brasília: Enap, 2019.

BOOG, G. G. **Manual de treinamento e desenvolvimento**. 2. ed. São Paulo: Makron Books, 2010.

BRANDÃO, H. P. **Mapeamento de competências: métodos, técnicas e instrumentos**. São Paulo: Atlas, 2012.

BRANDÃO, H. P.; BAHRY, C. P. **Gestão por Competências: métodos e técnicas para mapeamento de competências**. Revista do Serviço Público. Vol 56, nº 02 – Abr/Jun, 2005.

BRANDÃO, H. P.; GUIMARÃES, T. A.; BORGES-ANDRADE, J. E. **Competências emergentes na indústria bancária: um estudo de caso**. Revista Comportamento Organizacional e Gestão, Lisboa, v. 8, n. 2, p.173-190, out. 2002.

BRASIL. Lei nº 12.550 de 15 de dezembro de 2011. **Autoriza o Poder Executivo a criar a empresa pública denominada Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – EBSEH**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12550.htm. Acesso em: 15 de outubro de 2023.

BRASIL. Decreto nº 5.707 de 23 de fevereiro de 2006. **Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da administração pública federal direta, autárquica e fundacional**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5707.htm. Acesso em: 16 de outubro de 2023.

BRASIL. Decreto nº 9.991 de 28 de agosto de 2019. **Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas da administração pública federal**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9991.htm. Acesso em: 16 de outubro de 2023.

BRASIL. IBGE. **População rural e urbana**. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/materias-especiais/21972-populacao-brasileira-cresce-6-5-e-chega-a-203-1-milhoes-de-habitantes-aponta-censo-2022.html>. Acesso em 28 de outubro de 2023.

BRASIL. **Norma-SEI nº 4/2022-DGP-EBSEH: Gestão do Desempenho**. Disponível em: <https://www.gov.br/ebserh/pt-br/aceso-a-informacao/agentes-publicos/legislacao->

e-normas-de-gestao-de-pessoas/norma-sei-no-4-2022-dgp- ebserh-gestao-do-desempenho.pdf/view. Acesso em 28 de outubro de 2023.

BRASIL. **Pessoas em foco: desenvolvimento estratégico de pessoas com foco em resultados.** Publifx Instituto, 2022.

CARBONE, P. P. et al. **Gestão por competências e gestão do conhecimento.** Rio de Janeiro: FGV, 2009.

CARBONE, P. P.; BRANDÃO, H. P.; LEITE, J. B. D. **Gestão por competências e gestão do conhecimento.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2005.

CARVALHO, A. I. de; VIEIRA, A. S.; BRUNO, F.; MOTTA, J. I. J.; BARONI, M.; MACDOWELL, M. C.; SALGADO, R.; CÔRTEZ, S. da C. **Escolas de governo e gestão por competências: mesa-redonda de pesquisa-ação.** Brasília: ENAP, 2009.

FALCONE, E. M. O. et al. **Inventário de empatia (IE): desenvolvimento e validação de uma medida brasileira.** Revista Avaliação Psicológica, v. 7, p 321-334, 2008.

FRANCO, J. O. **Recursos humanos: fundamentos e processos.** 2. Ed. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2019.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica.** 7 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LEME, R. **Gestão por competências no setor público.** Rio de Janeiro: Qualitymark Editora, 2014.

LEME, R. **Aplicação prática de gestão de pessoas por competências: mapeamento, treinamento, seleção, avaliação e mensuração de resultados de treinamento.** 2^o ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2012.

PIRES, A. K. **Gestão por competência em organizações do governo.** Brasília: ENAP, 2005.

SILVA, A. B. da (Organizador). **Gestão de pessoas por competências nas instituições públicas brasileiras [recurso eletrônico].** 2. ed. rev. ampl. João Pessoa: Editora UFPB, 2021.

SOUZA, M. Z. de A. **Cargos, carreiras e remuneração.** 4^o ed. Rio de Janeiro, FGV, 2005.

WALDOW, V. R. **Cuidado humano: o resgate necessário.** 3. Porto Alegre-RS: Sagra Luzzato, 2001.

Capítulo 10

Um olhar das famílias agricultoras sobre a feira agroecológica de Gravatá

Tiago Edvaldo Santos Silva

tiagoedvaldo@gmail.com | lattes.cnpq.br/0585306285743653 | orcid.org/0000-0002-4610-7140

Denes Dantas Vieira

denes.vieira@univasf.edu.br | lattes.cnpq.br/2197066093535835 | orcid.org/0000-0001-7964-3356

Diana Farias Pessoas

dianamfp@gmail.com | lattes.cnpq.br/8160983613972865 | orcid.org/0000-0001-6906-8765

Elisângela de Freitas Mariano

elisangela.mariano@ufrpe.br | lattes.cnpq.br/1308836043039303 | orcid.org/0000-0001-8799-8333

Gizélia Barbosa Ferreira

gizelia.ferreira@ifpe.edu.br | lattes.cnpq.br/7084344642596820 | orcid.org/0000-0002-0388-5102

Introdução

No Brasil, as condições de acesso a bens e recursos sempre foram muito desiguais, incluindo o acesso à terra e outros componentes naturais, aos serviços de saúde e à Educação, sobretudo a níveis de ensino para além da Educação Básica. E somente após a histórica expansão e abertura das instituições de Ensino Superior à classe trabalhadora, no início do século XXI, nos governos Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, pessoas como eu, puderam ser alcançadas pela possibilidade de se profissionalizar em um curso técnico ou em uma graduação.

Filho de uma trabalhadora e de um trabalhador do campo, de Uruçu Mirim, comunidade rural de Gravatá, um município do agreste pernambucano, eu cumpria o itinerário comum das pessoas do lugar social em que nasci, de dividir as atividades de estudo e de trabalho nas fazendas da região, quando acessei o Ensino Médio integrado ao curso Técnico Profissionalizante em Agropecuária, numa instituição pública federal. Era o exercício e o desprendimento de energia de quem rompe barreiras e abre uma nova estrada. Assumindo os custos dessa empreitada, e fortalecido por Políticas Públicas de acesso e permanência de pessoas em vulnerabilidade social nas Universidades, cursei duas graduações: Agronomia e Licenciatura em Ciências Agrícolas.

Foram dez anos de intensas atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão, algumas vezes simultâneas com experiências de trabalho e de organização social, que me possibilitaram: 1. conhecer, de forma mais crítica, cada modelo de agricultura e os respectivos modelos de desenvolvimento a que estavam a serviço; e 2. encontrar na Agroecologia as bases produtivas e de organização da vida, que minha família precisava para alavancar sua dignidade, bem como a busca por qualidade de vida, e para a construção do Bem Viver, no mundo.

Em 2018, voltando para o seio da família com tais diplomas “debaixo do braço”, me aproximei e me coloquei a serviço das organizações da Agricultura Familiar Agroecológica de minha região, e a partir daí minha família se apropriou dessa proposta de produção e de vida como estratégia de desenvolvimento. Passamos a olhar para o pedaço de terra de 1,2 ha de nossa propriedade, com outras perspectivas. E, acessando importantes políticas públicas, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, por meio de programas de crédito rural, foi possível investir num reservatório de água, em material de irrigação, na construção de estufas para produção de

hortaliças orgânicas e em um veículo, pelo “Programa Mais Alimentos”, para transporte dos alimentos até os pontos de comercialização.

À propriedade foi dado o nome de Sítio Dona Maria, uma homenagem às “mulheres do campo”, que, genericamente, são chamadas assim. Uma vez que, além de “Maria” ser um nome comum nessa região, é assim que qualquer pessoa desconhecida chama na porta de uma casa, quando precisa de alguma informação ou, de repente, apenas de um copo d’água. As Marias são as “mulheres do campo”, que atravessaram e atravessam os “duros tempos” convertendo a miséria em alguma possibilidade de alimento aos filhos, que enfrentaram e enfrentam a violência do machismo, que tiveram e têm seus trabalhos domésticos invisibilizados, e que não tiveram o direito à educação e à sagrada liberdade. O Sítio Dona Maria é também um meio de falar da existência, da resistência e qualidade de vida dessas mulheres.

A busca por qualidade de vida no campo, apesar de aportes materiais e imateriais que uma família possa ter, ainda esbarra em muitos desafios históricos, inerentes à produção de alimentos. A carga horária e a quantidade de energia despendida no trabalho do campo, os estigmas sobre as pessoas do meio rural, os preconceitos para com a agricultura no Nordeste, a dificuldade de acesso a tecnologias, e, em geral, a baixíssima valorização do alimento, fruto do trabalho das famílias agricultoras, pelos consumidores. E, conseqüentemente, um baixo retorno financeiro.

A comercialização é, muitas vezes, a única possibilidade de integração entre as pessoas do campo, que cultivam alimentos, e as pessoas da cidade, que os adquirem. Sujeitos de mundos diferentes, que em um momento específico da semana ou do mês, (a depender da maneira de adquirir seus alimentos), poderão conhecer melhor elementos da vida do outro para que possam agregar algo de positivo a essa relação de trocas. Sendo esse, um dos aspectos preconizados pelos Circuitos Curtos de Comercialização – CCCs, que promovem esse abastecimento alimentar local, evitando maiores investimentos energéticos, como o dispendioso uso de transportes, no sistema de abastecimento alimentar.

Em Pernambuco, essa comercialização ocorre por meio de algumas estratégias, uma delas, por meio dos Espaços Agroecológicos de feiras livres. Trata-se de um modelo de organização auto gestor que integra o desenho da Rede Espaço Agroecológico, uma rede de sete organizações de agricultores/as, sendo uma delas a Associação Amaterra, composta por mais de 230 famílias do estado, assessorados pelo Centro Sabiá (organização que dá assessoria técnica à rede de agricultores). E minha família é membro de um desses espaços de feira, que estão distribuídos na Região Metropolitana e um, em Gravatá, do qual já fizeram parte quatro famílias e,

hoje, só restam as famílias do Sítio Dona Maria. Nessa modalidade, os alimentos são levados ao banco da feira, no centro da cidade, na madrugada do sábado e ficam expostos até o meio dia. O consumidor tem ainda a opção de fazer seu pedido por aplicativo de mensagem e receber tais alimentos em casa, por serviço de mototáxi.

Materiais e métodos

Esta investigação está estruturada em uma abordagem qualitativa, com análise de conteúdo obtido por meio entrevistas e questionário, que de acordo com Neves (1996) compreende um conjunto de diferentes técnicas para interpretação, descrição e decodificação dos componentes de um sistema complexo de significados.

Para tanto, foram utilizadas ferramentas participativas, também abordadas por Brandão e Borges (2007), no campo da Educação Popular. O viés dado a tais ferramentas, também as aproxima da abordagem da Pesquisa Participante. Para Tripp (2005) “pesquisa-participante” é sinônimo de “Pesquisa-ação”. Para Dal Soglio (2017), esse método é uma importante ferramenta para a Agroecologia, uma vez que estimula a interação, envolvimento e participação das famílias agricultoras, enquanto protagonistas do processo, pressupondo um enfoque sistêmico, problemáticas contextualizadas e capacidade de gerar processos de desenvolvimento local, características requeridas pela construção do conhecimento agroecológico.

O trabalho foi realizado com famílias agricultoras integrantes da Associação AmaTerra, no município de Gravatá, e também com famílias consumidoras desses alimentos, durante os meses de novembro e dezembro do ano de 2022.

Gravatá é um município do agreste do estado de Pernambuco – Brasil, com uma população estimada em 85 mil habitantes, está a uma altitude de 447 metros e distante 84 km da capital Recife. Devido a tais condições geográficas, possui um clima muito apreciado pela população da capital. Além do turismo, nesse município, que tem milhares de casas de veraneio, a economia gira em torno do comércio e das atividades agropecuárias. Destaca-se na criação de cavalos e na produção de flores, o que tem acarretado muitos problemas ambientais na região, devido ao uso indiscriminado de agrotóxicos.

Para participação das famílias agricultoras, o objetivo das ferramentas foi apresentado a cada uma das três famílias que comercializam seus alimentos em Gravatá, no próprio espaço de feira, explicando a origem, a importância e os riscos da realização deste trabalho. A cada família participante do trabalho foi solicitada a indicação de um/a representante para

participar da pesquisa, totalizando três representantes das famílias agricultoras entrevistadas, conforme o quadro 1, abaixo.

Tais participantes atenderam aos critérios de participação aqui estabelecidos: maiores de 18 anos, que aceitassem as condições indicadas para participar da pesquisa, que fossem membros do Espaço Agroecológico de Gravatá, e que participassem da rotina de produção e comercialização da família. Por questões legais, ficaram fora da Pesquisa as pessoas menores de 18 anos de idade.

Quadro 1 - Esboço da participação das famílias agricultoras.

Grupo participante da pesquisa	Ferramenta de pesquisa utilizada	Quantidade de pessoas envolvidas
Famílias Agricultoras (As três famílias que comercializam alimentos em Gravatá).	Entrevista com temas norteadores.	3 (uma de cada família).

Fonte: dados da pesquisa (2022).

A participação das famílias consumidoras, por ser uma população de pesquisa de maior número, foi realizada por meio de uma entrevista semi estruturada, com o auxílio de um questionário contendo questões abertas e fechadas, como forma de possibilitar ampliar o número de pessoas ouvidas e de assegurar a participação de pessoas que adquirem os alimentos na feira agroecológica de Gravatá.

Sendo os critérios para participação na pesquisa: pessoas maiores de 18 anos de idade; em ordem de chegada aos seus respectivos espaços de aquisição dos alimentos, após os horários preestabelecidos; que aceitaram participar do processo devidamente explicado.

Para cada família que aceitou participar da pesquisa, foi solicitado que indicasse um componente para ser entrevistado, que estivesse envolvido na aquisição dos alimentos da feira agroecológica e, como critério de exclusão não foram aceitas as participações de pessoas menores de idade ou que estejam fazendo compras para terceiros.

Foram entrevistadas oito pessoas que compram os alimentos presencialmente no Espaço Agroecológico de Gravatá, que foram abordadas a partir das 05h30min, no dia da realização dessa etapa, com os intervalos pré-estabelecidos de 30min, entre si.

A primeira família/pessoa entrevistada foi a que chegou ao espaço da feira a partir das 05h30min, e que atendia aos requisitos da participação. A segunda família/pessoa foi a partir das 06h, a terceira, a partir das 06h30min, e assim sucessivamente até as 9h, quando a feira estava terminando. Caso,

em algum intervalo desses não aparecesse pessoa habilitada, o pesquisador retornaria no sábado (dia da feira) seguinte, abordando pessoas no mesmo intervalo, excluindo-se as que já participaram anteriormente.

Para Geilfus (1997) e Verdejo (2006), a entrevista semiestruturada é uma ferramenta que facilita a criação de um ambiente aberto de diálogo e permite à pessoa entrevistada se expressar livremente, sem as limitações criadas por um questionário fechado.

Para além dela, foi utilizada a estrutura da matriz FOFA, como forma de sistematizar as questões destaques, trazidas pelas falas das representações agricultoras e consumidoras, em torno das fortalezas, oportunidades, fraquezas e ameaças, relacionadas às estratégias de comercialização estudadas.

A fim de garantir o devido sigilo de identidade das pessoas participantes, foram utilizados nomes fictícios para os agricultores entrevistados.

Resultados e discussão

As entrevistas foram iniciadas sempre com a explicação dos objetivos da pesquisa, com o intuito de elencar princípios fundamentais para estruturar novas estratégias de comercialização bem como para sugerir melhoras nas alternativas já desenvolvidas em Gravatá. A seguir, apresentamos alguns aspectos gerais das histórias das agricultoras e do agricultor, que são parte desse trabalho.

Maria Emília, agricultora de 31 anos de idade, Maria Ana, agricultora de 54 anos de idade, e José, agricultor de 26 anos de idade, são membros da Associação AmaTerra, e além de destinarem a maioria dos alimentos para os mesmos espaços, dividem a mesma propriedade.

Tais agricultores destinam os alimentos que produzem para: Comunidade que Sustenta a Agricultura - CSA Energia Vital, no Bairro de Boa Viagem, composta por aproximadamente dezessete famílias consumidoras; para duas famílias que continuam sendo parte do CSA Corpo e Alma, em Gravatá; e para consumidores do município de Gravatá, na feira agroecológica de forma presencial e pelo aplicativo Whatsapp, com entregas no dia anterior à feira e durante a manhã em que a feira acontece.

Marília Emília é uma agricultora que desde cedo trabalhou em fazenda na região, mas também já trabalhou como empregada doméstica, babá, e tendo oportunidade de entrar em uma instituição pública de formação profissionalizante, com a expansão dos Institutos Federais, fez o curso técnico em Agroindústria, trabalhou em uma propriedade de produção de derivados de cana-de-açúcar orgânica.

Recentemente está concluindo o curso de Agronomia, fez estágio com agricultura orgânica no Paraná, trabalhou um período por lá na agricultura convencional e hoje, casada com um paranaense, voltou à terra da família, onde quer desenvolver seu núcleo familiar e suas atividades produtivas. Ela, além de cultivar hortaliças, também está iniciando as atividades de produção e venda de alimentos beneficiados, como pães de inhame, bolo de banana prata da terra sem açúcar, patês e molhos de cheiro verde.

Maria Ana, uma agricultora de 54 anos, filha de toda ascendência de trabalhadores do campo, deixou a escola para trabalhar junto a seu pai nos trabalhos do campo, nas fazendas da região, desde os 12 anos de idade, trabalhou como trabalhadora doméstica nas casas dos fazendeiros e também na função de babá. Na sua juventude também fez a migração comum, ao sudeste, para trabalhar como doméstica, em busca de construir uma vida melhor. Voltou do Rio de Janeiro no final da década de 80, casou, teve três filhos, trabalhou a vida em plantações e fazendas da região.

Com o filho mais novo tendo feito sua formação acadêmica na área das Ciências Agrárias, junto às associações de agricultores, a família passou a ser agricultora agroecológica. Hoje, a Sra. Maria Ana, avó de três netos, tem sua casa no sítio e tem aprimorado sua produção e propriedade para desenvolvimento da família e de outras atividades inerentes à agroecologia.

José, um jovem agricultor de 26 anos, nascido no interior da Paraíba, onde criava animais e desenvolvia outras atividades junto à família no campo. Veio morar com outros familiares em Jabotão dos Guararapes, desde os 12 anos. Em uma escola da periferia, onde estudava, foi encorajado a fazer cursos da área agrícola, onde conheceu mais de perto famílias que produzem alimentos agroecológicos, integrou-se a uma dessas famílias, passou a morar no campo e, desde 2020, desenvolve suas atividades de produção e comercialização de alimentos agroecológicos.

Cada uma dessas famílias, após se tornarem associados da Associação AmaTerra, passou a estar incorporada à Organização de Controle Social – OCS, que assegura o direito de os agricultores fazerem comercialização direta ao consumidor.

O cadastro através de OCS foi uma importante conquista dos agricultores familiares de base ecológica, que, a partir do Decreto 6.323 de 27 de dezembro de 2007, passaram a ter o direito de anunciar como orgânico os alimentos produzidos por meio de uma agricultura de base ecológica, atendendo a legislação de orgânicos do país, sem precisar aderir à certificação e selo do sistema SisOrg, que muitas vezes tem um custo que o torna inviável para agricultores familiares.



As famílias integrantes da AmaTerra, devidamente cadastradas na OCS, comercializam seus alimentos em espaços agroecológicos distribuídos na região metropolitana do Recife e na zona urbana do município de Gravatá. No entanto, as agricultoras e agricultores que participaram dessa pesquisa são componentes apenas dos Espaços Agroecológicos do município de Gravatá (figuras 2 e 3). Os demais espaços, na região metropolitana, apesar de serem mais distantes, são mais disputados pelas famílias mais antigas na associação, uma vez que há um maior fluxo de vendas.

Figura 1 - Primeira semana de feira de uma das famílias.



Fonte: dados da pesquisa (2019).

Figura 2 - Espaço Agroecológico de Gravatá-PE.



Fonte: dados da pesquisa (2021).

As famílias recém chegadas ao Espaço Agroecológico de Gravatá passando pelos desafios iniciais de conquista de público, viram na própria comunidade rural, onde o sítio está localizado, uma alternativa de desenvolver o escoamento dos alimentos, sem tanto gasto com transporte, queima de combustível e, sobretudo, desmistificando a ideia de que alimentos orgânicos são oferecidos apenas em grandes centros, para um público economicamente seletivo (Figura 4).

Das pessoas consumidoras que têm adquirido alimentos agroecológicos, em Gravatá, 50% delas fazem parte de famílias com até dois componentes, 45,8% está em famílias de até três pessoas e, apenas 4,2% está em núcleos familiares com quatro ou mais pessoas. Outro destaque é que esse público é predominantemente formado (66,7%) por pessoas acima dos 50 anos. Esse dado, quando associado à questão da participação de crianças e jovens nas atividades de aquisição dos alimentos, também abordada na entrevista, explicita um fenômeno da baixa adesão do público mais jovem a esse mecanismo de aquisição de alimentos, o que coloca sob atenção a necessária alternância geracional nessa alternativa de abastecimento alimentar.

Quando foram perguntadas sobre a possibilidade de prejuízos à família agricultora quando não comparece ao seu espaço de aquisição dos alimentos, 58,3% acreditam que existe prejuízos, e 41,7% responderam que não existem prejuízos. Um percentual que se inverte quando a questão levantada trata das providências tomadas pela família consumidora, quando por algum motivo, não se consegue ir até o instrumento de aquisição dos alimentos naquela semana. Desses, 41,7% fica sem os alimentos aquela semana, e 58,3% procura outras formas de assegurar o recebimento dos alimentos. O que evidencia uma larga faixa de pessoas que ainda consome os alimentos agroecológicos, de forma totalmente desvinculada da realidade das famílias que os produzem.

Adentrando a essa questão da compreensão da relação entre famílias agricultoras e famílias consumidoras de alimentos agroecológicos, verificou-se que a população urbana entende que há uma relação de dependência entre eles e as famílias que cultivam alimentos no campo. Devido a essa compreensão 66,7% adquirem alimentos agroecológicos de forma ininterrupta ao longo do ano, inclusive por meio de uma Comunidade que Sustenta a Agricultura - CSA. Os outros 33,3%, apesar de concordarem que exista essa relação de codependência, não materializaram essas preocupações em ações, como a compra dos alimentos de forma contínua ao longo do ano.

Sobre a aproximação e estratégias de comunicação contínuas que as famílias consumidoras têm com as famílias agricultoras, constatou-se que 4,2% não conhece quem são os agricultores, 16,7% sabe apenas o nome da

pessoa que o atende, 50% das pessoas até conhece a família agricultora, mas sente que precisaria conhecer melhor para estreitar essa relação, e 29,2% das famílias consumidoras conhecem e são conhecidas pelas famílias agricultoras de forma que lhe assegura ter total confiança.

Ao abordar as pessoas entrevistadas com a pergunta sobre o viés político da escolha do tipo de alimento, 100% entendem que além de receberem um produto sem agrotóxico, ao comprar alimentos agroecológicos, sabem que estão incentivando uma atividade que não contamina as águas que chegam em as suas torneiras, que não dizimam populações de pássaros, insetos e outros seres vivos essenciais ao equilíbrio do planeta. Todas as pessoas participantes concordaram com essa afirmativa em detrimento da alternativa que trazia a desvinculação da compra de alimentos e da preservação dos componentes naturais e da saúde das pessoas do campo.

Quando as famílias consumidoras foram perguntadas se têm sugestões para melhorias das alternativas de comercialização, trouxeram propostas como: identificação dos pontos de comercialização com placas ou faixas, informando que são alimentos orgânicos; parcerias com restaurantes, hotéis, escolas, religiões que estejam alinhados com a construção de felicidade; manter um cadastro de clientes para manter a comunicação; manter um canal em redes sociais, alimentados com vídeos e informações, conceitos, demonstração das práticas produtivas e informações nutricionais; investir em publicidade; ampliar as CSA's, mas não deixar as feiras morrerem, uma vez que são espaços legítimos de encontros e trocas; qualificar a venda on-line, com entregas; criar mais espaços para ouvir o consumidor e tentar mesclar o que se produz habitualmente com o que as pessoas costumam buscar; inovar, promover mais momentos de integração.

A preocupação do público consumidor em preservar os espaços de feira, dialoga com o que Siqueira et al (2019) constatou no Rio de Janeiro. Neste estudo observou-se que a rede de feiras agroecológicas vem cumprindo um papel importante, enquanto alternativa de aquisição de alimentos pela população em crescimento, inclusive em meio a crises econômicas. Na região metropolitana do Recife, as feiras agroecológicas constituem um importante equipamento de segurança alimentar (SÁ et al, 2017).

A partir das entrevistas com consumidores foi possível também sistematizar, a partir da esquematização da Matriz FOFA (Verdejo, 2006), as Fortalezas, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças (Quadro 3) em torno da comercialização de alimentos agroecológicos em Gravatá, como pode-se observar a seguir.

Quadro 2 - Matriz FOFA destacando as principais informações das avaliações das famílias consumidoras sobre a comercialização vivenciada em Gravatá.

Fortalezas	Oportunidades
<ul style="list-style-type: none"> • Cuidado para saúde de nossa família; • Praticidade e rapidez da compra online; • Por ser da CSA não preciso ir longe a procura desses alimentos; • Próprios agricultores comercializando; • Segurança na qualidade do que recebemos; • Oportunidade para desenvolver a colaboração e o altruísmo entre as pessoas; • Bem estar em ver a família de agricultores prosperar e ter saúde por meio de nossa CSA; • Alegria em ser parte da construção de um mundo melhor. 	<ul style="list-style-type: none"> • Ações educativas com o apoio do poder público; • Mais agricultores; • Comercialização em mais dias da semana; • Ações de divulgação no município; • CSA ainda é pouco conhecida, merece expansão; • Famílias agricultoras terem mais acesso à educação e informações técnicas; • A vida pós pandemia ampliou o foco das pessoas na qualidade de vida;
Fraquezas	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> • Baixa variedade de alimentos; • Desconhecimento das pessoas em relação ao valor dos alimentos cultivados; • Horário da feira não é compatível com a dinâmica de vida de parte da população; • Confiabilidade da procedência dos alimentos; • Transporte no trânsito caótico. 	<ul style="list-style-type: none"> • A feira de Gravatá fechar, devido a diminuição das bancas; • Não haver forma de considerar a interdependência que existe entre agricultores e consumidores; • Na CSA, a falta de padrão no que se considera uma unidade de um item escolhido. Às vezes é muito e acaba estragando, e às vezes é insuficiente.

Fonte: dados da pesquisa (2022).

Para que se compreenda o lugar de onde partem as avaliações das famílias agricultoras, é interessante que antes se conheça um pouco de sua rotina de trabalho do campo e das atividades de comercialização, incluindo a dinâmica de organização do tempo, em função das atividades domésticas e, por necessária provocação, sobre a existência das imperiosas horas de lazer e descanso.

A gente acorda por volta das 4h30min/5h e já começamos o trabalho no campo. Paramos para tomar o café de forma rápida, e seguimos até próximo às 11h, quando o sol já está muito difícil de aguentar. A partir daí seguimos em outras atividades, desde que não seja no sol: Atividades de produção de mudas, lavando grades, tirando lixo, cuidados com a casa, no almoço, e volta às 14h30min... às vezes, depois das 15h. E vai até escurecer, aproveitando o resto do dia. A noite é jantar, assistir uma novela e dormir. Ou reuniões que sempre tem, dos grupos e associação que fazemos parte. Quando é dia de colheita vamos até mais tarde lavando as verduras. Temos muitas atividades e poucas pessoas trabalhando (Maria Emília, 31 anos).

A fala da agricultora traz algumas questões importantes em relação a quanto ainda se precisa caminhar no sentido de que a agricultura, inclusive a de base ecológica, tenha como elemento central a dignidade para vida de quem é do campo. Esse fato perpassa a geração de renda e por uma carga horária de trabalho que possibilite ao ser humano investir tempo em outras áreas de seu desenvolvimento, como as que envolvam o autocuidado, para a proteção da vida de maneira integral.

Nessas falas muito representativas, vê-se alguns elementos abordados nas discussões agroecológicas, que têm construído uma alternativa de desenvolvimento que passa impreterivelmente pela qualidade de vida das pessoas do campo. É importante salientar que um dos caminhos para transformar essa realidade é continuar avançando nos níveis iniciais da transição agroecológica, o que incidirá, sobretudo na demanda energética do sistema, inclusive das energias que estão na força braçal de quem trabalha no organismo agrícola.

Após a condução das entregas do CSA, da venda na comunidade, das vendas por aplicativo, no final do dia de sexta-feira, as famílias colhem e arrumam todos os alimentos novamente, organizam no veículo de transporte, porque no sábado pela madrugada tem a feira, no Espaço Agroecológico, no centro da cidade.

O custo energético pior é a feira. Muita gente que vai à feira comprar, acha que está fazendo um favor para o agricultor, quando na verdade somos nós quem estamos colocando comida na mesa deles. Ouvir piadas, ficar de madrugada, das 4h da manhã até meio dia e ainda passar por isso tudo (Maria Ana, 54 anos).

Essa fala é bem simbólica para as discussões sobre o quanto a desconexão das pessoas aos sistemas agroalimentares é danosa. A pessoa que se propõe a planejar sua vida e forças de trabalho em torno de uma agricultura que produz alimentos de verdade, zelando pela Terra, que é a Casa Comum, precisa, na verdade, receber homenagens. São questões que aparecem nas formatações da CSA, como uma estratégia de comercialização.

Um distanciamento que tem possibilitado a fragmentação: rural x urbano, agrário x alimentar, sociedade x natureza, produtividade x subsistência, produção x conservação que tem limitado o olhar e capacidade de ação da humanidade (Preiss et al, 2020).

Para o transporte as famílias dividem o uso de uma pequena caminhonete adquirida por um dos membros da família via financiamento pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF.

Sobre a relação de reciprocidade entre consumidores e agricultores, as famílias do campo também entendem que há essa relação de interdependência, mas que isso não deveria deixar nenhum ser refém de outro.

Mas o agricultor fica refém dos clientes. Inclusive para não deixar de vender, acaba cedendo ao preço que o consumidor quer pagar (José, 26 anos).

Há consumidores que não se importam em saber como os agricultores estão, mas há outros que tendo a informação do quanto de trabalho que tem na cenoura e na cebola, ficam mais propensos a se sensibilizar.

Nessa questão, evidencia-se a necessidade de se estreitar as relações com consumidores, como disse a agricultora Maria Ana, 54 anos.

É importante termos atividades como visitas das famílias consumidoras ao Sítio para conhecer a realidade da produção de alimentos. Inclusive para entender quando não tem cebola ou cenoura na feira, é porque por algum motivo não foi possível plantar em algum momento. Bem como para as pessoas verem na prática quando e porque alguns alimentos não dão para ser colhidos, devido à chuva ou outro fator natural. Até para os clientes mais exigentes, que veem uma imperfeição no fruto entenderem a naturalidade disso.

Um outro caminho para estreitar essa relação é o uso das redes sociais para mostrar o dia-a-dia do organismo agrícola. Nesse sentido, a agricultora Maria Emília lembra que:

Postar também é um trabalho, e nem sempre conseguimos, porque mostrar as diversas etapas da produção dos alimentos requer muita mão de obra.

Dona Maria Ana, 54 anos, é enfática ao dizer que primeiro é o valor de estar colocando alimento de verdade, sem nenhum agrotóxico, na mesa das pessoas, e o valor de estar fazendo o que ela gosta no lugar que gosta.

Para a valorização que precisam ter, as políticas públicas têm um papel fundamental, como a compra dos alimentos das Agriculturas de Base Ecológica para a alimentação escolar e de hospitais, como os pães, bolos, e outras maravilhas produzidas por grupos de mulheres. Tais ações incidem positivamente na formação do hábito alimentar de crianças e adolescentes, em meio a uma pandemia de diabetes e outras comorbidades, e no fortalecimento dos circuitos curtos de comercialização.

Sevilla Guzmán et al. (2012), defende que, são os Canais Curtos de Comercialização - CCC são uma autêntica alternativa de comercialização para as famílias agricultoras de base ecológica, bem como às famílias consumidoras, para escaparem da “convencionalização” dos alimentos por meio de formas de comercialização que ameaçam muitas propostas de alternativas alimentares.

Para Darolt et al. (2016) os canais curtos de comercialização são muito diversificados e dinâmicos, sendo uma opção social, econômica e ambiental para a agricultura familiar, fortalecendo os mercados locais, religando produtores a consumidores, o que ocorre de forma bem-sucedida nos sistemas alternativos de locais onde existem formas de coordenação em rede e parcerias entre o poder público, entidades não-governamentais, empresas, organizações de agricultores e consumidores.

Inclusive, ao se tratar sobre política em seu sentido mais amplo, as famílias pontuaram questões inerentes à política partidária, que tomada por uma onda de ódio, nesse ano de 2022, possibilitou até mal estar no ambiente da feira, devido a falas violentas de consumidores reacionários que ligaram a atividade das famílias ao MST, importante movimento social do campo brasileiro, que luta pela reforma agrária.

Ainda sobre o valor dessa atividade tão necessária ao mundo, ergue-se a reflexão sobre o quanto outros agricultores vizinhos de propriedade enxergam a atividade da produção de alimentos de base ecológica, como uma atividade profissional atrativa, sobretudo para os jovens que poderão fazer a sucessão da atividade.

Perante uma realidade ainda tão dura, de ausência de políticas educacionais específicas para os povos do campo, de falta de serviços de saúde, condições de acesso pelas vias que ligam às comunidades rurais à cidade,

o Estado acaba por induzir ao êxodo rural dessas. Por outro lado, a mídia e outros veículos de cultura e comunicação em massa reproduzem estereótipos que segregam ainda mais as populações do campo, que, muitas vezes, na tentativa de serem vistas como gente, tal como se enxerga as pessoas da cidade, potencializa os índices de êxodo rural no Brasil.

É nesse contexto que as famílias agricultoras participantes deste estudo se vêem julgadas pela escolha de ter estudado e permanecer no campo, uma vez que, o fluxo histórico tem sido estudar e migrar para os centros urbanos. Essa presença de sujeitos ainda mais instrumentalizados de educação formal, colabora para que outros jovens e crianças possam crescer tendo novas referências e perspectivas sobre o espaço rural.

Na nossa família temos nós, jovens formados fazendo isso, e nossos sobrinhos apesar de não serem criados com a gente, poderão fazer muito do que gostam também dentro das atividades do sítio, inclusive nas redes sociais. Hoje em dia ainda tem muita coisa como fulano estudou tanto para estar na agricultura.

Mas já começam a ver os resultados das transformações em nossa família, por meio da agricultura, e já veem que minha mãe fez a casa no sítio, a aquisição de um veículo para transporte dos alimentos.... E sobretudo para mulher que está no campo, que além do trabalho do campo tem que assumir as atividades domésticas que quase sempre ficam nas costas delas. (Maria Emília, agricultora, 31 anos).

A partir das entrevistas das três representações da agricultura familiar agroecológica de Gravatá, foi desenvolvida a Matriz FOFA, que está disposta abaixo.

Quadro 3 - Matriz FOFA destacando as principais informações das avaliações das famílias agricultoras.

Fortalezas	Oportunidades
<ul style="list-style-type: none"> • As trocas, possibilitadas pelos encontros nas feiras, para partilhar as histórias, conhecer mais de perto e criar laços. • Na feira a gente consegue desmistificar a coisa da falta de informação, como o fato de uma verdura ser grande não é porque deixa de ser orgânico. 	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver uma ferramenta que tivesse a lógica de estoque, caixa; • A propriedade como potencial para o desenvolvimento de atividades educativas (vivências, recebimento de escolas) para a Agroecologia.
Fraquezas	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> • Falta de planejamento da produção com diminuição da variedade ofertada; • Proibição de estacionamento próximo a feira, diminuindo o fluxo. 	<ul style="list-style-type: none"> • A diminuição no volume de vendas/ganho econômico torna a feira inviável para o agricultor; • Falta de apoio da associação; • Apoio das autoridades municipais;

Fonte: dados da pesquisa (2022).

Vale chamar atenção para as atualizações do Espaço Agroecológico de Gravatá, durante a realização desta pesquisa, com diminuição do número de bancas de feira de três para apenas uma e tendo três famílias que deixaram a produção orgânica à procura de uma atividade que garanta a renda da família, migrando para a produção de flores com uso intensivo de agrotóxicos. Em um município com 85 mil habitantes e com a circulação de turistas dos finais de semana, torna-se uma demanda imperativa a mobilização de ações que melhorem a integração entre as famílias do campo que produzem os alimentos, e as famílias da cidade, que os consomem.

Em movimento contrário ao que vem ocorrendo na cidade de Gravatá, no Estado de Santa Catarina, está havendo uma proliferação de dinâmicas de abastecimento e tendências alimentares que tem buscado repensar a produção, o consumo e o comércio de alimentos de forma mais inclusiva, economicamente justa e ambientalmente sustentável. Entre os diferentes tipos de fornecimento direto de alimentos (feiras, entregas em domicílio, compras na propriedade, experiências de “colha e pague” ou coletivos de compras). Destacando-se as dinâmicas de abastecimento organizadas de forma coletiva entre agricultores e consumidores, onde os consumidores têm um papel proeminente, dedicando tempo e trabalho para sua emergência e manutenção (PREISS, 2017).

Observa-se que é justamente o fato de as famílias fazerem parte também de uma CSA, uma modalidade que assegura uma melhor garantia à permanência da família agricultora, que tem sustentado as três famílias resistentes no Espaço Agroecológico de Gravatá. Uma vez que o volume de vendas, diretamente afetado pela instabilidade das vendas na feira, não são suficientes para assegurar a dignidade de uma família trabalhadora. Evidenciando-se a importância de se mesclar alternativas distintas para cada família destinar seus alimentos produzidos. O que não isenta tais trabalhadores, de um desprendimento de energia ainda maior, ao acumular estratégias distintas de comercialização.

São discussões que estão alinhadas com a Economia Solidária: uma alternativa de organização da produção, do consumo, do comércio, das finanças, da comunicação e da educação. A fim de que as necessidades materiais e imateriais das pessoas sejam tratadas individual e coletivamente de forma justa, fraterna e sustentável. Os princípios da Economia Solidária se coadunam aos da CSA e aos da Agroecologia, por promover a emancipação socioeconômica de mulheres e homens, da segurança alimentar e do respeito aos ciclos naturais de reposição - e finitude - dos componentes da natureza (CARVALHO, 2006).

Considerações finais

Esta pesquisa identificou a predominância feminina nos espaços de aquisição de alimentos agroecológicos, evidenciando a autoridade que as mulheres construíram historicamente, e hoje precisamos, de maneira indispensável, de cada Maria e seus saberes, orientando os rumos desse planeta.

De tal forma, identificou rotinas intensas e desafiadoras das famílias agricultoras para produzir e comercializar alimentos, que são, muitas vezes, totalmente ignorados pelos consumidores da feira. Quando não se vende o que se expõe, em uma feira, devido a um “chuvisco” que caiu no dia da comercialização, ou mesmo porque é dia de um evento importante na cidade vizinha, ali são desperdiçados os alimentos, os esforços de meses de trabalho de pessoas que também estão contidos neles, e incide diretamente sobre a manutenção e conforto das famílias agricultoras sem a necessária renda naquela semana.

Por outro lado, grupos consumidores destacam as feiras como lugar de encontros, das trocas, do compartilhamento de receitas e de democratização do acesso ao alimento agroecológico.

Uma outra constatação é o distanciamento dos jovens e adolescentes dos processos de produção, escolha e preparo dos alimentos, o que compromete a continuidade desse modelo de produção de alimentos e de vida, numa perspectiva geracional.

No cerne dos desafios que as realidades estudadas explicitam, encontra-se a ameaça da descontinuidade das atividades da produção de alimentos de base ecológica, pela dificuldade de as famílias agricultoras comercializarem o que cultivam e se manterem, junto a suas famílias, com dignidade nesse trabalho. São sintomas da desconexão dos sujeitos com o sistema agroalimentar, e de todas as questões inerentes a ele, como a proteção das florestas e nascentes, a necessidade de reforma agrária, a extinção de espécies, as más condições de trabalho e de vida das pessoas que plantam o que comemos.

Referências

- ALTIERI, M. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 5 ed, Porto Alegre: UFRGS, 2009.
- BALEM, T. A.; SCHMELIG, G. dos S. **Compra de produtos agroecológicos: a entrega de cestas como prática de mercado de circuito curto**. Disponível em: <<http://icongresso.itarget.com.br/tra/arquivos/ser.7/1/7908.pdf>>. Acesso em: 9 set. 2021.
- BEZERRA, A. S. da S. **Impactos da pandemia no comportamento e na decisão de compras dos consumidores em João Pessoa/PB**. Disponível em: <https://repositorio.ifpb.edu.br/xmlui/handle/177683/2667?locale-attribute=pt_BR>. Acesso em: 30 nov. 2022.
- BRANDÃO, C. R.; BORGES, M. C. A pesquisa participante: um momento da educação popular. *Revista de Educação Popular, Uberlândia*, v. 6, jan./dez., p.51-62, 2007.
- CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia**. Enfoque científico e estratégico. *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, Porto Alegre*, v. 3,n. 2, p. 13-16, abr./jun. 2002.
- _____.; CARNEIRO F.; GIRALDO. **Desenvolvimento rural sustentável: uma perspectiva agroecológica**. In: *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*. Porto Alegre, v.2, n.2, 2001.
- L.; PIGNATI W. A., et al. **Dossiê ABRASCO: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde**. Rio de Janeiro: EPSJV; 2015.
- DAL SOGLIO, F. K. D. **Princípios e aplicações da pesquisa participativa em agroecologia**. *Redes*. Santa Cruz do Sul, v. 22, n. 2, 2017. Doi: 10.17058/redes.v22i2.9361. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/9361>>. Acesso em: 14 jan. 2021.
- DAROLT, M. R. et al. **Redes alimentares alternativas e novas relações produção-consumo na França e no Brasil**. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-753X2016000200002&lang=pt>. Acesso em: 14 jul. 2020.
- SIQUEIRA, A. P. P. et al. **Circuito carioca de feiras orgânicas: construção participativa de novas estratégias para a oferta de produtos orgânicos no Estado do Rio de Janeiro**. *Embrapa agrobiologia - experiências em agroecologia*, Rio de Janeiro, p.17-32, 2009.
- FAO. **Número de pessoas afetadas pela fome sobe para 828 milhões em 2021**. Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/189062-numero-de-pessoas-afetadas-pela-fome-sobe-para-828-milhoes-em-2021>>. Acesso em: 10 dez. 2022.
- GEILFUS, F. **80 herramientas para el desarrollo participativo: diagnóstico, planificación, monitoreo y evaluación**. San Salvador: Prochamate/IICA, 1997.

GOODMAN, D.; DUPUIS, E.M.; GOODMAN, M. **Alternative food networks: knowledge, practice and politics**. London: Routledge, 2012.

GUZMÁN, E. S. **Uma estratégia de sustentabilidade a partir da Agroecologia**. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, Porto Alegre, v. 2, n. 1, jan./mar. 2001.

ÍNDICES básicos 2013. **Sistema nacional de cadastro rural**. Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/acesso-a-informacao/indices_basicos_2013_por_municipio.pdf>. Acesso em: 5 out. 2022.

JESUS, E. L. de. **Diferentes abordagens de agricultura não-convencional: história e filosofia**. In: AQUINO, A. M. de; ASSIS, R. L. de. (Ed.). Agroecologia: princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável. Brasília, DF: Embrapa. Informação Tecnológica, 2005. p. 21 - 48.

NEVES, J. L. **Pesquisa qualitativa – características, uso e possibilidades**. Cadernos de pesquisa em administração, São Paulo. V. 1, nº 3, 2ºsem. 1996.

OLIVEIRA, W. C. de; BERTOLINI, G. R. F. **Uma revisão sistemática sobre a contribuição das cooperativas para a sustentabilidade da agricultura familiar**. Research, Society and Development, [S. l.], v. 11, n. 2, p. e43411226098, 2022. DOI: 10.33448/rsd-v11i2.26098. Disponível em: <<https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/26098>>. Acesso em: 11 out. 2022.

PLANO safra disponibiliza R\$ 340,8 bilhões para o setor agropecuário. Disponível em: <<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias-2022/plano-safra-disponibiliza-r-340-8-bilhoes-para-o-setor-agropecuario>>. Acesso em: 13 set. 2022.

PLOEG, J. D. V. **Sete teses sobre a agricultura camponesa**. Revista agricultura familiar camponesa na construção do futuro, 2009. Disponível em: <<http://aspta.org.br/files/2011/05/N%C3%BAmero-especial.pdf>>. Acesso em: 1 mai. 2021.

PREISS, P. V. et al. in SANTOS, R. P.; POCHMANN, M. **Brasil pós-pandemia: reflexões e propostas**. Alexa Cultural: São Paulo, 2020, 235 a 260.

SÁ, G., FANTUZZI, et al. (2018). **Análise comparativa de preço de alimentos convencionais e agroecológicos em Recife e Olinda/PE**. Cadernos de agroecologia, 13. Disponível em: <<http://cadernos.aba-agroecologia.org.br/index.php/cadernos/article/view/140>> | Cadernos de Agroecologia (aba-agroecologia.org.br)>. Acesso em: 17 nov. 2022.

SHIVA, Vandana. **As mulheres e a construção do novo mundo**. Disponível em: <<https://www.fronteras.com/assista/exibir/as-mulheres-e-a-construcao-do-novo-mundo#:~:text=De%20acordo%20com%20Vandana%2C%20%22no,se%20reconectar%20com%20a%20vida.>>> Acessado em 16 de dezembro de 2022.

SOGLIO, F. K. D. **Princípios e aplicações da pesquisa participativa em agroecologia**. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/9361>>. Acesso em: 14 jan. 2021.

VERDEJO, M. E. **Diagnóstico rural participativo: um guia prático**. Brasília: ASCAR, 2006.

Sobre os autores

Maiara Rodrigues Gama dos Santos Vasconcelos

Pedagoga pela Faculdade de Ciências Educacionais de Valença (BA) (2014). Professora de Língua Portuguesa (2020) e especialista em LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais (2019), ambas pela Faculdade Regional de Filosofia, Ciências e Letras de Candeia, especialista em Psicopedagogia Institucional com Habilitação em Educação especial (2017) pela Faculdade INESP, especialista em Educação Digital (2023) pela Universidade Estadual da Bahia - UNEB e mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural (PPGExR) da Universidade Federal do Vale do São Francisco - UNIVASF. Atualmente é professora efetiva na Educação Infantil da Prefeitura Municipal de Sento-Sé, professora Horista do Instituto de Educação Superior Shalom - IESS e bolsista no Programa Universidade para Todos da Universidade Estadual da Bahia - UNEB.

Paulo José Pereira

Doutorado em Demografia pela UNICAMP. Professor do Colegiado de Engenharia de Produção da UNIVASF, campus de Juazeiro. Professor do Mestrado Profissional em Extensão Rural da UNIVASF Professor do Mestrado Profissional em Matemática em Rede Nacional (Profmat) Membro do Laboratório de Estatística Aplicada e Estudos Demográficos - LEAED/UNIVASF Desenvolve pesquisas em Estatística aplicada e estudos demográficos, especialmente nas áreas de Adoção e Direitos das crianças e adolescentes.

Monica Aparecida Tomé Pereira

Possui graduação em Estatística pela UNESP, mestrado em Estatística e Experimentação pela UFLA e doutorado em Demografia na UNICAMP. Professora Associada III na Universidade Federal do Vale do São Francisco, na área de Probabilidade Estatística. Professora permanente dos Programas de Pós Graduação em Extensão Rural (PPGExR) e Política, Cultura e Ambiente (PoCAM). Professora da Residência Multiprofissional da Universidade Federal do Vale São Francisco. Desenvolve pesquisa na área de População e Ambiente, Desigualdades Regionais, Expansão e Interiorização das Universidades Federais. Líder do Grupo de Pesquisa do CNPq Laboratório de Estatística Aplicada e Estudos Populacionais. Coordenador do Curso de Especialização em Educação no e do Campo, pelo Programa Escola da Terra.

Angela Maria dos Santos Schepp

Angela Maria dos Santos Schepp, Licenciatura em Pedagogia; com especialização em História, Geografia; pela Universidade do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul- UNIJUÍ/ Ijuí/RS e Agricultura de baixa emissão de Carbono, pela Universidade Federal do Vale do São Francisco - UNIVASF, Juazeiro/BA; mestre Profissional em Extensão Rural pela UNIVASF/Juazeiro/BA.

Rayane Stefany Rodrigues Menezes Alves

Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Extensão Rural- PPGExR, UNIVASF, Pós-graduada em Instrumentalidade do Serviço Social pela Universidade Cândido Mendes (UCAM). Graduada em Serviço Social pela Faculdade de Ciências Aplicadas e Sociais de Petrolina (FACAPE). Realizou estágio extracurricular, durante dois anos no setor de Serviço Social na Pró-Reitoria de Assistência Estudantil (PROAE) da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF). Possui experiência na docência em Serviço Social e na Política de Assistência Social, Proteção Social Básica. Atualmente é Assistente Social no Hospital Regional de Juazeiro-BA e no Hospital Municipal de Petrolina-PE- Alírio Brandão.

Thayanna Rafaela Lins Tavares Ribeiro

Bacharela em Psicologia pela Universidade Federal do Vale do São Francisco-UNIVASF (2011), Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial (PPGADT) UNIVASF, mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural (PPGExR) UNIVASF, Pós-graduada em Saúde Pública pela Faculdade Estácio de Sá (2013), Pós-graduada em Gestão em Saúde pela Universidade Federal do Vale do São Francisco- UNIVASF (2015), Pós-graduada modalidade Residência em Saúde da Família pela Universidade Federal de Sergipe (UFS)(2018). Possui experiência em Psicologia Clínica, Social e Hospitalar, atualmente esta docente do curso de Psicologia da UNIFTC- Petrolina. Durante a graduação participou de projetos de pesquisa e extensão nas áreas da educação e saúde, sendo o projeto de maior visibilidade PET saúde da Mulher. Realizou estágio profissionalizante na Área de Violência contra a Mulher. Realizou atividade de tutora de aprendizagem no Projeto Caminhos do Cuidado do Ministério da Saúde.

Michelle Christini Araújo Vieira

Possui doutorado em Saúde Pública pelo Instituto de Saúde Coletiva - ISC da Universidade Federal da Bahia - UFBA, mestrado em psicologia pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), especialização em Saúde Coletiva pela Universidade Estadual da Paraíba (2004), especialização em Saúde da Família pela Universidade Federal da Paraíba (2005) e graduação em Enfer-

magem pela Universidade Estadual da Paraíba (1998). Atualmente é professora de Saúde Coletiva na Universidade Federal do Vale do São Francisco. Possui pesquisas nas seguintes linhas: Hanseníase; AIDS; Tuberculose; Vulnerabilidade; Epidemiologia das doenças crônicas e negligenciadas; Violência; Pessoa em situação de cárcere.

Kedma Magalhães Lima

É professora Adjunta 4, nas Bases Morfofisiológicas (BMF I e II) e Processos Saúde-Doença (PSD I e II), Colegiado de Enfermagem-CENF, Universidade Federal do Vale do São Francisco - UNIVASF. É vice-coordenadora e docente cadastrada no Programa de Pós-graduação (Mestrado Profissional) em Extensão Rural/UNIVASF. Líder do GRUPO DE PESQUISA EM PROCESSOS INFECTOCONTAGIOSOS E CUIDADOS INTENSIVOS (GPPICI - UNIVASF). Avaliadora INEP/MEC. Possui Graduação em Biomedicina pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE. Especialista em Microbiologia, Mestre e Doutora em Medicina Tropical (UFPE), ambos na área de concentração em Doenças Infecciosas e Parasitárias, complementando com Pós-Doutorado na Comunidade Autônoma da Catalunha, Espanha. Coursou MBA em Gestão de Saúde. Auditora Interna da Qualidade (ISO 9001). Atuou no início de sua vida acadêmica com alterações do sistema imunológico devido a agressividade e desnutrição pregressa em ratos, conciliando com atividades no setor de Micologia Médica em laboratórios de Análises Clínicas de referência em Recife, PE; fato que contribuiu para desenvolvimento de projetos de pesquisa e artigos na área de fungos antropofílicos e zoofílicos. Posteriormente, atuou como Bacteriologista em laboratórios hospitalares, consolidando a integração e elaboração de projetos que se configuraram em linha de pesquisa na área de Microbiologia, Parasitologia, Imunologia e Genética. Trabalhou com oncomicoses em HIV, esquistossomose, bacteremias por componentes da microbiota intestinal e esplenectomia. Os principais estudos estão relacionados às infecções hospitalares, como pneumonia nosocomial; parasitoses intestinais; micoses superficiais; bacteremias devido translocação microbiana; COVID; e importância da contaminação microbiana alimentar e ambiental. Ministra disciplinas como Microbiologia, Parasitologia, Imunologia, Fisiologia, Bioquímica geral e clínica, Genética, Biologia celular e molecular.

Dulce Naiara Carvalho Ferreira

Mestra em Extensão Rural no Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural-PGExR, pela Universidade Federal do Vale do São Francisco - UNIVASF (2023). Engenheira Agrônoma pela Universidade do Estado da Bahia - UNEB, Campus III, Juazeiro - BA (2016). Técnica em Alimentos pelo SENAI - Petrolina (2012), com experiência em atividades de análises laboratoriais em águas

e efluentes. Atua desde 2017, no Serviço de Assistência Socioambiental no Campo e Cidade - SAJUC, que é uma organização da sociedade civil, no qual desenvolve o trabalho de Assessoria Técnica Continuada - ATC. Atualmente exerce nesta instituição o cargo de Coordenadora Técnica, no âmbito do Projeto Pró-Semiárido, vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Rural da Bahia - SDR, por meio da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional - CAR e financiamento pelo Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola - FIDA. Nesse projeto, coordena a equipe técnica e realiza assessoria junto às famílias de agricultoras e agricultores no município de Casa Nova, no estado da Bahia.

Gilberto Ednaldo dos Santos Braga

Mestre em Extensão Rural no Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural- PPGExR- Universidade Federal do Vale do São Francisco - UNIVASF (2024); Engenheiro Agrônomo pelo Instituto Federal de Ciência e Tecnologia de Pernambuco- IFPE (2021); Extensionista Rural do Instituto Agrônomo de Pernambuco- IPA desde 2006 em vários municípios da Mata Sul e Agreste do Estado atuando no momento no município de Chã Grande com expertise nas áreas de horticultura, fruticultura, produção orgânica e Agroecologia no seguimento de agricultura familiar.

Sicilia Pimentel Dantas Marreiros Cavalcanti

Possui Graduação em Enfermagem pela Universidade Estadual do Piauí-UESPI (2007). Mestranda em extensão rural, pela Universidade Federal do Vale do São Francisco - UNIVASF. Pós-Graduada em Vigilância em Saúde pelo Hospital Sírio Libanês (2015/2016); Pós-Graduada em Saúde da Família pela Universidade Federal de Pernambuco-UFPE (2014); Pós-Graduada em Urgência e Emergência pela Faculdade de Tecnologia Internacional-FATEC (2008). Enfermeira efetiva, integrante da equipe da Estratégia de Saúde da Família I do Projeto Senador Nilo Coelho, PSNC-N7, zona rural, vinculada à Prefeitura Municipal de Petrolina - PE. Analista em saúde exercendo a função enfermeira plantonista, com vínculo efetivo, na Unidade de Atendimento Pediátrico vinculada a Prefeitura Municipal de Juazeiro-BA. Preceptora voluntária, dos estágios de enfermagem, das Universidade Federal do Vale do São Francisco e da Universidade de Pernambuco. Experiência docente em escola de formação de técnico de enfermagem, orientação de projetos de pesquisa e extensão pela UNIVASF (Ex-Preceptora do Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde - PET-Saúde de 3 linhas de cuidado).

Antonio Junior Ribeiro Cardoso

Bacharel em Farmácia e em Nutrição, com mestrado em Extensão Rural pela

Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF), possui uma ampla experiência multidisciplinar nas áreas de saúde e educação. Atualmente, exerce a docência no curso técnico de Nutrição e Dietética no Centro Territorial de Educação Profissional do Sertão do São Francisco (CETEP-SSF). Além de sua atuação acadêmica, desempenha a função de responsável técnico pela Unidade de Alimentação e Nutrição (UAN) da NIAGRO e da vinícola Terra Nova, assegurando a implementação de rigorosos padrões de qualidade e segurança alimentar, assim como a gestão eficiente dos processos nutricionais no contexto industrial.

Katiane Amorim Coelho

Mestre em Extensão Rural pela Universidade Federal do Vale do São Francisco (2023), Pós-Graduada em Gestão de Pessoas com ênfase em Gestão por Competências pela Universidade Federal da Bahia (2018) e em Direito Público pela Universidade Cândido Mendes (2010). É graduada em Administração pela Faculdade de Ciências Aplicadas e Sociais de Petrolina (2006) e em Direito pela Universidade do Estado da Bahia (2011). Servidora da Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf) desde 05 de janeiro de 2009. Tem experiência na área de Administração, com ênfase em Gestão de Pessoas e área de Direito, com ênfase em Direito Público. Esteve à frente da Divisão de Gestão de Pessoas do Hospital Universitário da Univasf por mais de 8 anos (12/2014 a 08/2023). E desde então, trabalha com execução de projetos de políticas públicas, firmadas através de Termos de Execução Descentralizadas, em que a Univasf seja partícipe.

Tiago Edvaldo Santos Silva

Professor de Ciências Agrárias, no Instituto Federal do Amazonas campus São Gabriel da Cachoeira. Mestre em Extensão Rural e Desenvolvimento - UNIVASF, já atuou como Agente de Defesa e Fiscalização Agropecuária ADA-GRO/PE, membro da Família agricultora Agroecológica do @SítioDonaMaria. Com formação de Técnico em Agropecuária, pelo IFPE, Licenciatura em Ciências Agrícolas, na UFRPE, e em Agronomia, também no IFPE Campus Vitória de Santo Antão. Tem, ao longo de sua formação, atuações no Programa Internacional Despertando Vocações para Ciências Agrárias - PDVAgro, no Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Agroecologia, Campesinato e Sustentabilidade com ênfase em Segurança Alimentar e Nutricional - NEPE-ACS-SAN e no Projeto de Apoio a Transição Agroecológica nas comunidades de Imbé, Marrecos e comunidades circunvizinhas, em Lagoa do Itaenga - PE. Foi professor no Programa Saberes da Terra, de Educação do Campo, do governo do Estado de Pernambuco, no município de Passira - PE e Coordenador Municipal de Educação do Campo, em Moreno - PE.

Diana Farias Pessoas

Poeta, mestre em Educação e especialista em informática aplicada à Educação; analista de sistemas e pedagoga. Atua como terapeuta vibracional pela Associação Brasileira de Terapeutas Holísticos, aplicando yoga, yoga terapia, reiki e harmonização de ambientes. No mestrado, desenvolve pesquisa em didática de conteúdos específicos em ambientes virtuais de aprendizagem. Também é personal yoga e instrutora de yoga integral, aero yoga integral e meditação, ocupando a cadeira de mestre em yoga nas unidades Ibirapuera e Morumbi da On Evolução Corporal, onde conduz práticas de yoga, aero yoga integral e mindfulness. Na loga Nana, trabalha com shantala (baby yoga), yoga reiki, personal yoga a domicílio e meditação. Como autora, publicou Monstro Incompreensível (Editora Multifoco/RJ; Kindle Publishing Direct), Miss Equívoco na Índia (Editora Amazon/BR), Alcaçuz: Poemas Anti Inflamatórios (Kindle Publishing Direct), Audiovisuais: Arte, Técnica e Linguagem (SEEP/PE), Gestão da Educação: Inovação e Mudança (SEEP/PE) e Utilização dos Espaços Escolares como Recurso Didático (SEEP/PE). Poemas disponíveis em: simplesmentepalavras.wordpress.com.

Elisângela de Freitas Mariano

Atualmente é Técnica Administrativa em Educação (Agropecuária) na Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Possui Mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Agrárias (Agroecologia) da Universidade Federal da Paraíba - Campus III. Concluiu o curso de Licenciatura em Ciências Agrícolas na Universidade Federal Rural de Pernambuco - SEDE e o curso Bacharelado em Agronomia no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco - Campus Vitória de Santo Antão.

Gizélia Barbosa Ferreira

Possui graduação em Engenharia Agrônoma pela Universidade do Estado da Bahia (2008), mestrado em Agroecologia: un enfoque para la sustentabilidad rural pela Universidad Internacional de Andalucía (UNIA), Universidad Pablo de Olavide (UPO) e Universidad de Córdoba (UCO) (2013), mestrado em Agricultura y Ganadería Ecológicas pela UNIA e UPO (2020) e mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal de São Carlos - UFSCar (2011). Atualmente é professora do Ens. Básico, Téc. e Tecnológico do Instituto Federal de Pernambuco e está cursando doutorado em Medio Ambiente y Sociedad na Universidad Pablo de Olavide (UPO), Espanha. Tem experiência na área de Agronomia, com ênfase em Agroecologia, atuando principalmente nos seguintes temas: agricultura familiar, agroecologia, sistemas de produção de base ecológica, captação, armazenamento e conservação de água da chuva e políticas públicas. Atuou também de 2010 a

2012 na coordenação do Projeto Cisternas da COFASPI- ASA Bahia e de 2013 a 2014 na assessoria técnica do Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2) pela AP1MC-ASA.

Denes Dantas Vieira

Possui Graduação em CIÊNCIAS SOCIAIS, bacharel e licenciado em Sociologia, pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2004), Mestrado (2007) e Doutorado (2013), ambos pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Atualmente é professor da Universidade Federal do Vale do São Francisco/UNIVASF, ministra aulas nos Cursos de Graduação de Ciências Sociais, Engenharia Agrônômica, Medicina Veterinária e Zootecnia. Na pós-graduação é professor do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural/UNIVASF, nível mestrado profissional, e do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial/UNIVASF, nível doutorado profissional. Tem experiência na área de Sociologia, com ênfase em Sociologia Rural, atua principalmente nos seguintes temas: agricultura familiar e campesinato - cultura e modo de vida; Extensão rural ; Agroecologia ; Desenvolvimento Territorial; Novas Ruralidades; Capital Social e Instituições, e, na teoria do Sociólogo Pierre Bourdieu.

Cristiane Moraes Marinho

Possui Doutorado e Mestrado em Extensão Rural (UFSM/2021 e UFV/2008) e graduação em Pedagogia (UFV/2002). Atualmente é professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano - IF-SertãoPE. Professora do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural (PPGExR) e do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial (PPGADT) da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF). Tem interesse em desenvolver trabalhos de ensino, pesquisa e extensão nas seguintes áreas: Educação e Sociedade. Formação e Saberes Docentes, Sociologia e Extensão Rural, Atuação Extensionista, Agroecologia, Transição Agroecológica. Convivência com o Semiárido, Movimentos Sociais e Educação do Campo.

Nilton de Almeida Araújo

É professor associado de História do Brasil no curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF). Licenciado em História pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS, 2002), mestre em Ensino, Filosofia e História das Ciências pela Universidade Federal da Bahia e pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UFBA/UEFS, 2006) e doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF,

2010). Tem atuação na área de História do Brasil, com ênfase em História das Ciências no Brasil, História da Agricultura no Brasil, Relações Raciais no Brasil e os seguintes temas: Ciências Agrárias, Recôncavo Baiano, Vale do S. Francisco e hegemonia no Brasil Império e Primeira República, Comunidades Quilombolas. Coordenador do Núcleo de Estudos Étnicos e Afro-Brasileiros Raoni Metuktire - Abdias Nascimento -Ruth de Souza (NEAFRRAR) da UNIVASF.

René Geraldo Cordeiro Silva Junior

Possui graduação em Medicina Veterinária pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (1996), mestrado em Zootecnia - Departamento de Zootecnia (2000) e doutorado em Zootecnia pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (2005). Atualmente é docente Titular da Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf). Participa como docente colaborador no Mestrado Profissional do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural (PPGExR) da Univasf. Tem experiência na área de Medicina Veterinária e Zootecnia, com ênfase em Exigências Nutricionais dos Animais, atuando principalmente nos seguintes temas: frango de corte, desempenho produtivo, agricultura familiar, avicultura, exigência nutricional e programa de alimentação.

Conselho editorial

Presidência

Dr. Erick Viana da Silva
Instituto Federal de Pernambuco (IFPE) e
Instituto Internacional Despertando
Vocações (IIDV)

Conselheiros

Dr. Airton José Vinholi Júnior
Instituto Federal de Mato Grosso do Sul
(IFMS)

Dr. Alexander Patrick Chaves de Sena
Instituto Federal de Pernambuco (IFPE)

Dr.^a Ana Patrícia Siqueira Tavares Falcão
Instituto Federal de Pernambuco (IFPE)

Dr. Arquimedes José de Araújo Paschoal
Instituto Federal de Pernambuco (IFPE)

MSc. Ayrton Matheus da Silva Nascimento
Instituto Internacional Despertando
Vocações (IIDV)

Dr. Dewson Rocha Pereira
Universidade Federal de Pernambuco
(UFPE)

Dr. Edísio Raimundo Silva
Instituto Federal de Pernambuco (IFPE)

Dr.^a Francisca da Rocha Barros Batista
Instituto Federal do Piauí (IFPI)

Dr.^a Iraneide Pereira da Silva
Instituto Federal de Pernambuco (IFPE)

Dr. Jaime Patrício Leiva Nuñez
Universidad de Playa Ancha (UPLA)

Dr. Jeymesson Raphael Cardoso Vieira
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Dr. José Ângelo Peixoto da Costa
Instituto Federal de Pernambuco (IFPE)

Dr. José Ayrton Lira dos Anjos
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Dr. Jose Cuauhtemoc Ibarra Gamez
Instituto Tecnológico de Sonora, Ciudad
Obregón (ITSON)

Dr.^a Lastenia Ugalde Meza
Universidad de Playa Ancha (UPLA)

Dr.^a Renata Cristine de Sá Pedrosa
Dantas
Instituto Federal de Pernambuco (IFPE)

Dr. Roberto Gómez Fernández
Ministério da Educação de Luxemburgo

Dr.^a Suzana Pedroza da Silva
Universidade Federal Rural de
Pernambuco (UFRPE)

Dr.^a Maria Trinidad Pacherez Velasco
Instituto Federal do Rio Grande do Norte
(IFRN)

Dr. Thales Ramon de Queiroz Bezerra
Instituto Federal de Pernambuco (IFPE)

Dr.^a Viviane da Silva Medeiros
Universidade Federal do Rio Grande do
Norte (UFRN)

Coordenação Executiva

Mariana Almeida Ferreira Lima
Universidade Federal de Pernambuco
(UFPE) e Instituto Internacional
Despertando Vocações (IIDV)

Dr.^a Kilma da Silva Lima Viana
Instituto Federal de Pernambuco (IFPE) e
Instituto Internacional Despertando
Vocações (IIDV)

Caio Victor Barros Gonçalves da Silva
Universidade Federal de Pernambuco
(UFPE) e Instituto Internacional
Despertando Vocações (IIDV)

Coordenação Administrativa

Alexandre Antônio de Lima Júnior
Universidade Federal de Pernambuco
(UFPE) e Instituto Internacional
Despertando Vocações (IIDV)



**Editora
IIDV**